

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**ROSANA NÚBIA SORBILLE**

**ITINERÁRIOS REBELDES:  
A SOCIOLOGIA DE ELISABETH SOUZA-LOBO**

São Carlos – SP  
2023

ROSANA NÚBIA SORBILLE

**ITINERÁRIOS REBELDES:  
A SOCIOLOGIA DE ELISABETH SOUZA-LOBO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Alves Cepêda

São Carlos – SP  
2023

Sorbille, Rosana Núbia

Itinerários rebeldes: a sociologia de Elisabeth Souza-Lobo / Rosana Núbia Sorbille -- 2023.  
232f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos,  
campus São Carlos, São Carlos  
Orientador (a): Vera Alves Cepêda  
Banca Examinadora: Maria Fernanda Lombardi  
Fernandes, Milton Lahuerta, Jacob Carlos Lima, Priscila  
Martins Medeiros  
Bibliografia

1. Sociologia brasileira. 2. Trajetória intelectual. I.  
Sorbille, Rosana Núbia. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática  
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

---

**Folha de Aprovação**

---

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Rosana Núbia Sorbille, realizada em 02/05/2023.

**Comissão Julgadora:**

Profa. Dra. Vera Alves Cepêda (UFSCar)

Profa. Dra. Maria Fernanda Lombardi Fernandes (UNIFESP)

Prof. Dr. Milton Lahuerta (UNESP)

Profa. Dra. Priscila Martins de Medeiros (UFSCar)

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

*Para Sonia Regina Teixeira Almeida, por contar histórias dos rios, da força das águas e das margens. Por ensinar a buscar as formas de ser de todas as liberdades condicionadas e compreender as razões.*

## AGRADECIMENTOS

À professora Vera Alves Cepêda, orientadora desta tese, por ter aberto todas as portas e todas as possibilidades para que esta jornada pessoal e profissional pudesse ser digna *na* e *da* Universidade Pública crítica e transformadora, por sua capacidade de fazer ver e pensar a *Virtù* como necessária predisposição ao agir cotidiano sobre a *Fortuna* e, como síntese dessa prática, por seu exemplo intelectual vívido.

À professora Cibele Saliba Rizek e ao professor Jacob Carlos Lima que – para além de despertarem curiosidade, vontade de saber, alegria e sentido de vida por meio do saber sociológico em diálogo – sugeriram caminhos e leituras no exame de qualificação que fizeram-me pensar outros desafios – problemas e matizes – para o estudo da trajetória intelectual de nossa professora Elisabeth Souza-Lobo.

Aos colegas do grupo de pesquisa Pensamento Social Brasileiro – em especial Alan Caldas, Jonas Lara Martins e José Augusto Marques de Souza – por me receberem, uma principiante, com encantadora disposição para os estudos e para o diálogo.

A Ana Carina Sabadin, Bruna Padilha de Oliveira, Denise Rasera, Eunice da Silva Nunes, Fernando Augusto de Souza Guimarães, Helena Goldschmidt Cassin, João Pedro Ferreira Perin e José Paulo Toledo colegas de estudo e apresentação nos diferentes seminários realizados ao longo do curso.

A Silmara Dionísio, pela presença sempre solidária.

Às professoras e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – André Ricardo de Souza, Fabiana Luci de Oliveira, Fábio José Bechara Sanchez, Gabriel de Santis Feltran, Maria Aparecida de Moraes Silva, Maria Inês Rauter Mancuso, Oswaldo Mario Serra Truzzi e Samira Feldman Marzochi – pelos encontros que despertaram, por meio do saber sociológico em diálogo – em classe e/ou fora dela – curiosidade, vontade de saber, alegria e sentido de vida.

A Sílvia Rosana Modena Martini e Humberto Celeste Innarelli – profissionais do Arquivo Edgard Leuenroth, Centro de Pesquisa e Documentação Social, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas

(AEL-IFCH-UNICAMP) – por contribuírem com orientações e gentis diálogos durante a pesquisa do acervo/fundo Elisabeth Souza-Lobo.

À professora Helena Sumiko Hirata e a Leon de Souza Lobo Garcia pelas contribuições – reais e simbólicas – vividas na elaboração desta pesquisa.

A essa experiência do fazer e do conhecer reuniram-se as amigas e os amigos, familiares – companheiras e companheiros – *de e para* toda a vida: Alexandre Schumacher Muraro Bizotto, Aline Souza Santos, Breilla Valentina Barbosa Zanon, Bruna Mello Diniz, Cristiano Gustavo Biazzo Simon, Cristina Hilsdorf Barbanti, Danilo Lucena Mendes, Deise Leopoldi, Edileuza Penha de Souza, Etiene Siqueira de Oliveira, Gabriel de Oliveira Lucena, Giovanna Raggi, Ilan Lapyda, Ilíada Pires da Silva, Ilíada Pires da Silva, Iraci Galvão Salles, Janete Marlene Silva Rosales, João Pedro Volante, Juliana de Alcantara, Lara Moraes Sorbille, Leslie Regina Della Giustina, Letícia Souza Santos, Livia Beatriz Almeida Pacito, Ludmila Costhek Abilio, Luís Felipe Souza Ferreira, Luiz Gustavo Simão Pereira, Mara Donato, Maria do Socorro de Abreu e Lima, Maria Salete Magnoni, Mariana de Abreu Momesso, Marina Fernandes, Marisia Margarida Santiago Buitoni, Marta Kawamura Gonçalves, Naiara Müssnich Rotta Gomes de Assunção, Namir Silva Sorbille, Nicole Amphoux, Patrícia Cerqueira dos Santos, Philippe Jean Ghislain Gobert, Reynaldo Norton Sorbille, Samuel Rodrigues dos Santos Junior, Selva Guimarães Fonseca, Simone Müssnich Rotta, Tarcila Lucena, Victoria Jordão da Silva e Vilma Neci da Silva. Teria sido impossível viver, sentir, pensar e aprender sem suas presenças.

Ao professor Adelino Francisco de Oliveira e às professoras Ludmila Érica Cambusano de Souza, Maria Amélia Ferracciú Pagotto e Neuza Maria Gonzalez – do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) – pela vitalidade e pelo exemplo de educador e educadoras revelados cotidianamente. Mais que colegas, inspirações de amizade e solidariedade.

À Comissão Julgadora desta tese de doutoramento – Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Fernanda Lombardi Fernandes (Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP), Prof. Dr. Milton Lahuerta (Universidade Estadual Paulista – UNESP), Prof. Dr. Jacob Carlos Lima (Universidade Federal de São Carlos – UFSCar) e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Priscila Martins Medeiros (Universidade Federal de São Carlos – UFSCar) – pela leitura crítica, pelo diálogo e pelas sugestões.

A realização deste Doutorado não seria possível sem o apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) que, por meio do Programa de Capacitação e Qualificação para cursos de Pós-Graduação "*Stricto Sensu*", permitiu o afastamento remunerado da atividade docente.



*Alice Schwarzer – Após a publicação de O Segundo Sexo, a senhora foi frequentemente acusada de não ter desenvolvido a tática de luta para as mulheres, detendo-se na análise.*

Simone de Beauvoir – É justo! Reconheço que é uma falha desse livro. Parei, depositando uma vaga confiança no futuro, na revolução e no socialismo.

A.S. – E hoje?

*S.B. – Hoje, mudei. Já lhe disse, desde o começo. Tornei-me de fato feminista.*

A.S. – Agora que a senhora se considera militante feminista e que se empenhou na luta concreta, a que ação pretende se entregar imediatamente?

*S.B. – Há um projeto no qual trabalho com um grupo de mulheres: manter grandes jornadas de denúncias de crimes cometidos contra mulheres. As duas primeiras sessões tratarão dos problemas da maternidade, da contracepção e do aborto. Elas serão realizadas nos dias 13 e 14 de maio, no salão da Mutualité. Haverá uma espécie de comissão de inquérito, construída por uma dezena de mulheres; interrogarão as testemunhas: biólogas, sociólogas, psiquiatras, médicas, parteiras, mas principalmente as mulheres que sofreram o tratamento dado atualmente à mulher.*

Esperamos convencer o público de que é preciso assegurar à mulher o direito de procriar livremente, isto é, ajudá-la a suportar as cargas da maternidade – em especial através de berçários – e também a recusar as maternidades não desejadas, graças a práticas anticoncepcionais e ao aborto. Exigimos que ele seja livre e que a mulher decida sozinha.

A.S. – Relaciona-se com frequência a luta das mulheres com o aborto. Pretende, no seu empenho, superar essa fase?

S.B. – Naturalmente. Penso ser preciso que o Movimento de Libertação da Mulher, e eu com ele, trabalhem em muitas outras coisas. Não lutamos apenas em favor do aborto livre, mas da difusão ampla das práticas anticoncepcionais, que deixarão ao aborto apenas um papel marginal. Por outro lado, a concepção e o aborto são apenas um ponto de partida para a libertação das mulheres. Organizaremos mais tarde outras jornadas onde denunciaremos a exploração do trabalho feminino: o da doméstica, da empregada, da operária.

Paris, fevereiro de 1972.

(Simone de Beauvoir, 1985).

*Para as mulheres, especialmente o fim dos anos 70 é apenas um começo. Na história, quando uma sociedade se encontra amordaçada e algemada, aqueles que parecem os menos perigosos, os inofensivos, os submissos, começam a se mover lentamente entre as sombras tecendo um trabalho paciente de formiga, as frágeis malhas de revolta e da resistência. Este tem sido o papel das mulheres. E no Brasil também foi assim.*

*De repente as mulheres surgiram. No movimento pela Anistia, no movimento do custo de vida, nos sindicatos, nos clubes de mães, nos grupos de mulheres. Em todas as cidades, nos bairros, nas Universidades. Falavam de liberdade de organização, de creches, de desigualdade de salários entre homens e mulheres, das discriminações, da dupla jornada de trabalho. E agora também da violência específica de que são vítimas, da sua sexualidade, da contracepção e do aborto.*

*Seu objetivo é a libertação cultural e econômica da mulher que, como disse Sheila Rowbotham, "passa pela criação de uma sociedade na qual se cesse de roubar a vida às pessoas e na qual as condições de produção e reprodução não dependam mais de sexo, da raça ou da classe social".*

(Elisabeth Souza-Lobo, 1980).

## RESUMO

Esta tese tem como objetivo recuperar e evidenciar a originalidade e as contribuições da obra de Elisabeth Souza-Lobo para as Ciências Sociais, em especial para a Sociologia brasileira. O fio que conduz o trabalho é o da reconstrução/apresentação de uma trajetória intelectual que foi tecida por um engajamento político permanente, amalgamando saberes constituídos, militância política e pesquisa acadêmica. A investigação e a presente exposição buscam reproduzir este mesmo e duplo sentido: de um lado, propõe-se uma análise entrelaçada e inseparável das contribuições da autora para movimentos sociais de mulheres e feministas, organizações políticas operárias e a Sociologia; de outro, intenta compreender como a ação e a responsabilidade política e social incorporada por ela em sua concepção de vida acadêmica contribuiu para sua agenda de pesquisa e de produção intelectual. Em outras palavras, caminhamos com Elisabeth Souza-Lobo percorrendo os possíveis caminhos de uma Sociologia brasileira politicamente comprometida e atada aos dilemas do seu tempo e seus necessários reposicionamentos. Com esse propósito, para além de situar sua produção acadêmica, destacou-se a presença da autora nas páginas do jornal “Em Tempo”.

**Palavras-chave:** Elisabeth Souza-Lobo. Trajetória Intelectual. Marxismo. Feminismo. Sociologia Brasileira.

## RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo recuperar y evidenciar la originalidad y las contribuciones de la obra de Elizabeth Souza-Lobo para las Ciencias Sociales, en especial para la sociología brasileña. El hilo que conduce este trabajo es el de la reconstitución/presentación de una trayectoria intelectual que fue tejida por un compromiso político permanente, amalgamando saberes constituidos, militancia política y pesquisa académica. La investigación y la presente exposición buscan reproducir este mismo y doble sentido: de un lado, se propone un análisis entrelazado e inseparable de las contribuciones de la autora para los movimientos sociales de mujeres y feministas, organizaciones políticas obreras y la Sociología; de otro, comprender cómo la acción y la responsabilidad política y social incorporada por ella en su concepción de vida académica contribuyó para su agenda de pesquisa y producción intelectual. En otras palabras, una sociología brasileña políticamente comprometida y atada a los dilemas de su tiempo y sus necesarios reposicionamientos. Con ese propósito, para además de situar su producción académica, se destacó la presencia de la autora en las páginas del periódico "Em Tempo".

**Palabras clave:** Elisabeth Souza-Lobo. Trayectoria Intelectual. Marxismo. Feminismo. Sociología Brasileña.

## ABSTRACT

This thesis aims to recover and highlight the originality and contributions of Elisabeth Souza-Lobo's work to the Social Sciences, particularly to Brazilian Sociology. The thread that guides this work is the reconstruction/presentation of an intellectual trajectory woven by a permanent political engagement, bringing together established knowledge, political activism, and academic research. The investigation and its exposition seek to reproduce this same dual movement: on one hand, proposing an interwoven and inseparable analysis of the author's contributions to women's and feminist social movements, worker political organizations, and Sociology; on the other hand, understanding how social and political action and responsibility incorporated by her in her conception of academic life contributed to her research agenda and intellectual production. In other words, we follow Elisabeth Souza-Lobo in her journey through the possible paths of politically engaged Brazilian Sociology, tied to the dilemmas of her time and its necessary reorientations. To this end, in addition to situating her academic production, the thesis highlights the author's presence in the pages of the newspaper "Em Tempo".

**Keywords:** Elisabeth Souza-Lobo. Intellectual Trajectory. Marxism. Feminism. Brazilian Sociology.

## RÉSUMÉ

Cette thèse vise à récupérer et mettre en évidence l'originalité et les contributions de l'œuvre d'Elisabeth Souza-Lobo aux sciences de la société, en particulier à la sociologie brésilienne. Son fil conducteur est la reconstitution/présentation d'un parcours intellectuel tissé par un engagement politique permanent, réunissant des savoirs constitués, militantisme politique et recherche académique. L'enquête et son mode d'exposition cherchent à reproduire cette même double signification: d'une part, une analyse entrelacée des contributions de l'auteure aux mouvements sociaux des femmes et féministes, aux organisations ouvrières et à la sociologie ; d'autre part, l'effort de comprendre comment l'action et la responsabilité politique et sociale qu'elle a intégrée dans sa vision de la vie académique ont contribué à son programme de recherche et à sa production intellectuelle. En d'autres termes, on suit Elisabeth Souza-Lobo dans son parcours par les voies possibles d'une sociologie brésilienne politiquement engagée, liée aux dilemmes de son temps et à ses nécessaires réorientations. À cette fin, outre la contextualisation de sa production académique, la thèse a souligné la présence de l'auteure dans les pages du journal "Em Tempo".

**Mots-clés:** Elisabeth Souza-Lobo. Parcours Intellectuel. Marxisme. Féminisme. Sociologie Brésilienne.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> Tipologias textuais.....	69
<b>Gráfico 2</b> Autoria.....	70
<b>Gráfico 3</b> Obras por ano.....	70
<b>Gráfico 4</b> Obras por ciclo.....	71
<b>Gráfico 5</b> Investigação Documental.....	71

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> Cronologia de Elisabeth de Souza Lobo (1943-2023).....	60
<b>Quadro 2</b> Cronologia de Publicações.....	64
<b>Quadro 3</b> Circulação da produção intelectual de Elisabeth Souza-Lobo.....	72



## LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

AEL	Arquivo Edgard Leuenroth
ALAS	Asociación Latinoamericana de Sociología
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
AP	Ação Popular
APRE	L'Atelier Production Reproduction
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNM	Projeto Brasil Nunca Mais
Cap-	Colégio de Aplicação
CAPH	Centro de Apoio à Pesquisa Histórica “Sérgio Buarque de Holanda”
CBA	Comitê Brasileiro pela Anistia
CFDT	Confédération française démocratique du travail
CIM	Centro de Informação da Mulher
CNRS	Centre National de la Recherche Scientifique
COBA	Collectif pour Boycott de l'Organisation par l'Argentine de la Coupe du Monde de Football
CPC	Centro Popular de Cultura
CS	Ciências Sociais
CSPLA	Comitê de Soutien à la Lutte du Peuple Argentin
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCPE	Departamento de Ciências Políticas e Econômicas
DCS	Departamento de Ciências Sociais
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DPF	Departamento de Polícia Federal
ESCOLATINA	Escola de Estudos Econômicos Latino-Americanos – Programa de Estudos Latino-americanos para Graduados
EPHE	École Pratique des Hautes Études
ESL	Fundo/Coleção Elisabeth Souza-Lobo
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FEA	Faculdade de Economia e Administração

FCC	Fundação Carlos Chagas
GEDISST	Groupe d'Étude sur la Division Sociale et Secuelle du Travail
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IFSP	Instituto Federal de São Paulo
IRESKO	Institute de Recherche sur les Sociétés Contemporaines
ISA	Asociación Internacional de Sociología
MFL	Mouvement de Libération des Femmes
MIS-SP	Museu da Imagem e do Som de São Paulo
MNA	Movimento dos Países Não-Alinhados
MNU	Movimento Negro Unificado
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
MuCem	Museu das Civilizações Europeias e Mediterrâneas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OLAS	Organização Latino-Americana de Solidariedade
ONU	Organização das Nações Unidas
POC	Partido Operário Comunista
PPGS	Programa de Pós-Graduação em Sociologia
PROLAM	Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina
PC	Partido Comunista
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PS	Partido Socialista
PRN	Partido da Renovação Nacional
PT	Partido dos Trabalhadores
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SBS	Sociedade Brasileira de Sociologia
SGEN	Fédération des syndicats généraux de l'Éducation nationale
SIAN	Sistema de Informação do Arquivo Nacional
SINASEF	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
SR	Superintendência Regional
TUCA	Teatro da Universidade Católica de São Paulo
UDN	União Democrática Nacional
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

UNICEF

Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIMEP

Universidade Metodista de Piracicaba

UQAM

Université du Québec à Montréal

## SUMÁRIO

<b>POR UM FIO .....</b>	<b>21</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>24</b>
<b>1. TRAJETÓRIA DE ELISABETH SOUZA-LOBO .....</b>	<b>40</b>
1.1 UMA BIOGRAFIA – IMAGENS E FATOS .....	40
1.1.1 Quatro imagens em quatro tempos.....	43
1.1.2 Um início – apontamento (bio)bibliográfico .....	47
1.1.3 Uma cronologia (um ensaio (bio)blibliográfico) .....	60
1.2 UMA BIBLIOGRAFIA – PRODUÇÃO, CICLOS E CIRCULAÇÃO.....	64
1.2.1 A produção trabalhada.....	64
1.2.2 Os ciclos da produção .....	70
1.2.3 A circulação da produção .....	72
<b>2. ANOS DE FORMAÇÃO: ENGAJAMENTO FEITO TRABALHO .....</b>	<b>75</b>
2.1 GERAÇÃO, SITUAÇÃO GERACIONAL, UNIDADE GERACIONAL E A JOVEM RADICAL.....	75
2.2 A TESE DE DOUTORADO E A ELABORAÇÃO FEMINISTA.....	80
2.2.1 Crise de dominação e ditadura militar no Brasil – A Tese .....	80
2.2.2 A elaboração feminista: um percurso.....	86
<b>3. ANOS DE INOVAÇÃO: TRABALHO FEITO ENGAJAMENTO .....</b>	<b>106</b>
3.1 AÇÃO-PRODUÇÃO FEMINISTA .....	106
3.2 PRODUÇÃO-AÇÃO ACADÊMICA E FEMINISTA .....	127
3.3 O ENCONTRO COM EMMA GOLDMAN.....	145
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>156</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>159</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>171</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>175</b>

## POR UM FIO

Reencontro Elisabeth Souza-Lobo, 35 anos depois, por meio de sua escrita crítica, poética e bem-humorada. Uma escrita de combate e para o combate. Não me lembro de ter lido seus textos quando – em 1988 – era sua aluna na disciplina de Pós-Graduação em Sociologia: Trabalho, Dominação e Resistência. O livro *O sexo do trabalho* (Kartchevsky-Bulport et al., 1987) estava na bibliografia do curso, mas não me lembro da leitura. Hoje, concluída esta pesquisa, *O sexo do trabalho* torna-se inesquecível, não somente por permitir conhecer um momento inaugural da obra-pensamento da autora – exposto no artigo “*A ‘prática invisível’ das operárias*” (1983) – mas, ainda, por ser ele mesmo a materialização de uma prática de propor (cons)ciência: coletiva, dialógica e crítica.<sup>1</sup>

Somente em 2015, quando pensei com as estudantes e com os estudantes do Ensino Médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo do *campus* Cubatão, uma oficina sobre mulheres na ciência, voltei-me para ela. Separei os dois livros que tinha – *Emma Goldman. A vida como revolução* (1983) e *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência* (1991); li e organizei-os para o trabalho na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Não estava na possibilidade da imaginação naquele momento, de recuperação do contato com a obra de Elisabeth Souza-Lobo, o sentido que tomaria no futuro como proposta de pesquisa neste Doutorado.

Dois mil e quinze, mil novecentos e oitenta e oito...

A leitura do *Programa*, agora sobre a mesa de trabalho – marca material daquele encontro com Elisabeth Souza-Lobo – possibilita visitar o campo de preocupações e estudos que conduzia, à época, o fazer investigativo, multidisciplinar

---

<sup>1</sup> Optou-se por grifar todas as obras da autora, Elisabeth de Souza-Lobo, consideradas como fonte do trabalho, em itálico, sejam artigos, capítulos de livros, livros completos ou documentos de arquivo. Os artigos foram, para além do uso do itálico, citados entre aspas. Igualmente arbitrária, mas com a finalidade de possibilitar a identificação e localização dos textos, foi a decisão de padronizar todas as referências como “Souza-Lobo”, embora apareçam nas originais variações do primeiro nome, como “Elizabeth”, “Elisabeth” e “Beth” e dos sobrenomes, como “Escobar de Souza Lobo”, “Souza Lobo Garcia”, “Garcia”, “Lobo”, “Souza Lobo” e “Souza-Lobo”.

e heterodoxo da professora responsável pela disciplina. Vislumbrar a força intelectual de Elisabeth Souza-Lobo.

O *Programa* está desenvolvido em três laudas. Prevê uma carga horária semanal – às quartas-feiras – de quatro horas: duas horas para aulas formais, expositivas, e duas horas para seminários e informa o número de créditos: oito. Explicita:

[o] curso tem como fio condutor estudar a construção da experiência operária. O objetivo é a revisão da literatura pertinente à discussão da experiência como integradora das muitas dimensões das práticas e representações de trabalhadores e trabalhadoras. A bibliografia integra textos de referência teórica e textos para discussão (Souza-Lobo, FLS/88/MLF-FLS741).

A palavra – experiência – originalmente sublinhada sustenta a exposição do *Programa*, apresenta uma ideia-conceito: “[...] integradora das muitas dimensões das práticas e representações de trabalhadores e trabalhadoras” e, sexualizando/distinguindo/apontando a igualdade, na diversidade dos sujeitos da reflexão, anuncia um modo de ver-pensar. Elisabeth Souza-Lobo partia sempre da expressão “fio condutor”. O fio condutor de um pensamento em permanente estímulo.

A bibliografia, “de referência teórica e textos para discussão”, está organizada nos eixos do *Programa*: “A construção da experiência operária: o objeto” e “A construção da experiência operária: temas e Problemas” [sic]. Este apresenta-se em três movimentos: “Práticas, *habitus*, gênero e modos de vida”, “O sistema de fábrica: tempo e espaço disciplinados, o controle do saber operário e as formas de dominação” e “*As práticas de resistência: espaços e tempos*” (Souza-Lobo, FLS/88/MLF-FLS741).

Para *A construção da experiência operária: o objeto*, Elisabeth Souza-Lobo convida a (re)conhecer e a discutir E. P. Thompson, Barrington Moore Jr., Cornelius Castoriadis, José Sérgio Leite Lopes, Maria Célia Paoli, Eder Sader e Vera da Silva Telles. Em um segundo movimento, para *A construção da experiência operária: temas e Problemas*, entram os estudos de Pierre Bourdieu, Herbert Richard Hoggart, Daniele Kergoat, Leôncio Martins Rodrigues, Stephen Marglin, André Gorz, Simone Weil, Charles Sabel, Robert Linhart, John Humphrey, Michelle Perrot, Alain Touraine,

Michel Wieviorka, François Dubet, Eric Hobsbawm, Amn ris Maroni e Leila Maria da Silva Blass.

O *Programa* finaliza, por meio dos itens “Requisitos” e “Trabalho de conclusão do curso”, pactuando, no primeiro, os compromissos de “[...] frequência obrigatória e disponibilidade para preencher as exigências de leitura” e, no seguinte, de “[...] prévia discussão do tema e de um plano do trabalho com bibliografia” com a finalidade de orienta o para a entrega, em setembro próximo, do trabalho final. Corria o mês de março.

Em anota es próprias, com uma caligrafia na qual não mais me reconheço, recupero a inser o de dois seminários, extras, de livros recentes: um referente ao trabalho de pesquisa de Alba Zaluar, “A máquina e a revolta: as organiza es populares e o significado da pobreza” (1985) e o outro, de Francisco de Oliveira, “O elo perdido: classes e identidade de classe na Bahia” (1987 [1983]).

Seguindo em minhas anota es, leio o nome do doutorando responsável pelo primeiro seminário – “O elo perdido: classes e identidade de classe na Bahia” – Jacob Lima. Está marcado para o dia 6 de abril daquele 1988. Encerro este prólogo, em 06 de abril de 2023, reflexiva.   bom sentir a presença de Elisabeth Souza-Lobo. Fio condutor de pensamentos e de encontros.

## INTRODUÇÃO

*O fio condutor de todo o trabalho e de toda a reflexão é a diversidade [...] diversidade de experiências, de referências, de culturas.*  
(Elisabeth Souza-Lobo, [s. d.]).

Momento do trabalho iniciado no segundo semestre do ano de dois mil e dezoito, o presente texto é resultado de um percurso investigativo que – para além do objetivo de cumprir um dos requisitos para a conclusão da Pós-Graduação – Doutorado – junto ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – entrega uma realização e, em movimento contraditório permanente, uma frustração.

Como realização, expressa um caminho percorrido para a compreensão da trajetória intelectual, da obra e do pensamento de Elisabeth Souza-Lobo no entrelaçado campo do marxismo, do feminismo e das ciências sociais. Como frustração, desvela a condição de pesquisadoras e de pesquisadores que – roída de infernal curiosidade – enfrentou, no pandêmico e acelerado tempo presentíssimo, os limites do fazer prático do ofício e o difícil aprender-viver. Essa situação balizou, fez rezingar e, por alguns momentos, impediu o ver e o ir adiante.

Tempo passado, e (sobre)vivida, a tese organiza-se em dois eixos – (i) Engajamento feito trabalho e (ii) Trabalho feito engajamento” – que combinam, articulam-se e pretendem demonstrar a originalidade da obra marxista, feminista e sociológica de Elisabeth Souza-Lobo (1943-1991) e as contribuições dessa obra-autora para os movimentos sociais de mulheres e feministas, para as organizações políticas operárias e para as ciências sociais – em especial para a Sociologia. Uma trajetória intelectual engajada e iconoclasta que amalgamou saberes constituídos de diferentes áreas – da Política, da Sociologia, da Filosofia e, por fim e permeando a todas, da História, militância política partidária e cidadã e pesquisa acadêmica política, sociológica e histórica.

Assim, entre as inegáveis marcas da presença de Elisabeth Souza-Lobo está o engajamento político – um pensamento-ação de denúncia e de anúncio do mundo. Procurei – partindo de imagens-textos da autora sobre si – contextualizá-la em seu tempo vivido, como parte de uma geração e como expressão de uma singularidade.



Busco, então, tratar das contribuições de Elisabeth Souza-Lobo para a Sociologia brasileira, pós anos 1980, tendo como objetivo analisar sua originalidade teórica e conceitual. Fazer este caminho também é investigar e trazer a correlação entre trajetória pessoal, geracional e política e as escolhas, as agendas e o movimento intelectual acadêmico realizados pela autora.

Para realização da pesquisa – que pretendeu compreender a trajetória, os pontos de mutação temáticos e de agenda, as intersecções (ação política-Academia-ação política) e a produção intelectual – foram realizados três movimentos (de estudo, de (re)conhecimento de fontes e de levantamento de dados) articulados na tese sob o comando do esforço da compreensão.

No primeiro, de viés teórico, como suporte para a compreensão de trajetória e tempo vivido no contexto da produção intelectual, revisei autores e conheci novos. Realizei leituras de Karl Mannheim e Octávio Ianni, revisei Eric Hobsbawm, Paulo Freire e Jean Chesneaux e estudei (e estudo diariamente) Jean-Paul Sartre, Merleau-Ponty e Simone de Beauvoir. Antonio Gramsci chegou, como necessidade e como fonte primária, por meio dos “Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais” (2017a) e das “Breves notas sobre a política de Maquiavel” (2017b). Caminhei nesse caleidoscópio teórico, buscando situar e compreender o ambiente histórico e intelectual de formação e de elaboração da reflexão da autora.

No segundo, empírico, procurei organizar um conjunto de informações, documentais e bibliográficas, observando o eixo da trajetória e o eixo da reflexão-produção intelectual. Compõem o banco de informações da trajetória: dados biográficos; passagem por lugares, instituições, redes e afetos; filiações teóricas e conversões teóricas; dados sobre impactos e posicionamento da autora em momentos históricos particulares (como a experiência da militância estudantil, o momento autoritário e o exílio, a ação na emergência e no fortalecimento da sociedade civil pós-1979), a atividade docente de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), a relação com movimentos de trabalhadoras da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e com os movimentos de mulheres e feministas. Esse material foi inventariado na perspectiva da construção de uma cronologia da vida e do pensamento de Elisabeth Souza-Lobo, detectando fases e movimentos, buscando a

elaboração de uma (bio)bibliografia. Esse resultado de pesquisa, em parte, está representado pelos anexos, nos quais, também, se pretendeu dar preservação memorialística e possibilidade de circulação fora dos espaços de pesquisa perita.

O terceiro movimento foi do mergulho na produção intelectual – no pensamento, via teses e interpretações – da autora. Partindo do *corpus* documental localizado e organizado, apresentei e justifiquei os primeiros recortes temporais – 1967-1981; 1982-1983; 1984-1988; 1989-1991 e 1991-2021 – nos quais foi possível circunscrever rupturas, mudanças e/ou deslocamentos no trabalho intelectual da autora.

A partir das leituras, ponderações e das recomendações, advindas do exame de qualificação e das conversas de orientação, retomei esses cortes/marcos e reelaborei-os da seguinte maneira:

- anos de formação e profissionalização pré-Doutorado (1962-1979) – vividos em Porto Alegre (Brasil) – 1943-1966 –, em Valparaíso e Santiago (Chile) – 1971-1973 –, e em Paris (França) em dois momentos intercalados: 1967-1969 e 1974-1979.
  
- anos de profissionalização e de formação de Pós-Doutorado (1979-1991) quando retorna do exílio ao Brasil e, para além do trabalho acadêmico desenvolvido na Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), na Universidade Estadual Paulista (Unesp, *campus* Marília) e na Universidade de São Paulo (USP), rearticula os estudos de Pós-Doutorado na França junto ao *Groupe d'Étude sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail* (Gedisst) do, à época, *Institute de Recherche sur les Sociétés Contemporaines-Centre National de la Recherche Scientifique* (Iresco-Cnrs) e no Canadá nas Universidades de Montreal e de Ottawa.

No primeiro grande marco, 1962-1979, ocorre a fase formativa da autora e sua primeira tensão teórica e de agenda de pesquisa, em dois movimentos: (1) dos Estudos Literários à Sociologia da Literatura e (2) da Sociologia da Literatura à Sociologia Política e, concomitantemente – as primeiras intervenções feministas – a

emergência dos trabalhos sobre a questão da mulher e sobre os movimentos sociais de mulheres na imprensa brasileira.

O período seguinte, 1979-1983, é marcado por três conjuntos de problemas orientadores da pesquisa. Em primeiro lugar, as pesquisas empíricas sobre o trabalho assalariado, a sindicalização e as reivindicações das operárias em São Paulo. Nessa agenda, ampliam-se e diferenciam-se as investigações da autora que se deslocam da questão da mulher e dos movimentos sociais de mulheres para as relações e representações do feminino e do masculino na fábrica e no sindicato.

Uma segunda novidade é o empenho de Souza-Lobo na elaboração da conceituação de gênero para as Ciências Sociais. Por fim, esses anos definem uma nova agenda de trabalho: as trajetórias e histórias de vida de operárias que vinculam a ação intelectual na Sociologia do Trabalho à História Social. Em 1991, em sua última participação acadêmica, a conferência “*A classe trabalhadora no Brasil: experiência, estrutura e gênero*”, ocorrida na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 14 de março de 1991, possibilitou-nos conhecer, cristalizada, as referências de seu heterodoxo pensamento.

Em síntese, o objeto desta pesquisa de Doutorado é a produção intelectual de Elisabeth Souza-Lobo. A pergunta que dirige esta investigação é relativa à singularidade da obra da autora e expressa-se por duas questões de fundo: a primeira indaga sobre a originalidade teórica e conceitual da produção intelectual de Elisabeth Souza-Lobo para a Sociologia brasileira pós-1970 e a segunda, sobre a correlação entre trajetória pessoal, geracional e política e as escolhas, as agendas e o movimento intelectual acadêmico realizados pela autora.

A pergunta de pesquisa – sobre a singularidade e/ou originalidade –, orienta-se, por conseguinte, tanto para a recepção do(s) feminismo(s) em concorrência mundial, como também para sua reelaboração no contexto brasileiro – herdeiro de arcaica mentalidade e estrutura patriarcal, racista e sexista ligada à colonização, ao subdesenvolvimento e à condição de periferia do capitalismo – questões fundamentais para entender as semelhanças e as diferenças entre o feminismo no Brasil e sua relação com outras experiências mundiais.

Como hipóteses à pergunta formulada – da originalidade teórica-conceitual da produção intelectual da autora nos temas por ela trabalhados, na abordagem e na

própria escrita (no dizer sobre e dizer-se) –, estão e precisam ser analisadas em múltiplas perspectivas e focos:

- o estudo sobre a ação das mulheres na produção/reprodução da estrutura social em diálogo com as intelectuais feministas francesas, inglesas, italianas e americanas;
- os estudos sobre a situação operária nos anos 1970-1980 e, em especial, a situação das mulheres operárias;
- a elaboração crítica à construção social da divisão sexual do trabalho em todas as dimensões;
- a indivisibilidade entre a reflexão teórica-histórica (marxista e heterodoxa) e a pesquisa empírica;
- a reflexão teórica como um processo de ação política e, portanto, em percepção contínua e atenta às transformações sociais;
- o perfil intelectual de um combate permanente: de denúncia do mundo e anúncio da utopia, *tom* constante em seus trabalhos e explosivo na biografia que escreveu sobre a revolucionária anarquista Emma Goldman.

Essa última questão vincula-se, também, a uma ideia de prescrição geracional organizadora da vida-obra, que é possível associar às reflexões de Paulo Freire sobre a ação cultural e revolução social:

[...] na medida, porém, em que a verdadeira utopia implica na dialetização da denúncia e do anúncio, a liderança revolucionária não pode: a) denunciar a realidade sem conhecê-la. b) anunciar a nova realidade sem ter um pré-projeto que, emergindo na denúncia, somente se viabiliza a práxis. c) conhecer a realidade distante dos fatos concretos, fontes de seu conhecimento. d) denunciar e anunciar sozinha. e) não confiar nas massas populares, renunciando à sua comunhão com elas (Freire, 1976 [1969], p. 78).

O espírito do tempo lançado nas palavras de Freire pode ser vislumbrado e pode estar materializado na vida e na agenda de pesquisa de Elisabeth Souza-Lobo. Procuro, para além do levantamento e análise do material textual e documental sobre a trajetória pessoal, política e intelectual de Elisabeth Souza-Lobo, sistematizar dados sobre o quadro teórico contemporâneo da autora – nacional e

internacionalmente – e, também, dos termos e problemas do contexto político que cercou a produção, a circulação e a recepção da obra da intelectual. Trata-se de pensar a reflexão autoral mais rigorosa e acadêmica com o contexto intelectual e político de seu momento histórico.

As questões indicadas – sobre a originalidade teórica e conceitual da produção intelectual e sobre a correlação entre trajetória pessoal, geracional e política e as escolhas, as agendas e o movimento intelectual acadêmico realizados pela autora em estudo – conduzem ao objetivo geral de compreender, no contexto da produção sociológica brasileira dos anos 1980, a trajetória intelectual, a produção teórica e a interlocução das percepções/teses de Elisabeth Souza-Lobo.

Na persecução do objetivo geral, foram traçados objetivos específicos:

- o registro, a descrição e a análise das trilhas do processo de formação intelectual e acadêmica da autora;
- análise do diálogo da autora com o marxismo, em seus vários momentos: em sua formação clássica da juventude e atuação no movimento estudantil, na recepção de novos autores marxistas em sua vivência no exílio e na relação com o marxismo brasileiro anos 1970 e 1980;
- análise do diálogo da autora com os feminismos – as feministas e o movimento feminista – e a elaboração conceitual *no* movimento feminista;
- análise e localização da produção intelectual da autora na elaboração teórica da interseção dos conceitos de autonomia, de experiência e de gênero à divisão sexual do trabalho a partir dos primeiros estudos realizados no exílio;
- análise e localização das interações e diálogos, diretos ou indiretos, da intelectual com a produção coetânea, o alcance, a utilização de suas formulações conceituais e/ou estratégias explicativas e os usos e ressignificações do marxismo nas formulações;
- construção de um acervo memorialístico: linha biográfica e bibliográfica – uma bibliografia; reunindo materiais e reproduzindo textos de pouco e/ou difícil acesso público.

Essa intenção explica a presença, muitas vezes longa, de citações de textos da autora, em geral pela dificuldade de acesso aos textos originais pelo público leitor. Parte do material de difícil acesso foi convertido em anexos nesta tese, ampliando a circulação e recepção da produção intelectual da autora.

O percurso investigativo, a escolha do método e a seleção das fontes remetem a Alfredo Bosi, notadamente em “Fenomenologia do olhar”, uma das contribuições da coletânea organizada por Adauto Novaes “O olhar”, publicada 1988. Bosi:

[...] o olhar atento se exerce no tempo: colhe, por isso, as mudanças que sofrem homens e coisas. Todos os seres, vistos uma só vez, em corte sincrônico, parecem mais simples, coesos e homogêneos do que o são quando contemplados no curso da sua própria história. Só a visão diacrônica revela o processo, tantas vezes conflituoso, que formou a aparência (Bosi, 1988, p. 85).

Esse excerto anuncia a preocupação primeira desta pesquisa: reconhecer todo e qualquer conhecimento em sua historicidade. Em um processo analítico que, como indicou a tradição hegeliana-marxiana, permite situar para além da aparência e do instante, a dinâmica oculta, tensa e complexa dos movimentos subterrâneos da História. Trata-se de examinar, assim, como foi construída a obra da autora, na espiral diacrônica (em si, em sua realização no tempo) e sincrônica (em relação ao conjunto contemporâneo) (Chesneaux, 1995 [1976], p. 69-70). Trata-se de observar a relação possível entre o contexto de vida – no Brasil, no debate intelectual mundial, nas constrições da luta política – e as inclinações de filiação teórica –, agenda de pesquisa e opções no campo acadêmico e político.

Simultaneamente, essa preocupação encontra duas premissas que dirigem o olhar sobre esta e sobre qualquer outra obra e/ou existência material que são: (1) “[...] a questão se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é teórica, mas *prática*. É na *práxis* que o homem deve demonstrar a verdade” e que, portanto, (2) “[...] a essência humana não é um abstrato, residindo no indivíduo único. Em sua efetividade é o conjunto das relações sociais” (Marx, 1985 [1845], p. 51-52). Essas premissas colocam-se para o método na expressão-síntese: “[...] a investigação tem de se apropriar da matéria (*Stoff*) em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear o seu nexos interno” (Marx, 2013 [1873], p. 96) para,

por fim, considerando a especificidade do acontecimento em estudo – a vida-obra de Elisabeth Souza-Lobo – não pareça “[...] ser como um raio vindo do céu sem nuvens” (Marx, 2011 [1869], p. 18). Em outras palavras, todo acontecimento está situado e é situação da luta de classes e é esse movimento, de opostos, que cria as circunstâncias e as condições nas quais mulheres e homens atuam em sua condicionada e alienada liberdade.

Estes apontamentos desvelam o método de investigação sobre a produção intelectual de Elisabeth Souza-Lobo. De um lado, conectando a produção intelectual ao seu lugar social (texto-contexto), que, sem eliminar a agência da autora, não a isola das influências de seu momento vivido ou do diálogo com o debate político-intelectual instalado. Mannheim reforçou a natureza da produção intelectual como interação com essa dimensão social ampla e com o pensamento social (histórica e coletivamente produzido). De outro, preservam as tensões internas na construção da produção intelectual, inevitavelmente ligadas às filiações teóricas de cada autor(a). Elisabeth Souza-Lobo formou-se no marxismo e, ao modificar sua agenda de reflexão para o campo do feminismo não ignorou o primeiro, negando-o ou substituindo-o pelo segundo. Ao contrário, a produção e a reprodução capitalista conectam-se, em sua análise, à questão das experiências vividas no feminino e no masculino. Mas uma pergunta que incomoda: por que o giro classe-gênero, mesmo mantidas as conexões? Por exigência de mudança do contexto histórico? Essa hipótese será analisada e só faria sentido se o método de análise se fundamentasse na premissa da inter-relação entre produção intelectual e momento/dinâmica histórica.

O percurso desta investigação de Doutorado foi marcado, brutalmente, pela pandemia da Covid-19, que literalmente parou grande parte do mundo. Essa foi a primeira dificuldade: o fato de o período de realização de Doutorado ser coetâneo à crise pandêmica. Nessa conjuntura, os locais de pesquisa – planejados ainda na fase de projeto – ficaram inacessíveis. Tinha como objetivo – depois de concluídos os créditos ao final do primeiro semestre de 2019 – um levantamento primeiro, um momento exploratório, que levaria a definir os acervos imprescindíveis. A ideia era visitar, portanto, alguns dos centros urbanos nos quais viveu e trabalhou Elisabeth

Souza-Lobo. Paris e Porto Alegre – constituindo uma primeira imersão e Santiago, Campinas, São Paulo e Piracicaba ficariam para 2020. E assim iniciei.

Em Paris e em Porto Alegre, ainda em 2019, procurei examinar o potencial das novidades, ou seja, conhecer os centros públicos de pesquisa – bibliotecas, arquivos (universitários, públicos e privados), livrarias e centros culturais – e, mais importante, reconhecer as condições efetivas de cada um desses espaços de memória-vida e, também, lugares de materialidade do poder, para responder à demanda específica do projeto de pesquisa: texto/contexto de referências e da produção da autora.

Percorrer a Biblioteca Nacional François Mitterrand, a livraria *Des femmes*, sede de editora de um dos coletivos formados no *Mouvement de Libération des Femmes en France (MFL) – Des femmes-Antoinette Fouque* – e Paris VIII, hoje Vincennes-Saint Denis, possibilitaram o conhecimento e a leitura de jornais, de panfletos e de fotografias do movimento feminista francês nos anos 1960/70. Também, em meio aos atos de rememoração, naquele ano de 2019, dos 45 anos da aprovação da Lei de descriminalização do aborto na França (1974) – Lei Veil – a cidade contava com um conjunto de intervenções feministas: panfletagens, espetáculos, conferências e intervenções críticas. No último conjunto, das intervenções críticas, chamaram minha atenção as de provocar a percepção/reflexão do domínio do masculino no cotidiano. Todas as ruas do quarteirão Saint-Germain, com seus nomes de homens, homenageados, receberam autoadesivos – às vezes à esquerda, à direita, acima ou abaixo (em nenhum caso *sobre*) – de *feminageadas*. A rua Jacob tornou-se, simultaneamente, rua Rosa Parks. Faixas e mais faixas informavam: “*En France 1 femicide tous les 2 jours*”.<sup>2</sup>

Em Paris VIII-Saint-Denis pude retirar, para leitura e cópia, a tese defendida pela autora em 1979 – *Crise de domination et dictature militaire au Brésil* – traduzida, ao longo desse processo pelo sociólogo Ilan Lapyda, mas não foi possível consultar, como desejado, a documentação de guarda institucional sobre ela (e seu trabalho na Instituição), tampouco sobre seu orientador Jean-Marie Vincent, principal

---

<sup>2</sup> “Na França 1 feminicídio a cada 2 dias” (Tradução nossa). No Brasil: 1.326 vítimas de feminicídio em 2019 (66,6% mulheres negras; 56,2% entre 20 e 39 anos de idade; 89,9% mortas pelo companheiro ou ex-companheiro) (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2020).



motivo da visita à instituição. No entanto, o conhecimento, por meio de conversas informais, da história da Universidade de Paris VIII-Vincennes – a demolição e a transformação em Vincennes-Saint-Denis – foi, em si, um acontecimento que transbordou a passagem pela cidade. Havia ali matéria-prima para uma reflexão sobre as derrotas, entre muitas, do processo contestador e libertário experienciado nos anos 1968-1969. Fui-me, então, a Marselha onde pude permanecer, por uma semana, conhecendo o acervo e participando das atividades no Museu das Civilizações Europeias e Mediterrâneas (MuCem) e retornei.

Passagens rápidas por São Paulo, Cubatão e São Carlos e vou para Porto Alegre pois, para além da curiosidade de conhecer e pensar a cidade e suas transformações, entre 1950 e 1970, Elisabeth Souza-Lobo havia recebido, *In memoriam*, a Medalha “Negrinho do Pastoreio” em “[...] reconhecimento aos relevantes serviços prestados em favor do Estado”.<sup>3</sup> O decreto estava disponível pela internet, mas não o seu processo de tramitação: a segunda origem – a que interessa para pensar as lutas pela memória, verdade, justiça e reparação em curso – justificativa e debates.

Naquela ocasião, não foi possível conhecer essa documentação sob guarda da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Penso, ainda hoje, que esse conjunto documental pode apontar para o conhecimento de uma rede/unidade geracional política de transmissão da experiência vivida, por gaúchas e gaúchos, nos primeiros dez anos da ditadura militar (1964-1974). De qualquer modo, a secura do decreto possibilitou pensar e movimentar em outras direções.

Em 2020, solicitei direito de matrícula, como aluna especial, na disciplina “Gênero e Universidade”, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia

---

<sup>3</sup> Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Decreto n.º 39.677, de 23 de agosto de 1999. Concede Medalha "Negrinho do Pastoreio". A instituição dessa medalha deu-se em 1972, por meio do Decreto n.º 21.669, de 25 de março, que definiu, artigo segundo, o mérito “[...] é destinada às pessoas que tiverem prestado relevantes serviços de qualquer natureza em favor da pessoa humana, do Estado ou da Pátria”. Nessa reedição, na vigência da constituição de 1988, Souza-Lobo é reverenciada com Clara Koutzii (*In memoriam*); João Goulart (*In memoriam*); José Carlos Oliveira (*In memoriam*); Paulo Frank (*In memoriam*); Antenor Ferrari; Avelino Bioen Capitani; Carlos Augusto de Souza; Cezar Santos Alvares; Cláudio Antonio Weyne Gutiérrez; Ermelinda Mazzaferro Bronca; Flávia Schilling; Ivanir Jose Bortot; Jair Lima Krischke; Jairo de Andrade; João Carlos Bona Garcia; José Keniger; Lauro Hagemann; Leonel de Moura Brizola; Lícia Margarida Macedo de Aguiar Peres; Raquel Cunha; Raul Jorge Anglada Pont; Sereno Chaise e Zulmira Guimarães Cauduro.

da Universidade de São Paulo (PPGS-USP), sob a responsabilidade das professoras Eva Alterman Blay, Maria Arminda do Nascimento Arruda e do pesquisador Rodrigo Correia do Amaral. O programa da disciplina anunciava, para além de uma interessante questão, bibliografia e proposta de avaliação, a possibilidade de trabalhar, durante dez semanas, com estudantes interessadas e interessados no tema e, principalmente, de contar com a presença-experiência profissional, feminista e política, em especial, da professora Eva Blay.

Enquanto aguardava o deferimento (ou não) da matrícula, fui para Campinas para o trabalho de pesquisa documental no Arquivo Edgard Leuenroth do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (AEL-IFCH-Unicamp). O fundo/coleção Elisabeth Souza-Lobo<sup>4</sup> estava parcialmente aberto para consulta e foi, para uma primeira imersão, suficiente.

Conheci, registrei e pensei o conteúdo de 55 pastas.<sup>5</sup> Por meio dessas notas de pesquisa, é possível afirmar o caráter dinâmico, metódico, integrado e engajado do trabalho da autora.

Iniciada essa boa experiência, matrícula deferida, organizei-me para, no desenvolvimento da disciplina e na elaboração do trabalho final, apresentar e discutir

---

<sup>4</sup> Após a reunião, a documentação foi doada ao Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). Organizado em 1995 com apoio da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Reorganizado em 1999. Procedência: Doação de Marco Aurélio Garcia, marido da titular, no início da década de 1990 e formalizada em 18 de janeiro de 2000. Nota do arquivista: Em processamento técnico. Indisponível até fevereiro de 2019. Documentação organizada por Lígia Aparecida Belém. Dossiê Recortes e descritores temáticos: Roberta de Moura Botelho e Patrícia Cano Saad. Anexos: Maria Conceição dos Santos. Descrição preparada por Roberta de M. Botelho e Vânia R. P. Miranda. (Cf.: AEL. *Guia de Fundos*. (Relatório do Pesquisa). Publicado em: 10 mar. 2020. Disponível em <https://www.ael.ifch.unicamp.br/pf-ael/public-files/instrumentos-pesquisa/relatoriofundos.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2021). Sobre o acervo é importante registrar: 1. Período: 1967-1991; 2. Dimensão (disponível na ocasião da consulta): 144 pastas de manuscritos; 8 pastas de recortes de jornais; 83 títulos de periódicos; 73 livros-teses; 84 folhetos; 534 textos; 23 cartazes; 107 panfletos; 1 fotografia; 3. Dimensão e suporte (catalogado): 295 pastas com documentos textuais, 89 periódicos, 52 livros, 24 trabalhos acadêmicos, 85 folhetos, 23 cartazes, 1 fotografia; 4. História arquivística: Por ocasião da morte da titular, seu arquivo encontrava-se fragmentado parte em sua residência em São Paulo, parte em seu gabinete na USP.

<sup>5</sup> Anotações de pesquisas e algumas fotos. Selecionados os materiais a serem copiados no Arquivo, marquei com o técnico, o Sr. Emerson, para um “dia da reprodução”. No último dia de trabalho – partiria para as atividades do 8 de março, no IFSP-Capivari, com estudantes do Ensino Médio (dia 6), no Encontro de Mulheres do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEF-SP (dias 7 e 8) e no Ato Público “8M” na Avenida Paulista – descobriu-se a máquina quebrada. Não incomodou à época, retornaria em 16 de março para mais uma jornada. Não houve outra jornada, devido à Pandemia da COVID-19.

a obra de Elisabeth Souza-Lobo afinando, também e nessa oportunidade, a pesquisa para a qualificação prevista para setembro.

A professora Eva Blay, naquela ocasião, com 82 anos de idade e muito animada com o lançamento de seu mais recente livro – “Gênero e feminismos: Argentina, Brasil e Chile em transformação” (Blay; Avelar; Rangel, 2019) – ouviu, intervindo com sugestões e inquietações, na primeira rodada de apresentação dos projetos de pesquisa da turma.

O encontro seguia, anunciando uma diversidade de pesquisas, enfoques, repertórios e militâncias feministas, quando a Prof.<sup>a</sup> Maria Arminda chegou. Como professora da disciplina, discorreu sobre as boas expectativas de trabalho que estavam ali colocadas e, como diretora da Faculdade de Filosofia, lamentou e comunicou a decisão de suspensão das aulas e demais atividades da unidade, em razão da “propagação do vírus Sars-CoV-2 na cidade”. Era 13 de março e, no período da tarde, eu estaria no Centro de Apoio à Pesquisa Histórica “Sérgio Buarque de Holanda” (CAPH-USP) para conhecer a documentação institucional-profissional, de Elisabeth Souza-Lobo de 1982 a 1991 na Universidade de São Paulo (USP).

Curso suspenso, medidas governamentais as mais diversas e controversas, isolamento social e estranhamento. Diante a novidade, o término da aula e o fechamento do CAPH-USP, não mais saí.

Aguardava, a cada mês, a possibilidade de, seguindo protocolos sanitários, retornar ao Arquivo Edgard Leuenroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social da Universidade Estadual de Campinas (AEL-UNICAMP), conhecer o acervo do Centro de Apoio à Pesquisa Histórica “Sérgio Buarque de Holanda” (CAPH-USP), assistir aos três audiovisuais – “*É menino ou menina?*” (1978), “*Balzaquianas*” (1981) e “*A terceira idade*” (1982)<sup>6</sup> – trabalhados por Elisabeth Souza-Lobo em eventos científicos e militantes na primeira metade dos anos 1980 e, por fim, fechar a pesquisa documental no Centro de Informação da Mulher (CIM). Não sendo possível essa etapa, destinei-me para a pesquisa, a organização e a leitura da documentação disponível, sobre a autora, nos acervos virtuais do Sistema de

---

<sup>6</sup> Os audiovisuais foram produzidos e dirigidos por Eliane Bandeira e Marília de Andrade e encontram-se no acervo do Museu da Imagem e do Som de São Paulo (MIS-SP).

Informação do Arquivo Nacional (SIAN), do Projeto/Biblioteca Brasil Nunca Mais – digital (BNMdigital), da Fundação Carlos Chagas (FCC) (em especial a série do jornal feminista *Mulherio*) e do Centro Sérgio Buarque de Holanda – documentação política e histórica – da Fundação Perseu Abramo (a coleção do jornal “Em Tempo”). As fontes, os dados extraídos e o aprendizado que a consulta a esses acervos proporcionou, indubitavelmente, trouxeram luz à trajetória em estudo e permitiram, para além das balizas postas pelo conhecimento adquirido da produção da autora, seguir o trabalho.

Nesse primeiro ano da pandemia, frente à situação de *lockdown*, em 2020, Suely Deslandes e Tiago Coutinho (2020) da Fiocruz, publicaram um artigo com importantes considerações teórico-metodológicas sobre a pesquisa social nos ambientes digitais nos momentos de interdição, de distanciamento social imposto pela pandemia. Entre os aspectos abordados sublinhei: a sociabilidade digital; o “ambiente digital” e o borramento de fronteiras entre real-virtual; a redefinição do significado de “campo” na ambiência digital; os diferentes usos culturais das plataformas digitais; as plataformas como produtoras de gêneros discursivos e a produção e extração de documentos e/ou dados de acervo. Afirmaram os autores:

[...] Com a “digitalização da vida cotidiana”, observa-se que a tecnologia aplicada à pesquisa social não funciona meramente como ferramenta auxiliar para a captação de dados. Essa torna-se o meio pelo qual a socialidade dos sujeitos de pesquisa é colocada em prática. Pode-se dizer que o mundo digital engloba todos os campos de interação da vida social, daqueles mais íntimos e privados (como relacionamentos afetivo-sexuais ou de controle de ciclos corporais como a menstruação) até os de esfera macro, como grandes movimentações financeiras transnacionais (Deslandes; Coutinho, 2020, p. 4).

E alertaram:

[...] Essa mudança de paradigma em relação ao papel da tecnologia nas pesquisas sociais tem como principal desdobramento prático a tomada de consciência por parte do pesquisador que a tecnologia tem esse duplo caráter: se por um lado ela é o *lócus* privilegiado onde os interlocutores desenvolvem suas interações, por outro ela auxilia na extração, mensuração e análise dos dados. Assim, todas as etapas da pesquisa serão mediadas pelo mundo digital, desde sua análise exploratória de reconhecimento do campo até a escrita do texto final, e neste percurso haverá pouca distinção entre o *offline* e o *online*. (Deslandes; Coutinho, 2020, p. 4).

Nesse contexto, a pesquisa bibliográfica e documental teve continuidade em ambientes digitais e consolidou os seguintes recortes cronológicos/eixos: (1) 1967/8-1981 (uma ação feminista), (2) 1982-1983 (feministas, mulheres e operárias), (3) 1984-1988 (classes, experiência de classe e gênero), (4) 1989-1991 (igualdade e diferença) e (5) 1991-2021 (após a morte de Elisabeth Souza-Lobo (março) a republicação, organizada, de parte de sua obra). A especificidade de cada recorte tem como fundamento a percepção dos processos de reorientação e/ou ruptura compreendidos no estudo do conjunto documental e à luz das conjunturas nas quais cada experiência da autora foi elaborada (texto/contexto/categorias-conceitos).

Assim, corroborando os procedimentos de análise documental (exame e crítica) propostos por André Cellard (2014, p. 299), foram consideradas cinco dimensões: o contexto de produção, a autoria, a autenticidade e a confiabilidade dos textos, a natureza dos textos, os conceitos-chave e a lógica interna dos textos selecionados.

A possibilidade de conhecer a trajetória intelectual de Elisabeth Souza-Lobo está, no caminho metodológico pensado para esta tese, no exame e no cruzamento das fontes documentais tipificadas em três eixos: (1) as da própria autora – em seu modo de “dizer-se”<sup>7</sup> ao mundo –, (2) os documentos institucionais universitários, partidários e de vigilância e repressão do Estado ditatorial militar,<sup>8</sup> (3) por meio da apresentação em outras vozes: pesquisadoras e pesquisadores acadêmicos (dentro e fora do circuito nacional) e pelas escritas-memórias de militantes que, com ela, estiveram e/ou atuaram em diferentes campos e momentos das lutas sociais, em especial, nos movimentos de mulheres e no movimento feminista.<sup>9</sup>

Foram analisados diferentes gêneros textuais, materiais como manuscritos, traduções, cadernos de registro de estudos, recortes de jornais, planos de cursos, projetos de pesquisa, relatórios de pesquisa, currículos e memoriais,

---

<sup>7</sup> E, se penso a partir de Margareth Rago (2014, p. 23-59), na “aventura de contar-se”.

<sup>8</sup> Elisabeth Escobar de Souza Lobo Garcia esteve, comprovadamente e continuamente, sob vigilância de Estado de 1966 a 1986. Documentação localizada e disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

<sup>9</sup> Flavio Koutzii (2020), Adriana Piscitelli ([s.d.]), Michael Löwy (2016), Miriam Grossi (2016 *apud* SCHUCK, 2017), Edna Castro (2015), Helena Hirata (2011; 1991; 1991a; 1991b), Leila Blass (2011; 1991), Vera Soares (2011; 2009; 2000), Marilena Chauí (2011), Marco Aurélio Garcia (1997; 1991), L’Atelier Production Reproduction (APRE, 1995), Heleieth Saffioti (1992), Beatriz Pardi (1991) e Ivete Garcia (1991).

correspondências, cartilhas, folhetos, cartazes e panfletos selecionados do Fundo/Coleção Elisabeth Souza-Lobo do AEL-UNICAMP. O foco aqui foi detectar elementos que pudessem iluminar e/ou ressignificar a produção intelectual – argumentos, arranjos teórico-conceituais e interpretação – presentes nas obras em circulação. Foram analisados, também, documentos de vigilância e de repressão do Estado ditatorial militar. Esse material permitiu, para além de identificar as redes de formação e ação política no Brasil e no exterior, (re)conhecer algumas formas de trabalho dos agentes e a tramitação dos processos. Por último, mobilizei a produção de outras pesquisadoras e pesquisadores acadêmicos que trataram da obra ou da trajetória de Souza-Lobo. Nesse bloco, reúnem-se as escritas-memórias de militantes que, com ela, estiveram e/ou atuaram em diferentes campos e momentos das lutas sociais, em especial, nos movimentos de mulheres e no movimento feminista.

O primeiro conjunto textual tratado abrange os anos de 1967/8 a 2021. Nesse, aos vinte e alguns artigos organizados em “A classe operária tem dois sexos” (1991; 2011; 2021), somaram-se 61 outras produções como a tese de Doutorado (1979), uma leitura de uma obra calcográfica – de Iole Di Natale –, o Memorial apresentado à Universidade de São Paulo (1988), o livro “Emma Goldman. A vida como revolução” (1983), notas individuais e/ou coletivas referentes a temas sociais polêmicos, traduções, textos integrais de conferências proferidas, ensaios, textos de opinião na imprensa, resenhas, entrevistas e outros artigos publicados em revistas científicas e na imprensa. As coleções completas do jornal *Mulherio* (39 números de 1981 a 1988) e da revista “Desvios” (cinco números de 1982 a 1986) foram cotejadas e, no jornal “Em Tempo” (120 números de 1977 a 1980) e, em especial, o número 159 (1982).

Inéditos estavam os documentos que compõem o segundo conjunto trabalhado, em especial, os da vigilância e repressão de Estado sobre a vida e obra da autora. Esse subconjunto é formado pelo mandado de prisão expedido (1970), pelo processo contra os militantes do Partido Operário Comunista (POC) (1970-1972), pelo Termo de Declaração para retorno ao Brasil (1979) e pelos relatórios de monitoramento das viagens e trabalhos realizados entre 1973 a 1986. A vigilância de Estado registrou, também, parte das publicações do primeiro conjunto –

principalmente as realizadas nos jornais “Em Tempo” e “Leia” e na revista “Desvios” – anexando as edições aos processos e analisando-as.

O terceiro conjunto foi constituído pelas publicações organizadas após a morte de Elisabeth Souza-Lobo. É esse conjunto documental que tem permitido manter vivo, em circulação e em debate, o pensamento da autora. Destacam-se, indubitavelmente, as três edições brasileiras de “A classe operária tem dois sexos” (1991; 2011; 2021), a francesa “Domination et résistance: travail et quotidienneté” (1995) – sob a coordenação de Hélène Le Doaré – uma seleção de doze artigos da primeira edição de “A classe operária tem dois sexos” (1991) com parte do Memorial Acadêmico (1988) da autora, e “O marxismo na América Latina” (Löwy, 2016, p. 527-532).

Ressalta-se, por fim, que a única publicação individual, em vida, de Elisabeth Souza-Lobo – “*Emma Goldman. A vida como revolução*” (1983) – está esgotada e raramente é encontrada no mercado de livros usados.

Exposto, portanto, o itinerário da pesquisa, apresentam-se nas próximas páginas – organizados em três seções: 1. A trajetória de Elisabeth Souza-Lobo; 2. Os anos de formação; 3. Os anos de inovação e os resultados alcançados.

## 1. TRAJETÓRIA DE ELISABETH SOUZA-LOBO

### 1.1 UMA BIOGRAFIA – IMAGENS E FATOS

*A escolha que fazemos de nossa vida sempre tem lugar sobre a base de um certo dado [...]. Sou uma estrutura psicológica e histórica. Com a existência recebi uma maneira de existir, um estilo. Todos os meus pensamentos e minhas ações estão em relação com esta estrutura [...]. É, todavia, sou livre, não a despeito ou aquém dessas motivações, mas por seu meio. Pois esta vida significativa, esta certa significação da natureza e da história que sou eu, não limita meu acesso ao mundo, ao contrário ela é meu meio de comunicar-me com ele.*

(Merleau-Ponty, 1999 [1945], p. 609; 654; 656).

Como situação, mundana e singular, o nascimento traz em si, na leitura husserliana de Merleau-Ponty – um “campo de liberdade” e uma “liberdade condicionada” –. Pensou o autor:

[...] nascer é ao mesmo tempo nascer do mundo e nascer no mundo. O mundo está já constituído, mas também não está nunca completamente constituído. Sob o primeiro aspecto, somos solicitados, sob o segundo somos abertos a uma infinidade de possíveis [...] existimos sob os dois aspectos ao mesmo tempo [...] é impossível delimitar a "parte da situação" e a "parte da liberdade" [...] concretamente considerada, a liberdade é sempre um encontro do exterior e do interior — mesmo a liberdade pré-humana e pré-histórica pela qual começamos [...]. A ideia de situação exclui a liberdade absoluta na origem de nossos envolvimentos (Merleau-Ponty, 1999 [1945], p. 608-610).

Saída da condição pré-humana e pré-histórica – expelida e separada do corpo de Zilah – a pequena Elisabeth entrou, para o mundo, em meio ao cotidiano do Hospital Beneficência Portuguesa de Porto Alegre (1943) e, para além de seu núcleo familiar primeiro, para a vida econômica, política e cultural do Rio Grande do Sul, do Brasil e da América Latina.

O que inferir, portanto, do sentido de nascer naquele mil novecentos e quarenta e três? Nascer naquela família, cidade, estado, país e continente? E nascer no sexo feminino nesse “mundo mundo vasto mundo”? Apresentou-se à



Elisabeth “um anjo torto desses que vivem na sombra e disse: Vai, [...] ser *gauche* na vida”? (Andrade, 2015, p.10) Qual a exterioridade do mundo pelo qual caminhará a menina, a jovem e a mulher? Quais serão as escolhas intelectuais de sua liberdade condicionada? Quem a acompanhará? A quem ela acompanhará? Quais serão os impasses? Com quem debaterá? Quais sínteses provocará? O que permanecerá?

Entre os desafios da pesquisa, como possibilidade de resposta a essas indagações, está uma constatação: a inexistência de um estudo biográfico e/ou bibliográfico extenso sobre Elisabeth Souza-Lobo e, portanto, o primeiro movimento foi o de organizar e analisar um conjunto de apontamentos biográficos realizados e publicados desde sua morte, consequência de um acidente automobilístico, ocorrida 15/3/1991 – na cidade de Campina Grande – na Paraíba.

Naquele mesmo ano, por iniciativa das sociólogas Ana Maria Goldani, Helena Hirata, Leila Blass, Maria Berenice Delgado, Maria Célia Paoli e Vera Soares e pelo historiador Marco Aurélio Garcia editou-se “A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência” um conjunto de dezenove artigos escritos e apresentados – por Elisabeth Souza-Lobo – entre os anos de 1982 e 1991.

O livro organizado manteve os recortes temporais estabelecidos, desde 1983, por Elisabeth Souza-Lobo e, sobre a vida privada, registrou, para além da data de nascimento exata (30/8/1943), o casamento com Marco Aurélio Garcia (1965), o nascimento do único filho do casal – Leon de Souza Lobo Garcia (1971) – e a morte do pai de Elisabeth, José Theodoro de Souza Lobo (1976).

Sobre esses acontecimentos – o casamento, o nascimento do filho e a morte do pai, situo os trechos específicos: (1) “Teve ainda a longa experiência da maternidade: seu filho Leon, nascido no Chile” (Hirata, 1991a, p. 30-32); (2) “Elisabeth sucumbira a um belo e conciso texto, por exemplo, e o utilizava talvez para expressar os sentimentos que lhe provocaram a perda de seu pai durante nosso exílio” (GARCIA, 1991, p. 33-35); e (3):

[...] Elisabeth de Sousa Lobo nasceu em Porto Alegre no dia 30 de agosto de 1943. Viveu nessa cidade até o primeiro exílio em 1967, quando foi estudar em Paris junto com Marco Aurélio Garcia, com quem havia se casado dois anos antes [...]. Quando eclodiram as manifestações de 1968, estavam em Paris e ali viveram aqueles dias rebeldes. Voltaram no ano seguinte ao Brasil, para Porto Alegre, mas

a permanência foi curta. Quando o regime militar brasileiro enrijeceu, foram viver no Chile. Neste segundo exílio nasceu, em 1971, seu filho Leon (Schumacher; Brazil, 2011, p. 134-135).

Do ponto de vista da inscrição autobiográfica, Elisabeth Souza-Lobo registrou as presenças de Marco Aurélio Garcia e de Leon Garcia discretamente. O primeiro, nos agradecimentos, em sua tese “*Crise de domination et dictature militaire au Brésil*”, e o segundo, em duas referências distanciadas e indiretas, no livro “Emma Goldman. A vida como revolução” (Souza-Lobo, 1983). Assim, para pensar e compreender uma das marcas da escrita e da discrição de Elisabeth Souza-Lobo, impõe-se a voz narrativa da autora na apresentação do livro “Emma Goldman”:

[...] No prefácio às suas memórias, Emma Goldman escreveu: “A vida que eu vivi é feita daqueles que fizeram parte dela, que ficaram por um pouco ou por muito tempo, que passaram. Seu amor, tanto quanto seu ódio, fizeram minha vida valer a pena”.

A versão que fiz deve muito a muitas mulheres, amigas, (re)encontradas ou perdidas. A Ruth Sant’Anna Brandtner, a Regina Marcondes, a Jany Chiriac. Espero ter sido fiel às muitas faces, aos múltiplos encantos, aos sonhos de Emma Goldman. Aos de Ruth, Regina e Jany. Resgatados para aqueles (as) que, como Leon Garcia, sonharão no ano 2000 (Souza-Lobo, 1983, p. 9-10. Grifos no original).

Para as leitoras e os leitores de Elisabeth Souza-Lobo, o desvelar desse segundo núcleo familiar – simultaneamente não-dito/dito –, materializou-se, somente e em uma linha da página final de outro livro, *A classe operária tem dois sexos*: “Casada com Marco Aurélio Garcia, deixou um filho, Leon Garcia” (Souza-Lobo, 1991, p. 287).

É possível pensar essa discrição decidida, construída e mantida – por aquelas e aquele que organizaram, para ampla circulação, parte da produção de Elisabeth Souza-Lobo – como uma tradução, uma interpretação dada, ao sinal lançado à época, por Marco Aurélio Garcia:

[...] ao reler aquelas palavras, sob a aparente homenagem à discrição, creio haver encontrado a expressão de suas convicções mais profundas sobre as relações entre o público e o privado. Mostrava suas reservas para com aqueles que “todos os dias fazem publicamente a *toilette* de suas almas”, para repetir as mordazes palavras de Sartre em relação a Gide e Valéry. Espero ser fiel a esta indicação e por isto não vejo razão, nem interesse, para falar dos

sentimentos de ausência e perda que me atravessam e, imagino, que a todos aqueles que estiveram muito próximos de Elisabeth, não apenas no plano intelectual e político. Não creio, no entanto, que esta fundada discricção me iniba de falar da Elisabeth que tantos conhecemos, a intelectual, a feminista e a militante. Ao fazê-lo, não quero empreender uma dolorosa volta ao passado, falando de sua ausência, mas situá-la no futuro. Quero falar de sua presença entre nós (Garcia, 1991, p. 33).

Por fim, essas escolhas e reservas podem ter inibido pesquisas e motivado a inexistência de um estudo contextualizado da vida e obra da autora. Talvez uma ideia de que tudo estava escrito e (re)conhecido. De outro e complementar modo, inscreveu-se uma múltipla identidade: “a intelectual, a feminista e a militante”. Este estudo sobre a trajetória intelectual da autora pretende, na apresentação da obra, demonstrar uma trajetória intelectual una, indivisível e revolucionária em conteúdo e forma.

### 1.1.1 Quatro imagens em quatro tempos

Procuramos, neste trabalho, cruzar múltiplas dimensões de análise, em busca dos nexos entre o contexto vivido e a elaboração teórica, a correlação entre conhecimento e ação política, as fronteiras (ou seus cruzamentos) entre o ambiente intelectual e os movimentos sociais, entre vida e obra. Diante dessa proposta, as imagens-força da trajetória de Souza-Lobo podem ajudar-nos a compreender o tema da dinâmica, das escolhas e da autoidentificação da autora.

São quatro imagens.

– Imagem I:

*por eso cuando vuelva  
y algun dia será  
a mi tierra mis gentes y mi cielo  
ojalá que el ladrillo que a puro riesgo traje  
para mostrar al mundo como era mi casa  
dure como mis duras devociones  
a mis patrias suplentes compañeras  
viva como un pedazo de mi vida  
quede como ladrillo en otra casa.*

(Benedetti *apud* Souza-Lobo, 1979 [2022], fl. 2).<sup>10</sup>

– Imagem II:

Nasci em Porto Alegre, onde fiz o curso de Letras. Quando 1968 explodiu eu estudava Sociologia da literatura em Paris. Saí em busca da revolução perdida. Fui parar em Santiago nos tempos de Allende e de novo em Paris. Tive um filho e fiz uma tese. Voltei em 1979. Dei aula em Piracicaba e Marília. Hoje sou professora de Sociologia na Universidade de São Paulo, mas não sou socióloga (Souza-Lobo, 1983, p. 94).

– Imagem III:

Mais quand d'un passé ancien rien ne subsiste, après la mort des êtres, après la destruction des choses, seules, plus frêles mais plus vivaces, plus immatérielles, plus persistantes, plus fidèles, l'odeur et la saveur restent encore longtemps, comme des âmes, à se rappeler, à attendre, à espérer, sur la ruine de tout le reste. A porter sans fléchir, sur leur gouttelette presque impalpable, l'edifice immense du souvenir (Proust *apud* Souza-Lobo, 1988, p. 1; 1995, p. 5).<sup>11</sup>

– Imagem IV:

O primeiro esclarecimento que cabe ser feito é que eu não trabalho nessa área de gênero/família. Assim, farei uma reflexão sobre a categoria gênero no contexto brasileiro utilizando exemplos da Sociologia do Trabalho que é a minha área. A minha exposição aborda muito sucintamente três questões em primeiro lugar, a constituição da problemática do gênero e a relação com os estudos sobre mulher; em segundo, o itinerário dos temas dos estudos sobre mulher, em especial sobre mulher e trabalho; e, em terceiro lugar, algumas questões e impasses na problematização do gênero. Como se trata também de fazer um estudo da arte, a primeira pergunta, inevitavelmente, remete à constituição dessa problemática, e aí eu devo partir necessariamente dos movimentos de mulheres em suas práticas, em seus discursos e nas suas várias formas, tanto de um feminismo de esquerda ou radical, ou o que a Paula diria um feminismo popular – uma das categorias que nós tratamos de construir na situação brasileira –, assim como o feminismo de esquerda tem uma expressão muito feliz numa tese de Anette Goldberg que é o feminismo que é bom para o Brasil (Sociedade Brasileira de Sociologia, 1989, p. 87).

---

<sup>10</sup> “[...] por isso quando voltar / e algum dia será / a minha terra minhas gentes e meu céu / oxalá que o tijolo que por puro risco trouxe / para mostrar ao mundo como era a minha casa / dure como minhas duras devoções / às minhas pátrias suplentes companheiras / viva como um pedaço de minha vida / permaneça como um tijolo em outra casa” (Souza-Lobo, 1979, fl. 2). Original cotejado em Benedetti (2001, p. 13-21).

<sup>11</sup> “Mas quando mais nada subsiste de um passado remoto, após a morte das criaturas e a destruição das coisas, sozinhos, mais frágeis, porém mais vivos, mais imateriais, mais persistentes, mais fiéis, o odor e o sabor permanecem ainda por muito tempo, como almas, lembrando, aguardando, esperando, sobre as ruínas de tudo o mais, e suportando sem ceder, em sua gotícula impalpável, o edifício imenso da recordação” (Proust, 2006, p. 45).

O pesado ciclo do exílio e da possibilidade do retorno, a primeira imagem (I), está nos versos do uruguaio Mario Benedetti. Publicado em 1977, “La casa y el ladrillo” – primeiro dos dez poemas apresentados e o que dá título ao conjunto –, é dedicado “a los que / adentro y afuera / viven y se desviven / mueren y se desmueren”. O poeta inspira-se em uma expressão brechtiana – “*Me parezso al que llevaba el ladrillo consigo para mostrar al mundo cómo era su casa*” – e, em versos, constrói um percurso político-existencial do “*cuando me confiscaran la palabra*”. Palavra reparada, a latino-americana desterrada, Elisabeth de Souza Lobo Garcia<sup>12</sup> registra os versos na abertura de sua tese de Doutorado em Sociologia – “*Crise de domination et dictature militaire au Brésil*” (1979) – e, ao encontro-despedida que a ideia suscita, são reunidos Brigitte, Chantal, Danièle, Janine, Jean-Marie, Josette, Hélène, Magda, Michel, Ramón, Sylvie e “[...] *à tous ceux et celles qui m’ont accueille, sinsi qu’à més collègues latinoaméricains à l’Université de Paris VIII (Vincennes) lorsque après le coup d’Etat au Chili, nous avons dû prendre le chemin de l’exil*”.<sup>13</sup> Referências de um ciclo de vida, de trabalho e de geração.

Apresenta-se, em seguida, com a imagem II, uma professora de Sociologia que não é socióloga em meio a dados do seu “*ser-fazer*” – “*nasci*”, “*fiz*”, “*saí em busca*”, “*fui para*”, “*tive um filho*”, “*fiz uma tese*”, “*voltei*”, “*dei aula*” – “*um 1968 explodiu*”, houve “*os tempos de Allende*” e seis cidades: Porto Alegre, Paris, Santiago, Piracicaba, Marília e São Paulo. No Brasil, essa é a primeira anotação autobiográfica de Elisabeth Souza-Lobo, em seu livro, “*Emma Goldman. A vida como revolução*”, de 1983.

Cinco anos mais tarde, Elisabeth Souza-Lobo expõe, à Universidade de São Paulo, um Memorial Acadêmico para sua efetivação docente. O escritor, Marcel Proust – nascido em meio a guerra franco-prussiana — é a referência primeira. A inscrição anuncia uma forma de ser-ver, a si e ao mundo, no “edifício imenso da

---

<sup>12</sup> Ao longo de sua vida e obra, Elisabeth Escobar de Souza Lobo Garcia (1943-1991), reescreveu, de muitos modos, seu nome. Muitas vezes sem maiúsculas. Neste caso, manteve-se a referência à tese da biblioteca de Paris VIII.

<sup>13</sup> A todos e todas que me receberam, assim como a meus colegas latino-americanos na Universidade de Paris VIII (Vincennes), quando, após o golpe de Estado no Chile tivemos que partir rumo ao exílio.

recordação”. Nessa segunda experiência autobiográfica, expondo sua área de estudo e de trabalho, a autora posiciona, pelas palavras de Hannah Arendt (1999), uma outra imagem-síntese de sua trajetória: um interesse pelas pessoas de “como viveram suas vidas, como se moveram no mundo e como foram afetadas pelo tempo histórico” (p. 7) e, conclui: “*fil conducteur de mon itinéraire, aussi?*” (Souza-Lobo, 1979, p. 2).

A última e quarta imagem-referência é de 1989. Nela, há uma socióloga que, situando-se no campo da Sociologia do Trabalho, delimita, para debate, os seguintes pontos: “[...] a constituição da problemática do gênero e a relação com os estudos sobre mulher [...] o itinerário dos temas dos estudos sobre mulher, em especial sobre mulher e trabalho [...] algumas questões e impasses na problematização do gênero” (Sociedade Brasileira de Sociologia, 1989, p. 87). Elucidando seu caminho: partir necessariamente dos movimentos de mulheres em suas práticas, em seus discursos e nas suas várias formas”, passa a pensá-lo “com” e “a partir”, também, de Paula e Anette Goldberg.

Esses momentos-imagens – 1979, 1983, 1988 e 1989 – possibilitam uma aproximação com o estudo em desenvolvimento: a originalidade do pensamento-obra de Elisabeth Souza-Lobo *na e para* a Sociologia, *nos e para* os estudos sobre mulheres e trabalho, *nas e para* as lutas feministas, “nos” e “para os” estudos sobre a classe operária e, portanto, “nos” e “para os” movimentos sociais do tempo presente.

Parte dessa produção intelectual, “nos” e “sobre os” anos 1970 e 1980, foi – postumamente – tematizada em três eixos-sínteses:<sup>14</sup> práticas e discursos das operárias, processos de trabalho e lutas sindicais no Brasil, o gênero no trabalho e movimentos sociais de mulheres e publicada sob o título “A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência” (Souza-Lobo, 1991, 287 p. [2011, 304 p.]). Obra de maior circulação estava, em suas duas edições – 1991 e 2011 – esgotadas.

Em 2021, nos 30 anos de “*A classe operária tem dois sexos*”, houve uma reedição, uma parceria entre as editoras Perseu Abramo e Expressão Popular.

---

<sup>14</sup> Assim como ocorrera com os apontamentos carcerários de Gramsci, organizados por Palmiro Togliatti, os escritos de Elisabeth Souza-Lobo apresentaram-se não na ordem em que foram elaborados e sim reorganizados por campos temáticos.

### 1.1.2 Um início – apontamento (bio)bibliográfico

Elisabeth Souza-Lobo nasceu em Porto Alegre. Nominada Elisabeth Escobar de Souza Lobo, em primeiro de setembro de mil novecentos e quarenta e três – a filha de José Theodoro de Souza Lobo (1915-1976) e de Zilah Escobar de Souza Lobo (1921-2002) – é neta, por parte de pai, de José Carlos de Souza Lobo e de Maria Izabel Travassos Alves Monteiro Lobo e, por parte de mãe, de Leônidas Palmeiro de Escobar e de Zaida Silva de Escobar. Nascida no dia anterior, às dez horas da manhã, a bebê recebe, do mundo constituído, uma certidão de nascimento<sup>15</sup> – registro grafado de uma pertença.

Do lado materno, Escobar, encontra-se uma raiz luso-brasileira, Palmério. Por meio de pesquisa do abade emérito beneditino Dom José Palmeiro Mendes, civilmente, Paulo Palmeiro Mendes, identificou-se uma linha genealógica que remonta a origem da família Escobar na descendência do coronel de dragões João José Palmeiro (1774-1830) – aportado no Brasil em 1801 – e sua esposa Maria Josefa da Fontoura. O avô de Elisabeth Souza-Lobo, Leônidas Palmeiro de Escobar, foi médico e um dos pioneiros da psiquiatria no Rio Grande do Sul, dirigiu o Hospital São Pedro e foi presidente do Sindicato dos Médicos entre 1939-1942. Da avó materna, pode-se somente conhecer o nome, data de nascimento e morte: Zaida Silva de Escobar (1896-1980) (Mendes, 2011).

Do lado paterno, Souza Lobo, conhece-se a linhagem de professores, servidores públicos e escritores. O pai de Elisabeth Souza-Lobo tem o nome do avô – José Theodoro de Souza Lobo (1846-1913) – renomado engenheiro, professor de matemática, autor do livro “Segunda Aritmética” que, ao abrirmos a 34.<sup>a</sup> edição de 1941, informa: “Obra adotada nas Escolas Públicas do Rio Grande e em quase todos os Colégios Particulares do mesmo Estado” (Souza Lobo, 1941, p. 5). O avô de Elisabeth Souza-Lobo – José Carlos de Souza Lobo (1875-1935) – escreveu, aos 22 anos, com mais dois amigos o livro “Estrychnina”, um romance do “[...] amor

---

<sup>15</sup> Cf.: Porto Alegre (RS). Registro Civil das Pessoas Naturais da 4.<sup>a</sup> Zona. *Certidão de Nascimento de Elisabeth Escobar de Souza Lobo*. Matrícula: 099804 01 55 1943 1 00069 108 0039864 26. Livro A-69, fl. 108. Termo: 39864. Cópia expedida em 27 de agosto de 2020.

interdito de Chiquita, mulher jovem, nascida em Viamão, que, por um descuido da sorte precisou ‘fazer a vida’, e Neco Gomes [...], de família decaída economicamente, [...] que apaixonou-se por ela” (Souza Lobo; Totta; Azurenha, 1998 [1898], p. 5). Sobre a avó – Maria Izabel Travassos Alves Monteiro Lobo – somente o nome.

Na Porto Alegre, dos anos 1950 e 1960, a criança, a adolescente e a jovem Elisabeth Souza-Lobo caminha pela Rua da Praia e entra muitas vezes na Livraria Globo. Lá ela é, literalmente, da casa, afinal sua tia Edda Escobar casou-se com o herdeiro, e agora proprietário, daquele amigo-personagem de Veríssimo: Henrique Bertaso.

Inaugurado em 1954, o Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAp-UFRGS) é uma das escolas públicas mais interessantes da cidade, grupos pequenos, propostas inovadoras e participativas. Nesse novo centro de experiências pedagógicas, Eleonora Rezende de Rezende, Eliana Cruz Holmer, Elisabeth Escobar de Souza Lobo, Maria de Lourdes Cirne Lima Eichenberg, Flávio Koutzii, Flávio Loureiro Haves, Rozmary Bareggio Nardon, Saul Milton Varela de Melo, Sonia Brueggemann Pilla, Tânia Mara Fernandes e Paulo Coimbra Guedes concluem o curso Clássico em 1961. Elisabeth Lobo, Flávio Koutzii e Sônia Pilla são amigos inseparáveis e, por meio de Flávio, Elisabeth Souza-Lobo conhece Marco Aurélio de Almeida Garcia (Schmidt, 2020).

O movimento estudantil pulsava, a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Centro Popular de Cultura (CPC-UNE), as propostas teatrais e cinematográficas, as grandes mobilizações e greves nas universidades por paridade nas estruturas universitárias: a Greve do 1/3. Em março de 1962, com dezoito anos, ingressa na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Cursa Letras Neolatinas: “lembro-me menos das aulas do que do movimento estudantil”, escreveu em seu *Memorial* para concurso de 1988.

Em 1965, torna-se presidente do Centro Acadêmico da Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e está à frente da mobilização de resistência ao golpe e aos atos da extrema direita – militar e paramilitar – que passa



a quebrar as livrarias da cidade.<sup>16</sup> Gradua-se no mesmo ano. Passa a dar aulas em escolas secundárias e, em razão de sua não aprovação no recém-criada Pós-Graduação em Letras da UFRGS, solicita uma bolsa de estudos do governo francês. Deixa, com Marco Aurélio Garcia, o país.

Contextualizando a produção intelectual de Elisabeth Souza-Lobo, a partir de sua Graduação, apresentam-se cinco recortes construídos a partir do *corpus* documental trabalhado (1967/8-1981; 1982-1983; 1984-1988; 1989-1991).

(1) 1967/8-1981. O conjunto documental autoral desse período é composto por doze trabalhos. Datado de 1968, o artigo – “A literatura em Marx, Engels, Trotsky, Lenin e Gramsci” – escrito em Paris e registro dos estudos que realizava na *École Pratique des Hautes Études* (EPHE) – está diretamente vinculado à primeira área de interesse e formação da autora – a Graduação em Letras (UFRGS), a Literatura e a incursão na Sociologia da Literatura e, também, a duas outras investigações: *A formação do romance brasileiro*: Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Érico Veríssimo, Dyonélio Machado, Clarice Lispector e Guimarães Rosa e a Literatura e revolução em Trotsky (Souza-Lobo, 1968). Sobre esse momento, Souza-Lobo ponderou:

[...] De 1967 ao início de 1969, participei na École Pratique des Hautes Etudes dos seminários de Goldmann e de seu assistente Jacques Lenhardt, bem como o de Anouar Abdel-Malek sobre a "Sociologia dos movimentos sociais". O curso de Goldmann – "Sociologia da Filosofia e Literatura" – um estudo comparativo entre a *História e Consciência de Classe*, de G. Lukács e o *Ser e Tempo*, de Martin Heidegger, foi antes de tudo uma polêmica sistemática contra Althusser e o althusserianismo – que estava em sintonia com aquele outono/inverno que antecedeu os acontecimentos de maio de 1968. Por isso mesmo, acompanhei o seminário de Althusser e de seus discípulos na École Normale Supérieure sobre "Philosophie spontanée des savants". Em particular, trabalhei intensamente no livro de Pierre Macherey, um dos participantes do seminário, "Pour une théorie de la production littéraire". Foi a partir de todas estas leituras que formulei o meu projeto "Tipologias e possibilidades da estética sociológica". Por um lado, incorporei a proposição de Goldman de pensar a obra literária não como uma reflexão, mas a partir de uma homologia estrutural, centrando a reflexão em categorias mentais; por outro, fui confrontado com preocupações relacionadas com uma epistemologia althusseriana. E isso porque meu projeto de tese se referia aos clássicos: as ideias de Marx sobre

---

<sup>16</sup> Manifesto “Conhecer para ser livre” (*Correio do Povo*, 25 jul. 1965. Cf. Anexo 1).

literatura e arte, a Sociologia da literatura e da arte (Lukács e Arnold Hauser) (Souza-Lobo, 1995 [1988], p. 6).

A leitura dessa produção acadêmica inaugural fez percorrer e indagar, para além de seu conteúdo e forma, a experiência de juventude de Elisabeth Souza-Lobo e o ambiente de sua formação no Brasil e na França dos anos 1960.

Com assombro, registrei uma constatação: em 47 anos de vida, Elisabeth Souza-Lobo havia votado uma única vez para Presidência da República do país em que nascera. Refiro-me às eleições presidenciais de 1989. E como um fardo sobre todas e todos nós, seu nascimento acontecera em meio a uma guerra mundial e uma ditadura local<sup>17</sup> que, em seus deslocamentos pós-1942 – e, entre abril e outubro de 1945<sup>18</sup> –, à possibilidade democrática institucional, seria golpeada por força armada. Nesse contexto, é precioso o apontamento do historiador Wilson do Nascimento Barbosa e sua provocativa conclusão:

*[a] crise na Sociedade dos sessenta e setenta* – No período 1945-1964, dezenove anos, portanto, houve onze golpes e tentativas de golpes no Brasil: a queda de Vargas (1945); tentativa de impedir a posse de Vargas, eleito (1950); a República do Galeão (1954); queda e suicídio de Vargas (1954); revolta de Jacareacanga (fevereiro de 1956); Revolta de Aragarças (dezembro de 1959); queda de Jânio (1961); tentativa de impedir a posse de Jango (1961), o golpe do parlamentarismo (1961); atentado a bomba na feira de São Cristóvão (1962); o golpe do 1º de abril (1964). Diante da quantidade de agressões à ordem, realizadas pela Direita organizada, falar em projeto de golpe da esquerda é uma verdadeira piada (Barbosa, 2019, p. 210. Grifos no original).

---

<sup>17</sup> Buscando inserir-me no clima, por meio dos jornais diários de 1943 a 1962, deparei-me com a seguinte observação de *O Estado de São Paulo* para as consulentes e consulentes de seu arquivo virtual: “[d]e 25 de março de 1940 a 6 de dezembro de 1945, o jornal foi tomado de seus proprietários pela Ditadura Vargas e por isso o Estadão não reconhece o conteúdo produzido nesse período como de sua autoria. Apesar disso, essas edições estão sendo compartilhadas como documento histórico. O *Estado* passou cinco anos e meio sob intervenção. Foi devolvido à família Mesquita em dezembro de 1945. O jornal não reconhece os números editados pelos interventores de Vargas. A contagem das edições voltou ao último jornal de 1940, com o nome de Francisco Mesquita na capa. Esse período não entra na história do jornal. O nome do interventor Abner Mourão, estampado na primeira página do jornal na edição de 7 de abril de abril de 1940, marcava o início da censura ao *Estado*. Somente o título do jornal não teve alteração. O conteúdo, por sua vez, tornou-se mais um boletim elogioso ao governo (ESTADÃO. História do Grupo Estado nos anos 1940. *Acervo Estadão*. [S. d.]. Disponível em [https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada\\_1940.shtm](https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1940.shtm). Acesso em: jan. 2023).

<sup>18</sup> Anistia política e a antecipação das eleições estaduais, respectivamente.

Um conjunto da juventude universitária e a jovem Elisabeth Souza-Lobo realizaram-se nesse permanente quadro de exceção democrática do País (Silva, 2020, p. 37-72) e, como escolha, à resistência a esse fardo: compreendendo-o – a partir dos inúmeros grupos de estudo e de formação política criados pelas organizações políticas –, denunciando-o e anunciando um outro possível. A documentação cotejada dos diferentes e articulados órgãos de vigilância e de repressão do Estado acompanharam, notadamente, desde 1965, esse caminho.

Não pude identificar, ao certo, as razões que trouxeram Elisabeth Souza-Lobo de volta ao Brasil em 1969, mas, em seu *Memorial*, leio:

[...] a revolução parecia estar nas ruas e o mundo era jovem. Por isso era necessário mudá-lo. Voltei ao Brasil no início de 1969 e voltei a dar aulas de literatura no ensino médio. Mas um pouco mais de um ano depois, eu estava na estrada novamente, um projeto de tese em minhas malas, um *curriculum vitae* em mãos. Privada de um passaporte que me permitiria voltar à França, minha tese tornou-se um projeto distante (Souza-Lobo, 1995 [1988], p. 6).

Entre o registro de sua prisão e a expedição do mandado oficial posterior, Souza-Lobo, lançou-se na experiência do exílio político. Sempre professora, trabalhou no Chile, tornou-se mãe e, com outras brasileiras e brasileiros, foi – depois de inúmeras situações-limite – escoltada por *carabineros*, da Embaixada do Panamá, em Santiago do Chile, para fora daquele país.

Assim, da passagem por Porto Alegre, no Brasil da ditadura militar de 1969-1970, das aulas de literatura no Ensino Médio, do impedimento de voltar à França para a realização do projeto de tese, partiu para o Chile onde se vinculou, como docente de Metodologia das Ciências Sociais, ao Programa de Estudos Latino-americanos para Graduados à Escola de Estudos Econômicos Latino-Americanos (ESCOLATINA)<sup>19</sup> até o golpe de estado de 1973.

---

<sup>19</sup> O economista Reinaldo A. Carcanholo rememorou sua participação no Programa de Estudos Latino-americanos para Graduados (ESCOLATINA – Escola de Estudos Econômicos Latino-Americanos) e registrou: “Durante meses no ano de 1972 e durante parte do primeiro semestre de 1973, no Chile socialista de Salvador Allende, um grupo de professores e estudantes de Economia, chilenos e de outros países latino-americanos, lançaram-se a elaborar uma proposta de reforma curricular no ensino dessa matéria, que nunca chegou a ser implementada, pelo menos por período significativo. Tratava-se, em concreto, de uma nova grade curricular, com suas respectivas ementas e bibliografia básica para cada disciplina. Na verdade, era muito mais do que isso, consistia em uma proposta que buscava concretizar uma nova concepção do ensino de Economia, crítica e pluralista. Na verdade, o ensino crítico já encontrava muito espaço na Escola

O golpe militar liderado pelo general Augusto Pinochet contra o governo democrático de Salvador Allende arremessou-a à condição de refugiada. Chitre (Panamá), Bruxelas (Bélgica) e Paris (Paris): outro ciclo de trabalho e estudo.<sup>20</sup>

Desterrada pela segunda vez, com 30 anos e, como registrou – com a “experiência da derrota” – integrou a Universidade de Paris VIII-Vincennes lecionando nos Departamentos de Sociologia e de Ciência Política e defendendo, sob a orientação do filósofo Jean-Marie Vincent, a tese de Doutorado em Sociologia – “Crise de domination et dictature militaire au Brésil” (1979).

O projeto de tese em Sociologia da Literatura fora suspenso. Seus estudos voltaram-se para pensar, compreender e explicar o golpe de 1968 no Brasil – entre os soturnos outros golpes militares que tomaram o continente – e a partir de 1978

---

de Economia da Universidade do Chile, desde antes. Algumas disciplinas, na prática, tinham conteúdo alternativo [...] e outras tantas foram sendo introduzidas para a discussão séria, em particular, da problemática latino-americana e, em geral, do Terceiro Mundo [...]. Estudava-se também, com seriedade, Economia clássica e marxista [...]. No entanto, ao que parece, não existia uma articulação global, dentro de um projeto didático coerente e totalmente articulado [...]. Os professores que participaram, em 1972, dos debates e da organização do novo currículo exerciam sua docência na Escola de Economia (especialmente no Departamento de Economia y Planejamento e no Centro de Estudios Socioeconômicos – CESO) e, principalmente, no programa de Pós-Graduação, muito famoso na época na América Latina, denominado ESCOLATINA (Programa de Estudos Latino-americanos para Graduados). O nome com o que ficou conhecido o Programa, na verdade, constituía seu endereço-código simplificado para telegramas [...]. Essas duas instituições agrupavam um número expressivo de professores de primeira grandeza, destacando-se, entre eles, os brasileiros, além de chilenos, argentinos e de outras nacionalidades. Nomes como o do brasileiro, falecido há pouco tempo, Ruy Mauro Marini, além de Theotônio dos Santos, Pedro Paz, Conceição Tavares, Antonio Barros de Castro, e Marta Harnecker, estavam entre eles [...]. Enquanto aos estudantes de ESCOLATINA, também havia muitos brasileiros” (Carcanholo, 2012 [2003], p. 5-6).

<sup>20</sup> A pesquisa é, para mim, sempre uma situação de espanto: pela confirmação cotidiana da ignorância e, de modo simultâneo, pela alegria do novo. Conto o caso: em isolamento social, não sabia como aferir uma informação, registrada na documentação da repressão, à verdade-fato. Elisabeth Souza-Lobo teria, realmente, estado na Embaixada do Panamá? A repressão dizia que sim e havia – em um conjunto de memórias militantes – o registro da presença de Marco Aurélio Garcia. A pergunta permanecia. Decidi entrar em contato com um dos autores memorialistas que lá esteve – Leopoldo Paulino. Ele não lembrava, ficou de perguntar para uma companheira. Pedi-me um tempo. Chegada a resposta, cristalina, ri sozinha e senti-me mal: Leopoldo: “Tudo bem? Por acaso você lembra quem era a mulher do Marco Aurélio Garcia e se ela estava na Embaixada do Panamá?” A consultada responde: “Sim. Bete Garcia. E o filho também. Hoje psicanalista. Ela morreu em um acidente de carro (estranho) na Paraíba. Eles estavam no mesmo hotel que estávamos em Chitre. Quando mudamos para Las Tablas não os vi mais.” Leopoldo agradece, comenta e tem como confirmação: “Lembrei que o filho dele se chamava Leon”; - [...] Sim, como Trotsky”, escreve a consultada. Ao longo da pesquisa, localizei documento do Serviço Nacional de Informações (SNI) – da Agência do Rio de Janeiro para a Agência de Porto Alegre (ENC N° 063/116/ARJ/79, de 25 ABR) – com a transcrição integral dos depoimentos de Elisabeth Souza-Lobo e de Marco Aurélio Garcia por ocasião do retorno ao Brasil. A saída do Chile, via salvo-conduto panamenho, confirmava-se nas vozes-testemunho de Garcia e Souza-Lobo.

sua presença é registrada nos materiais do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Participa como editora das publicações e dos círculos feministas, brasileiros e latino-americanos, em Paris e em Roma.

O ciclo formativo iniciado por meio das obras-pensamento de György Lukács, Lucien Goldmann e Jean-Paul Sartre encontrava Antonio Gramsci. Retornou ao Brasil, definitivamente, em 1979.

Nos anos 1980, trabalhando nas universidades paulistas – Universidade Metodista de Piracicaba (1980-1981), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Marília (1980-1982), Universidade de São Paulo (1982-1991) e Universidade Estadual de Campinas (1989-1991), Elisabeth Souza-Lobo projetou uma agenda de pesquisa feminista, marxista e heterodoxa pensando, concretamente, o feminino e o masculino, a divisão sexual do trabalho, nas relações e nos movimentos sociais sob a ótica da dominação e da resistência. A Tese, "*Crise de domination et dictature militaire au Brésil*" (Souza-Lobo, 1979, p. 71), é um pormenorizado estudo do processo histórico do Brasil de 1930-1968 em que é possível, para além de identificar o traço rebelde e bem-humorado da autora, situar o olhar atento que dirige às permanências e rupturas daquele momento em estudo com a emergência das greves no ABC paulista e compreender, de modo direto, o compromisso reafirmado com a transformação social e o papel central do conhecimento nesse caminho. Anuncia à leitora e ao leitor:

[...] mas a observação mais importante a fazer sobre qualquer análise concreta das relações de poder é a seguinte: que essas análises não podem e não devem ser um fim em si mesmas (a menos que você escreva um capítulo da história do passado), mas elas adquirem significado apenas se servem para justificar uma atividade prática, uma iniciativa da vontade (Gramsci, 2017b [1932-1934], p. 43, § 17 *apud* Souza-Lobo, 1979, epígrafe).

De volta ao Brasil, em 11 de abril de 1979, convocada, compareceu à Delegacia de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro para ser "inquirida" pelo delegado José da Silva Motta. O "Termo de Declarações" foi registrado pela escritã de polícia Ângela Maria Veloso de Queiroz e dele consta:

[...] ELISABETH DE SOUZA LOBO Garcia, brasileira [...] portando o passaporte n. 481724, expedido pelo Consulado Geral do Brasil [...] em 02-04-1979, com grau de instrução superior, falando três idiomas, português, francês e espanhol, sabendo ler e escrever. Inquirido pela

Autoridade, respondeu QUE, a declarante apresentou sua Carteira de Identidade para sair do Brasil [...] deixou Porto Alegre em 1º de Maio de 1970, indo até Santana do Livramento, atravessando a fronteira e indo para Montevidéu, onde permaneceu até os primeiros dias de novembro de 1970 [...]; QUE, fez Doutorado em Sociologia na Universidade de Paris VIII, tendo concluído; QUE, exerceu suas atividades sempre como professora na Universidade de Paris VIII; QUE, nunca teve contatos com brasileiros banidos, cassados ou asilados na França; QUE, a declarante não teve conhecimento de algum brasileiro que tenha feito campanhas de cunho político; QUE, sempre teve ampla liberdade de se locomover para onde quisesse; QUE, a declarante acha que a filosofia marxista é uma concepção materialista da História; QUE, o que mais impressionou à declarante foi a liberdade de trabalho e de expressão, assim como o acolhimento do povo francês; QUE, existe sempre um desejo entre os brasileiros que se encontram fora do Brasil, de voltar ao seu país de origem e poderem trabalhar e estudar normalmente [...]; QUE, regressou com seu esposo e filho; QUE, a declarante não trouxe consigo nenhuma encomenda ou correspondência de qualquer espécie para quem quer que seja; QUE, os livros seus, foram, digo, vêm vindo de navio; QUE, a natureza desses livros é de cunho literário, infantil; QUE, a declarante pretende ficar definitivamente no Brasil; QUE, residirá temporariamente no Rio de Janeiro [...]; QUE, sua situação perante a Justiça Brasileira, está totalmente legalizada, vez que, sua pena prescreveu-se. Nada mais disse nem lhe foi perguntado.<sup>21</sup>

“Sabendo ler e escrever”, sem “contatos com brasileiros banidos, cassados ou asilados na França”, sem conhecer “algum brasileiro que tenha feito campanhas de cunho político”, achando que “a filosofia marxista é uma concepção materialista da História” e aguardando a chegada de seus livros “de cunho literário, infantil”, Elisabeth Souza-Lobo iniciou uma nova jornada no 25.º ano do golpe militar no Brasil.

Nesse ciclo de retorno, buscou integrar-se ao trabalho docente universitário, no Rio de Janeiro. Sem sucesso, passou a colaborar com o jornal “Em Tempo”<sup>22</sup>, estabeleceu-se em 1980, definitivamente, na cidade de São Paulo e assumiu o trabalho acadêmico, no departamento de Sociologia na Universidade Metodista de

---

<sup>21</sup> Para referenciar este e outros documentos vinculados a dossiês que circularam, desde os anos 1960, por muitos órgãos em Porto Alegre, Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro utilizo: Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Superintendência Regional (SR), Departamento de Polícia Federal (DPF), Rio de Janeiro (RJ). Termo de Declarações 001022. Rio de Janeiro, 11 abr. 1979, p. 79-81.

<sup>22</sup> A história dos jornais “Em Tempo”, “Mulherio”, “Leia” e da revista “Desvios” e a participação de Elisabeth Souza-Lobo, serão tratadas na contextualização da análise dos textos-publicações.

Piracicaba (UNIMEP) e, no mesmo ano, como professora de Sociologia do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas na Universidade Estadual Paulista (DCPE-UNESP, *campus* Marília).

O ano de 1981 fecha esse primeiro recorte: Elisabeth Souza-Lobo é uma das dezesseis mulheres de *Mulherio*<sup>23</sup> – o terceiro e mais longo jornal feminista pós-1975. Nesse mesmo ano, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a convite do Programa de Pós-Graduação em Educação, proferiu a conferência “*Estado e hegemonia em Gramsci: 1964/1968 – crise de dominação: uma tentativa de aproximação conceitual*” e publicou seu primeiro artigo acadêmico, “*A questão da mulher na reprodução da força de trabalho*”, em “*Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*”. Uma ação feminista estava iniciada: na universidade e fora dela.

(2) 1982-1983.<sup>24</sup> No contexto da primeira eleição direta, pós-1964, para governadores dos Estados, o coletivo *Mulherio* protagoniza as discussões e intervenções públicas sobre as demandas feministas na conjuntura: a participação das mulheres no poder e qual poder, a saúde reprodutiva e direitos reprodutivos, as mulheres e o trabalho e as mulheres e o conhecimento estão no centro do debate. Como filiada, militante, signatária do *Manifesto dos 113* (1983), no recém-criado Partido dos Trabalhadores (1980), Elisabeth Souza-Lobo atuou na campanha eleitoral e na organização e difusão do ideário partidário.

O ingresso, como docente – assistente doutora no Departamento de Ciências Sociais (DCS) – na Universidade de São Paulo (1982), permitiria mais tempo e alguma estabilidade às pesquisas que havia iniciado. Desloca-se, agregando, do feminismo para as mulheres e, desses campos de estudo e ação, para as mulheres operárias.

São expressões emblemáticas desse momento: o artigo, “*Notas sobre o movimento no feminino*”, com Maria Célia Paoli, publicado no lançamento da revista-coletivo “*Desvios*” (Souza-Lobo; PAOLI, 1982, p. 44-55) e “*As operárias, o sindicato e o discurso sociológico*” (Souza-Lobo, 1991, p. 115-139) – redigido em diálogo com

---

<sup>23</sup> Compõem o Conselho Editorial de *Mulherio*: Carmem Barroso, Carmem da Silva, Cristina Bruschini, Elisabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosemberg, Heleieth Saffioti, Lélia Gonzales, Maria Carneiro da Cunha, Maria Malta Campos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Penha, Marília de Andrade, Mariza Correa e Ruth Cardoso.

<sup>24</sup> O conjunto documental autoral desse período está referenciado sob o subtítulo *Produção cotejada*.

Elizabeth Higgs.<sup>25</sup> A essas, seguem-se as resenhas que realizava com primor e provocações e os primeiros resultados da agenda de pesquisa realizada com Helena Hirata, Leda Gitahy, Rosa Lúcia Moysés e John Humphrey. Quando chega o verão brasileiro de 1984, “*Emma Goldman. a vida como revolução*” está nas livrarias. Tinha paixão por biografias – em especial por história de vida de mulheres – dimensão integrada às pesquisas que realizou, sobre a condição operária. (Memorial, 1988)

### (3) 1984-1988.<sup>26</sup> Votar para presidente?

Nessa conjuntura, apresentou, bem-humorada, a edição brasileira de “O sexo do trabalho” (1987): “[...] se trabalhador não é igual trabalhadora, a classe operária tem dois sexos. Ou terá ela o sexo dos anjos?” (Kartchevsky-Bulport *et al.*, 1987). Resultado de um trabalho coletivo, iniciado no X Congresso Mundial de Sociologia (México, 1982) e organizado pelo Ateliê Produção-Reprodução (APRE-CNRS), a publicação reuniu dezoito pesquisadoras e pesquisadores no desafio de “pensar a classe operária no feminino”.

A campanha está na rua e reúne milhões de pessoas em verde, amarelo e vermelho.<sup>27</sup> O ano de 1984 é mais um da década perdida e um de esperança ligeira. Derrotada a emenda Dante de Oliveira, vivida a ressaca da eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney, a reclama por uma nova Constituição reaparece e a luta por uma Assembleia Constituinte livre e soberana coloca-se.

Elisabeth Souza-Lobo pensou, criticamente e no calor da hora, o processo constituinte e a Constituição de 1988 e publicou de modo direto e categórico:

[a] questão dos direitos já não é apenas tema de reivindicações, mas passa a ser objeto de políticas públicas: as relações entre gêneros deixam a esfera da naturalidade, enquanto questões da vida privada,

---

<sup>25</sup> Apresentado no VII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).

<sup>26</sup> O conjunto documental autoral desse período estão referenciados no sob o subtítulo Produção cotejada.

<sup>27</sup> Sobre um livro que adquiri pelo título e pela organizadora: gosto muito de ler e ouvir Esther Solano e o título, Luiz Inácio Lula da Silva: nós vimos uma prisão impossível, desafiava. Abro e encontro, entre interessantes reflexões, uma de Leon de Souza Lobo Garcia: “Tenho uma lembrança inefável das manifestações as quais fui na infância. Meus pais, seus amigos e os filhos de seus amigos, meus amigos, e mesmo desconhecidos, todos juntos parando as ruas e o tempo. A sensação de que o tempo e as ruas nos pertencem, porque a mesma determinação e sentido de justiça que nos contagia um a um naquele momento vai tomar conta da cidade” (SOLANO *et al.*, 2018, p. 69). Foi impossível não associar e registrar. Leon Garcia nominou sua participação no volume: “Canção pela Unidade da Esquerda Brasileira”.



para ocupar espaços públicos e visíveis onde são discutidas. A violência doméstica, a contracepção, a divisão sexual do trabalho, o aborto, a educação diferenciada configura as várias faces da dominação das mulheres ao mesmo tempo como objeto de denúncia e como tema de demandas e questões de política social colocadas ao Conselho da Condição Feminina, criado em São Paulo [1983], ou ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher [1985]. Se o tempo dos Conselhos colocou as relações de gênero como um desafio à racionalidade institucional e administrativa, consolida-se também, para o bem e para o mal, um feminismo oficial, institucionalizado, muitas vezes acusado de cooptar os movimentos, outras efetivamente empenhado em transformar estruturas e mentalidades. Mas as ambiguidades e dificuldades das políticas governamentais valorizaram as possibilidades que o processo constituinte abria como espaço de intervenção dos movimentos através das emendas populares, dos grupos de pressão e da manifestação dos movimentos [...]. Apesar das dúvidas que o processo constituinte suscitou, no momento de sua instalação, algumas conquistas regimentais, embora limitadas, permitiram que ele se abrisse a formas de participação popular através das emendas populares e das audiências públicas realizadas pelas comissões de trabalho, ouvindo personalidades representativas da sociedade, dos movimentos sociais. Assim, as mulheres, através de emendas populares e de depoimentos individuais, colocaram alguns dos temas fundamentais: o aborto, a reformulação do atendimento de saúde, a igualdade jurídica, a extensão da licença-maternidade e o tema polêmico da aposentadoria em limite de idade ou tempo de trabalho sempre inferior aos dos homens. O resultado da confrontação entre as propostas das mulheres, as propostas feministas, aquelas apresentadas pelos mais diversos setores sociais e as mentalidades representadas nos parlamentares está expresso no texto final da Constituição [...]. O texto da Constituição de 1988 é, pois, uma cristalização de mentalidades e o produto das trajetórias percorridas pelas mulheres, seus discursos, suas práticas, confrontadas às instituições e ao Estado. Apesar das restrições evidentes no tratamento reservado a questões como o aborto, os debates e o próprio texto trazem embutidos os temas colocados pelas mulheres nesses quase 20 anos de movimentos. Se da cidadania de segunda categoria passamos a uma cidadania de trabalhadoras e de mães, se ainda estamos divididas entre a lógica da igualdade e a da diferença, reconhece-se uma sociedade em que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (Souza-Lobo, 1991, p. 232-239).<sup>28</sup>

Assim, esse recorte foi pensado, quando da primeira leitura do conjunto da obra, como o momento em que a autora decide – em meio às suas participações, agora regulares, nos congressos da Sociedade Brasileira para o Progresso da

---

<sup>28</sup> Redigido em colaboração com Maria-Blanche Tahon e apresentado no Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia, Montevideu, 1988.

Ciência (SBPC) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) – apresentar suas ideias-trabalhos em um eixo que, provisoriamente, denominei de “sexismo da ciência, sexismo das instituições” e insere – em seus trabalhos e no debate acadêmico – a categoria gênero. É, também, o momento da publicação, no Brasil, de “O sexo do trabalho” (Kartchevsky-Bulport *et al.*, 1987), da colaboração, como pesquisadora-militante-formadora, na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da apresentação de seu *Memorial*.<sup>29</sup>

Naquele ano, de aprovação de uma nova Carta Constitucional, dez anos após o início do ciclo de greves do ABC e da zona sul paulistana, Luiza Erundina venceu, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), as eleições na cidade de São Paulo: tornava-se a primeira prefeita da capital paulista. Em Volta Redonda, nos novos tempos da constituição cidadã, o Exército invade a Companhia Siderúrgica Nacional, executa três operários – Carlos Augusto Barroso (19 anos), Valmir Freitas Monteiro, (22 anos) e William Fernandes Leite (23 anos) – e fere dezenas e o seringueiro Chico Mendes é executado com um tiro de escopeta no peito. Da cidadania emergente ao fuzilamento, fechava-se o ano de 1988.

(4) 1989-1990. Nesses dois anos de trabalho, destacam-se as produções apresentadas no Seminário Internacional “Padrões tecnológicos e políticas de gestão – comparações internacionais – Trabalhadoras e trabalhadores: o dia a dia das representações”, organizado pela Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas. Ciclo de maio a agosto de 1989. No XVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais apresentou “*O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho*”, em outubro de 1990.

Como um hábito, uma forma de trabalho, Elisabeth Souza-Lobo retomava-se, escutava-se, revia-se incessantemente, partindo para outras conjecturas e desafios analíticos. No caso dos textos destacados, vinculam-se às ideias expostas em “As

---

<sup>29</sup> Na voz de Miriam Grossi: “[a] Beth Lobo leva o conceito de gênero para o Brasil. Ela traduz o texto da Joan Scott do francês para o português. Esse texto da Joan Scott, Gênero uma categoria útil de análise histórica, foi publicado no *Cahier du Griff* em 1986/1987 e foi uma referência fundamental para essa geração. Então a Beth traduz o texto. Ela fez a tradução para a CUT, para um curso de formação orientada pelo Instituto Cajamar. Ela já tinha feito concurso na USP, era professora da USP nessa época, nos anos 1980, tinha voltado ao Brasil entre 1978 e 1979. Então as coisas que eu acho importante de Beth é que ela traduz esse texto, o que faz com que no Brasil o conceito de gênero faça parte do movimento feminista” (Grossi *apud* Schuck, 2017, p. 90).

*operárias, o sindicato e o discurso sociológico*” (1983) e reposicionam o debate, da produção sociológica brasileira para as produções sociológicas do trabalho e a História social brasileiras. Nessa transição, há o deslocamento do estudo da classe para o estudo das trajetórias das trabalhadoras e trabalhadores e a expansão da discussão sobre subjetividades – prazer e sofrimento – e vivências de submissão e revolta no cotidiano do trabalho.

No cenário, dessa transição autoral, um anúncio do fim da História, os movimentos de contestação do Leste Europeu, a explosão do monumento em homenagem aos três operários assassinados na Companhia Siderúrgica Nacional, as comemorações do bicentenário da Revolução Francesa, as primeiras eleições presidenciais no Brasil pós-1964 e a formação do Foro de São Paulo.

(5) 1991-2021.<sup>30</sup> Organizada por Michael Löwy, a primeira edição de “O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais” saiu, em 1980, pela Editora Maspéro. Chegou ao Brasil, dezenove anos depois, traduzida, revista e ampliada por iniciativa da Fundação Perseu Abramo. Em nota à quarta edição ampliada (2016), pontua:

[...] Uma das limitações mais evidentes desta antologia é seu caráter “masculino”. Nesta nova edição estamos tentando corrigir um pouco esse viés, introduzindo novas vozes femininas, do passado e do presente: Vânia Bambirra, uma das fundadoras da teoria da dependência; Gladys Marín, uma importante dirigente comunista chilena; Ana Esther Ceceña. Economista mexicana vinculada aos movimentos sociais de resistência; e ainda Helena Hirata e Nadya Guimarães, pesquisadoras sobre o mundo do trabalho e gênero no Brasil. Mas ainda falta muito para fazer justiça ao papel de mulheres na história do pensamento marxista latino-americano (Löwy, 2016, p. 9).

Para além de Bambirra, Marín, Ceceña, Hirata e Guimarães chegaram, nessa edição, Patrícia Galvão (Pagu) e Elisabeth Souza-Lobo. A primeira com um excerto de *Parque Industrial* (1993) e a segunda, no quinto movimento da antologia: novas tendências. Ali se lê “*A classe operária tem dois sexos*” (1982) e o texto selecionado foi um original de “*Notas sobre o movimento no feminino*” (1982). Compreender essa

---

<sup>30</sup> O conjunto documental autoral desse período é composto por três trabalhos e quatro livros que, organizados postumamente, reuniram vinte e um trabalhos. Estão referenciados sob o subtítulo *Produção cotejada*.

inscrição, a organização e a circulação da produção da autora, postumamente, asseveraram o lugar de relevo da obra-autora.

### 1.1.3 Uma cronologia (um ensaio (bio)bibliográfico)<sup>31</sup>

#### Quadro 1 Cronologia de Elisabeth de Souza Lobo (1943-2023)

1943	No dia 30 de agosto, nasce Elisabeth Escobar de Souza Lobo, em Porto Alegre (RS).	
	Simone de Beauvoir publica <i>O segundo sexo</i>	1949
1951	Inicia sua escolarização, conclui o Clássico no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).	
	Suicídio de Getúlio Vargas.	1954
	Jânio Quadros e João Goulart são eleitos à Presidência e Vice-presidência do Brasil.	1960
	Início da circulação comercial do anticoncepcional Enovid-10.	
	Renúncia de Jânio Quadros.	1961
	Sob liderança de Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, inicia-se a Cadeia da Legalidade pela posse de João Goulart.	
1962	Inicia o curso de Letras Neolatinas na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	
	Greve do 1/3 nas universidades brasileiras.	1962
	João Goulart é deposto por um golpe militar.	1964
1965	Assina, como presidente do Centro Acadêmico da Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o manifesto “Conhecer para ser livre” contra a depredação por grupos militares e paramilitares das livrarias em Porto Alegre (RS).	
	Casa-se com Marco Aurélio de Almeida Garcia.	
	<i>Diplôme Supérieur de Langue et de Littérature Française – Université de Nancy/França. Mention Bien.</i>	
	Conclui a Graduação em Letras Neolatinas. Passa a dar aulas de literatura em escolas secundárias.	

<sup>31</sup> Sob inspiração da obra “*Destinos pessoais e estrutura de classes*” (Berteaux, 1979 [1977]) e do “Esquema de análise de uma trajetória social” (Gaulejac, 2014, p. 179), pensou-se essa cronologia, esse ensaio (bio)bibliográfico.

- 1966** Não é aceita na recém-criada Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Solicita bolsa ao governo francês para realizar a Pós-Graduação sob a orientação de Lucien Goldmann.
- 1967** Inicia os estudos na *École Pratique des Hautes Études* com L. Goldmann e acompanha os seminários de Louis Althusser na *École Normale Supérieure*. Escreve o projeto “*Typologies et possibilités des esthétiques sociologiques*”.
- Greves operárias e efervescência do movimento estudantil na França, na Alemanha, no México, na Argentina e no Brasil. **1968**
- 1969** Decide voltar ao Brasil em decorrência dos eventos de 1968. Retorna a dar aulas em escolas secundárias enquanto elabora um projeto de tese.
- 1970** Em abril, decide, junto com seu marido, deixar o Brasil rumo ao Uruguai. Em outubro, muda-se para o Chile.
- 1971** Passa a lecionar na *Facultad de Economía e Sociología de Valparaíso* e a trabalhar no *Instituto de Economía Y Planificación* em Santiago. Posteriormente, assume as aulas de Metodologia das Ciências Sociais na cátedra de Lógica da Investigação na Escola de Estudos Econômicos Latino-Americanos, função em que permanece até 1973.
- É condenada à revelia no Brasil para cumprimento da pena de dois anos pelo crime previsto no art. 14 da Lei de Segurança Nacional.
- Nasce seu filho Leon de Souza Lobo Garcia.
- 1972** É absolvida da condenação de 1971 após auditoria do processo.
- Golpe militar no Chile. **1973**
- 1973** Busca, com o marido e o filho, asilo na embaixada do Panamá em Santiago (Chile) após o golpe. Partem para Chitre (Panamá), onde permanecem por quase um mês e de lá para Bruxelas (Bélgica).
- Com documento fornecido pela Bélgica, deslocam-se para Paris, na França, onde se estabelecem.
- 1974** Começa a lecionar Sociologia do Departamento de Sociologia da Universidade de Paris VIII-Vincennes, função em que permanece até 1979.
- 1977** Passa a lecionar, também, no Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Paris VIII-Vincennes.
- Greve na fábrica Saab-Scania de São Bernardo do Campo (SP). **1978**
- A Argentina, sob ditadura militar, sedia a Copa do Mundo de Futebol.
- 1978** Publica, com Regina Maria de Carvalho, o artigo “*Futebol, o esporte sem ‘zona neutra’*” no jornal “Em Tempo”.
- Solicita expedição de seu passaporte ao consulado brasileiro na França. Em dezembro pública: “*Exilada pede passaporte ao Tribunal*”.

	Metalúrgicos do ABC decretam greve geral.	1979
	Sancionada a Lei de Anistia, vitória do projeto da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).	
1979	Defende sua tese de doutoramento, " <i>Crise de domination et dictature militaire au Brésil</i> ", sob a orientação de Jean-Marie Vicent.	
	Retorna ao Brasil, em abril, e se estabelece no Rio de Janeiro. Presta depoimento à Delegacia de Ordem Política e Social/SR/DPF/RJ.	
	É fundado o Partido dos Trabalhadores (PT).	1980
1980	Passa a lecionar no Programa de Pós-Graduação e Extensão em Ciências Sociais da Universidade Metodista de Piracicaba. Permaneceu na função até 1981.	
	Participa da 32ª. Reunião da SBPC.	
	Ministra o curso de Introdução à Teoria Política no Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Documentação da UNESP – <i>Campus Marília</i> , onde leciona até 1982.	
1981	Profere a conferência: " <i>Estado e hegemonia em Gramsci: 1964/1968 – crise de dominação: uma tentativa de aproximação conceitual</i> " na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).	
	Publica o artigo acadêmico " <i>A questão da mulher na reprodução da força de trabalho</i> ".	
	Participa de criação do jornal feminista "Mulherio" e compõe o Conselho Editorial.	
1982	Publica, com Helena Hirata e Rosa Moysés, "As mutantes das fábricas" no "Mulherio".	
	Inicia na Universidade de São Paulo, como professora do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e do Curso de Introdução à Sociologia na Faculdade de Economia e Administração.	
	É fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT).	1983
	Inicia-se o movimento das "Diretas Já!".	
1983	Apresenta, no VII Encontro Nacional da ANPOCS, " <i>As operárias, o sindicato e o discurso sociológico</i> ", artigo em parceria com Elizabeth Higgs.	
	Publica a biografia <i>Emma Goldman. A vida como revolução</i> .	
	Inicia o Estágio pós-doutoral na equipe de pesquisa <i>Groupe d' Etudes sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail – Centre National de la Recherche Scientifique</i> (CNRS), ao qual permanece vinculada até 1985.	
1986	Organiza, junto à Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP), a vinda das pesquisadoras do <i>Groupe d'Étude sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail</i> , como Daniele Kergoat e Marie Victoire Louis.	

	Inicia-se a Assembleia Nacional Constituinte.	1987
	É promulgada a Constituição de 1988.	1988
1988	Deixa de lecionar na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), concentrando sua atividade acadêmica no Departamento de Sociologia (DS-USP). Credencia o curso “Trabalho, dominação e resistência: gênero e divisão social do trabalho” na Graduação de Ciências Sociais.	
	Primeira eleição direta, em dois turnos, para Presidente da República após o ciclo militar iniciado, em 1964, com a deposição do Presidente João Goulart.	1989
	O operário Luiz Inácio (Lula) da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) é candidato e vai ao segundo turno.	
1989	Aos 46 anos, vota pela primeira vez para a Presidência da República. Passa a lecionar como professora visitante na Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, implantando as disciplinas “Historiografia dos Movimentos Sociais” e “Gênero, História e Sociedade: Estudos Brasileiros”. Participa da fundação do Centro de Estudos de Gênero Pagu.	
	Atua como professora visitante no Departamento de Ciência Política da <i>Université du Québec à Montréal</i> (UQAM).	
	Posse de Fernando Collor de Mello – Partido da Renovação Nacional (PRN) – como Presidente da República.	1990
1991	Em 15 de março, morre em Campina Grande (PB), vítima de acidente automobilístico. Estava a convite do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (DS-UFPB) e iniciava, à época, pesquisa sobre as trabalhadoras rurais. Tinha 47 anos. São organizados e publicados ( <i>In memoriam</i> ) – por Helena Hirata, outras companheiras e companheiro de vida e trabalho dezenove artigos, de Elisabeth Souza-Lobo, sob o título “ <i>A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência</i> ”.	
	Toma posse Dilma Vana Rousseff (PT).	2011
	É a primeira mulher Presidente do Brasil.	
2011	Sai, ampliada em dois artigos, a segunda edição do livro “ <i>A classe operária tem dois sexos</i> ”.	
2021	Em março, mês que marca a luta das mulheres por igualdade, sai – pela Editora Expressão Popular em parceria com a Fundação Perseu Abramo – a terceira edição. É traduzida, por Ilan Lapyda, a tese de doutoramento defendida na França em 1979. Projeta-se a publicação.	

**2023** Rememoram-se os 80 anos do nascimento de Elisabeth Souza-Lobo, os 40 anos da apresentação de “*As operárias, o sindicato e o discurso sociológico*” e publicação da biografia *Emma Goldman. a vida como revolução*.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

## 1.2 UMA BIBLIOGRAFIA – PRODUÇÃO, CICLOS E CIRCULAÇÃO

### 1.2.1 A produção trabalhada

**Quadro 2** Cronologia de Publicações

Ano	Título	Tipo	Lugar	Coautoria
1968	A literatura em Marx, Engels, Trotsky, Lenin e Gramsci	Ensaio	AEL/ESL	
1977/78	Autonomia e Separatismo	Tradução	AEL/ESL	
	As feministas e maio 68	Tradução e adaptação	AEL/ESL	Beth Vargas
1978	Feminismo e política: notas para um debate	Ensaio	AEL/ESL	
	Algumas reflexões sobre autonomia do movimento feminista "week end"	Ensaio	AEL/ESL	
	Futebol, o esporte sem "zona neutra"	Completa: base pesquisa, informação e entrevista – sentido	“Em Tempo”	Regina Maria de Carvalho
1979	Crise de domination et dictature militaire au Brésil	Tese	Paris VII-Vincennes; USP	
	Mulheres denunciam a hipocrisia do aborto	Nota	“Em Tempo”	Bruna Franchetto; Anna Leite; Darcy Esquivel; E. Pinto; E. Gonzelez; Eliana Reis; Dorine Plantenga; Claudomira Mello; Ligia Rodrigues; Leila Pereira; Lula Nunes; Maria Alice Rocha; Mira Lopez; Maria José Lima; Miriam Abramovai; Nina Magalhães; Stella Maria Mendonça; Martha



	As mulheres se organizam	Artigo	"Em Tempo"	Teles; Marhel Oliveira.
	Mulher metalúrgica	Completa: base pesquisa, informação e entrevista – sentido	"Em Tempo"	Antonina Silveira; Rosa Lucia Moysés
	As mulheres fazendo política	Entrevista	"Em Tempo"	
1980	A mulher vista pelo(as) políticos(as)	Entrevista	"Em Tempo"	Olga Modesto; Rosa Lucia Moysés
	Negras: quem não se organiza, dança	Entrevista	"Em Tempo"	
	A autonomia não é uma heresia	Opinião	"Em Tempo"	
	Assalariadas ou servas?	Entrevista	"Em Tempo"	
	Plim Plim Henfil	Entrevista	"Em Tempo"	Maria Tereza Verardo
	Quando as mulheres fazem história	Artigo	"Em Tempo"	
	Campanha pela legalização do aborto recebe apoio internacional	Nota	"Em Tempo"	
	Mulheres e política: o que "eles" pensam	Entrevista	"Em Tempo"	
	A luta destas mulheres por um mundo diferente	Entrevista	"Em Tempo"	Maria Tereza Verardo; Eide
	Simone de Beauvoir entrevista Sartre	Escolha-tradução-transcrição	"Em Tempo"	Transc – <i>Revue L'Arc</i> n. 61 (1975)
	"O sexo hoje é o novo ópio do povo" – Flávio Gikovate (entrevistado)	Entrevista	"Em Tempo"	Maria Tereza Verardo
	Assalariadas ou servas?	Entrevista	"Em Tempo"	Entrevista empregadas domésticas sindicalizadas
	O esquadrão dos maridos	Artigo	"Em Tempo"	
	PREV-SAÚDE – Prevenir para governar	Artigo	"Em Tempo"	Thais de Souza
1981	A normalização da família	Resenha	Cadernos de Pesquisa – FCC	
	As várias faces de um mito	Resenha	Mulherio	

	Memórias da clandestinidade	Entrevista	Mulherio	
	A difícil – mas possível – ação feminista nos partidos políticos	Entrevista(da)	Mulherio	
	A questão da mulher na reprodução da força de trabalho	Artigo	Perspectivas	
	Estado e hegemonia em Gramsci	Conferência	AEL/ESL	
1982	As mutantes das fábricas	Completa: base pesquisa, informação e entrevista – sentido	Mulherio	Helena Hirata; Rosa Lucia Moysés
	Operárias: sindicalização e reivindicações (1970-1980)	Artigo	Revista Cultura e Política	Helena Hirata; Rosa Lucia Moysés
	Lutas Operárias e Lutas das Operárias em São Bernardo do Campo	Artigo	Cahiers Des Amériques Latines; A Classe Operária Tem Dois Sexos	John Humprey; Rosa Lucia Moysés; Leda Gitahy
	Notas sobre o movimento no feminino	Artigo	Desvios; A Classe Operária Tem Dois Sexos	Maria Célia Paoli
	Os crimes da paixão	Resenha	Mulherio	
	Feminino, feminino	Resenha	Mulherio	
	Um lugar no governo	Debate	Mulherio	Eva Alterman Blay; Carmen Barroso; Bárbara Hartz; Ana Lúcia Viana
1983	<i>Emma Goldman. a vida como revolução</i>	Livro	Livro	
	Agnes Heller. Uma escolha entre a vida e a liberdade	Entrevista	Mulherio	
	Pagu	Ensaio biográfico	Mulherio	
	Mulher, Mulheres	Resenha	Mulherio	
	Conselho da Condição Feminina: nossa parcela no Poder	Opinião	Mulherio	
	Nossa tia da Inglaterra	Resenha	Mulherio	
	A “prática invisível” das operárias	Artigo	O sexo do trabalho	John Humprey; Rosa Lucia Moysés; Leda Gitahy

	As operárias, o sindicato e o discurso sociológico	Artigo	A Classe Operária Tem Dois Sexos	Elizabeth Higgs
1984	A divisão sexual do trabalho e as ciências sociais (notas de pesquisa)	Artigo	A Classe Operária Tem Dois Sexos	
	A questão do aborto no Brasil	Conferência	AEL/ESL	
	O feminismo é uma cachaça. Relato pessoal e parcial de uma viciada	Opinião	Mulherio	
	Feminismo e sindicalismo: "as relações perigosas"	Entrevista	Desvios	
1985	Desventuras das mulheres em busca de emprego	Artigo	Revista Cultura e Política – Lua Nova	
	Do desenvolvimento à divisão sexual do trabalho – estudos sobre os "trabalhos das mulheres"	Artigo	A Classe Operária Tem Dois Sexos	
	Olga Benário Prestes	Resenha	Leia	
	Masculino e feminino na linha de montagem – divisão do trabalho e controle social	Artigo	A Classe Operária Tem Dois Sexos	Vera Soares
1986	Sob o signo de Cinderela	Opinião	Mulherio	
	A vida como obra	Artigo	Leia	
	De Nairóbi a Bertioiga: viagens aos confins dos feminismos	Artigo	Desvios	
	Masculino e feminino na prática e nos discursos sindicais	Artigo	A Classe Operária Tem Dois Sexos	
	As mulheres e os sindicatos: novas práticas, velhos problemas	Artigo	A Classe Operária Tem Dois Sexos	
	A paixão segundo Iole é negra	Leitura de calcografia	Eros. Calcografias	
1987	Homem e mulher: imagens das ciências sociais	Artigo	A Classe Operária Tem Dois Sexos	
	Mulheres, feminismo e novas práticas sociais	Artigo	A Classe Operária Tem Dois Sexos	
	Modos de vida: usos e abusos	Artigo	AEL/ESL	
	Os usos do gênero	Artigo	A Classe Operária Tem Dois Sexos	
	Uma classe de dois sexos	Nota para o boletim	AEL/ESL	

		nacional do PT			
1988	O livre-pensar de Hannah Arendt	Resenha	O Estado De São Paulo		
	Uma arqueologia que desvenda o poder no império	Resenha	O Estado De São Paulo		
	Itinerário Elisabeth Souza-Lobo	Memorial para concurso	USP		
	A cidadania das mulheres na nova Constituição brasileira	Artigo	A Classe Operária Tem Dois Sexos	Marie-Blanche Tahon	
1989	Experiências de mulheres. Destinos de gênero	Artigo	Tempo Social		
	Questões a partir de estudos sobre o movimento de mulheres no Brasil	Artigo	A Classe Operária Tem Dois Sexos		
	Emma Goldman. Revolução e Desencanto: do Público ao Privado	Artigo	Revista Brasileira De História		
	Família e Gênero	Conferência	Anais IV SBS – AEL/ESL	Neumar Aguiar	
	Trabalhadoras e trabalhadores: o dia a dia das representações	Artigo	A Classe Operária Tem Dois Sexos		
	A humilhação da mulher operária – mais-valia feminina	Artigo	Teoria e Debate		
	Mulheres: uma nova identidade	Artigo	A Classe Operária Tem Dois Sexos		
1990	Modelo japonês e práticas brasileiras	Artigo	Sobre O Modelo Japonês		
	O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho	Artigo	A Classe Operária Tem Dois Sexos		
	A igualdade imaginada	Artigo	A Classe Operária Tem Dois Sexos		
1991	Movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990): o gênero da representação	Artigo	A Classe Operária Tem Dois Sexos		
	A classe trabalhadora no Brasil: experiência, estrutura e gênero	Conferência	AEL/ESL		
	A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência [IM]	Livro – 1a. Edição (1991)	Sec. Municipal da Cultura/Brasília		
1992	Caminhos da Sociologia no Brasil: modos de vida e experiência [IM]	Artigo	Tempo Social		

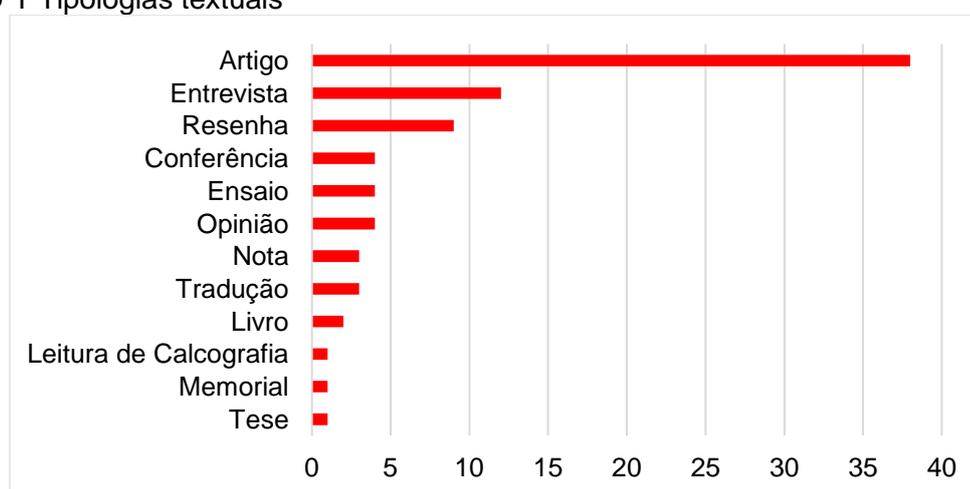
1995	Domination et résistance: travail et quotidien [IM]	Livro	Les Cahiers du Gedissi. Paris: Iresco-CNRS.
2011	A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência [IM]	Livro – 2a. Edição (Ampl.) (2011)	Fundação Perseu Abramo
2016	A classe operária tem dois sexos (Em <i>O marxismo na América Latina</i> ) [IM]	Artigo – Original de Notas	Expressão popular/Fundação Perseu Abramo
2021	A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência [IM]	Livro – 3a. Edição (2021)	Expressão popular/Fundação Perseu Abramo

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Organizada a cronologia da obra, tipificou-se o conjunto documental analisado (de 82 publicações), separando-o entre produções individuais e produções em coautoria e local de publicação e/ou guarda.

Os gráficos – (1) por tipos de texto e (2) por obras autorais e obras em coautoria – são resultados deste trabalho de sistematização e apresentam-se:

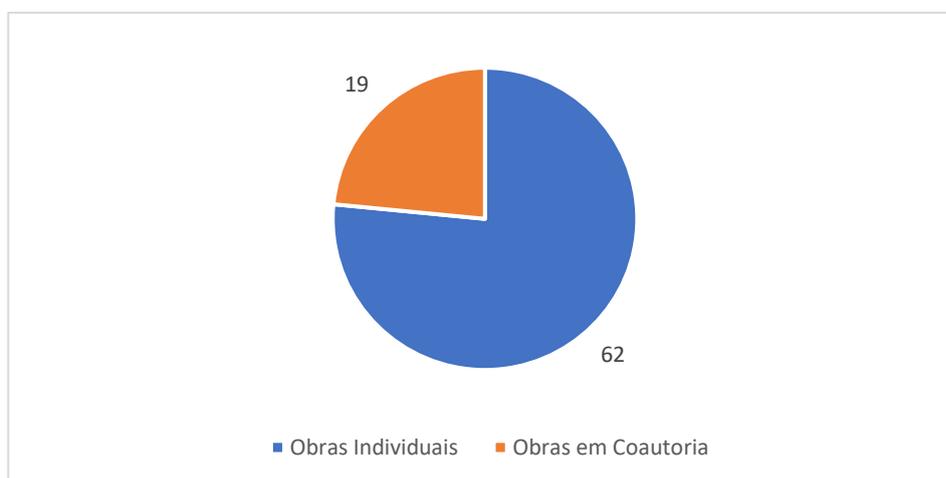
**Gráfico 1** Tipologias textuais



Destaca-se, pela análise do Gráfico 1, a diversidade da ação intelectual de Elisabeth Souza-Lobo (artigos, entrevistas, resenhas, ensaios, conferências etc.) e salta aos olhos, também, o modo preponderante de comunicação de seu pensamento – o artigo –. É preciso considerar que, neste conjunto maior, situam-se diferentes meios de difusão: os jornais e as revistas científicas, o que permite inferir

a preocupação da autora em ser ouvida em espaços de poder institucionais e públicos.

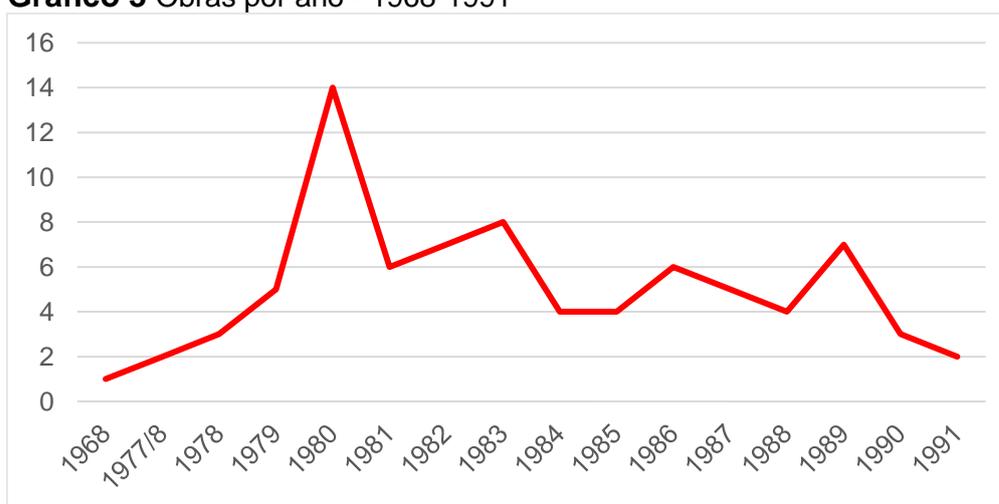
**Gráfico 2** Autoria



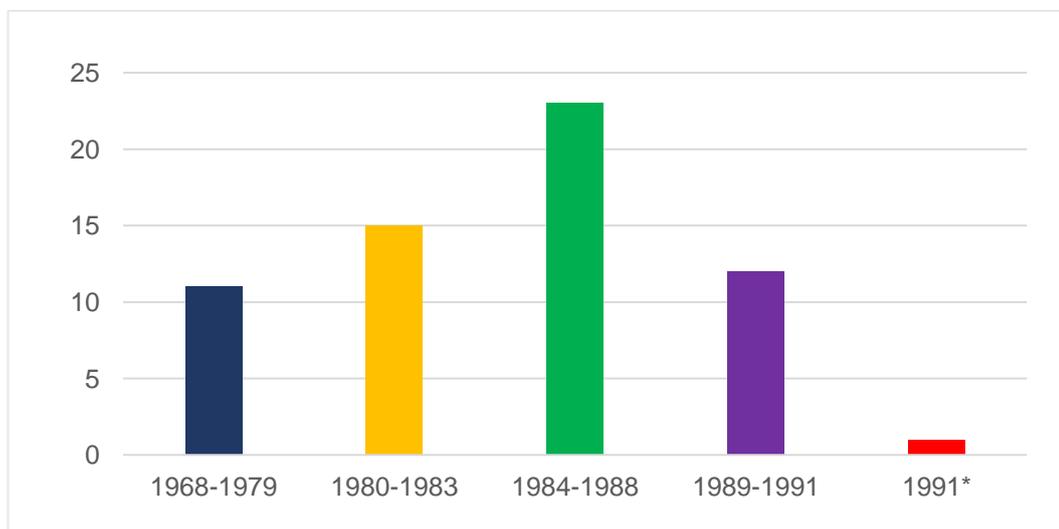
### 1.2.2 Os ciclos da produção

O Gráfico 3 apresenta a produção da autora ao longo de sua vida.

**Gráfico 3** Obras por ano - 1968-1991



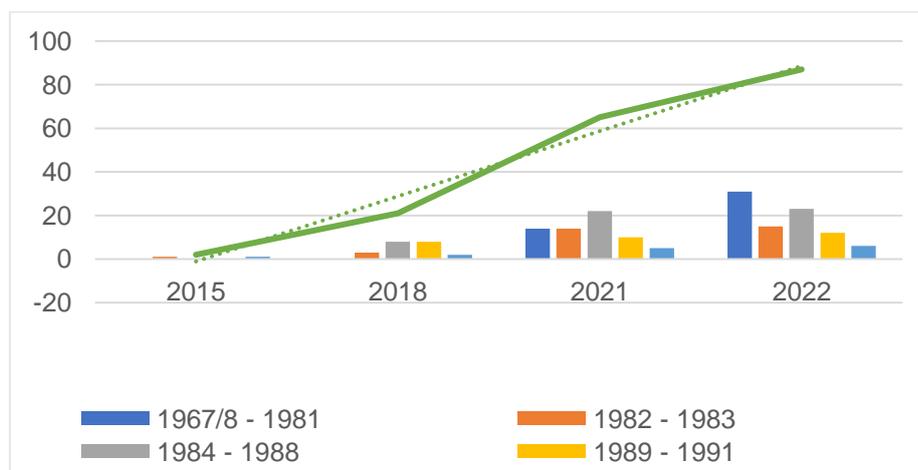
No período de produção de 23 anos, percebe-se uma intensa atividade intelectual entre os anos de 1979 e 1983. Trata-se do período entre a defesa da tese de doutoramento, seu retorno ao Brasil, sua participação e contribuição na imprensa de protesto e a publicação da biografia da anarquista lituana Emma Goldman.

**Gráfico 4** Obras por ciclo

O Gráfico 4 foi organizado pelos ciclos temporais reordenados pela análise da obra (1) 1967/8-1979 (uma ação feminista), (2) 1980-1983 (feministas, mulheres e operárias), (3) 1984-1988 (classes, experiência de classe e gênero), (4) 1989-1991 (igualdade e diferença) e (5) 1991\* (difusão por meio de publicações póstumas), confirma a informação anterior. Possibilita pensar o período de 1968-1983 como o fundamental à compreensão do pensamento-obra de Elisabeth Souza-Lobo.

Por fim, apresenta-se, por meio do Gráfico 5, a realização do percurso desta pesquisa, desde a retomada do contato com o trabalho de Elisabeth Souza-Lobo (2015) e momento presente (2023). Destaca-se, no período após a qualificação, o contato com um conjunto documental de 1967/9-1981, trata-se da produção de Elisabeth Souza-Lobo no jornal “Em Tempo”.

**Gráfico 5** Investigação Documental



### 1.2.3 A circulação da produção

**Quadro 3** Circulação da produção intelectual de Elisabeth Souza-Lobo

OBRA	CITAÇÕES	TIPO
<b>A CLASSE OPERÁRIA TEM DOIS SEXOS</b>	935	Livro
1. O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho	137	Artigo
2. O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990)	40	Artigo
3. Experiências de mulheres. Destinos de gênero	25	Artigo
4. Homem e mulheres: imagens das ciências sociais	11	Artigo
5. <i>Mouvements des femmes et représentation politique au Brésil (1980-1990): le genre de la représentation</i>	9	Artigo
6. A luta das mulheres	2	Artigo
7. A igualdade imaginada	1	Artigo
8. Uma nova identidade	1	Artigo
9. Modèle japonais et pratiques brésiliennes	1	Artigo
10. Operárias: sindicalização e reivindicações (1970-1980)	25	Artigo
11. Caminhos da Sociologia no Brasil: modos de vida e experiência	43	Artigo
12. <i>Emma Goldman. a vida como revolução</i>	11	Livro
13. A vida como obra	6	Artigo
14. A questão da mulher na reprodução da força de trabalho	5	Artigo



Fonte: Google Acadêmico (mar. 2023).<sup>32</sup>

Como havia sido apontado, “*A classe operária tem dois sexos*” (1991; 2011; 2021) é a obra de maior circulação de Elisabeth Souza-Lobo. Quando afirmado, era uma percepção e agora faz-se realidade. Dos treze artigos citados, nove encontram-se na referida publicação que recebe o maior de citações (935). Indica, também, que ampla parcela acadêmica está trabalhando e citando o livro-autora sem reconhecer o próprio material – a estrutura da obra – uma seleção de artigos entre 1982 e 1991.

Nesse sentido, volta-se a esta pesquisa que, tendo trabalhado com o conjunto da obra, afirma estarem entre os mais significativos artigos, do ponto de vista da articulação entre o conteúdo teórico, a conjuntura nas ciências sociais brasileiras e a trajetória de Elisabeth Souza-Lobo, para a compreensão dos fundamentos de seu pensamento – “*A questão da mulher na reprodução da força de trabalho*” tratado na subseção 3.2. e o artigo constituidor do primeiro ciclo de pesquisa da autora: “*Operárias: sindicalização e reivindicações (1970-1980)*” (1982).

Os artigos “*Experiências de mulheres. Destinos de gênero*” (1989) e “*Caminhos da Sociologia no Brasil: modos de vida e experiência*” (1992) publicados na Revista *Tempo Social* do Departamento de Sociologia da USP, para além da relevância teórica, materializam dois importantes momentos da história da instituição: “*Experiências*” abre o primeiro número da revista e por ele, e pelos demais artigos, podemos (re)reconhecer as tendências do pensamento sociológico à época. “*Caminhos*” está entre os artigos de outras sete importantes sociólogas do departamento – *In memoriam* – em um número da revista (*Tempo Social*, v. 4, n 1-2, 1992), inédita e majoritariamente, de artigos de mulheres sobre suas diferentes pesquisas.

*Emma Goldman*, manifesto feminista e de rebeldia de Elisabeth Souza-Lobo, infelizmente é pouco referenciado. No entanto, surpreende a circulação de “*A vida como obra*” (1986), publicado em “*Leia*”: uma cerimônia de adeus e de compromisso de continuidade da luta pela libertação das mulheres, redigida por ocasião da morte de Simone de Beauvoir.

---

<sup>32</sup> Pesquisa na plataforma Google Acadêmico realizada, por solicitação da pesquisadora, pela bibliotecária-documentalista Etiene Siqueira de Oliveira, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, a quem agradeço imensamente.

Tem interessado ao público – supõe-se do campo acadêmico – os artigos últimos da autora que examinaram ciclos de lutas das mulheres (e das mulheres operárias) à luz da categoria conceitual gênero introduzida na Sociologia brasileira a partir de seus estudos. São eles: *“O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho”* (1990) e *“O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990)”* (1991) – apresentado, primeiramente, em Quebec.

A pesquisa na plataforma permitiu, por último, (re)conhecer as acadêmicas que trabalham e citam a obra da autora. São elas: Helena Hirata (USP/CNRS), Flávia Biroli (UnB), Lourdes Bandeira (UnB), Claudia Pereira Vianna (USP), Maria Carmelita Yazbek (PUC-SP), Yumi Garcia dos Santos (UFMG), Maria Beatriz Nader (UFES) e Cristina Scheibe Wolff (UFSC).

## 2. ANOS DE FORMAÇÃO: ENGAJAMENTO FEITO TRABALHO

### 2.1 GERAÇÃO, SITUAÇÃO GERACIONAL, UNIDADE GERACIONAL E A JOVEM RADICAL

No entreguerras, o nascido húngaro Karl Mannheim escreveu O problema das gerações (1993 [1928]).<sup>33</sup> Nesse estudo, sobre o fenômeno das gerações para a Sociologia, Mannheim – partindo da leitura crítica ao tratamento positivista francês e ao histórico-romântico alemão dado ao tema – trouxe à luz uma síntese conceitual que permite pensar, em campos interdependentes, o quantitativo e o qualitativo que a ideia de geração emite.

Afirmando que “[...] o problema das gerações é importante o suficiente para ser seriamente considerado” e que “[...] ele é um dos guias indispensáveis à compreensão da estrutura dos movimentos sociais e intelectuais” (Mannheim, 1982 [1928], p. 67) lança um experimento mental e conclui:

[a] melhor maneira para se avaliar quais aspectos da vida social resultam da existência de gerações é fazer a experiência de imaginar o que seria a vida social do homem se uma geração vivesse para sempre e não se seguisse nenhuma outra para substituí-la. Em contraste com uma tal sociedade utópica e imaginária, a nossa tem as seguintes características: a) novos personagens do processo cultural estão surgindo, enquanto b) antigos participantes daquele processo estão continuamente desaparecendo; c) os membros de qualquer uma das gerações apenas podem participar de uma seção temporalmente limitada do processo histórico, e d) é necessário, portanto, transmitir continuamente a herança cultural acumulada; e) a transição de uma para a outra geração é um processo contínuo (Mannheim, 1982 [1928], p. 73-74).

Assim, neste movimento de vindas, encontros e idas de “personagens”, formando “um algo” – multiforme e genérico – denominado “existência de gerações”, está o campo da ação e da organização intelectual: a transmissão das ideias, das formas de ver e estar no mundo e das potencialidades de transformação. Mas, se “[...] a transição de uma para a outra geração é um processo contínuo”,

---

<sup>33</sup> Trabalhamos as traduções de Cláudio Marcondes e de Ignacio Sánchez de la Yncera. Foracchi (1982, p. 67-95) e Mannheim (1993 [1928], p. 193-242).

biologicamente dito, como ela acontece (ou é interrompida) na estrutura dos movimentos sociais e intelectuais? Como esse particular repertório transita?

Mannheim indica que por meio dos “grupos concretos”: comunitários e/ou os associativos a vida cultural segue. No entanto, esses grupos não são, em si, uma geração. Para ele, todos esses grupos e os indivíduos nele inseridos estão em uma “situação de geração”, diferenciada da “geração enquanto realidade” e daquela que, conscientemente, toma para si a realização do mundo por meio de “princípios formadores e interpretativos” próprios: as “unidades de geração”. Por ele, em uma de suas sínteses:

[...] a importância desses princípios formadores e interpretativos é que estabelecem uma ligação entre indivíduos espacialmente distantes que podem nunca chegar a entrarem em contato pessoal. Enquanto a mera “situação” comum em uma geração é de uma significação apenas potencial, uma geração enquanto uma realidade é constituída quando contemporâneos similarmente “situados” participam de um destino comum e das ideias e conceitos de algum modo vinculados ao seu desdobramento. Dentro dessa comunidade de pessoas com um destino comum podem então surgir *unidades de geração* particulares. Elas se caracterizam pelo fato de não se envolverem apenas na livre participação de vários indivíduos em um padrão de acontecimentos partilhado igualmente por todos (embora interpretado diferentemente por indivíduos diferentes), mas também uma identidade de reações, uma certa afinidade no modo pelo qual todos se relacionam com suas experiências comuns e são formados por elas (Mannheim, 1982 [1928], p. 89. Grifos no original).

Da geração enquanto realidade, da comunidade de destino, podem surgir inúmeras, diferentes e antagônicas unidades de geração. Neste sentido, ações e campos de luta pelo controle do devir, do presente e do passado instauram-se. Não é somente o presente-futuro que está em disputa nessas “unidades”, o passado pelo presente-futuro precisa ser, incessantemente, (re)elaborado e (re)transmitido. O historiador Jean Chesneaux (1995, p. 24) marca essa percepção com a desafiadora expressão: “[...] cada um escolhe seu passado, e essa escolha nunca é inocente”.

A ideia-conceito de unidade de geração é relevante para pensar a trajetória de Elisabeth Souza-Lobo pois, “tendo sido afetada pelo tempo histórico”, como registrou, sua *praxis* respondeu de modo individual e coletivo a um combate intelectual permanente: uma “ação cultural para a liberdade” para usar a expressão evidenciada por Paulo Freire (1976) naqueles ativos anos de 1968-1969. Compôs

uma determinada unidade geracional que encontrou na tradição marxista revolucionária e no existencialismo, como alicerce, o material interpretativo e formador da ação.

Esta unidade geracional, para dispor da conceituação mannheimiana, formou-se em ambiente intenso – marcado pela velocidade das mudanças econômicas, políticas, técnicas e socioculturais operadas no mundo, após a vitória da Revolução Russa (1917), a derrota dos fascismos italiano, japonês e alemão (1945) e a consolidação dos Estados Unidos da América como potência imperialista mundial (1945), na primeira metade do século passado – e definiu um outro desafio ao continente latino-americano e ao Brasil à luz da Conferência de Bandung (1955), do triunfo da Revolução Cubana (1959), do Movimento dos Países Não-Alinhados – MNA (1961), da formação do Tricontinental (1966) e da Organização Latino-Americana de Solidariedade – OLAS (1967): a ruptura com a ordem colonial e neocolonial (Hobsbawm, 1995; 2017).

Nesses anos 1960, atento à ação política da juventude no Brasil – em especial a ação política dos jovens da classe média e burguesa no movimento estudantil –, em Cuba, no Equador, na Venezuela, em Angola, no Egito, na Argélia e na França, Octavio Ianni (1963) publicou, em “Industrialização e desenvolvimento social no Brasil”, uma reflexão sobre “o jovem radical”. Ianni convidou a pensar a emergência desse segmento da população na “história do regime capitalista” e como “elemento decisivo dos movimentos sociais, em especial das correntes políticas de direita e de esquerda”. Desassossegado, buscando uma “interpretação globalizadora” do fato, apresentou um questionamento inicial, mobilizador e atual:

[...] Jovens procedentes das diversas camadas sociais desenvolvem atuações políticas incompatíveis com os interesses de suas classes. Essa é uma das contradições das sociedades estruturadas em termos da democracia burguesa. Nelas o processo de incorporação dos grupos imaturos não é automático e espontâneo. Ao contrário, ele se realiza por meio de mecanismos complexos, que nem sempre apanham plenamente o indivíduo. Isso faz com que haja fases da vida do jovem nas quais ele se encontre como que “desvinculado”, isto é, em processo de ajustamento com relação às polarizações dos interesses e ideias de sua classe. É nessa ocasião que o imaturo pode ser alcançado, como tem sido, por doutrinas políticas contraditórias com os interesses de sua classe, ou com a preservação da conjuntura presente, desenvolvendo-se, então, um comportamento radical. Na maior parte dos casos, esse comportamento é o produto de uma consciência peculiar da condição

social do próprio jovem, da sua situação de classe e da sociedade global. Mas, como é gerada essa consciência social singular que torna o jovem político ativo? (Ianni, 1963, p. 159-160).

Para a compreensão do processo de formação dessa “consciência social singular que torna o jovem político ativo”, o autor empreende uma análise de múltiplas referências. Caminha-se, com ele, por Eisenstadt, Freud, Mannheim, Hans Gerth e C. Wright Mills. Nesse itinerário de apontamentos das ideias e das insuficiências interpretativas à luz de uma “compreensão histórico-estrutural da sociedade” – entre as imagens do neorrealismo italiano e as memórias de Victor Serge – Ianni faz chegar, como ponto de inflexão de seu pensamento, um excerto de “Furacão sobre Cuba” (SARTRE, 1961). Em recorte preciso, dessa reportagem de Sartre na primeira fase do triunfo da Revolução Cubana (1960), fecha a longa e potente citação:

[...] A juventude nada tinha a perder: via os mais velhos acomodarem-se à tirania e pensava: “É às nossas desgraças que que eles se resignam”. Lançando-se contra os privilégios, esses meninos se revoltaram também contra os mais velhos. Face à omissão dos adultos, eles se criaram uma intransigência que nunca perderam e que lhes permitiu compreender o apelo lançado pela intransigência de Castro. Era a mesma coisa, para esses *enfants terribles*, rebelar-se contra um regime ditatorial e contra o alheamento dos que o haviam permitido ou mantido, pela passividade; a mesma coisa reduzir a pó o exército mercenário, e forçar os mais velhos à abdicação. Nessa curiosa aventura, as cidades foram libertadas pelo campo e os pais pelos filhos (Sartre *apud* Ianni, 1963, p. 169-170).

Sendo a Revolução Cubana o acontecimento histórico recortado para pensar o jovem radical revolucionário,<sup>34</sup> a radicalização juvenil à direita será exemplificada, a partir do estudo Gerth citado por Mannheim, sobre a “concentração da juventude no Partido Nacional Socialista”. Desenvolve, sobre o segundo caso, Ianni:

[...] Alienados como produtores, realienaram-se ideologicamente ao optar por uma atuação política que iria cristalizar ainda mais o sistema que os oprimia, levando-os até a destruição, em benefício daquele mesmo sistema. A adesão mística a Hitler é a expressão extrema desse processo, que depois se manifesta na adesão suicida

---

<sup>34</sup> Define Ianni (1963, p. 171): “Como diz Sartre, é revolucionário o partido ou a pessoas ligada a um partido cujos atos se destinam a uma alteração fundamental do regime de propriedade”.

à guerra promovida por seus opressores, agora escudados em nova doutrina. (Ianni, 1963, p. 173)

Expostas as ponderações e preocupações, o autor concluirá sua reflexão:

[...] Em suma, o jovem que não se “rebela” não realizou a consciencialização da condição alienada do homem na sociedade capitalista: ou porque foi amplamente envolvido e integrado pela ordem estabelecida, ou por não ter condições intelectuais para formular a própria condição real [...]. A consciência de alienação do jovem, produzida muitas vezes quando ele apenas começa a desenvolver ações sociais inerentes a papéis de adultos – portanto, inseridas no processo produtivo – é a maneira pela qual são estruturados os elementos da situação (as relações entre os sujeitos e as cristalizações do trabalho humano; as relações de dependência e dominação; a descoberta das limitações e sentidos restritos abertos à atividade criadora; conflito entre os valores universais, o comportamento efetivo dos adultos e as exigências sociais do comportamento real do jovem). É um momento da sociabilidade produzido por condições objetivas, atuais e prospectivas. Como a estrutura do sistema social é alienadora, produz-se, em consequência, o radicalismo, que se funda numa consciência adequada, sintetizadora. Daí a atuação política radical, como uma relação de negatividade com o presente. No processo de re-totalização da personalidade em desenvolvimento na adolescência, o jovem organiza intelectualmente a sociedade global em termos concretos, totalizando a sua personalidade com base numa nova e muito mais ampla de visão de mundo (Ianni, 1963, p. 176; 178-179).

No “processo de re-totalização da personalidade em desenvolvimento” (Ianni, 1963, p. 179), uma outra parte radical dessa geração: as jovens universitárias da classe média e burguesa – em meio às descobertas da mensagem revolucionária trazida, em primeira pessoa,<sup>35</sup> por Simone de Beauvoir em “O Segundo Sexo” (1949), da possibilidade de controle sobre seus corpos, concretamente posta, pela circulação comercial do anticoncepcional Enovid-10 (1960-1962) e dos movimentos sociais em curso protagonizaram – a partir dos anos 1960-1970 – o início de uma revolução política e sexual.

Assim, neste cenário convulsionado, a situação geracional potencializou a emergência de um circuito intelectual engajado: mulheres e homens, de todos os

---

<sup>35</sup> A historiadora Mary del Priore pensando a estrutura narrativa de O Segundo Sexo, escreveu: “Outro aspecto dessa obra é o fato de Beauvoir escrever sempre em primeira pessoa. Esse eu é político. Ela não se esconde atrás dos nós, desse nós majestático que a universidade inventou no século XIX. Nesse sentido, ela ousa ir à praça pública e dizer o que pensa – como cidadã, como intelectual – e afirmar o que chamava de “a aventura de ser si mesma” (PRIORE, 2029, p. 14).

continentes, organizados nas lutas de libertação dos povos, das nações e das mulheres exploradas e oprimidas pelo colonialismo patriarcal. Matéria-prima para a vida da jovem radical Elisabeth Souza-Lobo que, no mundo da escassez (Sartre, 1994, p. 17; 26; 38-40), lançou-se no *dever-ser* da transformação:

[o] político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos. Toma como base a realidade efetiva: mas o que é esta realidade efetiva? Será algo estático e imóvel, ou, ao contrário, uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio? Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso). Portanto, o “dever ser” é algo concreto, ou melhor, somente ele é interpretação realista e historicista da realidade, somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política (Gramsci, 2017b, p. 32-33).

A política em ato seria uma síntese possível à jovem Elisabeth Souza-Lobo e à trajetória da intelectual realizada?

## 2.2 A TESE DE DOUTORADO E A ELABORAÇÃO FEMINISTA

### 2.2.1 Crise de dominação e ditadura militar no Brasil – A Tese

*A derrota do populismo foi também  
a do reformismo de esquerda.*  
(Elisabeth Souza-Lobo, 2021 [1979], p. 89).<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> As referências à Tese – Crise de dominação e ditadura militar no Brasil (1979) – por todo este subitem (2.2.1) remetem à paginação da tradução realizada por Ilan Lapyda especificamente para esta pesquisa. Pensa-se – ainda para esse ano de rememoração dos oitenta anos do nascimento de Elisabeth Souza-Lobo (1943), os 40 anos de seu artigo provocativo e inaugural nas ciências sociais brasileiras: “As operárias, o sindicato e o discurso sociológico” e do livro Emma Goldman. A vida como revolução (1983) – a publicação. Ademais, a leitura da Tese de Elisabeth Souza-Lobo à luz da pesquisa desenvolvida por André Singer, desde 2007, e da atual conjuntura – com o terceiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva – pode constituir um profícuo e atual fio analítico para a reflexão sobre as mudanças, as rupturas e as permanências de nosso legado populista e para nossa prática política.



Elisabeth Souza-Lobo empreendeu, neste trabalho analítico, uma travessia desafiadora e racional de compreensão da História política, econômica e social brasileira de 1850 a 1968, para interpretar a crise do sistema de dominação que levou à deposição do Presidente João Goulart (1964) e as mudanças do sistema que se consolidaram nos anos seguintes, em especial, a partir da decretação efetiva da ditadura militar, em 13 de dezembro de 1968, por meio do quinto Ato Institucional (AI-5).

Desafiadora, também, foi a postura teórico-metodológica que assumiu ao apartar-se das análises de “objetividade” das estruturas reificadas pelo “economicismo” e pelo “sociologismo” (Weffort *apud* Souza-Lobo, 2021 [1979], p. 7) e, para tanto, realizou uma leitura de 118 anos da história brasileira por meio da articulação reflexiva entre a categoria histórico-política *populismo* e o conceito de *conjuntura* – como o “[...] lugar privilegiado em que os componentes de uma formação social se condensam e se revelam” (Poulantzas *apud* Souza-Lobo, 2021 [1979], p. 7).

Adverte a autora que o conteúdo que denomina a expressão *crise do sistema de dominação*, por ela utilizado, encontra filiação no conceito de Gramsci (*Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo stato moderno*, 1966 [1932-1934]) e de Poulantzas (*La Crise de l'État*, 1976) de *crise orgânica*. Em suas palavras:

[...] Trata-se, portanto, de uma crise das relações sociais como um todo, uma “crise de hegemonia” ou “crise orgânica”. Preferi manter aqui a expressão *crise do sistema de dominação* – que tem o mesmo sentido dos conceitos usados por Gramsci e Poulantzas, uma vez que alude à crise política das classes dominantes, à emergência de setores sociais subalternos na cena política, à radicalização do movimento operário e ao impasse do modo de acumulação que estremece a aliança de classes que tem no Estado seu espaço de articulação.

Essa escolha é determinada pelo fato de que o conceito de “crise do sistema de dominação” se tornou, na América Latina, um conceito coletivo e político que nos permitiu pensar nossa prática (Souza-Lobo, 2021 [1979], p. 8-9. Grifos no original).

Sobre o conceito político e coletivo formulado para pensar a experiência latino-americana são suas as referências a Ruy Mauro Marini e a Miguel Enriquez e deles emprega a ideia de crise do sistema de dominação. Portanto, é nesse arsenal de leituras de realidade e de (re)interpretações políticas – Antonio Gramsci,

Francisco Weffort, Nicos Poutantzas, Ruy Marini e Miguel Enriquez – que Elisabeth Souza-Lobo alimenta-se para a travessia de analisar e compreender 1968.

A Tese, então, estrutura-se – para além da introdução, conclusão e bibliografia – em quatro capítulos. A saber: (1) Formação e natureza do pacto populista – pensando, portanto, a crise do sistema agroexportador, a emergência da pequena burguesia, na organização da classe operária, o rearranjo do sistema de dominação operado pela Revolução de 30 e a natureza do pacto populista instituído –; (2) Evolução e metamorfose do pacto populista apresentando, a partir de diversa bibliografia e de documentos, o quadro histórico-social, internacional e nacional, do fim do Estado Novo e o advento da ‘democracia’<sup>37</sup> em três movimentos cronológicos – 1946-50, 1951-1954 e 1955-1960 – para pensar na expressão síntese de Tomas Vasconi e Marco Aurélio Garcia “[...] a complexa e contraditória síndrome nacionalista-populista-desenvolvimentista” (Vasconi; Garcia *apud* Souza-Lobo, 2021 [1979], p. 31) e as bases sociais da crise em curso; (3) 1964: crise do sistema de dominação interpretando a crise de representação política (e os conflitos daí, também, advindos entre os poderes Executivo-Legislativo), os conflitos no interior do bloco político no poder, a mobilização do empresariado contra as reformas propostas pelo governo João Goulart, a ação do movimento operário e do sindicalismo populista frente à crise, a organização no campo/rural – em especial as Ligas Camponesas –, o papel dos militares, a divisão nas camadas médias e a derrota, por fim, da esquerda que “não soube oferecer uma alternativa aos movimentos sociais” (Souza-Lobo, 2021 [1979], p. 89); (4) O nascimento da ditadura militar.

---

<sup>37</sup> A palavra-sentido democracia aqui entre aspas é de minha responsabilidade. Elisabeth Souza-Lobo referenciou textualmente a construção-sentido “advento da democracia burguesa”. O sentido das aspas está na compreensão da não realização democrática, sequer da democracia burguesa, em nosso País. As condições jurídicas para tal possibilidade democrática burguesa abriram-se, parcialmente, com a Constituição de 1988 – como o direito de voto às pessoas não alfabetizadas – mas considerando que esta Constituição – resultado de um Congresso constituinte e não de uma Assembleia Nacional Constituinte (exclusiva) – passou, sem consulta popular direta e por mecanismos próprios e previstos, por mais de 128 emendas em trinta e cinco anos, torna-se difícil afirmá-la como democracia burguesa. Na perspectiva das ideias-imagens do ornitorrinco – pensada por Chico de Oliveira (2003 [1972]) – e, de Zenir Campos Reis – em “Algumas consequências da queda do muro de Berlim” (1999), trata-se, enfim, da democracia burguesa do Brasil.

Desta exposição da linha de organização do trabalho, destacam-se as duas passagens aspeadas que permitem relacionar as características do pacto de dominação populista, sua ruptura (1964) – capítulo-história vivido intensamente pela jovem Elisabeth Souza-Lobo – e o nascimento da ditadura militar no Brasil (1968).

Na “síndrome nacionalista-populista-desenvolvimentista” vê-se a “articulação entre esses três componentes que conferiu uma coerência particular à política econômica do governo Vargas” (Souza-Lobo, 2021 [1979], p. 31) e explicita-se na decomposição da complexa e contraditória vertente:

[...] *Nacionalista* – afirmação da nação acima das classes. A nação constitui o ponto de conciliação dos interesses particulares diversos. *Desenvolvimentista* – entendido como desenvolvimento industrial, mas, sobretudo, como desenvolvimento capitalista. Reafirma-se, assim, os interesses específicos da burguesia urbana, mas identifica-se ideologicamente esse “desenvolvimentismo” com desenvolvimento nacional (e, portanto, autônomo). *Populismo* – essencialmente redistributivista. (Vasconi; Garcia *apud* Souza-Lobo, 2021 [1979], p. 31).

A manutenção dessa política econômica varguista não pôde manter-se em razão do processo incessante de internalização, imperialista, na economia. Na autora:

[...] Setores favoráveis à integração com o imperialismo ganharam força e contavam com o apoio do Exército, que pressionou Vargas a renunciar à presidência. O presidente preferiu o suicídio e deixou uma carta na qual defendia sua política econômica e atacava o imperialismo. *A crise de agosto de 1954 prenunciava a que ocorreria dez anos depois*, exatamente porque, apesar das mudanças na situação internacional e nacional – evidenciadas justamente pela morte de Vargas –, as condições que permitiram a existência do pacto ainda não estavam inteiramente esgotadas em 1954. *Mais uma vez, o populismo reviveria, mudando de forma. A oposição liberal que provocou a queda de Vargas não conseguiria impor seu projeto [...]*. A acumulação de capital no Brasil exigia, a fim de se prosseguir com o desenvolvimento industrial até então obtido, uma redefinição das relações com o imperialismo, dado que a deterioração do comércio exterior impedia a continuidade do modelo de “industrialização substitutiva de importações” em vigor. A burguesia brasileira então compreendeu que a reprodução ampliada devia passar por uma associação com o capital estrangeiro [...]. *Tratava-se, portanto, de criar as condições para favorecer essa associação entre imperialismo e industrialização nacional*: 1) por um lado, a redefinição da política econômica exigia o abandono dos pendores nacionalistas presentes nas leis de restrição ao capital estrangeiro; 2) por outro lado, era necessário criar condições de infraestrutura que permitissem o

estabelecimento desses capitais no Brasil (Souza-Lobo, 2021 [1979], p. 33-36. Grifos nossos).

Pensando o campo econômico e recusando-se acomodar-se “[...]com um esquema explicativo tradicional, que *deduz* a crise política e social da situação econômica” (Souza-Lobo, 2021 [1979], p. 51. Grifo no original), busca:

[...] refletir aqui sobre os diversos fatores da crise, suas relações mútuas e sua sobredeterminação pela clivagem política que ocorre no interior do pacto populista. Essa clivagem é, aliás, causa e consequência das determinações econômicas da crise de hegemonia de 1964. A abordagem gramsciana da *crise orgânica* permite afirmar que a ruptura do pacto populista em 1964 certamente tinha como pano de fundo a crise econômica, mas também que essa “crise orgânica se apresentou, de início, na forma de uma crise de representação política: classes e camadas sociais se descolam de seus partidos tradicionais e de seus representantes parlamentares”<sup>38</sup>. Esse processo de descolamento começou com a ascensão de Goulart ao poder e ocorreu de modo simétrico, tanto em relação às frações burguesas quanto às classes populares. Entre as frações burguesas, a crise de representação política, mais visível no Congresso, desencadeou uma dinâmica de mobilizações corporativas dos grupos empresariais – na maioria dos casos, organizados em torno dos militares e em relação com alguns políticos. O que une a atividade de todos esses grupos é o fato de ela se dar fora dos partidos (Souza-Lobo, 2021 [1979], p. 51-52. Grifos no original).

Assim, percorrendo a travessia da autora para compreensão da conjuntura 1964-1968 – o golpe, o golpe dentro do golpe e a eclosão, definitiva, da ditadura militar no Brasil – considera-se necessário pensar sobre a segunda questão destacada na apresentação geral dos pontos da Tese: o papel da esquerda que “não soube oferecer uma alternativa aos movimentos sociais” (Souza-Lobo, 2021 [1979], p. 89). Sobre esse ponto, disserta:

[...] A análise do PCB sobre a sociedade brasileira e sua transformação também coincidia com a do populismo. Ela considerava como estando na ordem do dia a retomada da revolução burguesa antioligárquica, iniciada em 1930, e, conseqüentemente, que se tratava de fortalecer o Estado democrático burguês contra as oligarquias. Essa análise transformou o PCB em pilar de sustentação do reformismo populista no plano ideológico e político [...]. O fato de o PCB ter sido a força mais importante da esquerda brasileira naquela época explica a hegemonia do reformismo no pensamento e

---

<sup>38</sup> Elisabeth Souza-Lobo cita – direta e literalmente – Christine Buci-Glucksmann (1976, p. 68).

na prática dessa esquerda no período (Souza-Lobo, 2021 [1979], p. 89).

No campo marxista, outras organizações – o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), a Ação Popular (AP) e a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP) em suas diferentes origens e práticas –, também, não foram capazes de impedir e/ou derrotar o(s) golpe(s) e, na “ausência e impossibilidade de um partido de massas” (Souza-Lobo, 2021 [1979], p. 123), o destino – pela via da violência repressiva militar– foi traçado.

Concluída em 1978, doze anos após a derrota do fim da estabilidade no emprego, dez anos após as ocupações operárias das fábricas nas cidades de Contagem (MG) e Osasco (SP) – analisadas em sua Tese – e diante da eclosão da greve operária na fábrica *Saab-Scania* em São Bernardo do Campo (SP), Elisabeth Souza-Lobo registrará, em nota de rodapé, as consequências já materializadas do projeto implantado, por Roberto Campos, pela contrarrevolução preventiva (Souza-Lobo, 2021 [1979], p. 91]) sobre os trabalhadores brasileiros. Na voz de Luiz Inácio (Lula) da Silva:<sup>39</sup>

[...] Um operário [...] trabalhando em uma pequena fábrica [...] é admitido na Volkswagen, na Ford ou na Mercedes, onde ele vai ganhar de 10 a 11 cruzeiros por hora, 200% a mais do que ele ganhava antes, e ele se sente no céu. [...] Quando ele começa a perceber que está sendo explorado, já se passaram um ou dois anos [...] a empresa o demite e contrata outro, tão ingênuo quanto ele era quando foi admitido. Em São Bernardo e em Diadema (no entorno industrial de São Paulo) existem empresas com um índice de rotatividade que chega a 4.000 trabalhadores por ano. Ao saírem da fábrica, essas pessoas recebiam de 15 a 18 cruzeiros por hora. O trabalhador precisa achar um novo emprego, no qual ganhará 8 cruzeiros por hora [...]. Ou seja, o aumento dos salários é corroído pela rotatividade (Souza-Lobo, 2021 [1979], p. 97, nota 21).

A conjuntura de 1978 invade o trabalho recortado iniciado. Não poderia ser diferente. Elisabeth Souza-Lobo nunca deixou o Brasil, nunca deixou de pensar o Brasil, nunca deixou de pensar a ação operária.

---

<sup>39</sup> Entrevista com Luiz Inácio [Lula] da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. (*Isto é*, São Paulo, 1 fev. 1978, p. 8).

### 2.2.2 A elaboração feminista: um percurso

Se a tese fora um ajuste de contas com o passado, dela emergira uma nova temática: os novos sujeitos sociais. Era 1979. E foi possível voltar ao Brasil depois de nove anos de ausência. (Elisabeth Souza-Lobo, 1988).

Souza-Lobo voltou ao Brasil trazendo na mala a tese de doutoramento – defendida nos primeiros meses de 1979 – cristalizando um pensamento, uma posição intelectual, sobre a ruptura do pacto de dominação populista e o nascimento da ditadura militar no Brasil e outros estudos – entre traduções, adaptações e reflexões próprias – que apontam, indiscutivelmente, sua inflexão para os novos sujeitos sociais. Em verdade, e para além do debate clássico que já realizava sobre o movimento operário no Brasil, transporta um outro interesse-ação: o feminismo e os movimentos sociais de mulheres. Enfim, passa os novos sujeitos sociais para o feminino: agora são, para ela, as novas e os novos sujeitos sociais.

Na tese de doutoramento de Souza Lobo, as referências às mulheres estavam situadas em dois tempos. Em um primeiro, quando nos remetia às greves operárias de 1917 e apresentava a pauta de reivindicações:

[...] O principal acontecimento desse período foi a greve geral iniciada nas fábricas têxteis da Crespi, em São Paulo [...]. *Dois mil trabalhadores se recusaram a estender o tempo de trabalho noturno e exigiram a regulamentação do trabalho de mulheres e menores de idade, a supressão da “contribuição pró-pátria” e aumento salarial de 15% a 20%. A greve se alastrou e atingiu 35 empresas, num total de 45 mil grevistas*” (Souza-Lobo, 2021 [1979], p. 15. Grifos nossos).

E, em um outro, as mulheres mobilizadas – especialmente a partir de 1962 – pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e, no mesmo contexto, pela União Democrática Nacional (UDN):

[...] O Ibad também subsidiou a mobilização de outros setores, tais como a Campanha da Mulher pela Democracia, a Frente da Juventude pela Democracia, a Resistência Democrática de Trabalhadores Livres, o Movimento Sindical Democrático, o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco. (Souza Lobo, 2021 [1979], p. 65).

Evidentemente, não passaram despercebidas as reacionárias “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”:

[...] que ocorreram em várias cidades do País, principalmente em São Paulo – onde o evento reuniu 500 mil pessoas em 19 de março de 1964 (menos de duas semanas antes do golpe) [...]. A mobilização das camadas médias seguiu um ritmo próprio. Sua escala se deveu ao fato de conseguir abarcar setores tradicionalmente apartados da vida política e que gozavam de uma credibilidade específica: as mulheres, o judiciário etc. Essa mobilização lembrava a do fascismo, mas seria desmantelada tão logo o golpe de Estado se consumasse (Souza- Lobo, 2021 [1979], p. 67).

Então, como situar o quando de sua inflexão, prática e teórica, ao feminismo? E qual feminismo e em relação a qual tradição feminista? Essas questões dirigem à compreensão desse percurso.

Quatro estudos marcam, entre 1977 e 1979, essa outra vertente de ação intelectual e política: (1) a tradução do trecho – “*Autonomia e Separatismo*” – do livro *Donna: Riforma o Rivoluzione?* (Marazzi; Tedeschi, 1977);<sup>40</sup> (2) a tradução e adaptação, em colaboração com Beth Vargas, do depoimento de Anne Tristan – “As feministas e maio 68” – (c.1977/1978);<sup>41</sup> (3) “Feminismo e política: notas para um debate” (Souza-Lobo, mar. 1978); (4) “*Algumas reflexões sobre autonomia do movimento feminista*” (Souza-Lobo, jul. 1978).

Esses textos marcam, também, um “modo de trabalho” que caracterizará a autora em seu engajamento militante e profissional: a atividade compartilhada-colaborativa – o fazer junto – mediada pelos estudos que preparam para uma difusão seletiva e formativa nos grupos de sua atuação política. No caso desse conjunto, o diálogo da autora está do movimento feminista europeu – italiano e francês –, em especial no Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris<sup>42</sup>, com o

---

<sup>40</sup> Antonella Marazzi (nasc. 1949) escreveu nos anos 1970 sobre autogestão, meio ambiente e outras lutas.

<sup>41</sup> Informam as autoras da tradução/adaptação/difusão: “Anne Tristan, autora com Annie de Osan do livro *Histórias do MFL* (editora Calman[n-] Levy, 1977, prefácio de Simone de Beauvoir) faz parte do núcleo histórico que desencadeou o Movimento de Libertação das Mulheres na França. (tradução e adaptação de Elisabeth Garcia e Beth Vargas)”. Para esse estudo, li a versão espanhola de Annie de Pisan e Anne Tristan *Historias del Movimiento de Liberacion de la Mujer* (1977), com Prologo de Simone de Beauvoir e sob tradução de Carmen Santos Fontela.

<sup>42</sup> Maira Abreu (2009; 2010); Maria Rosa Dória Ribeiro (2011; 2013).

movimento feminista brasileiro representado pelos jornais feministas<sup>43</sup> *Brasil Mulher* (publicado entre 1975-1979) e *Nós Mulheres* (publicado entre 1976-1978).

Por meio de “Autonomia e Separatismo” (1)<sup>44</sup> situa:

*[...] Na hipótese da construção de um movimento de mulheres de massa e anticapitalista, um elemento se reveste de uma importância fundamental pela sua própria existência e vitalidade é o seu caráter autônomo.*

*A autonomia é um conteúdo do feminismo sem ser, no entanto, uma elaboração original. É uma característica comum de todos os outros movimentos de massa que expressam a luta anticapitalista de setores e camadas sociais oprimidos e explorados. Na verdade, o feminismo tende a ver a autonomia como uma aquisição específica sua, na medida em que tanto a nível da determinação teórica quanto da prática de luta tem havido uma superposição constante entre este conceito e o de divisionismo.*

*A identificação dos conteúdos específicos da autonomia está estreitamente ligada a uma solução correta dos problemas de natureza programática e organizativa, fundamentais para o futuro de qualquer movimento de massas. A autonomia possui, com efeito, um sentido pro e realmente concretizável na prática quotidiana somente se implica na elaboração e aquisição minuciosa por parte do movimento, dos instrumentos adequados que tornem possível para cada um dos seus componentes gerir a própria autonomia.*

*É relativamente fácil determinar os conteúdos da autonomia organizativa dos quais um movimento deve gozar. Trata-se de um conjunto heterogêneo e em contínua evolução, pode variar numericamente segundo sua composição social e colocação política, mas um traço distintivo permanente deve ser sua independência real de qualquer estrutura organizativa exterior. Um movimento não mais se define como tal na medida em que se identifica com esta ou aquela força política, ainda que possa identificar-se do ponto de vista dos conteúdos da luta. A democracia de base no seu interior deve ser tal que os instrumentos organizativos sirvam como meio que permita a circulação das ideias e posições, o confronto e coloque entre linhas políticas diferentes, que permita concretizar as decisões da maioria, assegurar a prática real dos objetivos de luta decididos pelas estruturas de base do movimento (AEL, ESL, doc. 005, p. 001. Grifos nossos).*

Como resolver a questão existencial e política entre o uno e o múltiplo para a libertação da opressão das mulheres (e outros grupos oprimidos) e da exploração capitalista (burguesa), ou seja, como ver-pensar-agir (n)as relações entre o indivíduo

---

<sup>43</sup> Maria Amélia de Almeida Teles (1993; 2017); Maria Amélia de Almeida Teles e Rosalina Santa Cruz Leite (2013).

<sup>44</sup> Os escritos-documentos, encontrados nas Acervo Elisabeth Souza-Lobo do Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP), estão citados integralmente por duas razões: o ineditismo e a perspectiva estruturante que tomam nesse trabalho.



e (n)a outridade, (n)as relações entre os grupos sociais, formados desses diversos compostos e o conjunto social (a sociedade) à transformação pós-capitalista? Como, qualitativa e quantitativamente, transformar e fortalecer as lutas contra as servidões?

Essas parecem ser as questões que atravessam o problema colocado e que podem ser pensadas, também, nos seguintes termos: como o feminismo se vincula às grandes lutas sociais pela libertação social em suas articuladas dimensões – econômica, política e cultural – sem perder sua especificidade e ampliando sua influência ativa e pública?

A resposta-proposta que mereceu a tradução e transcrição de Elisabeth Souza-Lobo surge como evidente e tem história: a organização coletiva e autônoma das mulheres – sem a interferência das organizações externas à luta feminista – a qual, por meio da participação singular e direta – na circulação das plurais ideias e práticas confrontadas – possa elaborar e projetar um programa de ação próprio à sua emancipação *para* e *na* luta geral anticapitalista. Segue na tradução-transcrição:

*[...] Toda a experiência do feminismo recusou mais ou menos claramente a utilização de estruturas organizativas permanentes delegadas e imediatamente revogáveis. Por identificá-las com “a velha maneira de fazer política”, escolheu-se a espontaneidade – que é na prática, o velho conteúdo do espontaneísmo, pintado de feminino. Portanto, nada de original. Se hoje, setores mais conscientes do movimento se deram conta da importância inevitável de que se revestem os instrumentos organizativos, isto vem justamente da experiência concreta de que a ausência destes instrumentos organizativos representa uma fraqueza para o conjunto do movimento no que diz respeito a sua capacidade de gerir realmente e autonomamente suas próprias lutas. A nova maneira de fazer política, a única maneira revolucionária e verdadeira de fazer política é dotar-se dos meios pelos quais o controle das bases, de todas as mulheres, possa se manifestar realmente e a democracia direta tenha um papel central na determinação dos conteúdos, da análise e da prática de luta e na sua correta aplicação (AEL, ESL, doc. 005, p. 001. Grifos nossos).*

Recusa-se, portanto, um feminismo que não consolida uma estrutura organizativa e coletivamente projetiva, um feminismo espontaneísta, e aposta-se, firmando a importância das mulheres, diretamente, controlarem – exercerem poder – e na capacidade de determinarem os conteúdos – o conteúdo programático – de suas lutas:

*[...] Mais difícil é enfrentar o problema da autonomia do ponto de vista programático, isto é, dos conteúdos de luta. Qual é o sentido*

*por exemplo de dizer que nossa luta é autônoma? Aceitar a presença e a razão de ser profunda de um movimento que organize setores específicos, as vezes exterior, ainda que não alternativos ao movimento operário, quer dizer especialmente reconhecer a realidade de uma situação de exploração e de opressão que atinge de maneira específica setores ou camadas sociais que se encontram unificados através dessa sua especificidade de condição. Estes são, pois, estudantes, soldados, mulheres, oprimidos e por isto mesmo, potencialmente disponíveis a se encontrarem homoganeamente em luta contra as causas primeiras de sua condição específica e particular. Neste sentido, não existe uma diferença qualitativa nas avaliações que podem fazer de si próprios os vários “movimentos autônomos” surgidos sobretudo nestes últimos anos para enriquecer a já complexa realidade da luta de classes. Todos se estruturam em torno de situações específicas que mais além de sua dimensão mais ou menos ampla (e não há dúvida de que neste sentido cabe as mulheres o primeiro lugar) são portadoras de uma legitimidade objetiva do ponto de vista histórico próprio a esta especificidade peculiar com que se manifestam as formas oprimidas.*

*Vejamos agora que conteúdo programático possuía este caráter particular. Se é justo falar de luta autônoma, isto não quer dizer aceitar ilusões sobre a validade intrínseca desta luta numa dimensão metafísica e atemporal e fora do espaço. Lutar autonomamente significa elaborar, partindo dos níveis analíticos da própria condição de opressão específica uma estratégia complexa que individualize o inimigo real do movimento (a burguesia e o estado) e se articule ao nível dos objetivos particulares de modo a fazer convergir a batalha unitariamente num sentido anticapitalista ao lado dos trabalhadores, sempre mantendo íntegra e salvaguardando a natureza particular dos conteúdos originais. Assim a luta das mulheres por sua liberação não deve ser distinta, estranha, indiferente ou alternativa a dos outros setores sociais em luta, mas ao contrário tender a uma convergência – que se exprima sobretudo no conteúdo do programa – em direção de uma frente anticapitalista a mais ampla possível com os outros movimentos em luta. Isto não quer dizer delegar a quem quer que seja as próprias lutas, mas ao contrário, graças à condição autônoma e consciente, elevar o nível qualitativo dos conteúdos programáticos dos outros movimentos (AEL, ESL, doc. 005, p. 001. Grifos nossos).*

Isto posto, e à luz das experiências revolucionárias e contestadoras anteriores, a análise da situação objetiva e particular da exploração e da opressão das mulheres deve ser o fio condutor de uma ação na direção, também, dos demais movimentos e organizações sociais possibilitando, inclusive, uma convergência programática. Trata-se, efetivamente, da articulação do conteúdo programático particular com o conteúdo programático geral, e vice-versa, realizando uma outra síntese que pode elevar o nível qualitativo dos conteúdos programáticos e dos movimentos sociais situados.

[...] *É neste aspecto que se insere o problema do divisionismo que originou muitas tensões no interior do próprio movimento pelo fato de que se apoiava num grande equívoco que o feminismo – dado o seu nível atual de amadurecimento – não está ainda capacitado a superar plenamente. O divisionismo, na verdade não deve ser entendido como uma organização e o desenvolvimento de uma sociedade a parte, de um poder político ou, pior ainda, antagônico ao masculino. Não se trata de teorizar o “sujeito político” mulher, como sujeito histórico revolucionário – estabelecendo assim uma identidade mulher=partido=estado – mas de elaborar instrumentos táticos organizativos que facilitem às mulheres, historicamente afastadas da esfera pública, a reapropriação consciente de sua própria luta e da necessidade de seu papel de protagonistas políticas da sua própria liberação. Formas separadas de luta devem existir unicamente no sentido de dar às mulheres a gestão de sua própria auto-organização política.* Significam uma tomada de consciência ativa que ajude a liberar todas as potencialidades reprimidas por séculos de marginalização política na solidão privada.

De resto a opressão feminina está articulada de tal maneira que é difícil distinguir os aspectos secundários dos principais. *A oposição homem-mulher pareceria principal, quando na realidade é o modo específico pelo qual se manifesta a nível superestrutural a contradição de natureza estrutural entre a mulher e o modo de produção. Não se trata de uma “invenção masculina” grosseira, mas de uma forma socialmente organizada de controle e utilização de que se serve o macho como mediação da opressão exercida sobre a mulher pelo conjunto da comunidade. Daí é preciso partir para recompor uma unidade rompida há séculos e que poderá ser eliminada totalmente somente com a previa destruição seja do modo de produção, seja da reprodução imposta pela sociedade de classes. Nesta fase histórica, uma solução parcial do conflito entre os sexos só poderá, portanto, ser essencialmente política a fim de não criar uma falsa identidade entre o que é diversidade e o que é discriminação.* É neste sentido que a unidade política mulher-classe operária – isto é, sujeito histórico revolucionário torna-se o resultado da autonomia recíproca.

*É possível criar uma aliança política que tenda a um mesmo fim – a destruição do poder burguês – partindo de conteúdos específicos.*

Na verdade, as lutas operárias e também as lutas de outros setores oprimidos e explorados, *na medida em que golpeiam o capital, abalam também o sistema social baseado na estrutura familiar. Esta última é o centro da nossa luta autônoma, mas não está cortada das outras lutas anticapitalistas: reforça-as e é na mesma medida reforçada por elas.*

*Esta aliança não se verificou no passado. Está por ser construída hoje.* Não existem momentos de luta comum: *sexualidade e trabalho são artificialmente divididos, quando cada mulher pode facilmente intuir que são faces de uma mesma moeda.*

Mas o confronto com a classe operária possui também um outro aspecto: *é realmente necessário ampliar o movimento, dar-lhe uma dinâmica de massas, capilar e organizativa. O feminismo não deve ser o patrimônio de um grupo restrito de militantes, mas instrumento de luta de todas as mulheres.* E dizer todas as mulheres significa

essencialmente apontar para a grande massa das mulheres operárias, camponesas, as donas de casa do proletariado e do subproletariado.

*Especialmente nelas se impõe a tarefa de desenvolver o potencial subversivo, seja ao nível estrutural, cultural presente na radicalização feminista atual, especialmente no interior do movimento operário, fazer agir como instrumentos revolucionários os conteúdos de liberação sexual num ambiente como o operário e popular que do ponto de vista ideológico é o mais débil frente aos falsos atrativos do reacionarismo burguês.*

*É preciso que as mulheres operárias se organizem na fábrica e em casa para impor ao movimento operário, às organizações sindicais, às forças políticas que dizem defender os interesses dos trabalhadores uma estratégia revolucionária que considere o movimento das mulheres como protagonista ativo e essencial na luta complexa contra as instituições repressivas da sociedade de classes atual (AEL, ESL, doc. 005, p. 001. Grifos nossos).*

Explicita-se, em “*Autonomia e Separatismo*”, para além da análise das autoras – Mazzari e Tedeschi (1977) – uma utopia<sup>45</sup> que comporá as diferentes intervenções de Elisabeth Souza-Lobo, nos anos 1980 no Brasil, na participação da construção de um movimento organizado e autônomo de mulheres, de massa e anticapitalista que realize uma ampla democracia direta e de base para a circulação das ideias, confrontos, análises e tomadas de decisão-ação e, nesse sentido, compreendendo a democracia direta como forma e conteúdo para ação política. Um movimento de mulheres e feminista que possa – das situações específicas de opressão-exploração, articular-se – protagonizando, também, as lutas – com a situação coletiva-geral de exploração-opressão adensando as experiências na luta contra a burguesia e o Estado. Na raiz dessa utopia está a necessidade da subversão da condição da mulher no nível estrutural e cultural – a formação de uma “autoconsciência-consciência ativa” – que possa libertar as mulheres da (re)produção de sua marginalidade sexual e existencial. Na insubordinação da mulher, singular e organizada está – das casas-famílias às casas-fábricas – a

---

<sup>45</sup> No sentido a ela atribuído por Fernando Birri. Em Eduardo Galeano, *Las palabras andantes*, (2001 [1993], p. 230): “Ella está en el horizonte – dice Fernando Birri –. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. ¿Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar”.

possibilidade do fim das instituições repressivas, da sociedade de classes, da sociedade do macho.<sup>46</sup>

Na tradução-adaptação do depoimento de Anne Tristan, “*As feministas e maio 68*” (2), Elisabeth Garcia e Beth Vargas<sup>47</sup> fazem sobressair da e na primeira pessoa:

[...] *É fácil mergulhar no desencanto depois de maio 1968. É a reação imediatista dos que pensaram que o “grande dia” tinha milagrosamente chegado. É também a reação típica de uma juventude demasiado jovem para ter vivido realmente “os acontecimentos”, mas que guardou deles o mesmo sabor amargo que os mais velhos.*

Na verdade, este recuo desdenhoso é, de um lado, a própria negação do espírito de maio e, de outro, indica uma cegueira total sobre a realidade de hoje, onde se desenvolvem, sob formas diversas as promessas de maio. É preciso saber olhar sem as viseiras machistas clássicas, das quais não escapam infelizmente a totalidade de nossos pensadores reconhecidos, nem mesmo os “novos”.

Minha condição de mulher feminista me permite olhar diferente sobre o mundo. *Eu vivi maio de 68 com um entusiasmo total, e depois, apesar dos desencantos passageiros, trato de transformar esta morna realidade pré-fabricada em que maio abriu uma brecha definitiva.* Em maio tornou-se possível transformar a realidade. É preciso ter vivido o deserto de antes de maio para avaliar tudo o que surgiu depois dele. *Ações e movimentos que subvertem radicalmente o edifício patriarcal em que estamos enterradas há milênio. Entre estes movimentos, o feminismo.*

Com todas as transformações no interior da civilização patriarcal (revolução de 89, revolução industrial), maio 68 favoreceu a reaparição do feminismo. *Ao contrário dos movimentos anteriores, após maio 68 as mulheres não foram dispensadas, mas deu-se uma granada que libera aos poucos, seu conteúdo.* Neste sentido, maio anuncia realmente uma mudança radical de civilização, na medida em permitiu ao feminismo sobreviver a esta civilização tão velha quanto ele.

É assim que *se deve compreender maio 68, como uma explosão inicial* que se dá num contexto socialmente preparado para que ela ganhe mais tarde toda sua amplitude.

#### UM FEMINISMO LATENTE

A segunda metade do século XX parece marcada por um recuo total das lutas feministas. *Dois elementos favorecem sua maturação e retomada: de um lado, a obra de Simone de Beauvoir, que levamos mais de vinte anos para compreender e admitir, como todas as obras realmente importantes; de outro, os direitos, como o de votar, concedidos graciosamente pela sociedade masculina, sem relação direta com as lutas travadas para obtê-los.*

<sup>46</sup> No sentido exposto pela tradução e, também, de grilhão.

<sup>47</sup> Assim aparecem grafados os nomes das autoras no documento.

Na verdade, a conquista destes famosos direitos teve como única consequência relativizar as desigualdades. Mas deles só se beneficiavam os senhores reais do sistema.

Era inútil conquistarmos um diploma de engenheiro como o nosso amigo. Não só não podíamos pretender um futuro profissional igual, como uma vez casadas, éramos nós que arcávamos e arcamos ainda com a casa e as crianças. Como nos bons velhos tempos... A maioria de nós achava mais cômodo abandonar o exercício da profissão (que nos custara tanto) para se consagrar ao lar. *O fenômeno analisado por Betty Friedan nos anos 60 nos Estados Unidos se repetia em todos os países industrializados. Observa-se um recuo geral das ex-estudantes em direção às casas suburbanas. Lá, penduravam o diploma da parede da sala de jantar e provavelmente, passando da cozinha ao quarto das crianças lançavam-lhe um olhar nostálgico. Afinal, o importante era sua realização enquanto "mulheres".*

Uma minoria resistia. As irredutíveis, as feministas, para empregar a palavra maldita que é ainda hoje, em todos os meios, objeto de desprezo. Pode-se dizer que a libertação das mulheres está no bom caminho onde a palavra feminismo não provoque mais alergia.

*As feministas recusavam individualmente os marcos em que a relação entre os sexos é a mais repressora, o casamento e a família.* Por isto não tinham nenhuma "escolha" a fazer. Esta minoria se encontrava dispersa em todos os países industrializados e constituía potencialmente os movimentos feministas que desde então surgiram: primeiro nos países desenvolvidos, depois nos países em desenvolvimento, como a América Latina.

#### AS FEMINISTAS E O MAIO 68

O grupo ao qual eu pertencia, existia desde novembro de 67. Era um grupo misto, para se desassear das associações femininas bem-comportadas e por irrealismo político. Pensávamos comunicar uma chapa fundamental das lutas de libertação: a separação reivindicada entre opressores e oprimidos.

*Os termos em que se colocaram as lutas de maio de 68 não podiam ser mais favoráveis ao renascimento de um feminismo latente. O movimento 22 de março surgiu em protesto à proibição de que os estudantes frequentassem os quartos das colegas na cidade universitária. Eram bases não reconhecidamente "políticas", isto é, "sexo", relação homem [...] mulher e por extensão a relação humana no seu conjunto. Não se tratava mais, como nos movimentos revolucionários precedentes de uma constatação parcial, inscrita nos marcos cristalizados do sistema patriarcal. Tratava-se de ultrapassá-los, situando a constatação ali onde ele nunca fora reconhecido: no cotidiano. Hoje esquecemos que antes de maio 68 o que agora nos parece tão evidente não era sequer mencionado. Estávamos "cheios do nosso dia-a-dia, mas calávamos. Pensávamos ser os únicos e não ousávamos reconhecer em público o que não era "político", nem sério. Como tampouco era política a nossa revolta de mulher.*

*Levamos algum tempo para compreender que os "acontecimentos" nos davam, enfim, a ocasião de nos exprimir. Como existíamos em grupo, como já fizemos uma reflexão, ousamos nos manifestar. Mesmo assim, necessitamos quinze dias para ousarmos nos infiltrar na revolução. Ser oprimida é antes que nada, ter vergonha de*

*reconhecê-lo publicamente. O golpe de mestre do opressor é transferir a vergonha de oprimir a sua vítima.*

*Seguiram-se assembleias entusiastas sobre mulheres, onde as salas transbordavam de todas aquelas que em maio conquistaram o direito à dúvida e a palavra. Nosso grupo cresceu, de quatro passamos a mais de cinquenta. Descobrimos Reich, e muitos outros que pensavam como nós. Passadas as eleições e as férias, pouco a pouco as pessoas desapareceram. Sobre tudo os homens. E foi que em 69 éramos de novo seis. Um pouco mais do que antes de maio. Tudo parecia ter voltado atrás.*

MAIO VIVE

*Entrávamos na verdade, num período de germinação. Foram anos de refluxo aparente que preparavam o renascimento espetacular do feminismo em 1970. O movimento abrangia mulheres oriundas de dois horizontes diferentes: umas faziam o doloroso aprendizado nos grupos revolucionários. Elas contariam depois suas experiências: boas para bater à máquina, para o café, para a paquera, pau para toda obra, para as tarefas secundárias e burocráticas, nunca para pensar ou decidir. Outras eram mais velhas, haviam vivido a opressão na vida dita privada e não tinham vontade de repeti-la publicamente em grupos "políticos". Havia uma desconfiança visceral da política machista. Preferimos nossos pequenos grupos especificamente feministas.*

*O grupo que eu participava sobreviveu. Para conservar a ilusão de existir, na falta de ações espetaculares impossíveis, nos consolamos escrevendo: fizemos um questionário sobre sexualidade aplicado na Universidade de Vincennes. As nossas análises feministas que aparecerem por primeira vez na revista *Partisans* são fruto desta experiência concreta de opressão. Os grupos políticos nascidos em maio se transformaram em campo de confrontação concreta entre as belas ideias e as práticas menos belas. Foi lá que uma parte do futuro movimento de libertação das mulheres (MLF) fez seu aprendizado.*

Em outro maio, o de 1970, marcará o renascimento oficial de um novo feminismo. Um artigo publicado na *L'Idiot International* sobre a libertação das mulheres, permitiu-nos reunir as dispersas, as que isoladas ou em pequenos grupos, pensavam mais ou menos a mesma coisa.

O Movimento de Mulheres a partir daí incorporou o espírito de maio à realidade das mulheres e por isso de toda a sociedade. *Subitamente a História escapou de seus únicos atores, os homens, abandonou o passo de tartaruga e seguiu um pouco o ritmo rápido que nós lhe emprestamos. Poucos movimentos revolucionários em alguns anos conseguiram transformar tanto a realidade e as mentalidades. São os fundamentos de uma civilização que repousa sobre a negação que estamos subvertendo. Lutando para dispor livremente do nosso corpo destruimos um dos pilares deste edifício social que remonta ao neolítico. Lutando contra a violência que preside essencialmente a realidade entre homem e mulher (estupro, espancamento) recuperamos a dignidade de ser humano, da qual um sexo que se acreditava o primeiro, nos privou. Transformada a relação homem/mulher, é toda a relação humana que se transforma, e também, a que mal chamamos de "amor", esta relação*

homem/mulher que serviu de modelo a toda relação humana. *Para os que sabem ver, o Movimento de mulheres atinge sistematicamente as estruturas patriarcais corroendo-as irremediavelmente.*

Queremos tudo e estamos efetivamente mudando “tudo”. O fenômeno ultrapassa muito além de nossas fronteiras, é mundial e nisto irreversível. *Pouco importam as crises passageiras, últimas convulsões de um mundo masculino que prolonga sua agonia. Pouco importam os recuos aparentes.* Periodicamente tratam de detectar-nos, apressados que estão em enterrar-nos. *Mas somos invisíveis porque estamos em toda parte.* O que enunciamos em 70 é realidade, somos hoje 27 milhões. *Cada mulher traz em si uma feminista que se revelará de uma maneira ou de outra. Basta constatar a multiplicidade das intervenções das mulheres em todas as frentes. A “política” se integra à vida nas lutas que o cotidiano impõe.*

*Continuamos a viver a vida que Maio de 1968 despertou em nós em cada momento e juramos nunca mais voltarmos a ser mortas vivas.* (AEL, ESL, doc. 038, p. 007. Grifos nossos).

O sentido da recuperação, quase ao fim da década de 1970, de uma experiência feminista em 1967-1968, por Garcia e Vargas, é atualizá-la e reposicioná-la para ação política formativa imediata. Nos percursos de “*Feminismo Latente*”, “*As Feministas e maio 68*” e “*Maio Vive*”, sobressaem, apesar dos desencantos passageiros, um momento da “revolução mais longa”.<sup>48</sup> Assim, a ideia de “brecha definitiva no edifício patriarcal e de explosão da granada pelo feminismo” torna-se, evidentemente, central. O voto, Beauvoir compreendida, os diplomas, o mal-estar denunciado por Betty Friedan, Reich, as palavras malditas – feministas e feminismo – soltas, libertadas, causando ou não alergias.

Garcia e Vargas, por meio de Anne Tristan, narram o 22 de março, o grupo feminista misto e as lutas no e sobre o cotidiano: posicionam o político no privado, nas relações de poder homem-mulher. Anne, Garcia e Vargas denunciam: “[...] ser oprimida é antes que nada, ter vergonha de reconhecê-lo publicamente. O golpe de mestre do opressor é transferir a vergonha de oprimir a sua vítima”.

---

<sup>48</sup> Remeto ao artigo-expressão de Juliet Mitchell (nasc. 1940): “Mulheres: a revolução mais longa” publicado na Revista Civilização Brasileira (1967). Neste Mitchell afirma que a libertação das mulheres só pode ser realizada se as quatro estruturas – que são integradoras da opressão-exploração – forem transformadas. São elas: a produção, reprodução, a socialização e a sexualidade.



Naqueles anos, a lição aprendida – e a ser ensinada – veio das diferentes inserções e percepções das mulheres. Das situadas na verticalidade das instituições políticas patriarcais – servindo, “nunca para pensar ou decidir”, das vivências da “opressão na vida dita privada” e dos “pequenos grupos especificamente feministas”. Do terceiro grupo, da experiência de participação direta, surgiram a pesquisa, os estudos, a publicação, as lutas pelo direito ao próprio corpo, contra a violência sexual e pela transformação das relações humanas. Do confronto concreto entre “as belas ideias e as práticas menos belas”, as mulheres passam – coletivamente – a protagonizar, também, a História. Despertadas, fechando a tradução-adaptação, nunca mais como mortas vivas.

Em março de 1978, Elisabeth Souza-Lobo escreve diretamente às feministas brasileiras. O diálogo instaura-se a partir da leitura que faz a autora do exemplar n.º 10 do jornal *Brasil Mulher* (São Paulo, dez. 1977). Expressa, de modo categórico, suas críticas e apresenta suas propostas. A *Carta “feminismo e política: notas para um debate”*, terceira intervenção neste ciclo de quatro documentos fundamentais, constitui-se como a expressão do “eu político-feminista” de Elisabeth Souza-Lobo tratando-se, portanto, da reflexão inaugural da autora no tema e na ação feminista no Brasil. Com ela:

[...] *O editorial Brasil Mulher n. 10 ao fazer um balanço dos 3 anos do jornal, permite repensar seus objetivos iniciais e sua evolução.*

A oportunidade é justamente favorável para enfrentar as questões básicas em torno das quais tem girado as discussões dentro e fora do Círculo de mulheres brasileiras em Paris: o sentido do feminismo no Brasil, sua relação com as lutas políticas mais gerais.

*Com perdão da palavra, sejam-nos permitidas algumas observações “metodológicas”. Em primeiro lugar, nossa reflexão parte da nossa condição de mulheres brasileiras. A limitação decorrente da nossa origem de classe – quase todas de pequena-burguesia – não nos é particular. Os núcleos mais antigos, mais avançados e engajados do movimento feminista italiano, por exemplo, também são de extração pequeno-burguesa, o que não impediu o enraizamento social do movimento mais além da pequena burguesia intelectualizada. Rejeitamos, pois, todo “sociologismo vulgar” que tente transformar em “pecado original” nossa origem de classe, como se esta fosse por si só um obstáculo definitivo para uma prática que vá mais além da nossa condição, às vezes privilegiada e se some as lutas das mulheres proletárias por uma sociedade mais justa.*

*A segunda observação é de que assumimos a particularidade da nossa experiência de “exterior”. Independente das contingências individuais, é certo e evidente que beneficiamos a oportunidade de repensar nossa condição à luz da experiência das lutas das mulheres*

na França ou na Itália. Trata-se para nós de integrar esta experiência, não de forma artificial – para “dar receitas”, mas tentando utilizar da forma crítica os elementos que nos permitem pensar e atuar enquanto mulheres brasileiras, dentro de uma situação social e política diferente da europeia e com outras implicações.

Enfrentemos, pois, as questões propostas por BM:

1 – O editorial definiu os objetivos iniciais de BM: “propagandear as lutas por liberdades democráticas e por anistia ampla e irrestrita a todos os presos, exilados e banidos políticos, para o setor feminino da população...” O objetivo é definido em função da constatação de um grupo de mulheres: “... Conscientes de que as mulheres representam o setor politicamente menos ativo da sociedade, tentavam com esta iniciativa mobilizá-las para as lutas...”

Que as mulheres se constituem no setor politicamente menos ativo da sociedade brasileira, estamos de acordo. Pergunta-se por que esta inatividade política, que às vezes se transforma em conservadora.

Em primeiro lugar, a despolitização da mulher é decorrente da sua função principal na sociedade capitalista – assegurar a unidade da estrutura familiar, logo basicamente a função doméstica de reproduzir (procriar, alimentar). O capitalismo, quando se faz necessário aumentar a oferta de mão de obra, joga a mulher no mercado de trabalho, sem, no entanto, liberá-la de sua função principal, doméstica. Mais ainda, enquanto mão de obra, a mulher tem sua força de trabalho desvalorizada em relação à força de trabalho masculina (para um mesmo trabalho, o salário feminino é sempre inferior – o recente congresso das metalúrgicas das metalúrgicas denunciou isto)<sup>49</sup> ou é relegada a funções subvalorizadas. Assim, mesmo quando trabalha, a mulher é quase sempre elemento subordinado na estrutura familiar, seu salário é

---

<sup>49</sup> Elisabeth Souza-Lobo refere-se ao I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e de Diadema realizado em janeiro de 1978. O Congresso será objeto de capa e análise no jornal Brasil Mulher em sua edição de número 11 e serão publicadas três referências aos movimentos sociais feministas e/ou de mulheres no exterior. Na seção intitulada Rosa dos Ventos (p. 11) estão as matérias: “Uma manifestação das mulheres de Paris” – que noticia a articulação das mulheres para a real implementação legislação do aborto aprovada em 29 de novembro de 1974 – e “Exilados de volta à Bolívia” referindo-se às lutas sociais das mulheres e de outros setores na conquista pela anistia política. Por fim – no pé direito da página 14, abaixo do comvente depoimento da trabalhadora rural Maria Gomes da Silvas – encontramos “Uma crítica de Paris”, uma simplificação positiva, interrogativa e na terceira pessoa do plural, de “feminismo e política: notas para um debate” (mar/1978). Beth Lobo aparece entre as colaboradoras – denominadas colaboradores – dessa publicação e das posteriores 12, 13 e 14. O Brasil Mulher número 15, abril de 1979, anuncia realização da assembleia geral da Sociedade Brasil Mulher e apresenta o Programa da sociedade na linha questionada por Lobo – e as mulheres do Círculo – em 1977. No expediente dessa última edição, Beth Lobo e as companheiras do Círculo não estão mais presentes. Maira Luisa Gonçalves de Abreu (Maira Abreu) apontou a relação entre o Círculo e BM em “O feminismo do Círculo das Mulheres Brasileiras em Paris” (2009, p. 78) e Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris (2014, p. 224-234). Seus trabalhos foram fundamentais para a contextualização do documento-reflexão de Elisabeth Souza-Lobo “Feminismo e política: notas para um debate” (Brasil Mulher, n. 11, mar. 1978, p. 11; 14).

*considerado salário de apoio e sua força de trabalho subvalorizada, fenômeno que beneficia duplamente o sistema capitalista:*

a – na medida em que permite a utilização de uma mão de obra ainda mais barata e reduz ainda mais o valor da força de trabalho;

b – na medida em que faz da força de trabalho feminina uma concorrente da força de trabalho masculina. Assim, nos períodos de crise, a luta pelo trabalho feminino é transformada em reivindicação “injusta”, “antissocial” e tudo se faz para que a mulher volte ao seu reino doméstico, desinflando a pressão social e abstendo-se nas lutas dos trabalhadores.

Mais ainda, é justamente a marginalização da mulher com relação ao trabalho, seu isolamento doméstico que estão na base da sua dependência econômica (“sustentada pelo marido”) e de sua submissão ideológica frente à autoridade (a autoridade do marido, da sociedade na qual ela é objeto e que a julga).

A marginalização do sistema produtivo produz uma marginalização social – *efetivamente há uma “sociedade feminina” paralela, construída em torno de valores tipicamente femininos – a dedicação materna, as prendas domésticas, a beleza, valores completados pelo consumismo que a sociedade capitalista alimenta. A mulher além de objeto de enfeite se torna mercado privilegiado da produção do supérfluo.*

*E porque a mulher permanece fora da atividade social produtiva ela é particularmente sensível ao espantallo da desestruturação da família, da coletivização, da destruição da propriedade – que romperiam com o seu espaço e a sua razão de ser. Daí seu conservadorismo político, sua ingenuidade política conscienciosamente desenvolvida através da educação feminina, da literatura feminina.* Em função deste conservadorismo político, a mulher tem sido tradicionalmente mobilizada em torno dos valores domésticos (a Marcha com Deus pela família e a propriedade em 64 no Brasil, a marcha das Mulheres com panelas vazias contra a fome no Chile ameaçado pelo socialismo em 72).

*O que é mais grave é que historicamente a mobilização política das mulheres proposta pelos partidos de esquerda se tem feito através de consignas ambíguas: mobilizações de mães (“morreu um estudante, podia ser seu filho”), as mulheres contra a guerra Civil (Chile 73 quando a direita preparava o golpe de estado), mulheres democráticas, mulheres contra a carestia. Não que necessariamente estas propostas sejam conservadoras, mas que se tornam conservadoras dentro de um quadro em que a mulher aparece como guardiã dos valores pacíficos e numa tática defensiva que serve para reforçar na mulher a rejeição a toda forma de violência. Nestes casos as mulheres são uma espécie de força de apoio nas lutas políticas, mas não são sujeitos políticos.*

A justa preocupação de mobiliar politicamente a mulher tem que enfrentar também as raízes do seu conservadorismo político, da sua ingenuidade. *Por isto é falso o etapismo de primeiro lutar contra a ditadura e por liberdades democráticas, depois vamos falar da situação concreta das mulheres brasileiras, quando é justamente esta situação que as faz surdas à realidade política, quando não cúmplices. – em parte é uma questão didática. De onde partir?*

Da situação concreta da mulher que ganha menos do que o homem, que é relegada à ignorância, que não trabalha ou que faz dupla jornada de trabalho, que é empregada doméstica ou que utiliza empregadas domésticas e assim libera a sociedade da obrigação de construir equipamentos coletivos e perpetua a divisão sexual das tarefas domésticas.

A luta contra a exploração capitalista e contra a reprodução do sistema também passa por aí.

2 – O segundo ponto a discutir *concerne às questões feministas: igualdade jurídica e social, divórcio, contracepção, aborto*. São quatro questões que tocam e se referem às mulheres. *Vistas de uma perspectiva política de transição elas significam igualdade de direitos, medicina social, direito ao trabalho*. É claro, que podem ser despolitizadas ou vistas numa perspectiva reformista, como outras reivindicações. Não é porque concernem particularmente às mulheres, nem porque não aparecem como reivindicações das mulheres proletárias – em razão do próprio peso dos valores burgueses dominantes sobre as classes dominadas – que estas reivindicações são despolitizadas ou despolitizantes.

3 – Neste sentido, *o privilegiamento das questões políticas gerais feito por BM quando definiu seus objetivos iniciais e que se reflete concretamente nos primeiros números do [o] jornal se apoia numa falsa problemática:*

a – *não analisa as causas da despolitização das mulheres e, portanto, não enfrenta estas causas;*

b – *é cúmplice de uma certa ideologia que tende a considerar de forma mais ou menos explícita como tarefa própria das mulheres as campanhas democráticas e, portanto, limita previamente a atividade política das mulheres, da mesma forma que a ideologia burguesa recupera as lutas das mulheres tratando de integrá-las na política para se ocuparem das “questões femininas”.*

4 – *Nossa preocupação é não a de principalizar [sic] as lutas feministas na sociedade brasileira, mas de integrá-las enquanto reivindicações específicas levantadas pelas mulheres inseridas na luta contra a ditadura militar opressora e contra a exploração capitalista.*

A denúncia da desvalorização do trabalho feminino, das desigualdades jurídicas e sociais, da opressão e da violência contra as mulheres, não são questões feministas abstratas, mas dizem respeito à condição das mulheres na sociedade capitalista. Assim como a repressão a sexualidade feminina teve e tem como objetivo último preservar a dinastia familiar e suas implicações concretas: a transmissão da herança e da propriedade privada.

Recusemos uma prática mecanicista que consiste em subordinar a luta ideológica contra os valores da burguesia à transformação última e definitiva das bases materiais da sociedade burguesa. *As ideologias sobrevivem e desempenham papel conservador no interior de uma sociedade – os aspectos ideológicos da opressão feminina (a mulher objeto sexual, a mulher apolítica, a mulher resignada) servem para perpetuar e reproduzir as relações sociais da sociedade capitalista burguesa*. O apoliticismo das mulheres, particularmente, é uma arma contra a mulher operária porque neutraliza o seu potencial revolucionário.

5 – Finalmente o editorial de BM aponta para uma nova perspectiva: ... “E neste processo começou a conscientizar-se de que a mulher, além da participação nas lutas mais gerais, deveria organizar-se para conquistar uma posição mais justa na sociedade brasileira. Percebemos que o jornal, embora dirigido para a mulher, não estava levantando seus problemas específicos...”

*A preocupação é fundamental. Se o feminismo revolucionário não chegou ao Brasil, o feminismo burguês já está instalado – sinônimo de modismo, oportunismo, de êxito profissional e social de poucas privilegiadas. Mais, a explosividade dos problemas da mulher já desencadeou uma contraofensiva preventiva e recuperadora: a farsa da CPI da Mulher, a farsa da prevenção a gravidez de alto risco.*

O regime capitalista burguês brasileiro compreendeu que as reivindicações feministas devem ser neutralizadas pelo conjunto da sociedade, porque concernem em última instância a totalidade do sistema.

Cabe às mulheres feministas e revolucionárias assumir e estender sua luta na perspectiva de que não há socialismo sem liberação da mulher e de que não há liberação da mulher sem socialismo. (Paris, março 1978. AEL, ESL, doc. 002, p. 001. Grifos nossos).

Na elaboração primeira de 1978 está a questão central que organizará o campo intelectual e político da ação de Elisabeth Souza-Lobo: o combate à opressão e à exploração das mulheres partindo – do modo coletivo de organização e em debate crítico –, do (re)conhecimento e da compreensão das estruturas objetiva e subjetiva da dominação burguesa – a família e a mentalidade doméstica(da) – reforçadas continuamente pelo

[...] espantallo da desestruturação da família, da coletivização, da destruição da propriedade – que romperiam com o seu espaço e a sua razão de ser. Daí seu conservadorismo político, sua ingenuidade política conscienciosamente desenvolvida através da educação feminina, da literatura feminina” (AEL, ESL, 1978, doc. 2, p. 1).

De um final de semana – marcado por Elisabeth Souza-Lobo como “*week end*” – em julho de 1978 –, chega “*Algumas reflexões sobre autonomia de movimento feminista*” (4). Trata-se de um chamado ao diálogo político, teórico e organizativo para dentro do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. Na quarta e última produção dessa primeira fase de passagem e elaboração feminista no exílio. Expressa: “Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra sua própria opressão. Somente nós, mulheres, organizadas autonomamente, podemos estar na vanguarda desta luta, levando nossas reivindicações e problemas específicos” (Souza-Lobo, Carta Política, jun. 1976).

[...] *Ao contrário do senso comum, não fechamos, mas “abrimos para balanço”. E a autonomia do nosso movimento me parece uma questão de fundo que merece reflexão.* Certo, já foi discutida no Círculo. Talvez não suficientemente. Afinal a própria existência de um Círculo de Mulheres não é fruto da consciência da necessidade de um movimento autônomo? Formalmente, sim. Mas questões de fundo não se resolvem exclusivamente a nível formal. Daí porque o tema volta à discussão e, espero, voltará sempre pois, em última análise, está ligado à própria razão de ser o Círculo.

Repensar implica retomar discussões/reflexões anteriores, verificar a que ponto chegamos e, eventualmente, acrescentar alguma coisa. Daí porque “aberto para balanço”.

A primeira questão que se colocou e coloca é: **POR QUE UM MOVIMENTO AUTÔNOMO?**

Na “Carta Política” distribuída na jornada de junho de 1976 (v. dossiê do Círculo, encarte: Nossas Assembleias) dizíamos:

“Nosso objetivo de defender a organização independente das mulheres não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista.

A luta contra nossa opressão específica se integra à luta contra um sistema no qual o homem também é oprimido. Por exemplo, se é correta a luta constante contra toda a manifestação de machismo, isto não significa travar uma luta contra o homem, mas sim contra uma ideologia que forja e perpetua este tipo de comportamento.

A organização de nós, mulheres, contra nossa opressão específica permitirá a criação de novas relações coletivas se opondo sob todos os terrenos à ideologia dominante, e permanece como um objetivo até o surgimento de uma humanidade desalienada no senso mais geral do termo.”

O subgrupo 8 de março apresentou um trabalho conclusivo das leituras sobre “As correntes do movimento feminista” (janeiro: 78 – v. dossiê). Entre as conclusões estava:

“A ideologia machista e as vantagens imediatas que isso proporciona ao homem é uma das razões que explica porque o movimento operário não assumiu até hoje, senão parcialmente, as reivindicações feministas, e explica também porque as mulheres se sentem incapazes de assumir as lutas políticas...”

Logo a necessidade de um movimento autônomo de mulheres, capaz de tomar iniciativas defendendo suas reivindicações específicas, forçando o movimento operário a integrá-las, impulsionando a auto-organização das mulheres e questionando o machismo existente em suas fileiras, é fundamental na luta contra sua opressão...

A contribuição mais importante do movimento de mulheres à luta revolucionária é integrar desde hoje a dimensão feminina nas lutas por uma nova sociedade: abandonar a divisão entre o político e o privado, imprimir à concepção de democracia um novo caráter que implique na transformação das relações entre homem e mulher.”

Com as devidas ressalvas para o fato de que se tratam de textos antigos, sobretudo a “carta política”, e que, portanto, podem não retratar bem o pensamento do Círculo, hoje, achei interessante partir de alguns pontos que são aí colocados para tentar avançar algumas questões a meu ver importantes.

O que me pareceu claro é que o objetivo primeiro – e a *própria razão de existência* – de um movimento autônomo de mulheres, tal como entendemos, é a luta contra nossa opressão específica que está inserida numa luta mais geral contra a Opressão decorrente do sistema de dominação de classe. *Portanto há opressões e Opressões.* E fazer a distinção delas me parece fundamental.

Num nível está a opressão, no seu sentido mais amplo, que ligada ao sistema de dominação de classe baseado *na exploração capitalista do trabalho e que atinge homens e mulheres, desde que pertencentes às classes dominadas.*

Num outro nível está a opressão específica da mulher que, embora anterior ao capitalismo, pode ser e é utilizada por ele, agravando sobre a mulher as manifestações daquela opressão mais geral (exemplo disso é a desigualdade de salários masculinos e femininos para um mesmo serviço – o que se verifica com muita frequência no capitalismo desenvolvido ou subdesenvolvido). Assim, mesmo considerando os aspectos comuns da opressão, que atingem homens e mulheres componentes das classes dominadas, não se pode deixar de lado a situação específica da mulher.

*Dizer que o homem também é oprimido, isto é, identificar as formas de opressão é, no mínimo, reduzir o problema da mulher, que não é dupla, mas triplamente oprimida: em casa (aí incluídos: relação de dominação, sexualidade, “domesticidade etc.), no trabalho (sendo, em geral, mais explorada economicamente que o homem) e no sistema capitalista (aí como o homem, enquanto pertencer às classes dominadas).*

*E é no nível da opressão específica da mulher, ou melhor da luta contra ela, que está o porquê do movimento autônomo e o caráter subversivo do movimento feminista. Nossa luta é política e revolucionária porque nós questionamos todas as relações de dominação, que estão na base do sistema de dominação como um todo: a família, o casal, a escola, os partidos políticos, enfim, a essência das relações humanas.*

Christine Buci-Glucksmann<sup>50</sup> diz que não seria abusivo pensar que o “Estado funciona segundo o modelo de família (“à la famille”) – aí incluída e sobretudo a classe operária sem esquecer outro fato: toda dominação de classe se acompanha de uma dominação do sexo masculino”. (in “Mai 68 et la crise du Marxisme” – artigo a ser publicado).

Assim a autonomia do movimento feminista não está apenas ligada à necessidade de tratar de questões específicas da mulher, mas também e sobretudo porque isto implica uma “crítica feminista da política”. *A luta contra nossa opressão específica não está apenas inserida na luta geral contra nossa opressão capitalista, mas pretende revolucioná-la, dar-lhe forma e conteúdo novos, colocar em questão e lutar contra todas (e realmente todas) as relações de dominação, MESMO AQUELA (OU AQUELAS) QUE FOI SEMPRE*

---

<sup>50</sup> Christine Buci-Glucksmann, filósofa marxista francesa, professora Emérita de Paris VIII, é – também – referência importante para Elisabeth Souza-Lobo na leitura-reflexão sobre o Estado em Gramsci em sua tese de doutoramento.

“ESQUECIDA” OU MARGINALIZADA PELOS HOMENS, OS MAIS REVOLUCIONÁRIOS.

E isso não me parece apenas “uma contribuição à luta revolucionária”, mas sua própria essência. E porque acreditamos nisso é que nos organizamos para repensar a política feministicamente não podendo aceitar qualquer visão preconcebida, palavra-de-ordem preditada, que se expressem em “posições fechadas”. Queremos refletir coletivamente, sem interferências, para termos certeza de que nossas posições serão sempre feministas e revolucionárias. E mesmo nossas “não posições”... pois queremos nos reservar o direito de só nos posicionarmos naquilo em que nos sentimos concernidas individual, sexual, social ou politicamente. Paris, 1º jul. 1978. “Week end” (AEL, ESL, doc. 002, p. 001. Grifos nossos).<sup>51</sup>

Cristalina é a posição classista do feminismo e da ação feminista propostos por Elisabeth Souza-Lobo. “*Aberta para balanço*”, em movimento constante para consolidar posições feministas revolucionárias – um movimento subversivo –, o “*Week end*” apresenta, didaticamente, as “opressões” e as “Opressões”, sobredeterminadas. Propõe um compromisso das mulheres contra as opressões específicas do sexo – lutar feministicamente – autonomamente. Trata-se de reconhecer, de combater e de transformar todas as relações de dominação que estruturam e estão estruturadas pelo Estado: “[...] a família, o casal, escola, os partidos políticos, enfim, a essência das relações humanas” (“Week End” AEL, ESL, doc. 002, p. 001.).

Do, à época em elaboração-discussão – *Mai 68 et la crise du Marxisme* de Christine Buci-Glucksmann (1978) – retira a reflexão-imagem que comporá um dos eixos centrais de sua produção intelectual e militante:

“[...] o Estado funciona segundo o modelo de família (“à la famille”) – aí incluída e sobretudo a classe operária sem esquecer outro fato: toda dominação de classe é acompanhada de uma dominação do sexo masculino” (AEL, ESL, pasta 1, doc. 2).

---

<sup>51</sup> *Algumas reflexões sobre autonomia do movimento feminista*. Transcrição nossa, com intervenções. Grifos nossos, excetuando-se os seguintes termos-momentos destacados por Elisabeth Souza-Lobo: “autonomia”; “que o homem também é oprimido”; “Nossa luta é política e revolucionária porque nós questionamos todas as relações de dominação”; “e lutar contra todas (e realmente todas)” e “repensar a política feministicamente”.



Nessa chave analítica, elaborada a partir dos estudos marxistas, das inaugurais vivências nas experiências feministas francesa, italiana e brasileira, Elisabeth Souza-Lobo fez-se conhecer feminista.

Nos cinco anos seguintes – 1979-1983 – essas formulações, expressões dessas linhas-ideias datilografadas no exílio – presentes em “*Autonomia e Separatismo*” (1977), “*As feministas e maio 68*” (1977-78), “feminismo e política: notas para um debate” (1978) e “Algumas reflexões sobre autonomia do movimento feminista” (1978) – estarão, explicitamente, em todos os seus trabalhos.

### 3. ANOS DE INOVAÇÃO: TRABALHO FEITO ENGAJAMENTO

#### 3.1 AÇÃO-PRODUÇÃO FEMINISTA

Uma pergunta, no entanto, ficou no ar: "Por que a corda rebenta mais pro lado das mulheres?" Por que só elas cuidam dos filhos, por que trabalham fora e em casa também fazem tudo, por que são discriminadas nos trabalhos, por que não tem acesso aos cursos de profissionalização, por que sua sexualidade é ignorada, não conhecem os métodos contraceptivos e quando querem fazer aborto, último recurso que lhes resta, são tratadas como criminosas por essa mesma sociedade e esse mesmo estado que lhes negam condições humanas de vida.

(Elisabeth Souza-Lobo, 1979).

As primeiras ideias de Elisabeth Souza-Lobo, *Beth Lobo* (BL), serão conhecidas no Brasil por meio das publicações do jornal semanal/quinzenal da imprensa alternativa "Em Tempo"<sup>52</sup>. Elisabeth Souza-Lobo abriu, construiu e consolidou um espaço feminista no jornal – a editoria Mulheres.

De sua entrada, em abril de 1978, a novembro de 1980 são dezoito matérias assinadas pela autora. É importante que se ressalte que muitos dos textos sobre a

---

<sup>52</sup> Formado a partir da crise e da ruptura do jornal Movimento, "Em Tempo" tornou-se importante meio de reorganização da esquerda brasileira. Caracterizou-se, na análise de Bernardo Kucinski – o primeiro de seus editores – por um espaço democrático de "proprietários-trabalhadores". Essa "pretensão" está grafada desde o primeiro Editorial: "Nasce um novo semanário nacional de oposição": "Em Tempo" não pode nem quer substituir os agentes transformadores da nossa realidade. Não representamos os trabalhadores, eles falam pela própria boca. Também não somos portadores de propostas acabadas para a oposição, nem somos seu porta-voz oficial ou de qualquer um de seus setores [...]. Pretendemos ir mais além: fazer todo o possível para que as nossas ideias contribuam para o predomínio daqueles que através das palavras e dos atos possam conduzir até o fim as lutas pelas liberdades democráticas, dando os passos necessários para a organização independente dos trabalhadores. Somos uma entidade jornalística de proprietários-trabalhadores, que provavelmente enfrentará no seu dia-a-dia as limitações colocadas para a imprensa independente – desde as de ordem econômica que impedem a expansão de uma imprensa popular, até às que, por força do arbítrio, dificultam a vida de jornais como o nosso. Queremos ser um jornal colado ao tempo presente, capaz de alinhar ideias sobre o futuro. Um jornal sem temas proibidos, sem mitos, bem humorado, não dogmático [...]. Pretendemos sobreviver com o apoio, a colaboração e a crítica dos nossos leitores, e temos a intenção de contribuir para o desenvolvimento da linguagem, pois não se pode renovar o conteúdo e ser conservador na forma. É pretensão demais? Pode ser, mas estamos Em Tempo de arriscar" (Em Tempo, n. 0, 1977, p. 1).

questão da mulher, o feminismo e/ou a questão feminina, desse período,<sup>53</sup> não foram assinados ou mesmo têm nomes que parecem ser codinomes – “nomes de guerra”, nomes para a luta – nomes para o combate das ideias sob a vigência das leis e atos da ditadura. Todos, em todas editorias, tomam cuidado. Sabem-se vigiados.

Logo na primeira manifestação no jornal-movimento, no coletivo do “Em Tempo” – da mesma forma que ela, Eder Sader, Marco Aurélio Garcia, Roberto Rodrigues, José Reis e Sílvio Caccia Bava denominaram suas experiências no periódico<sup>54</sup> – escreve com Regina Maria de Carvalho o combativo “Futebol, o esporte sem ‘zona neutra’” (Em Tempo, n.º 7, 1978, p. 9. Cf. Anexo 3) no contexto da Copa do Mundo – Campeonato Mundial de Futebol –, na Argentina também ditatorial.

Compondo a parte direita superior do impresso, o título escolhido pelas autoras – destaque aos olhos – está em diálogo com toda a página que opera como uma página-denúncia, uma página-proposta/reflexão. As chamadas (os lides) e os três desenhos – que a editoria informa serem ilustrações expostas, em Paris, durante o jogo Brasil X França – constroem antes mesmo da leitura integral dos conteúdos textuais a ideia: o boicote à Copa, aos jogos, à tortura e às ditaduras.

Seguindo o olhar sobre a composição gráfica: no campo direito, “Nosso saco já encheu, Videla!” (tradução do cartaz do COBA – um coletivo francês pelo boicote) –, ao centro, como lide, do artigo “A Copa dos torturadores”, – sem autoria, somente registrando ter vindo da capital francesa – (Três brasileiros nas masmorras argentinas) – do lado esquerdo, onde a tradutora Joana Almeida destaca a declaração do general Antonio [Luis] Merlo, Presidente do Comitê de Organização do Mundial na Argentina, lemos: “A organização da Copa do Mundo de Futebol é

---

<sup>53</sup> Pode-se dizer que pude trabalhar com a coleção completa do “Em Tempo” do período 1978-1980. As exceções foram os números 100 e 110 (ambos de 1980). O número 110 continha o artigo-entrevista “Assalariadas ou servas?” que pude conhecer e trabalhar por ter acessado os registros da vigilância policial e política sobre ELS. Não conheço o conteúdo da edição 100. A coleção de “Em Tempo” encontra-se digitalizada e com acesso virtual. (Cf.: CSBH-DHP. Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/>. Acesso em: jan. 2023).

<sup>54</sup> “Fundamental é a ‘autonomia’”. A carta dos companheiros que se retiram agora do coletivo do “Em Tempo”, em desacordo com sua linha editorial e sua forma de funcionamento. Eder Sader (presidente do CEA), Marco Aurélio Garcia (membro do CEA), Roberto Rodrigues (membro do CEA), Elisabeth Souza-Lobo, José Reis e Sílvio Caccia Bava (Garcia; Karepovs, 2019, p. 379-383).

uma decisão política que vai além de simples considerações econômicas: nosso objetivo é a transformação da imagem internacional do nosso país” e continua:

[...] Mais de um bilhão e meio de pessoas verão os jogos da próxima Copa do Mundo. Burgueses, proletários, pequenos burgueses, desempregados, marginais, lumpens, em quase todas as partes do mundo estarão irmanados em torno das cores de seus países, torcendo no apogeu do esporte competitivo. Essa grande ‘concentração de atenções’, contudo, não é neutra em termos políticos e ideológicos (Em Tempo, n. 7, 1978, p. 9. Cf. Anexo 3).

A partir daí, aparecem dois autores: J. M. Brohm<sup>55</sup> e Fernando Morais. O primeiro analisa o esporte de competição e sua difusão à luz da luta de classes em sua representação nacional e indaga: “Quem duvida do fato que os jogos olímpicos de 1936 na Alemanha e a Copa do Mundo de 1938 na Itália serviram para consolidar o nazismo e o fascismo? E a Copa do Mundo na Argentina?” (“Em Tempo”, n. 7, 1978). Já o brasileiro Fernando Morais, vem por meio da leitura, de C. T., de seu grande sucesso jornalístico-editorial – *A Ilha* – e representa um momento de reflexão que parte da afirmação:

[...] A revolução cubana aboliu o esporte profissional. O que de modo nenhum diminuiu a importância do esporte na Ilha [...]. Hoje o esporte é amador na Ilha tanto para quem joga como para quem vê: ‘nenhum estádio cobra ingressos, todos os jogos são realizados com portões abertos’. Não é preciso dizer que estão sempre lotados (Em Tempo, n. 7, 1978, p. 9. Cf. Anexo 3).

Duas situações apresentadas: a sociológica, pensado corpos e esporte e a do jornalismo investigativo, trazendo uma outra experiência nacional muitas vezes inimaginável em países capitalistas ou melhor seria dizer para leitoras e leitores do “Em Tempo”. Se os textos anteriores estão no campo (in)formativo histórico, no retorno ao centro está a questão do presente:

[...] Muito mais que um acontecimento esportivo, a Copa transformou-se em uma gigantesca operação de contrainformação, que busca apagar a imagem cada vez mais evidente do terrorismo estatal do regime argentino, responsável pelo assassinato, “desaparecimento” e tortura de dezenas de milhares de homens e mulheres. Das infindáveis listas dos supliciados há três pessoas que

---

<sup>55</sup> Refere-se a Jean-Marie Brohm (1940) – sociólogo e filósofo francês – fundador da revista *Quel Corps?* (1975-1997). Teórico crítico do esporte.

não podemos esquecer: Flávio [Koutzii], Maria Regina [Marcondes Pinto] e Jorge Alberto [Basso], três brasileiros que vivem na carne a tragédia do povo argentino [...]. Esses três casos, por sua especificidade, devem sensibilizar os milhões de brasileiros que, com os olhos fixos num retângulo de grama, podem perder de vista o drama de todo um povo e a tragédia particular de alguns milhares de homens e mulheres que pagam suas ideias com sangue. Por todos eles e, em especial, para Maria Regina, Flávio e Jorge Alberto, esta não deve ser *la Copa del olvido* (Em Tempo, n. 7, 1978, p. 9. Cf. Anexo 3).

Tirar os olhos do “retângulo da grama” para a evidência do terrorismo de Estado argentino, para as tragédias do povo argentino e de “[...] alguns milhares de homens e mulheres que pagam suas ideias com sangue”. Não esquecer, solidarizar-se, denunciar e boicotar “o pão e circo e, se possível, o circo mundial” (Em Tempo, n. 7, 1978, p. 9. Cf. Anexo 3).

Por fim, a entrevista de Regina Maria de Carvalho e Beth Lobo com um militante do *Collectif pour Boycott de l'Organisation par l'Argentine de la Coupe du Monde de Football* (COBA) em quatro movimentos: (1) a origem, (2) os posicionamentos políticos – da Confederação Geral dos Trabalhadores franceses, dos Montoneros e da Anistia Internacional – (3) a campanha e (4) as perspectivas – “E depois?”.

Na origem, informa o militante, estava um primeiro comitê que pôde contar com os grupos de extrema-esquerda – “o pessoal da revista *Quel Corps?*, do L'École Émancipée” e, por fim, com a solidariedade do Sindicato Geral da Educação Nacional (*Syndicat général de l'éducation nationale / Confédération française démocratique du travail* – SGEN-CFDT). A pergunta seguinte trata das posições políticas da *esquerda oficial* – Partido Socialista (PS) e Partido Comunista (PC) – o militante informa que houve um recuo na posição na posição do PS para não se alinhar ao boicote e que no caso do PCF há uma reprodução da análise do Partido Comunista Argentino o qual, segundo o militante, define que:

[...] é preciso apoiar o general Jorge Rafael Videla (presidente e membro da junta militar) para evitar a subida ao poder de militares da linha pinochetista [...]. O outro argumento é o de que a ida à Argentina permitiria um melhor conhecimento da situação interna por parte da opinião pública e internacional. Que o PCA apresente esse argumento não consideramos tão grave, na medida em que avaliamos o PCA como um grupúsculo pouco representativo. Agora, que isso seja endossado pelo PCF, é realmente grave [...]. A Liga

Argentina pelos Direitos do Homem manifestou-se favoravelmente ao boicote, considerando inclusive que a vitória dessa posição fortaleceria sua atuação e a de outras organizações semelhantes (Carvalho; Souza-Lobo, “Em Tempo”, n. 7, 1978, p. 9. Cf. Anexo 3).

Sobre a “Campanha”, o militante conta sobre o manifesto pelo boicote – mudando a sede dos jogos ou com o não comparecimento da equipe nacional francesa – que “já” alcançara 30.000 assinaturas e busca 100.000:

[...] quando do jogo entre Brasil e França, colamos cartazes por toda a cidade [...]. Distribuimos também folhetos explicativos sobre a situação dos regimes brasileiro e argentino, demonstrando como o futebol é utilizado pelos dois regimes como instrumento de controle político e ideológico. Nossa campanha representa a primeira campanha internacional de vulto que se faz sobre a realidade argentina. A própria Federação Internacional de Futebol foi obrigada a se pronunciar e a tomar medidas, tentando neutralizar a campanha de boicote. Existem atualmente 60 comitês COBA em toda a França e outros formados na Suécia e Holanda (Carvalho; Souza-Lobo, “Em Tempo”, n. 7, 1978, p. 9. Cf. Anexo 3).

Perguntam Regina e Beth, “E depois?” – a ampliação do trabalho do Comitê de Soutien à la Lutte du Peuple Argentin (CSPLA) na denúncia da utilização do esporte pelas ditaduras latino-americanas, os interesses imperialistas franceses na Argentina (principalmente a venda de armas à junta militar) e na reafirmação da relação entre a política e os esportes que “[...] são utilizados conscientemente para a dominação política e ideológica no capitalismo” – responde o militante (Carvalho; Souza-Lobo, “Em Tempo”, n. 7, 1978, p. 9. Cf. Anexo 3).

Ao examinar a publicação é possível afirmar, no mínimo, três tendências das autoras no contexto – e em especial de Beth Lobo –: o internacionalismo, a oposição crítica aos PCs – nos casos destacados, francês e argentino – e a informação para a formação e ação políticas. Trata-se de uma completa página de intervenção política.

No ano seguinte, 1979, as quatro publicações – *“Mulheres denunciam a hipocrisia do aborto”*, *“As mulheres se organizam”*, *“Mulher metalúrgica”* e *“As mulheres fazendo política”*<sup>56</sup> – representam a entrada de Elisabeth Souza-Lobo no debate político e feminista no Brasil. Dessas publicações, duas são compartilhadas

---

<sup>56</sup> Respectivamente: Souza-Lobo, “Em Tempo”, n. 78, 1979, p. 2. Cf. Anexo 4; Ibidem, contracapa; Souza-Lobo; Silveira; Moisés, “Em Tempo”, n. 79, 1979, p. 7. Cf. Anexo 5; e, Souza-Lobo, “Em Tempo”, n. 93, 1979, p. 2. Cf. Anexo 6.

ou/em parcerias e nos dois casos observa-se o nome “Beth Lobo” em primeira posição. Uma observação necessária é referente às editoriais, em verdade, aos deslocamentos gráficos entre a primeira intervenção de agosto a dezembro.

Assinado por dezenove mulheres – *“Mulheres denunciam a hipocrisia do aborto”* (Em Tempo, n. 78, 1979; p. 2. Cf. Anexo 4),<sup>57</sup> – está na editoria “Aparte”: preciso. Partindo da análise do quarto episódio da série *Malu Mulher*, da TV Globo – que “teve o mérito de levantar, pela primeira vez nos meios de comunicação de massa, a questão do aborto no Brasil [...] como uma mulher de classe média pode resolver o problema de um filho não planejado” – o “aparte”, situando a condição de toda e qualquer mulher e essa condição na sociedade de classes, propõe:

[...] *Como mulheres*, nos preocupamos com este dilema, que tão frequentemente nos atinge, independentemente de classe, raça ou nacionalidade. Em particular, lembramos que a grande maioria das mulheres brasileiras não têm condições que permitam o acesso às clínicas onde o aborto é realizado com condições mínimas de segurança e por isto, são obrigadas ou a recorrer a “fazedores de anjos” ou a ter um filho que não tem condições (econômicas, psicológicas, materiais, sociais, etc.) de assumir. *Nós defendemos o direito de todas as mulheres ter o controle sobre seus corpos*, o que implica que elas tenham o mais amplo acesso à contracepção, acompanhada de controle médico adequado e a opção do aborto, como último recurso. Estas são as condições necessárias para a eliminação da hipocrisia do aborto no Brasil (Em Tempo, n. 78, 1979; p. 2. Cf. Anexo 4).<sup>58</sup>

Mulheres com corpos, corpos de mulheres – mãos e vozes de mulheres: está lançado um primeiro chamado à organização das mulheres – por mulheres – pelo “Em Tempo”. Mas para onde irão elas se mobilizadas ficarem com a denúncia-proposta? Toda a contracapa do mesmo número apresenta – com lides que funcionam como palavras de ordem – cinco grupos “que lutam pela libertação da mulher” (Souza-Lobo, “Em Tempo”, n. 78, 1979, contracapa. Cf. Anexo 4): *Nós Mulheres* – “Somos uma transformação radical da sociedade em que vivemos”,

---

<sup>57</sup> São signatárias: Beth Lobo, Bruna Franchetto, Anna Leite, Darcy Esquivel, E. Pinto, E. Gonzelez, Eliana Reis, Dorine Plantenga, Claudomira Mello, Ligia Rodrigues, Leila Pereira, Lula Nunes, Maria Alice Rocha, Mira Lopez, Maria José Lima, Miriam Abramovai, Nina Magalhães, Stella Maria Mendonça, Martha Teles e Marhel Oliveira.

<sup>58</sup> Grifos nossos. A hedionda atualidade dessas linhas permite perceber a força do patriarcado e, também, contribui para pensar a não-cidadania neste país; o não-republicanismo, a não-democracia... os tantos nãoos que formamos.

*Associação das Mulheres (SP)* – “A luta feminista é válida para todas as mulheres”, *Coletivo das mulheres do Rio de Janeiro* – “Assumir nossas vidas como sujeitos delas” e *Movimento das mulheres pela liberação (R.G.S)* – “Vivemos a opressão que uns poucos exercem sobre muitos”.

A apresentação, no canto superior esquerdo, já com um logotipo “Questão Feminina”, a autora – Elisabeth Lôbo – articula memória, história e ação. Nas exposições das cinco entidades, a palavra feminista transita, em Lôbo ausenta-se. Fala com, sobre as mulheres e das mulheres organizadas nos grupos. Faz saber sobre as primeiras organizações da década – o Centro da Mulher Brasileira e o *Jornal Brasil Mulher* – do tempo das lutas gerais (liberdades democráticas, anistia, liberdade de organização) – e anuncia a chegada do tempo das lutas específicas da opressão das mulheres (a dupla jornada de trabalho, a inexistência de equipamentos públicos – em especial as creches – a desatenção médica preventiva, as desigualdades no trabalho). Prenuncia as lutas que virão, pois os temas ligados a essa opressão específica “[...] repercutem nos vários setores da sociedade e de repente a questão da mulher chega aos sindicatos, aos grupos de mães e até à televisão”. (Souza-Lobo, “Em Tempo”, n. 78, 1979, contracapa. Cf. Anexo 4).

Afirmando que a opressão da mulher é uma experiência social e histórica e não “uma condição moral abstrata”, indica às leitoras e aos leitores conhecer a historiadora marxista inglesa – do círculo de E. P. Thompson e Dorothy Thompson – Sheila Rowbotham<sup>59</sup> e identifica um quadro conjuntural (Educação para a submissão, a barreira ideológica do culto à família, a inexistência de equipamentos comunitários, a objetificação do corpo para o consumo e para a violência) que “[...] as leva da consciência individual à necessidade de formar grupos e de lutar”. Como síntese e como ruptura com as entidades das lutas gerais, conclui e convida:

[...] Marginalizadas na vida política e social as mulheres por muitos anos apenas serviram de eco às lutas políticas. Hoje, as herdeiras

---

<sup>59</sup> De 1973, o livro de Sheila Rowbotham – “A Conscientização do Mulher no Mundo do Homem” – foi traduzido por Áurea Weissemberg e publicado no Brasil, somente em 1983, pela Editora Globo (RS) em sua última fase. A prestigiada livraria e, posteriormente, editora gaúcha pertenceu ao tio de Elisabeth Souza-Lobo e foi definitivamente vendida, em 1986, para o Grupo Globo (RJ). A memória-história de José Otávio Bertaso está no livro “A Globo da Rua da Praia” (1993) que é dedicado à esposa Edda (Escobar Bertaso) e a Elisabeth Souza-Lobo “[...] querida sobrinha que, antes de sua morte trágica, muito me incentivou quando leu os primeiros esboços dessa narrativa” (Cf.: Agradecimentos, s./p.).



desta história silenciosa tomam a palavra, nos grupos, nos sindicatos, nos círculos de mães, na imprensa, reivindicam afinal seu lugar, sua condição e trazem suas propostas. *O espaço que elas abrem aqui hoje, é de todas as que quiserem ocupá-lo.* (Souza-Lobo, “Em Tempo”, n. 78, 1979, contracapa. Grifos nossos. Cf. Anexo 4).

Naquele agosto de 1979, a Associação das Mulheres (SP) – originalmente vinculada ao *Nós mulheres* (1976-1978) – publicaria o número 3 dos *Cadernos*.<sup>60</sup> Por meio dos *Cadernos*, entramos em contato com as teses e as perspectivas de oito organizações do movimento de mulheres no Brasil: Associação das Mulheres, Centro da Mulher Brasileira (RJ), Centro da Mulher Brasileira (SP), Coletivo de Mulheres, Grupo Nós Mulheres, Grupo Feminista 8 de Março, Movimento pela Participação da Mulher e Sociedade Brasil Mulher. Todas elas posicionam-se a partir de um roteiro implícito: origem, visão de feminismo-mulher – de luta feminista, da luta das mulheres – momento-conjuntura e propostas.

Em relação às lutas gerais X lutas específicas,<sup>61</sup> a Associação (SP) é única entidade que aponta para o âmbito da autonomia do movimento de luta específica no movimento de luta geral, pois, “não se trata [...] simplesmente de lutar ao lado dos homens pelas reivindicações gerais, *mas também introduzir e lutar pelas nossas aspirações específicas*” (Em Tempo, n. 78, 1979, p. 8-15, especialmente p. 12. Grifos nossos) e, nas palavras de Paul Singer:

[...] só é possível chegar a uma mudança mais profunda da sociedade quando os vários grupos oprimidos tiverem consciência da opressão, estiverem mobilizados para lutar contra ela e, em seguida, forem capazes de obter vitórias significativas. a própria transformação social seria resultado dessas muitas lutas e não da luta de um só segmento privilegiado, que, a partir do poder, resolveria todos os problemas. (Singer, “Em Tempo”, n. 78, 1979, p. 13).

Propõe, portanto, para a perspectiva da superação do divisionismo-isolamento, a articulação combinada das lutas e a dupla militância das mulheres nos partidos, sindicatos, associações de bairro etc. Esta perspectiva de intersecção –

---

<sup>60</sup> O *Cadernos* 1 e 2 trataram do movimento de mulheres na Espanha e da relação mulheres e sindicatos, respectivamente.

<sup>61</sup> As posições, as divergências e as rupturas das entidades, neste debate, estão desenvolvidas na original tese de doutoramento da historiadora feminista Maria Rosa Dória Ribeiro, *Relações de poder no feminismo paulista - 1975 a 1981* (2011); cf. esp. cap. VII e VIII, p. 251-309.

teórica e prática das lutas específicas e gerais – destaca-se nas últimas publicações do ano: “Mulher metalúrgica” e “As mulheres fazendo política”.<sup>62</sup>

A primeira, realizada em parceria com as sociólogas Antonina Silveira e Rosa Lúcia Moysés, anuncia o início do I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo e a matéria – de página inteira – está pensada em três movimentos: à direita – sob o subtítulo “A trabalhadora e a legislação” – uma tabela sintetiza os dados referentes à CLT (1943) e ao projeto do governo militar (1979) em quatro dimensões: jornada de trabalho; trabalho noturno na indústria, condições de trabalho e proteção à maternidade. Informa as modificações (ou não) item a item. Para além da relevância das informações, é possível ser recortado e/ou reproduzido para circular de mão em mão no sindicato, na fábrica, no bairro, nas ruas.

Abaixo – sob o subtítulo “Enfrentando as condições de trabalho” – estão três quadros que informam: (1) A proporção de homens e mulheres metalúrgicos ganhando até dois salários mínimos e as respectivas escolaridades – as mulheres, em todas as etapas do ensino (primário, ginasial e colegial), apresentam melhores índices; (2) a média salarial de homens e mulheres – em que o salário pago à mulher metalúrgica está abaixo do salário pago ao homem metalúrgico e abaixo, também, da média salarial da categoria;<sup>63</sup> (3) as proporções entre aquelas e aqueles que recebem acima e abaixo da média salarial da categoria. Conhecidos os dados,

---

<sup>62</sup> Respectivamente: Souza Lobo; Silveira; Moisés, “Em Tempo”, n. 79, 1979, p. 7. Cf. Anexo 5; e, Souza-Lobo, “Em Tempo”, n. 93, 1979, p. 2. Cf. Anexo 6.

<sup>63</sup> As proporções, à época, dos salários para as mulheres metalúrgicas: 38% abaixo dos salários dos homens metalúrgicos e 10.3% abaixo da média salarial da categoria. A moeda vigente, até 1986, é o cruzeiro. O *cruzeirinho*, nas portas das fábricas. Recentemente uma editora sênior relatou sua demissão no retorno ao trabalho depois de sua licença maternidade. A editora sênior (e todos os marcadores sociais que este lugar instaura) reclamava não somente pela desigualdade dos salários, mas pela ausência de creches e pela penalização sobre as mulheres-mães, escreveu: “Mulheres não têm com quem deixar os filhos para irem trabalhar. As creches não têm horários que permitam conciliar com as famílias – isso quando há creches, né? Estima-se que mais de 17 milhões de crianças de 0 a 3 anos no Brasil estejam fora das creches. A sociedade patriarcal ainda relega às mulheres a prioridade sobre o cuidado com os filhos, em um modelo machista que é respaldado por políticas públicas. Temos quatro meses de licença (o que é muito pouco) e os pais têm ridículos sete dias – vinte, nos casos mais generosos. Quem, na volta desse período de licença, tem mais chance de não voltar a trabalhar? Quem terá mais dificuldades com o retorno? Quem tem mais chances de não ser recomendado por colegas? Quem é considerado o cuidador natural do bebê por todo o entorno?” Todas estas questões estão, na “quarta década das mulheres” sem solução. Aguardo dias melhores para daqui a dois anos, nas comemorações das “cinco décadas das mulheres”. (Cf.: Dias, Tatiana. Por que mulheres ganham menos. *The Intercept Brasil*. Publicado em: 4 de março de 2023).

as leitoras, os leitores metalúrgicos – ou não – podem torná-los meios – instrumentalizá-los – para as discussões, para as lutas.

Da parte esquerda para a direita, temos a matéria principal – “A mulher metalúrgica: vai começar o I Congresso em São Paulo” – logo no primeiro trecho negrito estão denunciados diretamente os patrões das fábricas Sami e Matarazzo pelo boicote ao Congresso. Entre as “várias tramas” (Souza-Lobo; Silveira; Moisés, “Em Tempo”, n. 79, 1979, p. 7. Cf. Anexo 5) dos patrões para o boicote estão: a intimidação na porta da fábrica, uma churrascada gratuita no domingo (Sami), uma viagem de final de semana (Matarazzo) e a convocação, por outros, para o cumprimento das horas-extras das operárias nos dias do Congresso.

O modo direto e informal da apresentação do problema vivido pelas organizadoras do Congresso que “*estão até aqui de tarefas. E, ainda por cima, enfrentando a repressão dos órgãos de segurança*” (Souza-Lobo; Silveira; Moisés, “Em Tempo”, n. 79, 1979, p. 7. Grifos nossos. Cf. Anexo 5), assim como da escolha das entrevistas realizadas e das chamadas, segue a escolha racional realizada desde a primeira matéria sobre a Copa do Mundo de 1978: os lides-bordões e a entrevista – o registro da experiência daquela ou daquele que está na luta.

A escolha está ligada à ampliação da capacidade de mobilização/organização por dois meios: a força do testemunho (Arleide, Lúcia, Inácia, Lurdinha e Cida) – as vozes daquelas que vivem o desafio-impasse e o exemplo (para outras operárias-trabalhadoras), pois há gente já lutando – e pelo reconhecimento da condição da mulher metalúrgica, da mulher operária, da mulher trabalhadora.

Por esses dois meios, esses recursos de mobilização, a pauta de reivindicações das metalúrgicas – igualdade salarial, melhoria das condições de trabalho, creches e direito ao exercício profissional (direito, portanto, aos programas de qualificação profissional) reafirma-se dentro, não apenas graficamente, do bordão maior – “Debaixo do Estado, do pai, do marido e do patrão” (Souza-Lobo; Silveira; Moisés, “Em Tempo”, n. 79, 1979, p. 7. Grifos nossos. Cf. Anexo 5) – mas, também e principalmente, na compreensão de Lúcia:

[...] Os problemas das trabalhadoras [...] contudo, não se resumem aos patrões. Na maioria das vezes, os próprios maridos, pais e namorados hesitam em aceitar uma atitude diferente por parte das mulheres, quando estas abandonam sua submissão secular, passam a discutir seus problemas como trabalhadoras, e percebem a

necessidade de se organizar. *Para estas [...] a tarefa é dupla [...] “O marido não entende, mesmo os que têm uma certa consciência, ele fica inseguro, tem medo da mulher começar a entender mais do que ele, isso é um perigo para o machismo dele, a insegurança de que ela encontre outro melhor do que ele.* (Souza-Lobo; Silveira; Moisés, “Em Tempo”, n. 79, 1979, p. 7. Grifos nossos. Cf. Anexo 5).

Do grande lide à voz de Lúcia a síntese, de Christine Buci-Glucksmann, exposta na reflexão de Elisabeth Souza-Lobo de 1978,<sup>64</sup> está para todas mulheres, em especial, para as mulheres trabalhadoras e a conclusão imperativa: é preciso participar.

Em “As mulheres fazendo política”, Elisabeth Lobo (Em Tempo, n. 93, 1979, p. 2. Cf. Anexo 6) deixa a porta da fábrica e do sindicato para pensar, relatar e contribuir no debate pela presença e participação política parlamentar das mulheres. O encontro – de outubro de 1979 – reúne as parlamentares Irma Rosseto Passoni (deputada estadual pelo MDB-SP) e Ivone Soares Quaglia (vereadora pelo MDB-SBC/SP) e as mulheres dos movimentos contra a carestia, dos movimentos por creches e das associações de bairro para um debate sobre a seguinte questão: “por que as mulheres não participam da vida política?” (Em Tempo, n. 93, 1979, p. 2. Cf. Anexo 6).

A resposta direta, e atual, é que não há estrutura material para a participação das mulheres e essa situação é decorrente de uma mentalidade que responsabiliza social e exclusivamente as mulheres pelas filhas e filhos. Trata-se, na expressão cotidiana, da/o filha/o da mãe. Mas o que esperar se, mesmo naquele encontro, entre parlamentares e mulheres organizadas nos diferentes movimentos sociais que lutam pela transformação social não havia creche e as crianças “ficaram fechadas no anfiteatro ou em salas enquanto as mães [...] solicitadas pelos filhos não conseguiam participar tranquilamente. Será que os pais não podiam ter ficado com os filhos no domingo?” (Souza-Lobo, “Em Tempo”, n. 93, 1979, p. 2. Cf. Anexo 6).

Valorizando a proposta da vereadora para a criação de um Fundo para creches financiado por todos os entes da federação, as empresas e sob a cogestão da comunidade nos bairros, propõe ações cotidianas: convencer o marido, as

---

<sup>64</sup> Cf.: AEL, ESL, doc. 2, p. 1. “Week end”. Transcrição nossa.

organizações políticas, a militância, enfim, o conjunto da sociedade e, “não apenas um Estado distante”. As reflexões de 1978 – da verossimilhança Estado-família –, agora invertida – família-Estado apresenta a dupla face amalgamada da luta que propõe: do pessoal para o político, do político para o pessoal. Pauta, nas páginas impressas, o pessoal é político.

Olga, Rosa e Beth são as mulheres da “Associação” – organização feminista paulista – abrindo com “Politizar o cotidiano!” as páginas do “Em Tempo” naquele janeiro de 1980. Destaque autoral em uma página integralmente dedicada às lutas das mulheres articula-se aos seguintes temas “Sexualidade e aborto não são mais tabus”, “A mulher vista pelos(as) políticos(as)” e “Os sindicatos aceitam a mulher?” (Modesto; Moisés; Souza-Lobo, “Em Tempo”, n. 95, 1979-1980, p. 19. Cf. Anexo 7).

Partindo da premissa que “inegavelmente a década de 70 foi marcada pelo ascenso dos movimentos populares e entre eles o movimento de mulheres [...] O feminismo está pois na ordem do dia” (Modesto; Moisés; Souza-Lobo, “Em Tempo”, n. 95, 1979-1980, p. 19. Cf. Anexo 7), Almino Afonso – Ministro do Trabalho do governo Goulart; parlamentar cassado em 1964 –, José Ibrahim – operário; liderança sindical em 1968; preso, torturado e banido do país em 1969 –, Manoel da Conceição – camponês, ferreiro e presidente de sindicato rural; preso, torturado e, depois de intervenção de organismos internacionais de direitos humanos, vive em Genebra até a anistia; acabara de chegar ao país – e Irma Passoni – professora, vinculada às CEBs, parlamentar do MDB; fundadora do PT – são convidados e convidada a responderem a questão: “Qual é sua opinião sobre ele e sobre a necessidade das mulheres se organizarem de forma autônoma?” (Modesto; Moisés; Souza-Lobo, “Em Tempo”, n. 95, 1979-1980, p. 19. Cf. Anexo 7).

Entre convergências e divergências, Afonso destaca a importância do movimento feminista para a democratização da sociedade brasileira; Manoel da Conceição responde no miúdo, em que a opressão e a exploração são vividas pelas mulheres: “quando não recebe pelo trabalho doméstico que faz [...] ela sofre uma opressão do seu próprio companheiro, que está “envenenado” pela ideologia burguesa e age dentro de casa como um explorador do trabalho da mulher” (Em Tempo, n. 95, 1979-1980, p. 19. Cf. Anexo 7); José Ibrahim não tem dúvida da importância da organização “[...] são as mulheres que devem, que têm a

sensibilidade, *que vivem estes problemas*”, mas não tem claro “[...] se mesmo dentro de um partido político elas devem se organizar enquanto mulheres” (Moisés; Souza-Lobo, “Em Tempo”, n. 95, 1979-1980, p. 19. Cf. Anexo 7)) e Irma Passoni, valendo um quarto de opinião, mas vendo o todo:

[...] a solução dos verdadeiros problemas das mulheres exige também a participação dos homens. Não se pode isolar a luta, a creche, por exemplo, é um problema dos homens e das mulheres, assim como os salários, a melhoria das condições de vida. A divisão das tarefas domésticas com os homens depende de todo um processo educativo. (Passoni, “Em Tempo”, n. 95, 1979-1980, p. 19. Cf. Anexo 7).

Posições colocadas e as autoras nos levam para o depoimento de duas operárias químicas que têm participado ativamente para a organização das mulheres. Sorrimos, tragicamente, com elas:

[...] Mas, *a gente vai percebendo que é mais dependente entre os dependentes*. Não passa uma de nossas reuniões em que alguém não venha insistir com a gente para “acabar logo com o papo” e se reunir ao resto do pessoal. *Outro dia, vieram nos chamar, dizendo que os rapazes queriam que a gente descesse para o baile, porque tinha poucas mulheres [...]*. De outro lado, o nosso trabalho é dificultado por outros motivos: muitas de nós têm que convencer maridos ou pais da importância que essas discussões têm (Em Tempo, n. 95, 1979-1980, p. 19. Grifos nossos. Cf. Anexo 7).

No imperativo do círculo da leitura o ponto da chegada torna-se o da partida: politizar o cotidiano.

A partir do número seguinte, 96 (10-16 jan. 1980, p. 14), o “Em Tempo” passa a ter uma editoria “*Mulheres*” e – no exemplar 98 (24 jan.-7 fev. 1980) – o aborto é capa e matéria central.<sup>65</sup> A prostituição e a pesquisa sobre a mulher vítima da Medicina estão no número noventa e nove (07-21 fev. 1980, p. 15-16; contracapa) sob os títulos: “Prostituição: a luta pela sobrevivência não tem limites” e “O maior sexocídio da História”; outras mãos feministas somam-se à editoria – determinados temas seguem sem autoria e atribuídos, portanto, ao Conselho Editorial.

Desde a formação do jornal-movimento, as pautas-matérias sobre as lutas feministas e as lutas das mulheres tinham estado sob as editorias “*Aparte*”,

---

<sup>65</sup> “Conheça a campanha, mulheres exigem: Aborto Livre no Brasil” (Em Tempo, n. 98, 1980. Cf. Anexo 8), fora da recém-criada “Editoria mulheres”.

“Sindical”, “Gerais”, “Questão Feminina” ou mesmo sem vinculação à editoria alguma. De um aparte a uma editoria própria, as mulheres – e decisivamente Elisabeth Souza-Lobo – conquistam para as lutas específicas um lugar nas lutas gerais. A(poder)am-se de um espaço na imprensa alternativa não feminista.

Nesse momento, o quadro político-editorial do “Em Tempo” – o Conselho Editorial Administrativo (CEA) – é formado por Eder Sader (Presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Ayres, Sérgio Alli e Tom Duarte e, na suplência do Conselho, estão Luci Ayala, Marisa Araújo e Sandra Starling (Em Tempo, n. 96, 1980, p. 15). Esta composição, com a chegada de Roberto Rodrigues e Valmir Menezes – para equilibrar as relações sociais de sexo na suplência –, permaneceria até novembro seguinte, momento no qual Elisabeth Souza-Lobo deixaria – em bloco e em carta aberta<sup>66</sup> – o jornal-movimento.

Das publicações de janeiro a novembro, Elisabeth Souza-Lobo está, explicitamente, em treze: a já referenciada “A mulher vista pelo (as) políticos (as)”, “Quando as mulheres fazem história”, “Campanha pela legalização do aborto recebe apoio internacional” – que passará, como mais uma prova de sua periculosidade, para as agências de vigilância e repressão do Estado – “A autonomia não é heresia”, “Mulheres e política: o que ‘eles’ pensam”, “A luta destas mulheres por um mundo diferente”, “Simone de Beauvoir entrevista Sartre” – transcrição de trecho da entrevista da Revue L’Arc (n. 61, 1975)<sup>67</sup> –, “Negras: quem não se organiza dança”, “O sexo hoje é o novo ópio do povo” – entrevista com Flávio Gikovate –, “Assalariadas ou servas?” – Entrevista com empregadas domésticas sindicalizadas –, “O esquadrão dos maridos”, “Plim-Plim! Henfil exige a emancipação do homem” e “PREV-SAÚDE – Prevenir para governar”.<sup>68</sup>

---

<sup>66</sup> Carta “Fundamental é a ‘autonomia’” (Garcia; Karepovs, 2019, p. 379-383).

<sup>67</sup> Esta edição da revista *L’Arc* foi dedicada integralmente a Simone de Beauvoir. A transcrição de Elisabeth Souza Lobo politiza, feministicamente, a edição de homenagem a Sartre. O intelectual havia falecido em 15 de abril. Nesta homenagem, entre as autoras e os autores presentes estão Olgária Matos, Marilena Chauí e Luiz Roberto Salinas Fortes. (Cf.: Souza-Lobo, “Em Tempo”, n. 105, 1980, p. 15. Cf. Anexo 13).

<sup>68</sup> Respectivamente: Modesto; Moisés; Souza-Lobo, “Em Tempo”, n. 95, 1979-1980, p. 19. Cf. Anexo 7; Souza-Lobo, “Em Tempo”, n. 101, 1980, p. 12. Cf. Anexo 9; *Ibidem*, p. 13; “Em Tempo”,

Nesse conjunto interpretativo que reclama ação (Macedo; Sader; Garcia, “Em Tempo”, n. 64, 1979, p. 12)<sup>69</sup>, Elisabeth Souza-Lobo – agora inserida diretamente nas lutas sociais brasileiras – coloca-se à construção de um movimento de mulheres unitário e autônomo e, portanto, independente dos partidos políticos, sintetiza:

[...] Mesmo no movimento operário, mesmo nos partidos e grupos de esquerda os problemas das mulheres foram em geral passados a 2º plano. Por isto as mulheres formam grupos e se reúnem *para discutir sua condição de mulher, suas lutas e objetivos e como fazer para que estas lutas sejam realmente parte das lutas gerais, sejam levadas nos partidos e nos sindicatos que lutam pela transformação da sociedade.* (Souza-Lobo, “Em Tempo”, n. 102, 1980, p. 15. Cf. Anexo 10).

É nessa perspectiva de compreensão da importância fundamental da organização coletiva e participativa da mulher – para a reflexão sobre a condição específica do “*estar-ser* mulher” – que Elisabeth Souza-Lobo colhe, retira do anônimo cotidiano, as histórias de mulheres, as histórias de vidas de mulheres, as histórias dos trabalhos das mulheres. Abre, assim, por meio de seu trabalho na imprensa, possibilitar a construção de memórias/identidades/histórias compartilhadas.

“Por que você está aqui?” É o fio condutor da conversa-entrevista de Elisabeth Souza-Lobo com “algumas das poucas mulheres presentes” na assembleia dos metalúrgicos na Igreja do Bonfim em Santo André naquele domingo de 1980. Com as feministas negras organizadas Movimento Negro Unificado (MNU),<sup>70</sup> a conversa-entrevista mantém implícito o fio condutor – “por que você está

---

n. 102, 1980, p. 15. Cf. Anexo 10; “Em Tempo”, n. 103, 1980, p. 14. Cf. Anexo 11; Souza-Lobo; Tereza; Eide, “Em Tempo”, n. 105, 1980, p. 11. Cf. Anexo 12; Souza-Lobo, “Em Tempo”, n. 106, 1980, p. 9. Cf. Anexo 14; Souza-Lobo; Verardo, “Em Tempo”, n. 109, 1980, p. 16. Cf. Anexo 15; Souza-Lobo, “Em Tempo”, n. 110, 1980, p. 9. Cf. Anexo 16; “Em Tempo”, n. 113, 1980, p. 13. Cf. Anexo 17; Lobo; Verardo, “Em Tempo”, n. 117, 1980, p. 14. Cf. Anexo 18; Souza-Lobo; Souza, “Em Tempo”, n. 118, 1980, p. 17-18. Cf. Anexo 19.

<sup>69</sup> Entrevista com Jean-Paul Sartre: “Neste século o Estado terá que ser destruído” – 1ª. Parte.

<sup>70</sup> O Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização política brasileira criada para realizar “uma *nova* sociedade onde *todos* realmente participem” e, portanto, para lutar “por uma autêntica democracia racial e pela libertação do povo negro” (Carta de Princípios – 1978). Em seu documento fundador, construído em assembleia nacional, denuncia: “discriminação racial; marginalização racial, política, econômica, social e cultural do povo negro; péssimas condições de vida; desemprego; subemprego; discriminação na admissão em empregos e perseguição racial no trabalho; condições sub humanas de vida dos presídios; permanente repressão, perseguição e violência policial; exploração sexual, econômica social da mulher negra; abandono e mal



aqui?” – que tece seis indagações: (1) “Como vocês chegaram à consciência de sua condição de mulheres negras?” (2) “Vocês sentem a imagem de objeto sexual que lhes é imposta?” (3) “Vocês são feministas?” (4) “Como vocês viram os resultados da sua participação no Congresso das mulheres e no movimento feminista?”<sup>71</sup> (5) E no Movimento Negro, como é a participação das mulheres? (6) Vocês se consideram um movimento de minoria? Com as empregadas domésticas – da Associação das Domésticas – o “por que você está aqui?” transfigura-se e explicita-se para uma investigação da(s) história(s) de vida(s). Antecedendo a apresentação das mulheres dessa História, define um provocativo prólogo:

[...] Pelos cálculos baseados no censo de 1970, as domésticas são 30% da população economicamente ativa feminina. É, portanto a profissão que concentra o maior número de mulheres. Elas vêm, em geral, do campo para a cidade. Deixaram a pouca ou nenhuma ou combinaram a colheita com a cozinha conforme as estações. *Realidade do sistema capitalista periférico, elas são no imaginário burguês uma das representações da mulher na família; a outra é a dona da casa. Polos inseparáveis porque é entre nós que se opera a divisão das tarefas que concernem o corpo e a carne.* Interrogar-se sobre o lugar das empregadas domésticas é perguntar em que limitados espaços elas têm direito de existir... Face à opressão que elas sofrem somos tentados a pensar em revolta, organização coletiva. Mas elas não são nem revoltadas, nem militantes. E por paradoxal que pareça encontram muitas vezes sua razão de ser naquilo que as aliena: os códigos burgueses, o comportamento das patroas. Em cada uma de nós coexiste a empregada e a mãe. E se é certo que não se poderá falar de libertação da mulher enquanto não fizermos a arqueologia da dona de casa e da mãe de família em todos os pequenos papéis de que foram investidas, enquanto não exorcizarmos o fantasma da serva devotada que há em nós, também é certo que nossa libertação supõe a libertação da empregada que fica em casa, em nosso lugar (“Em Tempo”, n. 105, 1980, s./p.).<sup>72</sup>

---

tratamento dos menores, negros em sua maioria; colonização, descaracterização, esmagamento e comercialização de nossa cultura; mito da democracia racial”.

<sup>71</sup> Elisabeth Souza-Lobo refere-se ao II Congresso da Mulher Paulista realizado nos dias 8 e 9 de março de 1980 no Teatro da Universidade Católica de São Paulo (TUCA). Mobilizou entre 3500 e 4000 mulheres e todas as concepções feministas à época.

<sup>72</sup> No caso específico desta página de “Em Tempo”, solicito à leitora ou leitor que observe o todo e, em especial, a arte escolhida no canto superior direito e sobre a não autoral matéria sobre a situação das empregadas domésticas na Nicarágua. Página completa – página para a luta – página combate. Grifos nossos.

Assim, por meio de “A luta destas mulheres por um mundo diferente”, “Negras: quem não se organiza dança” e “Assalariadas ou servas?”<sup>73</sup> ouvimos Maria Elisa, Carmem e Sônia – mulheres de metalúrgicos em greve –, Fátima e Maria Auxiliadora – metalúrgicas em greve –, Conceição e Rosa – metalúrgicas desempregadas –, Tereza – uma metalúrgica da Volkswagen –, Lenny e Raquel – funcionárias públicas e militantes do Movimento Negro Unificado (MNU) – e Júlia da Silva Pimentel e Laurentina – migrantes, religiosas, empregadas domésticas e da Associação das Empregadas Domésticas de São Paulo. Essas doze mulheres dizem sobre si e sobre o mundo no qual atuam. Experienciam as injustiças vivas na forma da fome, do desemprego, da desigualdade salarial, da violência armada contra os trabalhadores em greve, do machismo, do racismo e da profissão não reconhecida. Experienciam – no encontro com outras e outros – a necessidade de lutar. Elisabeth Souza-Lobo inscreve-as:

O ano passado, meu marido foi despedido por causa da greve. Ele estava trabalhando há três meses. Ficou quatro desempregado. A gente já passava dificuldade e começou a passar fome. *Mas apesar disso eu quero que a greve continue.* (Maria Elisa)

Eu acho que a força das armas que eles têm não significa nada porque a gente não quer confronto, a gente quer estabilidade no emprego [...]. *Com toda repressão que a gente recebe, a gente acaba ficando cada vez mais perto um do outro.* (Conceição)

Quanto à participação das mulheres, eu ainda acho que é pequena. [...] *a gente convida as colegas, mas tem uma infinidade de gente que manda na mulher — é o irmão, é o marido, a mãe, pai, avó, namorado e filho.* Mas, é muito importante que ela participe, porque ela é a mais explorada dentro da fábrica. (Carmem)

*Quando entrei para a faculdade pensava que lá não haveria preconceito. Foi onde encontrei mais.* Num seminário sobre a Educação na França a professora disse: “Sinto muito, mas não consigo admitir um negro numa cadeira de universidade”. *Éramos seis negras. Sempre que havia um trabalho procurávamos fazer o melhor. Ser aceitas.* (Raquel)

Pessoalmente somos feministas [...]. *Nossa proposta é a reformulação do papel da mulher negra, participar da luta, discutir a tripla exploração: de raça, sexo e classe.* [...] Num debate eu perguntei como era a questão racial no socialismo. *Um personagem respondeu que na URSS não havia racismo e que as mulheres russas adoravam os negros [...].* (Lenny)

*A gente reunia na sala, da Igreja, discutia, visitava favela, aprendia.* Um dia veio uma socióloga conversar com a gente. Era uma pessoa

---

<sup>73</sup> Respectivamente: Souza-Lobo; Tereza; Eide, “Em Tempo”, n. 105, 1980, p. 11. Cf. Anexo 12; Souza-Lobo, “Em Tempo”, n. 106, 1980, p. 9. Cf. Anexo 14; “Em Tempo”, n. 110, 1980, p. 9. Cf. Anexo 16.

muito sabida. *Foi numa época quando houve todas aquelas prisões de Padres, aquela coisarada [...].* Uma moça achou que a socióloga ia levar as empregadas no mau caminho [...]. Decidiram terminar com as palestras. Fomos expulsas da Igreja porque éramos “comunistas” e o padre que dava apoio as domésticas se mandou. Foi até bom. Assim a gente resolveu procurar a Associação. (Laurentina) (Souza-Lobo; Tereza; Eide, “Em Tempo”, n. 105, 1980, p. 11. Cf. Anexo 12; Souza-Lobo, “Em Tempo”, n. 106, 1980, p. 9. Cf. Anexo 14; “Em Tempo”, n. 110, 1980, p. 9. Cf. Anexo 16).

Nesse ciclo de (re)conhecimento, entrevistas e inscrição de vozes femininas por um mundo diferente, Elisabeth Souza-Lobo traz, de súbito, a voz da consagrada filósofa, escritora e feminista Simone de Beauvoir na, também, condição de entrevistadora. A edição da primeira quinzena de maio de 1980 respondeu ao impacto da morte de Jean-Paul Sartre – um dos maiores símbolos do engajamento intelectual e político – ocorrida em quinze de abril. O professor Luiz Roberto Salinas Fortes e as professoras Marilena Chauí e Olgária Matos – todos da Filosofia da Universidade de São Paulo – renderam homenagens e textos-testemunhos ao filósofo francês e a sua obra. Elisabeth Souza-Lobo, graficamente, recebeu o grupo e abriu as homenagens à sua maneira: uma transcrição da entrevista realizada por Beauvoir com Sartre entre 1974 e 1975.<sup>74</sup>

No trecho escolhido pela transcritora, de saída, Simone de Beauvoir pergunta a Sartre: “Por que você escreveu sobre todos os oprimidos: os trabalhadores, os negros [...], os judeus [...], e nunca sobre as mulheres? Como você explica isto?” (Em Tempo, n. 105, 1980, p. 15-17. Cf. Anexo 13). Outras dez intervenções deliciosamente polêmicas fecham o recorte da entrevista. No destaque pensado pela transcritora à matéria está sua interpretação e, simultânea, a vontade política de – e com – aprender a liberdade, recusar o casamento burguês e permanecer como ser singular. Em suas palavras:

[...] o casamento Sartre-Beauvoir foi antes de tudo, um aprendizado da liberdade. Uma das mais importantes contestações do casamento burguês. Com a morte de Sartre, eles, que se mantiveram

---

<sup>74</sup> Para além da publicação na revista *L’Arc* (n. 61, 1975), a entrevista foi publicada, também, em *Situations X: Politique et Autobiographie* (Sartre, 1976, p. 116-132) e um ano após a morte de Sartre, Beauvoir publicará a longa entrevista realizada, entre 1974-1975, e outros relatos da convivência com Sartre, sob o título *La cérémonie des adieux*. As questões sobre as lutas feministas, o feminismo e as feministas não estarão presentes nesta edição. A publicação de *A cerimônia do adeus*, em português, sairá somente em 1990 pela editora Nova Fronteira.

intimamente ligados, eram ainda dois seres inteiros e autônomos. Cada qual respondendo por si (Souza-Lobo, “Em Tempo”, n. 105, 1980, p. 15. Cf. Anexo 13).

A escolha é evidente, o homem Sartre não se fez só e tampouco sem contradições. Não é atrás do grande homem que está Beauvoir. O lugar é outro, é o do diálogo e da possibilidade da compreensão mútua, conflitiva e criativa. Beauvoir é a provocativa entrevistadora.

A intensa contribuição de Elisabeth Souza-Lobo nas páginas de “Em Tempo” encerrará com duas reflexões que farão parte de seu fazer político nos anos seguintes. A primeira sobre o que se denomina hoje de feminicídio, Souza-Lobo – atenta à violência contra as mulheres nas famílias e, em especial, nas famílias mineiras –, faz conhecer por meio do “esquadrão dos maridos” sua leitura sobre a violência de classe e sexista na sociedade brasileira e a possibilidade da saída, ainda emergencial, por uma rede de apoio impulsionada pelos movimentos de mulheres e feministas. Politiza:

[...] Tão violentos quanto o famigerado grupo de torturadores do Fleury, mas muito mais ilustre pois conta em suas fileiras com um herdeiro de nossa burguesia crioula, além de representantes da tradicional família mineira. Os precursores do esquadrão lavaram sua honra e permaneceram impunes. O que acontecerá com seus sucessores?

A tradicional família mineira é pródiga em exemplos da hipocrisia [...]. Mas o record regional indica um fato cotidiano: a violência na sociedade brasileira é violência da classe e é também violência sexista. E esta é a face mais negra da opressão sexual. Mas por que a opressão sexual? A resposta é difícil. “O corpo só se torna uma força útil quando é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submetido”, diz Foucault. Esta é a história das mulheres: ter seu corpo submetido para reproduzir. E a submissão é conseguida pela força (as leis ou pela força das ideias a moral) [...]. A denúncia das violências de que são vítimas as mulheres, dos espancamentos, dos estupros, dos assassinatos vêm sendo feita pelos grupos de mulheres em todo mundo. Das denúncias surgiram as propostas de casas de mulheres, de SOS telefônico que permita às mulheres vítimas romper seu isolamento, buscar ajudas, conhecer seus direitos e até encontrar apoio para fugir ao martírio cotidiano. No Brasil os primeiros projetos para casas de mulheres e permanências de tipo SOS apenas começam a ser discutidos pelos grupos feministas. A tragédia de Minas e a denúncia das mulheres mineiras recolocam o problema: desmascarar a dupla moral sexual que reduz as mulheres a um visual a ser manipulado, comprado e destruído e que dá aos homens plenos poderes sobre a vida das mulheres. (Souza-Lobo, “Em Tempo”, n. 113, 1980, p. 15. Cf. Anexo 17).

O corpo a ser submetido, o corpo reprodutivo a ser submetido, está em discussão em “*PREV-SAÚDE – Prevenir para governar*” e Elisabeth Souza-Lobo posiciona-se contra a iniciativa do Estado de controlar os corpos das mulheres a partir de uma política de planejamento familiar autoritária: “[...] o interesse pela mulher só se dá quando ela está exercendo sua ‘função máxima’: a da reprodução. Não se fala em atendimento ginecológico, mas sim em ‘pré-natal’” (Souza-Lobo; Souza “Em Tempo”, n. 118, 1980, p. 18. Cf. Anexo 19). A denúncia da autora e o anúncio – como possibilidade política – da necessidade urgente de construção de estruturas/políticas públicas de educação, saúde e sociais com e para a participação, e decisão, efetiva das mulheres sobre seus próprios corpos. Situa:

[...] Para as mulheres, a “vocação de ser mãe”, o desconhecimento do próprio corpo e a ignorância sobre a utiliza o de métodos contraceptivos são graves entraves para o exercício livre da sexualidade, desvinculada da reprodu o. O medo dos filhos indesejados levou as mulheres a odiar sexo e a reprimir sua sexualidade, exclusivamente para a reprodu o. Contra esta situa o elas reivindicam o direito de escolher livremente se querem, quantos querem e quando querem seus filhos. O exercício deste direito de escolha implica no conhecimento de todos os métodos contraceptivos que, se utilizados devem ter acompanhamento médico. Implica também em possibilidades concretas de decidir ter os filhos em boas condi oes de saúde e sociais. Ou seja,   preciso que existam creches e toda sorte de serviços que permitem   mulher continuar participando das atividades sociais e profissionais após o nascimento dos filhos. (Souza-Lobo; Souza, “Em Tempo”, n. 118, 1980, p. 18. Cf. Anexo 19).

As violências contra as mulheres – a visível (no extermínio físico) e a invisível (na aliena o de seus corpos e, conseqüentemente, de seus direitos) – são os temas dos últimos artigos assinados por Elisabeth Souza-Lobo no “Em Tempo”. Voltar  às páginas dele como socióloga entrevistada e assim apresentada por Marília de Carvalho:

[...] Os metalúrgicos de São Paulo estão em campanha salarial. Vale dizer, as metalúrgicas de São Paulo também estão. Será que estão mesmo? Apesar da participa o decisiva das mulheres nas últimas greves como da Gradiente ou da Monark; apesar de nestes momentos terem aflorado muitas de suas reivindica oes específicas, a pauta distribuída pelo sindicato para a categoria fala muito pouco delas [...]. Como se elas já não fossem hoje, segundo amostragem do próprio sindicato, cerca de 30% da categoria. E como se quase

13% das metalúrgicas não fossem sindicalizadas no estado [...]. Mas nada disso conta para o sindicato. Aqui, Elisabeth Souza-Lobo, participante de um grupo de sociólogos que vem pesquisando sobre as mulheres metalúrgicas em São Bernardo, conta o que tem ouvido nas suas entrevistas nas portas de fábrica e mostra porque nenhuma prática cupulista consegue ampliar a participação das mulheres. Enfim, ela mostra que, se a classe é uma só, ser operário ou operária implica em vivências diferenciadas, lembrando que em São Bernardo ou na Capital “*A classe operária tem dois sexos*” (Em Tempo, n. 159, 1982, p. 14).

Os anos no “Em Tempo” encerram-se.

Lá estão as primeiras elaborações práticas e teóricas de Elisabeth Souza-Lobo no Brasil – “em” e “do” seu “fazer(-se)”. Entre aquele 1978 – da denúncia da Copa Mundial de Futebol na ditatorial Argentina – e esse final de setembro de 1982 – como “[...] participante de um grupo de sociólogos que vem pesquisando sobre as mulheres metalúrgicas” (Em Tempo, n. 159, 1982, p. 14) –, Elisabeth Souza-Lobo poderá ser lida e conhecida pela síntese do trabalho-pensamento que sustentará seus estudos e sua ação criativa nos anos seguintes: “[...] se a classe é uma só, ser operário ou operária implica em vivências diferenciadas, lembrando que [...] A classe operária tem dois sexos” (Em Tempo, n. 159, 1982, p. 14).

É, portanto, nessa prática da pesquisa e do trabalho engajados que podemos compreender as ações-pensamento de Elisabeth Souza-Lobo. Das páginas do “Em Tempo” à filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT), à formação do Coletivo Autonomista – e de sua expressão pública a revista “Desvios” –, à experiência docente nas universidades, à participação nas associações científicas,<sup>75</sup> à formação do jornal feminista *Mulherio* (e do Grupo Sexualidade e Política)<sup>76</sup> e na colaboração à construção e consolidação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em todos esses lugares sociais do fazer – com fronteiras muitas vezes feitas muralhas (partidos, coletivos políticos, universidades, associações científicas e editorias de

---

<sup>75</sup> São elas: (1) Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), (2) Associação dos Sociólogos de São Paulo, (3) Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), (4) Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), (5) Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS) e (5) Asociación Internacional de Sociología (ISA).

<sup>76</sup> A experiência do Grupo Sexualidade e Política transfigurou-se para o Sexualidade e Saúde e para o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde – serviço ambulatorial de atenção primária à saúde das mulheres – que está em pleno funcionamento no bairro de Pinheiros na cidade de São Paulo. Para maiores informações, acessar o site do serviço. Disponível em: <https://www.mulheres.org.br/>. Acesso em: 7 mar. 2023.

jornais) – Elisabeth Souza-Lobo desestabilizou o existente e construiu possibilidades de pensar uma totalidade (unidade) na diversidade (sexuada) a partir da premissa interrogativa: *e (elas-nós) mulheres, cadê?*

### 3.2 PRODUÇÃO-AÇÃO ACADÊMICA E FEMINISTA

Construir um movimento de mulheres unitário e autônomo é dar a todas elas: donas de casa da periferia, trabalhadoras, mulheres negras, empregadas domésticas ou professoras, a oportunidade de falar, de romper com a opressão que sofrem, e com a sociedade opressora que as divide. (Elisabeth Souza-Lobo, 1980).

Para tanto, o movimento está consciente de que a “mulher genérica” não existe. O que há são mulheres inseridas na estrutura social, pertencentes a diferentes classes e segmentos sociais. Assim, embora a opressão e discriminação sejam comuns a todas as mulheres, assumem formas e intensidades variáveis segundo o lugar que as mulheres ocupam na estrutura social. As mulheres das classes trabalhadoras, além de oprimidas por serem mulheres, são exploradas enquanto classe; já as mulheres das classes dominantes, embora oprimidas enquanto sexo, são opressoras enquanto classe. (Elisabeth Souza-Lobo, 1980).

Na circunstância de seu ingresso acadêmico no Brasil, concomitante, no Programa de Pós-Graduação e Extensão em Ciências Sociais da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) e no Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual Paulista – *campus* Marília (UNESP-Marília), está sua participação na XXXII. Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)<sup>77</sup> e registrada em importante publicação da intelectualidade nacional: a revista *Encontros com a Civilização Brasileira*.<sup>78</sup>

---

<sup>77</sup> Com a chamada-síntese “Ciência e Educação para uma sociedade democrática”, a 32ª. SBPC tornou-se um campo político de articulações internacional e nacional importantíssima. Reuniu – e foi divulgada pela imprensa – as participações de Paulo Freire, Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, Paul Singer, Dom Tomás Balduino e, também, da mobilização científica e feminista. SBPC. *Jornal do Brasil*: “Feministas reúnem 1 mil pela liberação” (11/07/80). Essa matéria – sobre a concorrida mesa-redonda “Feminismo como Projeto de Liberação” – foi guardada por Elisabeth Souza-Lobo (AEL, ESL, doc. rasurado, p. 167?).

<sup>78</sup> Sob o conselho diretivo de Ênio da Silveira (diretor-responsável) e Moacyr Félix (editor-chefe) articula-se um Conselho Consultivo formado por Affonso Romano de Sant’Anna, Alberto Dines, Alberto Passos Guimarães, Alberto Passos Guimarães Filho, Alceu Amoroso Lima, Alex Vianny, Alfredo Bosi, Antônio Callado, Antonio Candido de Mello e Souza, Antônio Houaiss, Antônio Sérgio da Silva Arouca, Arthur Giannotti, Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Guilherme Mota, Carlos Nelson

Elisabeth Souza-Lobo colabora e passa a fazer parte, com outras sociólogas e pesquisadoras – Mary Garcia Castro (Organização Internacional do Trabalho da Organização das Nações Unidas, OIT-ONU), Neuma Aguiar (Instituto Universitário de Pesquisas da Cândido Mendes), Karen Mary Giffin (Fundo das Nações Unidas para a Infância da Organização das Nações Unidas, UNICEF-ONU) e Zahidé Machado Neto (Universidade Federal da Bahia, UFBA) – de uma agenda de trabalho articulada, investigativa e política a partir do tema “A mulher na reprodução da força de trabalho” e com os seguintes sub temas de pesquisa: (1) matizes da divisão sexual do trabalho, (2) papel social da mulher enquanto sexo na sociedade capitalista, (3) valoração do trabalho doméstico, (4) posição da casa em distintos modos de produção, (5) entrada da mulher na força de trabalho “e, neste, processo, uma caso de contradição entre classes, de caráter intrassexual – a oposição patroa x empregada doméstica” e (6) as relações entre a instância material e ideológica na reprodução da força de trabalho. (*“Encontros com a Civilização Brasileira”*, n. 26, 1980, p. 157-158)

É, no contexto deste encontro-compromisso firmado em julho de 1980 na cidade do Rio de Janeiro, que se pode ler e atribuir sentido ao primeiro artigo teórico

---

Coutinho, Celso Furtado, Cícero Sandroni, Darcy Ribeiro, Dias Gomes, Fábio Lucas, Fausto Cupertino, Fausto Cunha, Felix de Athayde, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais, Ferreira Gullar, Frei Betto, Gilberto Velho, Gisálio Cerqueira Filho, Hélio Jaguaribe, Jânio de Freitas, José Goldemberg, José Honório Rodrigues, José Paulo Netto, Leandro Konder, Leon Hirschman, Leonardo Boff, O. F. M., Luiz Fernando Cardoso, Luíz Mário Gazzaneo, Maria da Conceição Tavares, Maria Helena Kühner, Maria Rita Galvão, Mário Pedrosa, Moacyr Werneck de Castro, Nelson Pereira dos Santos, Octavio Ianni, Osny Duarte Pereira, Otávio Guilherme Velho, Roland Corbisier, Sérgio Augusto, Vanilda Paiva, Waldir Pires, Waldo César e Wilson Fadul, a revista *Encontros com a Civilização Brasileira* (1978-1982) tratou especialmente, em seu número 26 dos 29 publicados, o tema “A mulher hoje” por meio dos artigos de: (1) Maurice Godelier (“As relações homem-mulher: o problema da dominação masculina”), (2) Clarice Novaes da Mota (“Por uma antropologia da mulher”), (3) Agnes Heller (“O futuro das relações entre os sexos”), (4) Eva Blay (“Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches”), (5) Franca Masciarelli (“Feminismo e freudismo”), (6) Maria José Nascentes (“Uma proposta para o movimento feminista: subverter os conceitos e as ideias vigentes”), (7) Nelly Schnaith (“O fundo da imagem na questão feminina”), (8) Zuleika Alambert (“Os marxistas e a elaboração teórica sobre a mulher”), (9) Elice Munerato e Maria Helena Darcy de Oliveira (“Quando as mulheres filmam”), (10) Grupo feminista do Rio (“A mulher e a CLT”), (11) Mary Garcia Castro (“A questão da mulher na reprodução da força de trabalho”), (12) Cláudia Fonseca (“Trabalhadoras sem-terra: um estudo de caso do trabalho feminino no campo”), (13) Moacyr Félix (“Três prefácios e uma ‘orelha’ sobre liberdade e sexo”), (14) Dominique Ridley-Leigh (“Mulheres na migração: redes de parentesco como uma estratégia de sobrevivência”), (15) Mary Garcia Castro (“Controle da natalidade, legalização do aborto e feminismo”) e pela nota oficial do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (“Aborto: uma questão em debate”).



e acadêmico de Elisabeth Souza-Lobo: “*A questão da mulher na reprodução da força de trabalho*” (*Perspectivas*, n. 4, 1981, p. 43-7).

Nele, a autora substancia a heterodoxia de seu pensamento, ao articular a Antropologia, a Economia e a Sociologia brasileiras – Felicia Reicher Madeira, Paul Singer e Verena Stolcke<sup>79</sup> –, a francesa – Andrée Michel, Antoine Artous, Claude Meillassoux, Colette Guillaumin, Françoise Bourgeois<sup>80</sup> – e a inglesa – Sheila Rowbotham –, a três referências estruturantes desse momento de sua reflexão: os “Fundamentos da crítica da Economia Política”, de Karl Marx; o livro “Vigiar e punir,” de Michel Foucault; e, as “Resoluções do Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo” (1979).

Deste trabalho intelectual, de síntese criativa, buscando “explicitar as conexões existentes entre as relações sociais de produção e reprodução e os papéis sexuais” a autora evidencia que:

[...] dentro do espaço familiar a mulher cumpre uma função reprodutora. Ela realiza: 1/ a reprodução biológica da força de trabalho; 2/ a reprodução/reposição da força de trabalho; 3/ a reprodução das relações sociais. Cada uma dessas funções na medida da sua incidência na organização da sociedade se vê regulamentada pelos objetivos e interesses da sociedade e do Estado. Neste sentido, as formas e a natureza particular da articulação Estado-sociedade determinam as formas de intervenção do Estado nos padrões familiares, na capacidade reprodutora das mulheres através de políticas de planejamento familiar, da legislação, da política sexual. (Souza-Lobo, 1981, p. 43-44).

Assim, sob a intervenção do Estado-sociedade, para a realização da reprodução social do capital a partir do corpo sexuado feminino – o corpo da fêmea da espécie humana – instaura-se, na expressão conceitual de Elisabeth Souza-Lobo, o “doméstico-familiar” que, não sem ironia, na segurança privada do lar, domestica a/à reprodução de e para corpos submetidos. Neste doméstico-familiar, como nos faz acompanhar a autora – em diálogo com Colette Guillaumin – “[...] a

---

<sup>79</sup> O acervo da antropóloga encontra-se, também, no Arquivo Edgard Leuenroth. Verena Stolcke é uma das formadoras do departamento de Antropologia da UNICAMP ao lado de Antonio Augusto Arantes e Peter Fry.

<sup>80</sup> De 1978, o artigo “*Travail domestique et famille du capitalisme*” é de autoria coletiva. Para além de Bourgeois, Jacqueline Brener, Danièle Chabaud, Annie L. Cot, Dominique Fougeyrollas, Monique Haicault e Andrée Kartchovsky-Bulport.

mulher não vende sua força de trabalho por um salário, aliena sua pessoa” em cinco dimensões:

- a) na apropriação de seu tempo;
  - b) na apropriação de seu corpo;
  - c) na obrigação sexual;
  - d) no encargo dos enfermos e inválidos;.
  - e) no cuidado das crianças e dos membros do sexo masculino.
- (Souza-Lobo, 1981, p. 44).

Cada uma dessas dimensões – do papel/reprodutor/doméstico da mulher – permite – escreve a autora – “[...] ao capital reduzir os custos desta reprodução [da força de trabalho], ou seja, os custos relacionados com educação, equipamentos coletivos e serviços em geral” (Souza-Lobo, 1981, p. 44). Como consequência, para todas as mulheres e, em particular e especialmente, às mulheres trabalhadoras – proletárias de segunda classe do capital – vivem-se: (1) as desigualdades no mercado de trabalho – de participação (menor), de salários (menores), de qualificação (menor oportunidade), de status – condições de reconhecimento e diversificação profissional (menores) – (2) na esfera pública – participação nos partidos (menor), na organização/representação política (menor), nos sindicatos (menor) – (3) a jornada de trabalho (maior/dupla).

Essa “experiência na desigualdade”, por fim, institui(u) uma:

[...] posição subordinada no processo de trabalho cria as condições ótimas para que se reproduza na fábrica [locais de trabalho] o modelo de comportamento doméstico: subordinação face às chefias, discriminação e violência sexual, *fato apontado na Resolução do Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo* (Souza-Lobo, 1981, p. 45. Grifos nossos).

Dirigindo à conclusão dessa exposição de ideias-práticas, Elisabeth Souza-Lobo situa a possibilidade-necessidade da revolta e – citando diretamente Sheila Rowbotham – reafirma: “[...] a contradição que aparece de maneira evidente no capitalismo entre família e indústria, privado e público, pessoal e impessoal, é na consciência das mulheres a *fissura que abre o espaço para a revolta*”.<sup>81</sup> No sentido

---

<sup>81</sup> Na versão em língua portuguesa e cotejada junto ao texto: “A contradição entre família e indústria, privado e público, pessoal e impessoal, que surge nitidamente no capitalismo, é a fissura na consciência da mulher através da qual irrompe a revolta” (Rowbotham, 1983, p. 17).

crítico e ativo que construiu sua intervenção no mundo e, não diferentemente, na revista *Perspectivas*,<sup>82</sup> conclui Elisabeth Souza-Lobo:

[...] Assim, a prática material e ideológica da família reproduz os papéis sexuais e os papéis sociais. No caso da mulher, seu papel social, construído através de uma “leitura biológica”, aliena-a na função reprodutora biológica e social. Mesmo quando convertida em trabalhadora, dela se exige que continue sendo antes de tudo doméstica, consoladora e fantasma sexual. As atribuições da função reprodutora estão em estado puro na empregada doméstica. Nela é evidente que o processo da reprodução biológica é autônomo e que o processo de reprodução/reposição é também um mecanismo para reproduzir a estrutura social. As atribuições da função reprodutora significam manter o corpo e a afetividade, alienar-se no outro para que o outro sobreviva, colocar sua razão de ser no exterior de si própria para assegurar o funcionamento da estrutura familiar e por conseguinte da estrutura social. Esta é a “missão” da qual nos incumbiram nossas avós, nossas mães, a literatura, a mídia, a escola, a religião, a moralidade pública. Por isso a liberação das mulheres passa pela arqueologia deste papel de reprodutoras que se nos foi colado à pele (Souza-Lobo, 1981, p. 46).

E se hoje podemos ler essa reflexão – esse artigo –, à luz de uma outra arqueologia, a arqueologia das lutas das mulheres e das feministas no Brasil, é porque ele é parte – material e sensorial – dessa luta.

A ideia da necessidade, cada vez maior, de realizar uma arqueologia das práticas e das representações sociais “coladas às peles das mulheres” é retomada, por Elisabeth Souza-Lobo, nas leituras e resenhas realizadas dos livros “Bacall Fenomenal” (1981) – autobiografia da atriz estadunidense Lauren Bacall – e “Ordem médica e norma familiar” (1979) – do médico psiquiatra, psicanalista e escritor pernambucano Jurandir Freire Costa.<sup>83</sup>

---

<sup>82</sup> Neste n. 4 da *Revista* estão, além de Elisabeth Souza-Lobo, as cientistas sociais Maria A. Moraes Silva (A consolidação da dominação do capital monopolista no Brasil e as mudanças ocorridas na agricultura), Maria Tereza Miceli Kerbauy (Sistema tributário e decisões políticas locais), Elisabete Dória Bilac (Classes sociais e família: nota para a pesquisa empírica), Célia Pezzolo de Carvalho (Trabalho e escola: uma trajetória de vida), Dulce Whitaker (Confissões de um ex-torturador [resenha]), Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante (Direito do trabalho e modo de produção capitalista [resenha]) e Heleieth Saffioti (Noticiário do campus Araraquara). Atualmente, a *Perspectivas – Revista de Ciências Sociais* da Universidade Estadual Paulista está em seu número 54 (2019). Sob a responsabilidade (direção) de Milton Lahuerta e dos conselheiros editoriais Marco Aurélio Nogueira e Marcos Tadeu Del Roio. Em seu conselho consultivo — da geração da n. 4 — estão Maria Aparecida de Moraes Silva e Vera Lúcia Botta Ferrante.

<sup>83</sup> Nascida Betty Joan Perske (1924-2014) publicou nos Estados Unidos, em 1978, *Lauren Bacall by myself*. O livro de Jurandir Freire Costa é resultado de pesquisa realizada como o apoio do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Dela

Na resenha “As várias faces de um mito” (*Mulherio*, n. 1, 1981, p. 12), sobre *Bacall Fenomenal*, Elisabeth Souza-Lobo parte do momento do encontro da atriz com Humphrey Bogart no filme “Uma aventura na Martinica”. Parte da voz-memória de Bacall, de uma cena trazida à memória. No movimento seguinte apresenta Betty Bacall “[...] nova-iorquina, judia, 19 anos [...] tornada estrela de Hollywood, e “Baby”, a mulher de Humphrey Bogart” (*Mulherio*, n. 1, 1981, p. 12).

Da voz/memória de Bacall, a cena do filme, ao livro – propriamente dito – a resenhista retira as imagens criadas e coladas à Betty, agora – criação do produtor e cineasta Howard Hawks – Lauren Bacall – “uma personagem que correspondia ao meu olhar, à minha voz e a parte de mim mesma”. A vida no mundo dos espetáculos dos anos 1940 e 1950, à presença da mãe, o teatro, o cinema, o sucesso, o amor de Bogart – e segue Elisabeth Souza-Lobo – “Betty passou a ser Lauren e Baby” e tece o momento da tragédia:

[...] Lauren descreve o romance entre o homem sofrido, exigente consigo próprio e com os outros, casado várias vezes, e ela, jovem romântica, inexperiente e profundamente apaixonada. Como nos filmes da época, os dois se casam, têm filhos e são felizes até a tragédia se instala: Bogart adocece de câncer, luta pela vida, definha e morre. [...] A proteção que envolvia Lauren desaparece. Ela, a viúva de um “monstro sagrado”, é apenas uma mulher só em busca da própria identidade [...]. De repente, percebe que vivera sua vida ritmada pelas solicitações dos outros, dos maridos, dos filhos. Sozinha no camarim depois dos aplausos, reza para que alguém bata à sua porta. Perde a mãe, os filhos crescem. Betty/Lauren vai-se desfazendo do mito de viúva, lutando contra a memória e as fantasias dos que não se interessam por sua pessoa, apenas pelo mito. (Souza-Lobo, *Mulherio*, n. 1, 1981, p. 12. Grifos nossos).

As memórias de Bacall, esquadrihadas por Beth Lobo, passam a soar com um alerta e tornam-se, simultaneamente, matéria formativa às consciências das mulheres em geral, das jovens mulheres em especial e das mulheres idealistas – pois, para além de sua condição de mulher, de mulher profissionalizada atriz, Betty/Lauren Bacall – posicionou-se na vida pública e política: “[...] denunciou a caça às bruxas do macartismo e apoiou os democratas Stevenson e Kennedy [...] aquela que nunca vendeu a alma” (Souza-Lobo, *Mulherio*, n. 1, 1981, p. 12).

Pensado o doméstico e o público da *Mulher Mito*, Elisabeth Souza-Lobo volta-se, na segunda resenha, para o muito doméstico: a história da família brasileira examinada por Jurandir Freire Costa. O autor abre seu trabalho – “Ordem médica e norma familiar” – com a seguinte afirmação: “[...] No presente momento, tornou-se banal constatar que a família vai mal. As explicações dadas ao fato multiplicam-se” (COSTA, 1989 [1979], p. 11). A autora, instaurando um diálogo com Freire Costa, escreve: “*Que a família vai mal, acabou, ou está para acabar, é voz corrente*” (Souza-Lobo, Cadernos de Pesquisa, n. 37, 1981, p. 100) e explicitando os referenciais teóricos mobilizados pelo autor – os trabalhos de Michel Foucault, de Robert Castel e de Jacques Donzelot – sintetiza: “A tese de Freire Costa é que a família brasileira foi instrumentalizada através da higiene, pelo Estado, em seus objetivos de controle demográfico e político da população” (Souza-Lobo, Cadernos de Pesquisa, n. 37, 1981, p. 100) ). Nessa arqueologia da família brasileira, evidencia-se, na passagem da família colonial dos séculos XVII e XVIII à família colonizada pelo ideário burguês do século XIX, o triunfo da ordem médica disciplinadora e da ordem policial repressiva sobre todos os corpos, mas:

[...] a família burguesa brasileira torna-se de repente transparente, e vemos apontar atrás dos traços retorcidos do machismo, da violência, da repressão sexual *sempre renovados*, as formas veladas do patriarcalismo [...]. Como um “pentimento” ou um fantasma, a família burguesa e a família patriarcal se desenham desvendadas por Freire Costa, e nos desafiam. (Souza-Lobo, *Cadernos de Pesquisa*, n. 37, 1981, p. 102).

Assim, como traço de sua produção-reflexão, Elisabeth Souza-Lobo faz passar por meio da apresentação – autobiográfica-memórias (Bacall) e da ordem médica disciplinar – as permanências das práticas-mentalidades e as possibilidades de ruptura no presente em construção, desafia-nos.

As duas resenhas apresentadas estão relacionadas ao trabalho de Elisabeth Souza-Lobo, a partir de 1981, junto à Fundação Carlos Chagas (FCC) em duas diferentes e complementares iniciativas. De um lado, os Cadernos de Pesquisa<sup>84</sup> –

---

<sup>84</sup> Os “Cadernos de Pesquisa” começaram a circular em 1971 com um artigo da socióloga, educadora e pesquisadora Aparecida Joly Gouveia “A pesquisa educacional no Brasil”. No momento em que escrevo, está em sua 52.<sup>a</sup> edição - “Teoria, Métodos, Pesquisa Educacional”.

publicação regular da Carlos Chagas para difusão de pesquisas da área de Educação – e de outro, surgido dez anos depois, *Mulherio*.<sup>85</sup>

Nessa segunda iniciativa, Souza-Lobo estará diretamente presente, entre 1981 e 1986, em quatorze intervenções-reflexões.<sup>86</sup> São resenhas (“As várias faces do mito”, “Os crimes da paixão”, “Feminino, feminino”, “Mulher, mulheres” e “Nossa tia da Inglaterra”)<sup>87</sup>, entrevistas – realizadas por ela (“Memórias da clandestinidade” e “Agnes Heller. Uma escolha entre a vida e a liberdade”)<sup>88</sup> e/ou com ela (“A difícil – mas possível – ação feminista nos partidos políticos”, “Um lugar no governo” e “Conselho da Condição Feminina: *nossa parcela no Poder*”)<sup>89</sup>, reflexões (auto)críticas (“O feminismo é uma cachaça. Relato pessoal e parcial de uma viciada” e “Sob o signo de Cinderela”)<sup>90</sup>, um ensaio biográfico (“Pagu”)<sup>91</sup> e um artigo-pesquisa (“As mutantes das fábricas”).<sup>92</sup>

Das cinco resenhas assinadas por ela, “As várias faces de um mito”, sobre a autobiografia de Bacall, foi a primeira. Depois vieram as resenhas sobre o livro da antropóloga Mariza Corrêa – “Os crimes da paixão” – e da jornalista Socorro Trindade, nascida em Nísia Floresta – *Feminino, feminino* –. Do primeiro, Elisabeth Souza-Lobo estimula, não somente a leitura, mas o pensamento:

[...] Através de uma documentação rica, Mariza revela como o advogado Evaristo de Moraes desenvolveu o argumento de que a paixão amorosa é uma paixão social, fazendo do crime passionnal não uma aberração [...]. Os símbolos sociais são ao mesmo tempo

<sup>85</sup> Segundo o registro na História institucional, as “Pesquisadoras da FCC envolvidas com o estudo da condição feminina criaram o boletim de notícias “Mulherio”, com estilo jornalístico, voltado a discussões sobre o tema no Brasil” (Fundação Carlos Chagas. Mulherio - uma história. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/mulherio-home/>. Acesso em: 9 abr. 2023). *Mulherio* transforma-se de boletim de notícias ao mais longo jornal feminista no Brasil com 39 edições entre os anos de 1981 e 1988.

<sup>86</sup> Cf.: Apêndice B - Elisabeth Souza-Lobo – Jornal “Mulherio”.

<sup>87</sup> Respectivamente: Souza-Lobo, “Mulherio”, n. 1, 1981, p. 12. Cf. Anexo 21; *Ibidem*, n. 6, 1982, p. 20-21. Cf. Anexo 24; *Ibidem*, n. 9, 1982, p. 19. Cf. Anexo 25; *Ibidem*, n. 12, 1983, p. 18. Cf. Anexo 29; *Ibidem*, n. 15, 1983, p. 7. Cf. Anexo 31.

<sup>88</sup> Respectivamente: Souza-Lobo, “Mulherio”, n. 3, 1980, p. 1. Cf. Anexo 22; *Ibidem*, n. 11, 1983, p. 14-15. Cf. Anexo 27.

<sup>89</sup> Respectivamente: “Mulherio”, São Paulo, n. 3, 1981, p. 1; 15. Cf. Anexo 22; *Ibidem*, n. 10, 1982, p. 8-9. Cf. Anexo 26; *Ibidem*, n. 13, 1983, p. 12-13. Cf. Anexo 30.

<sup>90</sup> Respectivamente: Souza-Lobo, “Mulherio”, n. 17, 1984, p. 15-16. Cf. Anexo 32; *Ibidem*, n. 24, 1986, p. 5. Cf. Anexo 34.

<sup>91</sup> Souza-Lobo, “Mulherio”, n. 12, 1983, p. 6-7. Cf. Anexo 28.

<sup>92</sup> Souza-Lobo, “Mulherio”, n. 6, 1982, p. 7. Cf. Anexo 23.

padrões de classe: o homem de bem e de bens [...]. O livro traz às leitoras e leitores, e em especial aos SOS Mulher que começam a povoar as cidades brasileiras, uma contribuição que rompe a paralisia daqueles que justificam o crime usando os mesmos modelos com que a sociedade alimenta estes crimes, a hipocrisia dos que se escondem sob a falsa isenção de que punir é inútil. Não se trata só de pedir aos algozes a punição de seus crimes, mas de denunciar os rituais com que a sociedade pretende exorcizar seus próprios demônios. Mudando o jogo, mudam-se também suas regras. (Souza-Lobo, *Mulherio*, n. 1, 1981, p. 12. Grifos nossos. Cf. Anexo 21).

Nesse ano de 1982, com a primeira eleição direta para os governos estaduais após a ditadura militar instaurada em 1964, há mobilizações e debates organizados pelos mais diversos movimentos sociais. São demandas desreprimidas depois de vinte anos sem eleição direta. O campo feminista e o movimento de mulheres reivindicam políticas públicas e equipamentos públicos que sirvam, efetivamente, à sua emancipação. E, tão ou mais importante que isto, é que possam participar efetivamente desse processo por meio da criação e do reconhecimento das organizações da sociedade (partidos, sindicatos, grupos de bairro e outros modos associativos e participativos) em *conselhos*.

Na construção destas políticas e estruturas estão os SOS Mulher – centro de defesa das mulheres vítimas de violência – que foram propostos, organizados e iniciados a partir do Encontro dos Grupos Feministas, em Valinhos (SP) em 1980 (LEITE, 1982, p. 151). Nesse contexto de formação, Elisabeth Souza-Lobo propôs que o SOS/SP funcionasse como uma “frente de organizações” para que pudesse atuar como espaço de reflexão, como espaço de prestação de serviço – de solidariedade e de ajuda mútua – e como espaço de articulação política. Isso não aconteceu: “[...] o SOS tornou-se uma ‘frente sem costas’” e, em São Paulo, dissolveu-se em 1983 (PONTES, 1986, p. 213). Para além da denúncia da violência à mulher, produzida e reproduzida socialmente, Souza-Lobo dá um recado aos “SOS Mulher que começam a povoar as cidades brasileiras”: a leitura do livro vale, pois pode contribuir para mudar o jogo.

Na resenha, quase uma nota, do livro de Socorro Trindade, sua vivacidade pode irritar ou mesmo provocar riso. Ao reconstituir o estudo do trabalho, a vida da precursora e pioneira do feminismo brasileiro Nísia Floresta (1810-1885) – escritora

e tradutora de Direitos da Mulher (Mary Wollstonecraft, 1852) – Elisabeth Souza-Lobo escreve:

[...] Pouco se conhece dessa pioneira que no século passado casou, descasou, defendeu sua independência e a dos outros, foi abolicionista e republicana e frequentou Augusto Comte e os positivistas franceses. Criticada na época por seus maus costumes, *terminou ganhando um monumento, perdido nos matos tropicais na cidade em que nasceu e que ganhou seu nome*. O cenário de Nísia é bonito como a estranha história de sua vida que, felizmente, Socorro Trindade recuperou (Souza-Lobo, *Mulherio*, n. 9, 1982, p. 19. Grifos nossos. Cf. Anexo 25).

Na mesma expressão vivacidade-brevidade, está a resenha de lançamento do livro de Sheila Rowbotham, “A conscientização da mulher no mundo do homem”, no Brasil e, recuperando a expressão crítica e elogiosa à Rowbotham por Mariza Corrêa (*MULHERIO*, n. 3, 1981, p. 20): “nossa tia da Inglaterra”,<sup>93</sup> diz:

[...] Foi o livro que nos reconciliou com o feminismo que não é produto de consumo de luxo, mas é a nossa consciência, a nossa revolta “inseparável da criação de uma sociedade na qual ninguém tenha sua vida roubada, e onde as condições da própria produção e reprodução já não sejam distorcidas ou cercadas pela subordinação de sexo, raça e classe”. Mais uma vez, “nossa tia da Inglaterra” [...] merece ser ouvida. (Souza-Lobo, *Mulherio*, n. 15, 1983, p. 7. Cf. Anexo 31).

Por último, e a mais significativa resenha de Elisabeth Souza-Lobo – nesse ciclo do *Mulherio* – está “Nossa tia da Inglaterra” (*MULHERIO*, n. 15, 1983, p. 7). As pesquisadoras Carmem Barroso e Albertina Oliveira Costa publicaram seis artigos<sup>94</sup>

---

<sup>93</sup> A antropóloga e feminista Mariza Corrêa cria essa expressão para Sheila Rowbotham a partir da sua crítica ao filme *Meu tio da América* de Alain Resnais de 1980. Na leitura de Corrêa, o filme “[...] nos dá uma sensação de fatalismo e quase imobilismo. de que somos, afinal. joguetes de forças biológicas que não podemos controlar, o artigo de Sheila Rowbotham nos ajuda a destrinchar algumas das forças sociais que nos constroem e a renovar a confiança em nossas possibilidades de atuar na construção da História”. A expressão “Minha Tia da Inglaterra” é, portanto, elogio e convite à ação e ao protagonismo das mulheres na história.

<sup>94</sup> Considerei essa publicação uma das melhores entre as conhecidas ao longo da pesquisa (ao lado da dissertação de mestrado de Rosalina Santa Cruz Leite – sob orientação de Octavio Ianni – “A operária metalúrgica” (1982). Todos os artigos mantêm-se atuais para o debate feminista e sociológico contemporâneo. Registro-os: “Lutas ilusórias: A mulher na política operária na Primeira República” (Maria Valéria J. Pena e Elça M. Lima), “Maria Lacerda de Moura – imagem e reflexo” (Miriam Lifchitz M. Leite), “A musa popular brasileira” (Eliane Robert Moraes), “A escrava ama-de-leite: anjo ou demônio?” (Elizabeth K. C. de Magalhães e Sônia Maria Giacomini), “O ‘uso’ de trabalho de mulher na indústria do vestuário” (Cheywa R. Spindel) e “O trabalho e a trabalhadora



– resultados de pesquisas realizadas com apoio da Fundação Carlos Chagas e financiamento da Fundação Ford selecionadas por concurso público – avaliando e visando: “à exclusão finalmente constatada e registrada – e suplantar a perspectiva sexualmente enviesada das ciências humanas que obscurecem a construção social da identidade de gênero” (Barroso; Costa, 1983, p. 7).

Ainda nessa introdução, Carmem Barroso e Albertina Costa informam, situando os primeiros trabalhos relevantes (Saffioti, 1967; Blay, 1972); os dados dessa exclusão do início dos anos 1970 até 1981:” Um indicador preciso [...]. Para um total de 1.155 teses em Ciências Humanas, referem-se à mulher apenas 20 (sendo 6 de Sociologia, 5 de Antropologia, 4 de Psicologia, 2 de Educação, 2 de Direito e 1 de Ciência Política)” (Barroso; Costa, 1983, p. 8).

Por sua vez, Elisabeth Souza-Lobo também avalia e propõe:

*[...] Foi preciso que um movimento social impusesse a categoria sexo como variável sociológica para que as mulheres fossem enfim estudadas como variável sociológica [...] deixassem de ser apenas “bicho esquisito” [...] trata-se agora de repensar as propostas teóricas e metodológicas que foram suporte de uma ciência assexuada. Muitas perguntas permanecem: por que as mulheres estão quase sempre ausentes das lutas sindicais? Para que serve o trabalho feminino? Quem fez a história das mulheres? (Souza-Lobo, *Mulherio*, n. 12, 1983, p. 18. Grifos nossos. Cf. Anexo 29).*

Concursada, havia um ano, na Universidade de São Paulo (USP), reunida ao Departamento de Ciências Sociais (DCS) e ministrando aulas de Introdução à Sociologia na Faculdade de Economia e Administração (FEA), Elisabeth Souza-Lobo sintetiza, nessa resenha, as perguntas de pesquisa que alicerçam/alicerçaram sua prática profissional naquele começo de década: (1) por que as mulheres estão quase sempre ausentes das lutas sindicais? (2) para que serve o trabalho feminino? (3) quem fez a história das mulheres? E propõe um caminho: “[...] repensar as propostas teóricas e metodológicas que foram suporte de uma ciência assexuada” (Souza-Lobo, *Mulherio*, n. 12, 1983, p. 18. Cf. Anexo 29).

Em outubro de 1983, a ideia de repensar essa ciência assexuada e situar a variável sexo-mulheres-relações de gênero nos estudos sociológicos materializa-se

---

fabril a domicílio” (Amélia Rosa Sá B. Teixeira, Ana Clara T. Ribeiro, Filippina Chinelli e Roseli Elias). (Cf.: Barroso; Costa, 1983).

na apresentação – no VII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)<sup>95</sup> – de “*As operárias, o sindicato e o discurso sociológico*” (Souza-Lobo, 1991 [1983], p. 115-142).

O artigo, síntese essencial da pesquisa e dos estudos inovadores de Elisabeth Souza-Lobo na década, “*As operárias, o sindicato e o discurso sociológico*” – é conhecimento, crítica e proposta. É um texto-apresentação *de combate*.

Redigido em diálogo com Elisabeth Higgs – antropóloga estadunidense em trabalho de campo no Brasil<sup>96</sup> – o texto está articulado em três movimentos. No primeiro, sem marca ou título, três submovimentos são pensados: (1) Uma classe, um sexo, (2) As operárias e a classe operária e (3) A falsa neutralidade dos conceitos.

No movimento seguinte, o segundo – devidamente marcado –, e após “uma advertência” do necessário uso do pronome no feminino para “[...] tornar a mulher visível tanto no movimento operário como na literatura sociológica” (Souza-Lobo, 1991 [1983], p. 125-126) organiza-se o texto nas seis passagens (1) Um novo modo de pensar, (2) A dupla jornada, (3) A desvalorização social do trabalho operário feito pela mulher, (4) Os homens como principais atores sociais e políticos, (5) A exigência de que as mulheres procriem e criem filhos e (6) “Mulheres ‘fora do lugar’ ultrapassando barreiras”.

Por fim, nas “Observações finais”, seis afirmativas constituem a síntese do pensamento da autora e, tão importante quanto, uma pauta de trabalho que guiará sua ação na década seguinte. Desse importante conteúdo-pensamento, para a compreensão da ruptura-inovação operada pela autora na Sociologia brasileira dos anos 1980, transcrevem-se, com realces, as “Observações finais” para que, na sequência, possamos apresentar o caminho realizado à ruptura.

1 – A falsa neutralidade dos conceitos mascara a masculinização da classe operária no discurso sociológico, *torna as operárias invisíveis*

<sup>95</sup> 7º Encontro Anual da ANPOCS. 26 a 28 de outubro de 1983 – Águas de São Pedro-SP.

<sup>96</sup> Como bolsista de Doutorado da Fulbright em São Paulo, Brasil. Ela realizou pesquisa de campo etnográfica, de arquivo e qualitativa sobre mulheres da classe trabalhadora em organizações do Partido dos Trabalhadores e em movimentos sindicais no Brasil. Professora PhD. em Antropologia, pela Universidade da Flórida, atua na Universidade de Houston, Texas. (Disponível em: <https://uh.edu/class/ccs/people/elizabeth-higgs/>. Acesso em: 2 abr. 23).

*ou desviantes. Por não se fazer uma análise da situação das operárias em sua dupla relação – de classe e de sexo –, as explicações sobre as práticas das operárias são relegadas aos estereótipos sobre a natureza feminina.*

*2 – Nos estudos sobre a classe operária, a assimetria entre as práticas de operários e operárias não é problematizada, mas hierarquizada. Esse procedimento reproduz a incapacidade do discurso sociológico de pensar a heterogeneidade da classe operária.*

*3 – As explicações clássicas sobre a emergência da consciência de classe podem ser contestadas baseando-se no material exposto. A motivação para ganhar um salário mais elevado leva a práticas individuais ou coletivas: as mulheres preferem ser donas de casa, assim como os homens sonham em trabalhar por conta própria e trabalham para que seus filhos recebam uma educação melhor e obtenham um bom emprego, em vez de “sair para a luta” e tentar mudar a política salarial.*

*4 – Os argumentos segundo os quais as mulheres participam menos porque são apenas transitoriamente operárias são discutíveis. Argumentaríamos com a análise de Stolcke (1980), segundo a qual é através do controle exercido sobre a capacidade de procriação da mulher, ou seja, de sua sexualidade, que constrói a subordinação da mulher, e esta é uma relação determinante que se articula com todas as outras relações sociais que envolvem as mulheres.*

*5 – Os motivos para a ausência das operárias no movimento operário e sindical estão nas suas casas e na sede dos sindicatos e nas cabeças de operários e operárias. Isso não significa dizer que as circunstâncias materiais sob as quais vivem as trabalhadoras não tenham nada a ver com sua disposição ou relutância em participar da luta sindical. Como uma operária já disse: “Isso fica mexendo com minha cabeça, mas eu só consigo pensar com meu estômago”.*

*6 – Baseadas nesse trabalho, gostaríamos de apontar a importância da articulação entre luta feminista e luta de classes, na medida em que a posição da operária no movimento operário e sindical está relacionada com a sua situação na sociedade como um todo. (Souza-Lobo, 1991 [1983], p. 138-139. Grifos nossos).*

Na construção dessas observações finais, estão, desde a premissa da autora quanto à limitação – quantitativa e/ou qualitativa – de trabalhos sociológicos sobre a condição feminina, sobre as operárias, sobre a *condição da operária* e sobre a *condição operária* – que se expressa na realidade plural, composta pelos diferentes sexos e pelas diferentes experiências socialmente construídas – e da constatação que, apesar da produção pioneira das sociólogas – Heleieth Saffioti, Eva Blay e Neuma Aguiar<sup>97</sup> – “um outro tipo de perversão [...] se esboça. As operárias passam

---

<sup>97</sup> Sobre Heleieth Lara Bongiovani Saffioti (1934-2010), há uma interessante reflexão testemunhal de Maria Aparecida de Moraes Silva – na seção “Bionotas” da Sociedade Brasileira de Sociologia

a ser exclusivamente objeto específico de uma Sociologia específica cujos temas e análises não são incorporados aos estudos sobre a classe operária” (Idem, p. 116).

Para Elisabeth Souza-Lobo está na razão dessa produção sociológica de invisibilidade das mulheres operárias, mesmo quando saltam aos olhos a maior participação mulheres na indústria e nas lutas sociais e sindicais, um trabalho investigativo ideologicamente comprometido com uma *androcentricidade*. Escreve:

Existe uma androcentricidade tanto no movimento operário no Brasil como também na produção sociológica sobre o assunto – androcêntrica no sentido de focalizar só homens. Logo ao começarmos este trabalho, imediatamente percebemos a falta de material publicado que trate especificamente de operárias e suas próprias descrições sobre suas situações de trabalho. Também essa androcentricidade se manifesta na falta de dados quantitativos desagregados por sexo, o que torna difícil descrever adequadamente a situação política e econômica das mulheres (Souza-Lobo, 1991 [1983], p. 126).

Essa forma de ver-pensar-investigar consolidou, não somente uma visão homogênea de classe que não podia/pode compreender e responder à complexidade da realidade que se apresenta(va), como também, ao elaborar (e transmitir) os estudos sobre a classe somente no masculino mantiveram/mantém invisibilizadas as relações de gênero – as relações sociais entre os sexos, as relações sociais entre as construções culturais do feminino e do masculino e, por fim, as relações de poder, cristalizadas socialmente, entre o macho e a fêmea da espécie – o valor assimétrico do produtivo sobre o reprodutivo. E como efeito desse modo de ver-pensar-investigar, nas palavras de Elisabeth Souza-Lobo:

[...] Esse enfoque acarretou sérias consequências para o estudo do grupo operário feminino, na medida em que a separação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo *impossibilitava a compreensão da dupla inserção das operárias nas duas esferas, e escondia os elementos para a análise das práticas das operárias; da reprodução na fábrica de relações de gênero traduzidas na hierarquia entre os sexos* no que se refere aos postos no processo de trabalho, nas diferenças da qualificação feminina e da qualificação masculina, na assimetria entre o discurso sindical e o discurso das operárias. (Souza-Lobo, 1991 [1983], p. 117-118. Grifos nossos).

---

(SBS) – (UFSCar) – sobre a obra e a vida da autora, Eva Alterman Blay, na mesma iniciativa da SBS, é apresentada, em seu protagonismo feminino, acadêmico e político, por Sérgio Adorno (USP) e, também na SBS, Neuma Aguiar pode ser conhecida, em sua vitalidade, por Camila Galetti (UnB). (Cf. Adorno, [s. d.]; Silva, [s. d.]; Galetti, [s. d.]).

A marca distintiva da reflexão de Elisabeth Souza-Lobo está para além da crítica situada que realiza ao trabalho analítico dos sociólogos Celso Frederico, Leôncio Martins Rodrigues, Luís Flávio Rainho e Vera Pereira e da sustentação que encontra nas investigações de Amnérís Maroni, Arakcy Martins Rodrigues, Bianca Becalli Salvatti, Danda Prado, Danièle Kergoat, Edward Palmer Thompson, Claude Lefort, Heleieth Saffioti, Helena Hirata, John Humphrey, Leda Gitahy, Madeleine Guilbert, Márcia Leite, Maria Célia Paoli, Rosa Lúcia Moysés, Rosalina Santa Cruz Leite e Verena Stolcke. Sua diferença é de – por meio de um convite-desafio teórico-metodológico, estabelecer um encontro entre uma tendência da conjuntura social – as grandes mobilizações sociais; as mobilizações de massa – com as “veneráveis estruturas da produção sociológica” (Souza-Lobo, 1991 [1983], p. 115) naqueles anos nos quais a emergência e o poder possível dos movimentos operário, especialmente, e social – como o feminismo e os movimentos de mulheres estavam, também, abertos ao estudo e às compreensões.

É neste sentido que podemos ler “*As operárias, o sindicato e o discurso sociológico*” e apontar duas matizes do convite-desafio teórico-metodológico.

Explicitamente E. P. Thompson<sup>98</sup> e o conceito de experiência registrado por Elisabeth Souza-Lobo das formulações de 1963 na qual, para Thompson à época, a experiência de classe aconteceria quando “alguns *homens* [sic], como resultado de experiências comuns (herdadas e compartilhadas) sentem e formulam interesses comuns entre si e em oposição a outros *homens* [sic]” e de 1979: “As classes acontecem ao *viverem os homens e as mulheres* [...] ao experimentarem situações determinantes dentro do conjunto das relações sociais, com uma cultura e com expectativas herdadas, e ao modelarem essas experiências em formas culturais” (Souza-Lobo, 1991 [1983], p. 126-127. Grifos no original). Certamente os acontecimentos pós-68 impactaram o historiador inglês e Elisabeth Souza-Lobo fez sobressair.

Assim, o método investigativo exposto por ela como adequado – para a aproximação e compreensão da realidade social – será o da descrição do “contexto

---

<sup>98</sup> Sobre Edward Palmer Thompson (1924-1993), cf. Pureza (2021).

cultural e histórico em se se dá a luta de classes e [...] das relações de produção que determinam a experiência de classes *daqueles que fazem parte dessa classe*” (Souza-Lobo, 1991 [1983], p. 127. Grifos nossos). Trata-se, também, de um procedimento que conduz à leitura sartreana, revelada pela autora como primordial (Souza-Lobo, 1988, p. 2), de “Questões de Método” (Sartre, 2015 [1960])<sup>99</sup>. Para esse autor foi “[...] Henri Lefebvre quem deu um método [...] simples e irrepreensível, para integrar a Sociologia e a História na perspectiva da dialética materialista” (Sartre, 2015 [1960], p. 51). Partindo dessa premissa, situa:

[...] O objeto do existencialismo [...] é o homem singular no campo social, em sua classe, no meio de objetos coletivos e dos outros homens singulares, é o indivíduo alienado, reificado, mistificado, tal como o fizeram a divisão do trabalho e a exploração, mas lutando contra a alienação por meio de instrumentos falsificados e, a despeito de tudo a despeito de tudo, ganhando pacientemente terreno. [...]. Nosso método é heurístico, ensina-nos algo de novo, porque é, a uma só vez, regressivo e progressivo. Sua primeira preocupação é [...], encontrar o lugar do homem em seu contexto. Pedimos à História Geral para nos restituir as estruturas da sociedade contemporânea, seus conflitos, suas contradições profundas, e o movimento de conjunto que estas determinam. Assim, temos à partida um conhecimento totalizante do momento considerado, mas, em relação ao objeto de nosso estudo, esse conhecimento permanece abstrato. Este começa com a produção material da vida imediata e completa-se com a sociedade civil, o Estado e a ideologia [...]. O único meio de que dispõe é o “vaivém” (Sartre, 2015 [1960], p. 103-104).

A importância de “*As operárias, o sindicato e o discurso sociológico*” está, portanto, nessa proposta de pensar, fazer compreender e investigar, para além das estruturas – e, por meio das ações de mulheres e homens (das pessoas), na construção da dominação e/ou da resistência –, às razões singulares da revolta e/ou da submissão, constituir um “vaivém”. E por isso, também, seu artigo-desafio levou à Anpocs “depoimentos de *operárias* [...] tendo em mente a ideia fundamental que Domitila expressa tão bem em “Se me deixam falar”. Os(as) sociólogos(as) precisam não só falar como ouvir operários e operárias”<sup>100</sup> (Souza-Lobo, 1991 [1983], p. 129).

---

<sup>99</sup> Na tradução utilizada neste trabalho, de Guilherme João de Freitas Teixeira, “Questões de Método” (SARTRE, 2015 [1960]); na tradução de Bento Prado Júnior, “Questão de Método” (SARTRE, 1987 [1960]).

<sup>100</sup> A socióloga Moema Viezzer, exilada política da ditadura militar, publicou em 1976 o livro-entrevista – *Se Me Deixam Falar – Domitila* – sobre a líder operária boliviana Domitila Barrios de

Esse momento, de posicionamento prático-teórico, foi engendrado (e pode ser conhecido), desde os tempos de *Mulherio*. Lá, na edição de março-abril de 1982 estão – entre as pesquisadoras Helena (Hirata), Leda (Gitahy), Rosa (Moysés) e Elisabeth (Souza-Lobo) – “*As mutantes das fábricas*” (Souza-Lobo, *Mulherio*, n. 6, 1982, p. 7. Cf. Anexo 23).

Jane, Sueli, Wanda, Cícera tecelã, Cícera da eletrônica, Sonia e Conceição. Todas operárias da Grande São Paulo. E entre os números dessa transformação na indústria há a pergunta: “A fábrica, por quanto tempo?” (Souza-Lobo, *Mulherio*, n. 6, 1982, p. 7. Cf. Anexo 23):

Para Conceição, tecelã que já tem um filho e mora com os pais, *é para toda vida*. Para Sueli, “*só se ficar solteirona*”. Para Wanda, “*até casar, depois é tratar de arranjar um emprego com mais liberdade, vender Avon, ou ter uma profissão*”. E o marido? “*Fica na fábrica, quem mandou ser homem?*” Jane vive entre a fábrica e a política (Souza-Lobo, *Mulherio*, n. 6, 1982, p. 7. Grifos nossos. Cf. Anexo 23).

São das operárias, histórias operárias, “na encruzilhada entre a exploração econômica, a dominação de classe e a opressão sexual, entre a produção e a reprodução, entre a casa e a fábrica” (Souza-Lobo, *Mulherio*, n. 6, 1982, p. 7. Cf. Anexo 23). São histórias operárias, das operárias, suas vidas, (in)conformadas, de gostos, de desejos, de lutas e de conquistas:

[...] Jane é militante sindical desde 74. *Participava, mas não falava. Em 78 começou a falar, liderou reivindicações na fábrica em que trabalhava, fez greve, foi candidata à diretoria do sindicato, perdeu, continua militando na oposição sindical e agora também no Partido dos Trabalhadores. Wanda em 78 participava da torcida dos Santos. [...] Depois entrou em grupos de jovens da igreja e no Movimento Negro Unificado hoje está no movimento popular* (Souza-Lobo, *Mulherio*, n. 6, 1982, p. 7. Grifos nossos. Cf. Anexo 23).

A matéria informa, por uma breve nota, que o título da pesquisa: “Trabalho assalariado, sindicalização e reivindicações das operárias” foi apresentado por Leda

---

Chungara (1937-2012). Domitila foi a única mulher operária a participar do I Encontro da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1975 no México (Correio; Acipreste Sobrinho, 2021).

Gitahy, Helena Hirata, Elizabeth Souza Lobo e Rosa Moyses no I Congresso da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo, em agosto de 1981.

No caminho dessa qualidade de articulação entre o mundo profissional acadêmico, o debate teórico sociológico, a ação feminista e o campo profissional associativo, a obra de Elisabeth Souza-Lobo, constituiu-se.

Digressivamente, as produções “*As operárias, o sindicato e o discurso sociológico*” – apresentado na VII Anpocs (1983) –, “A ‘prática invisível’ das operárias” (1983) – no livro *O sexo o trabalho* (1987 [1984]) –, “Operárias: sindicalização e reivindicações (1970-1980)” – publicado na *Revista de Cultura e Política* (1982)<sup>101</sup> –, “Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo do Campo” – em *Cahiers des Ameriques Latines* (1982) – e “*As mutantes das fábricas*” – publicado no *Mulherio* (1982) – estavam, todas, em construção naquele, 1981, naquele I Congresso da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo. As pesquisadoras – trabalhadoras da investigação científica – também se organiza(ra)m.

Desse processo, os artigos de Elisabeth Souza-Lobo – “*A questão da mulher na reprodução da força de trabalho*” (1981) e de “*As operárias, o sindicato e o discurso sociológico*” (1983) – são a expressão dos desdobramentos acadêmicos, teóricos e empíricos, do compromisso assumido, também, naquela XXXII SBPC de 1980 e constituem referências inaugurais e de inflexão da obra da autora – de uma prática reflexiva e “*feministicamente política*”<sup>102</sup>, sobre o Trabalho, à luz das relações de gênero – nas Ciências Sociais e, em especial na Sociologia do Trabalho, campo que a notabilizou. Primeiramente.

---

<sup>101</sup> A *Revista Cultura e Política* é uma publicação do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). A *Revista* n. 8, de 1982, foi gentilmente copiada e enviada, por e-mail (19/04/2021), pela secretária da instituição – Sra. Eunice – no período de crise sanitária e isolamento social. O Conselho Editorial, em 1982, era formado por Braz José de Araújo, Silvio Ernesto Batusanschi, Marilena Chauí, Gabriel Cohn, Galeno de Freitas, Lúcio Kowarick, Pedro Roberto Jacobi, Paulo J. Krischke, Eduardo Kugelmas, José Álvaro Moisés, Célia Quirino dos Santos, Maria Tereza Sadek, Maria Hermínia Tavares de Almeida e André Torres.

<sup>102</sup> Invertendo, mas mantendo o sentido da expressão de Elisabeth Souza-Lobo. Originalmente: “nos organizamos para repensar a política feministicamente não podendo aceitar qualquer visão preconcebida, palavra-de-ordem preditada, que se expressem em ‘posições fechadas’. Queremos refletir coletivamente, sem interferências, para termos certeza de que nossas posições serão sempre feministas e revolucionárias” (Souza-Lobo, 1978).



### 3.3 O ENCONTRO COM EMMA GOLDMAN

Não era uma feminista “pura”. Mas como observa Alix Kates Shulman, não existe um único e verdadeiro feminismo, monolítico. Todos os movimentos sociais trazem componentes diversos: assim há um feminismo conservador, um feminismo liberal, um feminismo radical, um feminismo socialista [...]. Mais importante, no entanto, parece-me a sensibilidade que teve ao engajar-se em algumas das lutas malditas das mulheres: o direito à contracepção, o questionamento da maternidade como destino natural das mulheres, a opressão sexual. (Elisabeth Souza-Lobo, 1983, p. 80).

Entre janeiro e outubro de 1984, quatro resenhas celebram a publicação de 1983 – *Emma Goldman. a vida como revolução* – de Elisabeth Souza-Lobo. O número 41 da coleção Encanto Radical.<sup>103</sup> Em diferentes periódicos – *Jornal do Brasil* (7 jan. 1984), *Folha de São Paulo* (15 jan. 1984), *O Estado de São Paulo* (20 maio 1984) e *Mulherio* (set.-out. 1984) – as autoras Vivien Lando, Laura Knapp, Celuta Machado e Albertina de Oliveira Costa intitularam, respectivamente, seus trabalhos: “Uma vida rebelde”, “De que matéria se faz uma mulher”, “Libertária Emma Goldman” e “Emma”.<sup>104</sup>

Nessas resenhas, as autoras envolveram-se tanto com a biografada – a militante anarquista Emma Goldman (1869-1940) – como com a capacidade da biógrafa – Elisabeth Souza-Lobo – de, no espaço pré-fixado de 96 páginas e a organização de uma cronologia de vida, ter imprimido “com emoção e clareza o retrato da personagem” (Lando, 7 jan. 1984. AEL-ESL, doc. 280, p. 170), “[...] uma forma emocionante, por alguém que certamente gostaria de ter gostado de a ter conhecido mais de perto” (Knapp, 15 jan. 1984, p. 69), “um renascimento [...],

---

<sup>103</sup> Publicação da editora Brasiliense – fundada, em 1943, por Caio Prado Júnior –, a coleção Encanto Radical foi criada em 1982 e encerrada em 1987. Em formato de bolso (11,5 cm x 16 cm) reuniu 132 biografias-títulos. Sobre as chamadas publicitárias à coleção informou, ainda, Marcelo Rollemberg: “Uma coleção que fala de gente, não de heróis. Gente maravilhosa com ideias voadoras”; “Encanto Radical é uma coleção que fala de gente. Com paixão! Inovadores, inconformistas, apaixonados, irreverentes. Contemporâneos que, falando de seu tempo, desvendaram o futuro; perceberam a violência da imobilidade, a necessidade da transgressão, a vitalidade da crítica e a possibilidade de mudanças Duvidaram de todas as certezas” (Rollemberg, 2020, p. 48).

<sup>104</sup> Respectivamente: Lando, 7 jan. 1984 (AEL-ESL, doc. 280, p. 170); Knapp, 15 jan. 1984, p. 69; Knapp, 15 jan. 1984, p. 69, p. 15; Costa, set.-out. 1984, p. 23.

resgatando para o leitor a atualidade do pensamento-ação que animou essa vida” (Knapp, 15 jan. 1984, p. 69) e por “[...] mostrar de Emma também o lado carne e osso, sua vontade de viver, de dançar, de cozinhar, de comer, seu desejo de amar sem peias, sua paixão sensual” (Costa, set.-out. 1984, p. 23).

Elisabeth Souza-Lobo realiza, virtuosamente, todas essas percepções ao conduzir, leitoras e leitores, à vida de Emma – emoção e clareza, desejo de proximidade(s), a atualidade daquele pensamento-ação e o seu lado carne e osso – e faz mais: *enuncia-se*, por todo o texto, em meio à vida da lituana Emma. Este *enunciar-se* está desde a razão da escolha (afinal, por que Emma?), passando pelo método de elaboração do estudo biográfico para, por fim, desvelar a si e as suas inquietações sobre a condição das mulheres, a militância política e o trabalho intelectual.

Logo na apresentação do volume, sua voz – na primeira pessoa do singular – expressa: “Descobri as memórias de Emma Goldman numa resenha de revista” (Souza-Lobo, 1983, p. 7) e segue:

[...] fascinada, fui juntando livros e biografias, auxiliada pela gentileza de amigas e amigos: de Helena Hirata, de Leni Silverstein, de Evelina Dagnino, de Pilla Vares, Paulo Paranaguá e, especialmente, de Michael Hall.

Quando pensei em escrever este trabalho, pareceu-me coisa fácil. Mas aos poucos fui sendo envolvida pelas exigências da história: o *nihilismo*, a *América* dos imigrantes, a era progressista, a grande revolução de outubro. Valeram-se as indicações bibliográficas de Marco Aurélio, as conversas com Beth Higgs.

Pelas mãos de Mariza Zanata, do Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas, recebi emocionada alguns preciosos números da revista *Mother Earth*, publicada por Emma Goldman [...]. Não era tudo, mas já havia material para muito estudo. Mais difícil foi redigir (Souza-Lobo, 1983, p. 7-8).

A autora contou com as amigas e amigos para juntar material. Parecia fácil, mas e as exigências da história – de compreensão do momento-acontecimento socialmente construído e vivido – como superar? A indicação bibliográfica especializada e as fontes primárias chegaram pelas mãos de Marco Aurélio, as mãos de Mariza Zanata (AEL) e as conversas com Beth Higgs – infere-se – sobre a História dos Estados Unidos, cumpriram a primeira etapa. A autora, então, organiza o material bruto – as obras – para o trabalho: (1) de Emma Goldman, (2) sobre Emma Goldman, (3) sobre a *Era Progressista* e os *Radicais* – a “fascinante biografia

de John Reed [...] de Robert Rosenstone”, (4) sobre o Anarquismo e (5) outros materiais – memórias, romances e filmes – que situam Emma Goldman (Souza-Lobo, 1983, p. 90-93).

Do fascínio à coleta de materiais, da coleta à leitura, da leitura à seleção, da seleção à tipificação, da tipificação à leitura-estudo... Pensamento organizado e a pergunta: como redigir? A resposta parece ter vindo em outras interrogações: Quem foi Emma Goldman? Qual fio teceu, permanente e inquebrantável, o pensamento-ação de Emma Goldman?

Assim interpretado, compreende-se a primeira frase-indagação no primeiro capítulo do estudo biográfico – Do queto a Nova Iorque: trajetória de uma moça judia – “De que matéria se faz uma rebelde, uma mulher rebelde?” (Souza-Lobo, 1983, p. 10).

Por esse início, é-se transportado para a São Petersburgo de 1884. Lá, Emma, com quinze anos, digladiasse com o pai Abraham Goldman. O pai exige, da jovem, o abandono dos estudos e o necessário casamento. Emma recusa: “Impossível [...] repetiu para si mesma seus sonhos mais caros: estudar, conhecer a vida, viajar e só casar por amor” (Souza-Lobo, 1983, p.10).

Elisabeth Souza-Lobo paralisa a cena conflitiva familiar e apresenta a personagem:

[...] A história de Emma — a vermelha, russa, judia e anarquista — poderia começar aqui. Ou em Chicago, em 1887, quando foram executados os anarquistas acusados pelo atentado de Haymarket, o que fez Emma decidir-se pelas lutas sociais. Ou no ano de 1889, quando chegou sozinha a Nova Iorque, cenário futuro de grande parte de sua vida.

Durante 30 anos, foi agitadora profissional, ativista sindical, propagandista da liberdade, da contracepção e do amor livre [...]. Anarquista e, também, feminista, Emma foi mulher e militante. A mulher, sua vida, seus sentimentos, são frequentemente matéria de sua militância e de seus discursos.

Suas ideias sobre a liberdade, a igualdade, a importância da sexualidade, o ciúme, o casamento ou a maternidade se forjaram numa vida intensamente vivida, trazem marcas de seus próprios conflitos. Foi assim que ela se viu quando escreveu: “[...] Faço meu trabalho porque não posso ver o que está errado sem protestar [...] sou uma anarquista, nasci assim” (Souza-Lobo, 1983, p. 10-11).

Poder-se-ia ter começado, também, pelo nascimento de Emma (1869) – porto seguro das biografias – ou pela separação do casamento com Jacob Kershner (1889), ou pelos estudos em Enfermagem ocorridos em Viena (1899) depois de sua saída da prisão, ou pela participação na Revolução Espanhola (1936) entre tantos outros, pois há, na vida de Emma – e na vida de todas as pessoas – inúmeros pontos de luz, inúmeras inflexões, entre as balizas de um ciclo de vida, entre nascimento e morte. Mas Elisabeth Souza-Lobo, (re)conhecendo a multiplicidade de eventos, seus impactos e conflitos subjacentes ou sobrejacentes, escolheu um: a recusa, possível, ao papel historicamente determinado às mulheres, pela mentalidade e/ou poder patriarcal, de casar e procriar.

Corroborando, essa linha de argumento, a passagem à primeira experiência escolar de Emma em Königsberg (Alemanha):

[...] O professor de religião batia com a régua nas mãos dos alunos, Emma em represália enchia-lhe os bolsos de caracóis. O professor de geografia costumava forçar duas ou três alunas a ficarem na sala depois da aula, sentava-as nos joelhos, bolinava-as e prometia boas notas em troca do silêncio. Quando chegou a vez de Emma, ela agarrou-se à barba do professor galante e conseguiu escapar. A vingança não tardou — o professor em aula cravou-lhe as unhas no braço até que Emma, aos gritos, conseguiu chamar a atenção de toda a escola. Semanas depois, o braço de Emma ainda tinha as marcas do episódio, mas o professor desapareceu (Souza-Lobo, 1983, p. 12-13).

Souza-Lobo, para além de situar os maus tratos que sofreu Emma, dos tios e tias – “[...] fizeram da sobrinha uma espécie de escrava doméstica” (p. 12) – reafirma a capacidade da menina (tinha oito anos) de *enfrentar às circunstâncias* e seguir os estudos. Mas Emma, por não conseguir um atestado de boa conduta do orientador religioso, não foi aceita no Ginásio. Fechado o primeiro ciclo escolar, voltou à casa do pai, agora em São Petersburgo, e torna-se “costureira numa fábrica de espartilhos”:

[...] Mesmo assim, conseguiu escapar às circunstâncias. As leituras puseram-na em contato com o pensamento niilista e as personagens de Turguêniev em *Pais e Filhos* e de Tchernichevski em *Que Fazer?* foram seus novos modelos. Como Vera, a heroína de *Que Fazer?* amaria um companheiro de ideal, organizaria uma cooperativa de costura e viveria sua própria vida (Souza-Lobo, 1983, p. 14).

O capítulo – na Lituânia, Alemanha e Rússia do século XIX – termina com a partida de Emma Goldman, com sua irmã Helena, para os Estados Unidos da América (1885). Das memórias de Goldman – publicadas em 1931 –, Souza-Lobo retira a citação seguinte e conclui: “Pensava estar deixando para trás ‘os três fantasmas que acorrentam homens e mulheres: a religião que nos domina a mente, a propriedade privada que nos faz escravos e o governo que nos oprime’ (Souza-Lobo, 1983, p.14). Emma Goldman tinha 16 anos.

Em “*Um Novo Mundo diante de mim*”, segundo capítulo, do encontro de Elisabeth Souza-Lobo com Emma Goldman, lê-se sobre o casamento da personagem operária, agora, nos Estados Unidos: “[...] o desencanto consumou-se na noite de núpcias. Kershner, trêmulo, confessou-se impotente e adormeceu, deixando Emma imersa nos seus sonhos frustrados de um grande amor romântico” (Souza-Lobo, 1983, p. 17-18).

À difícil vida soma-se o enforcamento, em Chicago, dos quatro operários anarquistas (1887) denunciados e acusados de um atentado a bomba, em Haymarket, nas lutas pela jornada de trabalho de oito horas no ano anterior. Elisabeth Souza-Lobo registra a ira de Emma com a vizinha que defendeu o assassinato: “indignada, avançou sobre a mulher, agarrou-a pelo pescoço e jogou-lhe um jarro de água, gritando: ‘fora ou te mato’” (Souza-Lobo, 1983, p. 18). Abandonou a cidade e o marido.

Passou por New Haven, onde, registra Souza-Lobo “[...] encontrou um ativo ambiente de anarquistas e socialistas”, mas não pôde permanecer. Doente, retorna à casa do marido – “tentou viver com Kershner” – deixou-o e com vinte anos viaja sozinha para Nova Iorque “[...] com uma mala e uma máquina de costura. ‘Um novo mundo estava diante de mim, era estranho e assustador. Mas eu era jovem, com boa saúde, e estava apaixonada por um ideal’” (Souza-Lobo, 1983, p. 18).

Emma conhece Sacha – Alexandr Berkman – jovem anarquista russo que lhe arruma acomodações e a leva a conhecer “o mais importante líder anarquista na América — Johan Most. editor do jornal *Die Freiheit*, que Emma começara a ler ainda em Rochester” (p. 20). A partir destes encontros:

[...] Os planos se confundem: a vida, o ideal, o amor, o anarquismo. Sacha era o “amor puro e duro”, entre revolucionários dedicados à Causa e à Ação [...]. Most, o Mestre, introduziu-a ao pensamento

anarquista, levou-a à Ópera e aos teatros. Trabalhava na redação de *Die Freiheit*, lia Lassalle e preparava, com Sacha, O comício pelo aniversário do massacre de Chicago. Vivia três planos, amava três homens. Era possível? Claro, quando o amor significava liberdade, e a posse e o ciúme deviam ser combatidos como vícios burgueses. Mas não era fácil (Souza-Lobo, 1983, p. 20).

Emma Goldman inicia, agora, um circuito de conferências pelo país e Elisabeth Souza-Lobo, retomando questão que orienta o trabalho reflexivo-biográfico, recoloca-a em um movimento, possível de leitura, de posicionamento político em diálogo com sua experiência em pós-1968:

[...] A mulher que viajava num trem para Rochester era agora a militante anarquista Emma Goldman, não mais a moça revoltada em busca dos ideais românticos. Mas, entre as duas, havia laços profundos e uma era matéria da outra. O anarquismo de *Emma não era apenas um sistema de ideias que explicava as leis da história, era a expressão* de seu amor pela vida e pela humanidade, do seu desejo de igualdade, de beleza, de justiça, de sua vontade de viver livremente, *da "revolta visceral" à experiência da pobreza, da opressão quotidiana na família, na escola, no casamento* (Souza-Lobo, 1983, p. 21. Grifos nossos).

Não há mais uma moça revoltada e, sim, uma militante anarquista, mas entre elas há “[...] laços profundos e uma é matéria da outra”.

O parágrafo seguinte fortalece a possibilidade da leitura realizada, Elisabeth Souza-Lobo refere-se ao marxista libertário, de 1968, Daniel Guérin (1904-1988), para pensar a força dos indivíduos revoltados que “[...] confundem paixão e política. Vivem e sonham ideias, sentimentos e sonhos. São humanos. Talvez demasiado humanos” (p. 21) e permite ver, e enlaçar, três tempos: o da *tomada para si* do anarquismo por Emma (final do se XIX) – uma assunção anarquista – o das lutas libertárias de 1968 e os desafios colocados para todas as gerações (e para ela). Em suas palavras:

[...] Na luta secular entre o Velho e o Novo, o Indivíduo e a Sociedade, o anarquismo seria o pacificador. Cada nova geração tem de romper as malhas em que o passado *nos envolve*, dessacralizar as heranças legitimadas: a religião, o Estado, a propriedade, que *regulam nossa vida e corroem nossa liberdade*. Que instauram o medo e a servidão (Souza-Lobo, 1983, p. 23. Grifos nossos).

Escreverá, nas páginas seguintes, sobre a I Internacional, a dissidência anarquista, liderada por Bakunin, e formadora da Internacional Negra – a Internacional Anarquista – que, ramificada pelo movimento operário das diversas nações, dirigiria as lutas contra o capital e como a tomada de consciência desse processo mobilizou Emma. Mas Emma, também, compreendeu que essa grande luta fazia-se, diferente do que defendia o Mestre Most, na conquista das necessidades mais imediatas dos trabalhadores e:

[...] *terminado o exercício de retórica, se confrontou com uma realidade bem diferente. Um velho operário, cabelos brancos, pálido, observou a impaciência dos jovens. Pensavam que 1 dólar a mais por semana, alguns minutos a menos de trabalho eram ganhos mesquinhos diante da grandeza do ideal revolucionário, mas ele, velho operário, certamente não viveria o suficiente para ver o final apoteótico do capitalismo e precisava de alguns minutos a mais na vida para poder ler um livro ou respirar ar puro. Emma compreendeu. Antes de tudo, acreditava na liberdade do corpo para escolher o prazer, o lazer, protegido das necessidades e do trabalho obrigatório. Liberdade do pensamento para que as ideias possam florescer na sua multiplicidade, as majoritárias, frequentemente impostas pela mistificação do poder, e as minoritárias, testemunhas da resistência e do gênio dos indivíduos* (Souza-Lobo, 1983, p. 26-27. Grifos nossos).

Elisabeth Souza-Lobo, por meio de Emma Goldman, defende “[...] que a ação política nasce das necessidades particulares a cada lugar e a cada época, das exigências intelectuais e psicológicas do indivíduo [...] manifestação do espírito de revolta que está nas origens do indivíduo” (Souza-Lobo, 1983, p. 29) e, portanto, não há um receituário hierarquizado das causas revolucionárias – grandes e enormes – o que está em questão é a reflexão sobre as emoções-razões que mobilizam a revolta.

A ruptura com o Mestre Most foi irreversível e Emma forma com Sacha e outras e outros companheiros uma comunidade. Decidem por uma cooperativa de costura e, desfeita a iniciativa, Emma, Sacha e o pintor anarquista Fedya voltam a Nova Iorque e vinculam-se ao *Die Autonomie*. Emma: “[...] passou a servir tortas e *ice-cream* num salão de chá. Os lucros se destinavam a financiar a volta de Sacha à Rússia, onde a revolução sonhada se aproximava” (Souza-Lobo, 1983, p. 29).

Entre o sonho e a realidade, envolvem-se no *Homestead* – movimento massivo de operários contra o magnata do aço Andrew Carnegie – em Pittsburgh. O salão de chá é fechado e partem para a luta. Sacha será o autor de um atentado ao

diretor da empresa. O atentado torna-se um desastre: o diretor sobrevive, Sacha é condenado a 22 anos de prisão e “[...] a repressão barrou os avanços do sindicalismo de massa” (Souza-Lobo, 1983, p. 31).

Emma passa a ser vigiada “[...] teve, então, de viver num hotel de prostitutas, onde encontrou, enfim, solidariedade” (Souza-Lobo, 1983, p. 32) e da incompreensão social sobre o atentado – um ato de violência – Elisabeth Souza-Lobo retoma, diretamente, a palavra:

[...] Alguns seres humanos, não os menos sociáveis nem os menos sensíveis, tornam-se então violentos. É uma violência social, e não antissocial, que golpeia como e quem pode, não age individualmente, mas em nome da condição humana, ultrajada, pisoteada (Souza-Lobo, 1983, p. 32).

E sobre essa violência social, resposta à condição humana afrontada, explicita seu pensamento: “Comparada à violência do capital, a violência política é apenas uma gota no oceano. Inevitável ante a tirania. Tão inevitável quanto respirar” (Souza-Lobo, 1983, p. 32).

Neste contexto, de vigilância e de repressão política sobre o movimento operário, Emma será acusada por “incitar a desordem” (Souza-Lobo, 1983, p. 33) e encarcerada. Elisabeth Souza-Lobo avalia: “[...] Era uma nova escola. Conheceu de perto a violência e a brutalidade da vida carcerária. Para fugir dela, estudou inglês, leu muito, tornou-se enfermeira. A experiência forneceu-lhe material para novas reflexões” (Souza-Lobo, 1983, p. 32).

Emma sairá, depois de um ano e viverá com um novo companheiro austríaco. Novamente colocou-se sobre Emma a pressão pela maternidade – o destino das mulheres – novamente Emma recusou: “Observara que os homens podiam ser pais sem renunciar à revolução. Mas esse não era o destino das mulheres. Anos e anos eram absorvidas pelos filhos e excluídas do resto da humanidade” (Souza-Lobo, 1983, p. 33). Decide seguir seu trabalho militante aperfeiçoar-se como enfermeira “[...] que lhe fornecia matéria constante de reflexão sobre as mulheres” (*Ibidem*, p. 34). Parte para Viena, descobre Nietzsche e Freud e “Encontrou, neste, uma explicação sobre os efeitos da repressão sexual no pensamento e na vida das pessoas” (*Idem*) e dela mesma. Voltou para os Estados Unidos depois de um ano, tornou-se parteira:



[...] A submissão das mulheres na família desde sempre a impressionara. Observara sua mãe, suas irmãs. Revoltara-se contra as leis de ferro que pareciam amarrar a mulher à servidão, enquanto filha, esposa e mãe. Agora a experiência de parteira colocava-a diante da gravidez forçada. As mulheres cegas de desespero, impotentes, atiravam-se de mesas, escada abaixo, rolavam pelo chão, bebiam poções asquerosas, usavam instrumentos agudos, para provocar um aborto.<sup>105</sup> (Souza-Lobo, 1983, p. 35).

A partir deste momento, Elisabeth Souza-Lobo – com sua biografada – formaliza em texto seu ideário feminista e situando a rejeição da anarquista Emma ao voto, avalia:

*[...] As mulheres eram servas em suas mentes, pensava Emma. De nada adiantaria a emancipação política, nem mesmo a igualdade econômica, se não rompessem com essa servidão ideológica que a sociedade lhes impunha. Por medo, continuariam solitárias numa falsa libertação profissional, afastadas dos homens, nostálgicas de um marido e muitos filhos.*

O ceticismo, quanto aos efeitos do voto e de todas as medidas legais e formais de igualdade, era próprio ao pensamento anarquista. Essa posição permitiu a Emma, *como observa Alix [Kates] Shulman, distinguir a diferença entre a liberação das mulheres e os direitos das mulheres.* Essa não é uma distinção frequente no feminismo, muito menos na época em que ela viveu. Emma foi muitas vezes criticada pelas feministas, acusada de ser mulher “com cabeça de homem”, inimiga da liberdade feminina, tudo isso porque desconfiava dos efeitos libertários do voto ou da igualdade de direitos, e dava ênfase aos “tiranos internos” da servidão feminina: a ideologia e a opressão sexual.

*A história deu-lhe, em parte, razão. Se hoje, passados quase 50 [90] anos das primeiras conquistas do direito ao voto e à igualdade jurídica, vamos às urnas, quando nos permitem, a igualdade para a maioria das mulheres é ainda um direito formal. A opressão na família, no trabalho, na sociedade encontrou novas formas, talvez um pouco menos chocantes, mas igualmente eficazes, violentas e humilhantes.*

*O feminismo de Emma parece muito atual, na medida em que rejeita a armadilha de restringir a opressão das mulheres a uma questão de Estado, e ataca seus fundamentos nas práticas da sociedade, na sexualidade como na divisão do trabalho e na reprodução familiar. Analisa a opressão feminina a partir da questão sexual — “a principal arma da sociedade contra as mulheres” —, pois, na medida em que*

---

<sup>105</sup> A escritora francesa Annie Ernaux (nasc. 1940), vencedora do prêmio Nobel de Literatura no último ano – e protagonista em Maio 68 –, escreveu *O Acontecimento* que chegou aos cinemas brasileiros, nas capitais, também, em 2022: um filme necessário e espetacular. Quando saí do cinema pensei em Elisabeth Souza-Lobo, em sua luta – qualificada, criativa e incansável – pela legalização do aborto e por um atendimento integral à saúde da mulher, e em todas nós, mulheres brasileiras, estigmatizadas, humilhadas e criminalizadas por defender e/ou realizar o aborto. Escrevo essa passagem lamentando sua atualidade.

*são reprimidas na sua sexualidade, educadas para o casamento, mas não para o amor, as mulheres se fazem escravas [...].*

Por isso mesmo, “o direito ao voto ou à igualdade civil podem ser reivindicações justas, mas a verdadeira emancipação não começa na cabine de voto nem nos tribunais. Começa na cabeça de cada mulher. A história nos ensina que toda classe oprimida só se liberta de seussenhores por suas próprias forças.

*Sem se proclamar feminista, Emma forneceu pistas para problemas que até hoje nos desafiam. Se, por um lado, são as contradições concretas da vida quotidiana que reproduzem a servidão feminina, por outro, é o medo de derrubá-las e o tabu que as envolve que a reforça. Não são apenas barreiras isoladas. Ligam-se umas às outras e tecem a teia em que nos debatemos. A dupla jornada de trabalho não desapareceu com a independência econômica; a dependência afetiva e sexual persiste mais além do casamento (Souza-Lobo, 1983, p. 35-40. Grifos nossos).*

Em 1906, foi lançada, por Emma Goldman, a revista *Mother Earth*. No ano seguinte Sacha, deixa a prisão depois de cumprir uma pena de quatorze anos. Reúne-se a ela no coletivo de trabalho anarquista formado em torno da Revista. Emma Goldman e Sacha (Alexandr Berkman) foram banidos dos Estados Unidos “[...] entre os 60.000 estrangeiros que ameaçavam a paz americana” (Souza-Lobo, 1983, p. 58). Não mais retornarão.

Aos 50 anos, Emma Goldman retorna à Rússia. Não permanecerá: Suécia, Berlim, Saint Tropez (1928-1931) – onde escreve suas memórias *Living my Life* –, Barcelona e Toronto serão o seu destino. Morre, aos 71 anos, no Canadá: “Seu corpo voltou aos Estados Unidos e foi enterrado em Chicago [...] próximo do túmulo dos mártires de Chicago, que lhe haviam inspirado a vida de revolucionária” (Souza-Lobo, 1983, p. 76).

Elisabeth Souza-Lobo tem 40 anos quando escreve o quinto e último capítulo – Quando deixarmos a nossa casa de bonecas – da biografia de Emma Goldman. E retoma:

[...] *De que matéria se faz uma rebelde? Uma mulher rebelde?* Emma Goldman parece feita de muitas matérias. De lembranças e sensações da infância. De conflitos. De muitos amores feitos e desfeitos. Uma rebeldia construída no quotidiano das injustiças individuais e sociais sofridas ao longo dos anos. Foi rebelde: anarquista e feminista. Anarquista e feminista porque rebelde.

*Para ela, o engajamento político não fora uma opção teórica, mas a expressão de um protesto, uma resposta. A resposta anarquista faz parte de uma época na história de um mundo em ruptura, em que homens e mulheres acreditaram poder (re)construir uma harmonia*

*sonhada ou perdida, partindo de seus próprios desejos. Enquanto isso, inexoráveis, as máquinas avançavam: as máquinas do capital, as máquinas da guerra, a máquina da política [...].*

*Porque era uma radical, não existe em Emma oposição entre vida e obra. Ambas se confundem, coincidem: o engajamento nas lutas sociais e os sonhos de felicidade. Talvez por isso, também, por não ter sido séria e sóbria como convinha aos mártires da Causa social, por ter abraçado causas perdidas ou malditas, talvez por isso, tenha sido tanto tempo esquecida e silenciada, na época dos heróis e heroínas da revolução social, para surgir resgatada pela geração iconoclasta dos anos 60. (Souza-Lobo, 1983, p. 77-79. Grifos nossos).*

Elisabeth Souza-Lobo, no enlaçamento de tempos – os anos 1960, as primeiras décadas do século XX, o agora –, conclui:

[...] Foi uma geração que viveu os êxtases e desgraças das revoluções. Madrugadas luminosas e sombrios tempos sem perdão. Muitos e muitas sucumbiram. Emma resistiu. Era sem dúvida feita de matéria resistente – de vontade e desejo (Souza-Lobo, 1986, p. 85).

Com a publicação de *Emma Goldman. a vida como revolução*, Elisabeth Souza-Lobo fecha o ciclo de trabalho – criativo, engajado e heterodoxo – iniciado no Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e nas páginas do jornal-movimento “Em Tempo”. A estudante do Colégio de Aplicação de Porto Alegre, a jovem radical, a presidente do Centro Acadêmico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a professora, a exilada, a socióloga e a feminista estão de volta ao Brasil. É, sem dúvida, feita de matéria resistente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender é primeiro compreender o campo com o qual e contra o qual cada um se fez. (Pierre Bourdieu. *Esboço de autoanálise*, 2005).

Quando colocado o ponto final neste trabalho de pesquisa, pensei em mudá-lo o nome. Passaria a chamar “Matéria resistente: Marxismo, Feminismo e Sociologia em Elisabeth Souza-Lobo”. Pareceu-me mais adequado à força e aos inquebrantáveis fios tecidos pela autora em sua obra. Tão importante quanto, guardava – implicitamente – uma ideia de permanência e de vigor. Paralisei e voltei ao trabalho como um todo. Declinei da ideia.

O título “Itinerários Rebeldes” é não somente a síntese deste trabalho – que buscou articular trajetória e obra – como, também, traz a essência do campo com o qual e contra o qual fez-se, em vida e obra, Elisabeth Souza-Lobo: o conformismo. Remete, não somente à radicalização conjuntural de uma jovem estudante dos anos 1960, mas da permanência de um elã inconformista, esse sim, matéria resistente que pode ser conhecido por meio de seus passos seguintes, do engajamento político à profissionalização engajada.

Este elã inconformista, expressão de sua percepção das desigualdades econômicas e culturais criadas e vividas em sociedade, aproximou-a das práticas e das teorias que pudessem não somente fazer compreender, mas fundamentalmente, fazer romper e superar essa realidade. Como para outras pessoas e outras gerações iluministas, o marxismo foi o seu aporte. Seu primeiro itinerário rebelde. Nutriu-se dessa tradição e cumpriu, rigorosamente, as três premissas imprescindíveis para o combate na luta contra a exploração: a disposição individual, o estudo metódico e a organização coletiva.

A disposição individual inconformista, o estudo metódico da origem das desigualdades (e de suas representações) e a valorização da organização coletiva – terreno da diversidade no qual as situações existenciais confrontam-se, ao alinhamento da ação política, para a luta transformadora –, combinadas, são perceptíveis em sua prática intelectual como feminista (militante) e como socióloga

(do trabalho). Assim, a militância feminista e a profissionalização como socióloga do trabalho tornam-se expressões – no âmbito prático – de uma ação política racional à transformação social, sentido de seu itinerário rebelde desde a juventude.

Se o título pareceu, então, a adequada síntese ao resultado do trabalho de pesquisa sobre a trajetória e a obra de Elisabeth Souza-Lobo, resta-nos apontar nessas considerações finais, as realizações próprias do trabalho.

Originalmente, trouxemos à luz a trajetória e a obra de Elisabeth Souza-Lobo em seu *fazer-se*. Desde a origem de seu trabalho, na Literatura, até sua profissionalização e reconhecimento na Sociologia brasileira.

Não sem dificuldades, realizamos esse caminho, por meio da análise da trajetória pessoal, política e intelectual, articuladas ao seu tempo histórico e experiência geracional. Também situando-a, por meio do estudo de suas obras e das inflexões de sua agenda de pesquisa nos diferentes eixos temáticos e temporalidades; organizando, simultaneamente, um roteiro para outros estudos sobre sua produção.

Nesse sentido, consideramos uma real conquista deste trabalho ter avançado na leitura e na compreensão da ação-pensamento de Elisabeth Souza-Lobo, partindo de seus originais e criativos estudos, de seus diálogos intelectuais, de suas sínteses e de seu pensamento político e sociológico. Observamos que essa ação foi possível por nos termos permitido estudar a trajetória e a obra em sua gênese, recusando, metodologicamente, trabalhar as categorias e/ou conceitos por ela apresentados fora dos respectivos contextos de diálogo e de formulação teóricos-históricos.

Para tal, (1) a localização, organização, apresentação e análise de momentos inaugurais de sua produção – em especial sua passagem para o feminismo, teórico e militante (1977/8-1979), e a consolidação desta pauta no jornal “Em Tempo” (1978-1980; 1982) –, (2) a elaboração de uma linha biográfica e bibliográfica – ainda que não concluída como uma (bio)bibliografia diacrônica e sincrônica –, (3) a apresentação e estudo de sua tese de doutoramento (1979) e de (4) *Emma Goldman. a vida como revolução*. (1983) representam, também, conquistas do trabalho de pesquisa. Nesse percurso, foi fundamental nos apropriarmos do desafio da leitura e da análise dos textos-obra sem a mediação de outras interpretações.

Imprescindível para nós tornou-se, por fim, reconhecer o pensamento de Elisabeth Souza-Lobo em seu rigor teórico-metodológico e em seu frescor combativo.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. **Feminismo no exílio: o círculo de mulheres brasileiras em Paris e o grupo latino-americano de mulheres em Paris**. São Paulo: Editora Alameda, 2014.
- ADORNO, Sérgio. **Eva Blay**. (Verbete). Sociedade Brasileira de Sociologia, Bionotatas. [S. d.]. Disponível em: <https://sbsociologia.com.br/project/eva-blay/>. Acesso em: 4 abr. 2023.
- ALAMBERT, Zuleika. **A mulher na história, a história da mulher**. Prefácio de Luiza Erundina. Apresentação de Célia Andrade. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2004.
- ALMEIDA, Ângela Mendes de; et al. **Merlino Presente!** Caderno de combate pela memória. São Paulo: Editora Coletivo Merlino, 2013.
- ANDRADE, Carlos Drummond. **Nova reunião: 23 livros de poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ARANTES, Aldo; LIMA, Haroldo. **História da Ação Popular: a JUC ao PCdoB**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.
- ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. Prefácio e posfácio de Celso Lafer [Hannah Arendt: vida e obra]. Tradução de Denise Bottmann. Capa de Ettore Bottini. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1999 [1987].
- BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Escritos estratégicos**. Prefácio de Lincoln Secco. São Paulo: Editora Maria Antônia, 2019.
- BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- BARROSO, Carmen; Costa, Albertina Oliveira (Orgs.). **Mulher, Mulheres**. São Paulo: Editora Cortez; FCC, 1983.
- BATISTA, Paula Nogueira Pires. “Quando a maioria é mais velha, tudo o que você faz é se foder”: jovens feministas e questões geracionais a partir da Marcha das Vaidias de Goiânia/GO. In: Braz, Camilo; Henning, Carlos Eduardo (Orgs.). **Gênero, sexualidade e curso da vida: diálogos latino-americanos**. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2017.

BEAUVOIR, Simone de. **A força da idade**. Tradução de Sérgio Milliet. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2018. [Gallimard, 1960].

BEAUVOIR, Simone de. **A força das coisas**. Tradução de Maria Helena Franco Martins. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2018. [Gallimard, 1963].

BEAUVOIR, Simone de. **Balanço final**. Tradução de Rita Braga. Revisão de Umberto Figueiredo Pinto, Jorge Aguinaldo Uranga e Clara Recht Diament. Capa de Victor Burton. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982. [Gallimard, 1972].

BEAUVOIR, Simone de. **Memórias de uma moça bem-comportada**. Tradução de Sérgio Milliet. 7.ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2018. [Gallimard, 1958].

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Fatos e Mitos (I); A Experiência Viva (II). Tradução de Sérgio Milliet. 5.ed. Edição Comemorativa (1949-1979). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2019. [Gallimard, 1949].

BEAUVOIR, Simone. **Simone Beauvoir hoje**. Tradução de José Sanz. Entrevistas concedidas a Alice Schwarzer. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1985.

BENEDETTI, Mario. **La casa y el ladrillo**. 2.ed. Buenos Aires: Editora Sudamerica, 2001.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BERTASO, José Otávio. **A Globo da rua da Praia**. Apresentação de Luis Fernando Veríssimo. 2.ed. São Paulo: Editora Globo, 2012.

BERTASO, José Otávio. **Coisas de família**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1997.

BERTEAUX, Daniel. **Destinos pessoais e estrutura de classes**. Para uma crítica da antropologia política. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979 [1977].

BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; ANDRADE, Denise Almeida de; MACHADO, Monica Sapucaia (Orgs.). **Carta das mulheres brasileiras aos constituintes**: 30 anos depois. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2018.

BETHELL, Leslie (Org.). **A América Latina após 1930**: ideias, culturas e sociedade. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Sousa. São Paulo: Edusp, 2011. (Col. História da América Latina, vol. VIII).

BETHELL, Leslie (Org.). **A América Latina após 1930**: Estado e Política. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2015. (Col. História da América Latina, vol. VII).



BETHELL, Leslie (Org.). **A América Latina após 1930: Economia e Sociedade**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 2017. (Col. História da América Latina, vol. VI).

BETHELL, Leslie (Org.). **A América Latina após 1930: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil**. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Sousa. São Paulo: Edusp, 2018. (Col. História da América Latina, vol. X).

BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Orgs.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile. A construção das mulheres como atores políticos e democráticos**. São Paulo: Edusp; FAPESP, 2017.

BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia; RANGEL, Patrícia (Orgs.). **Gênero e feminismos: Argentina, Brasil e Chile em transformação**. São Paulo: Edusp; FAPESP, 2019.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp, 1997 [1993].

BOLLE, W.; BONASSA, E. C.; PITTA, F. Utopia e engajamento (Entrevista com Susan Buck-Morss). **Cadernos de filosofia alemã: crítica e modernidade**, São Paulo, n. 3, 1997.

BOSI, Alfredo. Fenomenologia do olhar. In: NOVAES, Adauto; et al. **O olhar**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. Tradução, introdução, cronologia e notas de Sérgio Miceli. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Tradução de Jeni Vaitsman. Revisão técnica de Maria France Garcia. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. May '68 and the Crisis of Marxism (1978). **Viewpoint Magazine**, Dec. 18th, 2017. Disponível em: <https://viewpointmag.com/2017/12/18/may-68-crisis-marxism-1978/>. Access: Apr. 3rd, 2023.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. Sur le concept de crise de l'État et son histoire. In: POULANTZAS, N. (Dir.). **La crise de l'Etat**. Paris: Editora PUF, 1976.

BUCK-MORSS, Susan. Hegel e Haiti. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 90, p. 131-171, jul. 2011.

CARCANHOLO, Reinaldo A. Pluralismo e ensino de Economia no Chile de Allende. **O Olho da História**, n. 18, Salvador (BA), julho de 2012, p. 5-6.

CARR, Edward. **Que é História?** Conferências proferidas na Universidade de Cambridge em 1961. Tradução de Lúcia Maurício de Alverga. Revisão técnica de Maria Yedda Linhares. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean; et al. **A pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos. 3.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012. (Col. Sociologia).

CHAR, René. **O nu perdido e outros poemas**. Tradução, ensaio e notas de Augusto Contador Borges. São Paulo: Editora Iluminuras, 1995.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** Sobre a história e os historiadores. Tradução de Marcos A. da Silva. São Paulo: Editora Ática, 1995.

COHEN-SOLAL, Annie. **Sartre**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: Editora L&PM, 2005.

COSTA, Albertina de Oliveira. Emma. **Mulherio**, São Paulo, ano IV, n. 18, set.-out. 1984.

COSTA, Albertina de Oliveira; et al. **Memórias das mulheres do exílio**. Depoimentos. Sob o patrocínio de Abdias do Nascimento, Nelson Werneck Sodré e Paulo Freire. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

COSTA, Emília Viotti da Costa. **A dialética invertida e outros ensaios**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

DABAT, Christine Rufino. Cinco grandes figuras do feminismo revolucionário. In: DABAT, Christine Rufino; LIMA, Maria do Socorro Abreu e (Orgs.). **História do Pensamento Socialista e Libertário**. Recife: Editora UFPE, 2008.

DESLANDES, S.; COUTINHO, T. Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19: notas teórico-metodológicas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 11, art. e00223120, 2020.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo**: o canto do cisne de 1967 a nossos dias. Tradução de Álvaro Cabral com revisão técnica e Márcia Mansor D'Alessio. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019 [1975].

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2020.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Prefácio de Jacob Gorender. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. Tradução de Júlio Assis Simões. **Cadernos de Campo**, PPGAS-USP, São Paulo, 1995.

FRASER, Nancy. **Fortunas del Feminismo: del capitalismo gestionado por el estado a la crisis neoliberal**. Traducción de Cristina Piña Aldao. Quito; Madrid: Ins-

tituto de Altos Estudios Nacionales del Ecuador (IAEN); *Traficantes de Sueños*, 2015.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976 [1968-1974].

GALEANO, Eduardo. **Las palabras andantes**. Con grabados de J. Borges. 5.ed. Buenos Aires: Editora Catálogos, 2001 [1993].

GALETTI, Camila. **Neuma Aguiar**. (Verbetes). Sociedade Brasileira de Sociologia, Bionotas. [S. d.]. Disponível em: <https://sbsociologia.com.br/project/neuma-aguiar/>. Acesso em: 4 abr. 2023.

GARCIA, Marco Aurélio. **Notas para uma história dos trabalhadores**: contribuição à história da esquerda brasileira e outros escritos. Organização de Dainis Karepovs. Prefácio de Claudio Batalha. São Paulo: Editora IMAG; Fundação Perseu Abramo, 2019. (Coleção MAG).

GARCIA, Marco Aurélio. Ausência e presença. **Teoria e Debate**, n. 14, abr.-jun. 1991.

GARCIA, Marco Aurélio; SOARES, Vera. Beth Lobo (1943-91). In: SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Coordenação da pesquisa de Hildete Pereira de Melo e Teresa Cristina de Novaes Marques. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011 [2000].

GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Orgs.). **Rebeldes e contestadores. 1968**: Brasil, França e Alemanha. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

GAULEJAC, Vicent de. **A neurose de classe**. Trajetória social e conflitos de identidade. Prólogo de Max Pagès. Epílogo de Annie Ernaux. São Paulo: Editora Via Lett-tera, 2014.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 12.ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

GOLDENBERG, Mirian. **Toda mulher é meio Leila Diniz**. 2.ed. (rev. e at.). Rio de Janeiro: Editora BestBolso, 2011.

GONZALEZ, Horácio. **O que são intelectuais**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. (Col. Primeiros Passos, 29).

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Caderno 12 (1932): Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017a.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Caderno 13 (1932-1934): Breves notas sobre a política de Maquiavel. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio

Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017b.

GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Yvonne (Orgs.). **UFRGS: identidades e memórias – 1934-1994**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1994.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Classes Sociais. In: MICELI, Sergio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. Vol. II: Sociologia. São Paulo; Brasília: Editora Sumaré; ANPOCS; CAPES, 1999.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1972.

HIRATA, Helena. Beth Lobo. **Teoria e Debate**, n. 14, abr.-jun. 1991a.

HIRATA, Helena. Elisabeth Souza Lobo, 1943-1991. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)**, Rio de Janeiro, n. 31, 1.º sem. 1991b.

HIRATA, Helena; et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. Apresentação de Vivian Aranha Saboia. Prefácio à edição brasileira de Lucila Scavone. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

HOBSBAWM, Eric J. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução de Marcos Santarrita. Revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. **Viva la revolución: a era das utopias na América Latina**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2019.

IANNI, Octavio. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963. (Col. Retratos do Brasil, vol. 19).

KAREPOVS, Dainis; Leal, Murilo. Os trotskismos no Brasil: 1966-2000. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. **História do marxismo no Brasil**. Partidos e movimentos após os anos 1960. Apresentação de Daniel Aarão Reis e Marcelo Ridenti. Vol. 6. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

KNAPP, Laura. De que matéria se faz uma mulher. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 jan. 1984.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**. Nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

LANDO, Vivien. **Uma vida rebelde**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 7 jan. 1984.

LEFEBVRE, Henri; et al. **A irrupção: a revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos**. São Paulo: Editora Documentos, 1968.

LEITE, Rosalina Santa Cruz. **A operária metalúrgica**. Estudo sobre as condições de vida e trabalho de operárias metalúrgicas na cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Semente, 1982.

LEONEL, Nicolau Bruno de Almeida. **Chris Marker e as barricadas da memória: comentários em torno de 'Le fond de l'air est rouge'**. 2010. Dissertação (Mestrado em Meios e Processos Audiovisuais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LEONEL, Nicolau Bruno de Almeida. **Percursos de formação de Chris Marker: cinema militante, dissidência e profanação**. 2015. Tese (Doutorado em Processos e Meios Audiovisuais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LEONIDIO, Adalmir; et al. (Orgs.). **2016: golpe e democracia no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2020.

LOBO, Elisabeth Souza. **Emma Goldman**. A vida como revolução. Capa e diagramação de Moema Cavalcanti. Caricatura de Emílio Damiani. Revisão de Newton T. L. Sodr e e Jos e W. S. Moraes. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. (Col. Encanto Radical, 41).

L OWY, Michael (Org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. Tradu o de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. 4.ed. (ampl.). São Paulo: Editora Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

L OWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. Marxismo e positivismo na Sociologia do conhecimento. Tradu o de Juarez Guimarães e Suzanne Felicie L ewy. 7.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

L OWY, Michael. **Para uma Sociologia dos intelectuais revolucionários**. A evolu o política de Luc cs (1909-1929). Tradu o de Hel sa Helena A. Mello e Agostinho Ferreira Martins. Tradu o dos anexos de Gildo Marçal Brandão. São Paulo: Editora Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, Gy rgy. **Marx e Engels como historiadores da literatura**. Prefácio   edi o brasileira de Hermenegildo Bastos. Tradu o e notas de Nélio Schneider. Revisão técnica de José Paulo Neto e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

MACHADO, Celuta. A libertária Emma Goldman. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 maio 1984.

MANNHEIM, Karl. **El problema de las generaciones**. Tradu o de Ignacio Sánchez de la Yncera. Revista Espa ola de Investigaciones Sociológicas – REIS, n. 62, p. 193-242, abr.-jun. 1993.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia**. Org. Marialice Mencarini Foracchi. Tradução de Emílio Willems, Sylvio Uliana e Cláudio Marcondes. Seleção e revisão técnica da tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Ática, 1982. (Col. Grandes Cientistas Sociais, 25).

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Militância política e solidariedades transnacionais**: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979). 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MATOS, Olgária C. F. **Paris 1968**: as barricadas do desejo. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1989 [1981].

MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da Polop (1961-1967). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. **História do marxismo no Brasil**. Vol. 5: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

MAUTZ, Felipe Correa. Nota y comentarios. El pensamiento económico en los estudiantes de economía de Chile. **El Trim. Econ.**, v. 83 (2), n. 330, p. 405-427, abr.-jun. 2016.

MENDES, D. José Palmerio. Capítulo II – Parte IV – Capitão João José da Fontoura Palmerio e sua descendência). **Sangue Palmério**. Publicado em: 22 jun. 2011. Disponível em: <http://sanguepalmeiro.blogspot.com/search?q=elisabeth>. Acesso em: 29 mar. 23.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Intelectuais feministas no Brasil dos anos 1960**: Carmen Silva, Heleieth Saffioti e Rose Marie Muraro. Jundiaí, SP: Editora Paco, 2018.

MICHEL, Andrée. **O feminismo**: uma abordagem histórica. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982 [1979].

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

MITCHELL, Juliet. Mulheres, a revolução mais longa. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, ano III, n. 14, 1967.

PAULINO, Leopoldo. **Tempo de resistência**. Prefácio de Carlos Eugênio Paz (Clemente). Prefácio à primeira edição de Francisco Mendes. Prefácio à quinta edição de Reinaldo Guarany. Prefácio à sexta edição de Antonio Duarte. Prefácio à sétima edição de Ivan Seixas. Prefácio à oitava edição de Carlos Fayal. Prefácio à nona edição de Nanci Marietto. 10.ed. (rev. e ampl.). Ribeirão Preto, SP: Editora São Francisco, 2012.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Editora Ática, 1990 [1989].

PERRUSO, Marco Antonio. **Em busca do “novo”**: Intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

PONTES, Heloísa André. **Do palco aos bastidores**. SOS-Mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas. 1986. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 1986.

POULANTZAS, N. (Dir.). **La crise de l’Etat**. Paris: Editora PUF, 1976.

PRIORE, Mary del. Ser ou não ser Simone. Beauvoir, Simone de. **O segundo sexo**. Fatos e Mitos (I); A Experiência Vivida (II). Tradução de Sérgio Milliet. Edição Comemorativa (1949-1979). 5.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2019.

PROUST, Marcel. **No caminho de Swann**. Tradução de Mario Quintana. Revisão técnica de Olgária Chaim Féres Matos. Prefácio, cronologia, notas e resumo de Guilherme Ignácio da Silva. Posfácio de Jeanne-Marie Gagnebin. 3.<sup>a</sup> ed. (rev.). São Paulo: Editora Globo, 2006.

PUREZA, Fernando. E. P. Thompson e a história vista de baixo. **Outras Palavras**, Outras Mídias. Publicado em: 30 ago. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/e-p-thompson-e-a-historia-vista-de-baixo/>. Acesso em: 4 abr. 2023.

RAGO, Margareth Luzia. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Prefácio de Márcio Seligmann-Silva. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014.

RIBEIRO, Maria Rosa Dória. **Relações de poder no feminismo paulista – 1975 a 1981**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

ROLLEMBERG, Marcelo. Novas Coleções, Novos Autores, Novas Linguagens. REIMÃO, Sandra; CENI, Gisela (Orgs.). **Caio Graco e a Editora Brasiliense**. São Paulo: Editora Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2020.

ROSS, Kristin. **Maió de 68 e suas repercussões**. Tradução de José Ignacio Mendes. São Paulo: Editora Sesc, 2018.

ROWBOTHAM, Sheila. **A conscientização da mulher no mundo do homem**. Tradução de Áurea Weisseberg. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Editora Globo, 1983 [1971].

ROWBOTHAM, Sheila; et al. **Além dos fragmentos: o feminismo e a construção do socialismo**. Prefácio à edição brasileira de Carmen Barroso. São Paulo: [s. n.], 1981.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Prefácio de Antonio Candido de Mello e Souza. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1976. [Quatro Artes:1969; Expressão Popular: 2013].

SAID, Edward W. **Representações do intelectual**. As conferências Reith de 1993. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. **Colonialismo y neocolonialismo: Situations V**. Traducción de Josefina Martínez Alinari. 2.ed. Buenos Aires: Editora Losada, 1968 [1964].

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética: precedido por Questões de método**. Texto estabelecido e anotado por Arlette Elkaïm-Sartre. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Apresentação da edição brasileira de Gerd Bornheim. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2015 [1960].

SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. Conferências dadas em Tóquio e Quioto – setembro e outubro de 1965. Tradução de Sergio Goes de Paula. Apresentação de Francisco C. Weffort. Edição de Fernando Paixão. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SARTRE, Jean-Paul. **Furacão sobre Cuba**. Tradução de Tati de Moraes. Capa de Bea Feitler. Apêndices de Rubem Braga (Trata-se de uma revolução) e de Fernando Sabino (A revolução dos jovens iluminados). 4.ed. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1961.

SARTRE, Jean-Paul. Sartre no Brasil. **A Conferência de Araraquara** [Filosofia Marxista e Ideologia Existencialista]. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. 2.ed. – Edição comemorativa do X aniversário da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Paz e Terra; Unesp, 1986 [1960].

SCHIMIDT, Benito Bisso. **Flavio Koutzii: biografia de um militante revolucionário – 1943 a 1984**. Porto Alegre: Editora Libretos, 2020.

SCHUCK, Elena de Oliveira. **Feminismos em movimento: mapeando a circulação do pensamento feminista entre Brasil e França**. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Marcos. Brasil, de ditadura em ditadura: as exceções foram democracia (fins do século XIX/começo do século XXI). LEONIDIO, Adalmir et al. (Orgs.). **2016: golpe e democracia no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2020.

SILVA, Maria Aparecida Moraes e. Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. (Verbete). Sociedade Brasileira de Sociologia, Bionotas. [S. d.]. Disponível em:



<https://sbsociologia.com.br/project/heleieth-iara-bongiovani-saffioti/>. Acesso em: 4 abr. 2023.

SINGER, Paul. O feminino e o feminismo. Singer, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira (Orgs.). **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; CE-BRAP, 1980.

SOARES, Maria Suzana Arrosa (Coord.). **Os intelectuais nos processos políticos da América Latina**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1985.

SOARES, Vera. Beth Lobo, a feminista, a intelectual, a militante. **Cadernos de crítica feminista**, Recife, SOS Corpo, ano III, n. 2, dez. 2009.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA. **Anais do IV Congresso Brasileiro de Sociologia** – Família e Gênero – Profas. Elizabeth Lobo e Neuma Aguiar. Rio de Janeiro, 1989.

SOLANO, Esther; et al. **Luiz Inácio Lula da Silva: nós vimos uma prisão impossível**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

SOUZA LOBO, João Theodoro. **Segunda aritmética**. 34.ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1941.

SOUZA LOBO; TOTTA, Mário; AZURENHA, Paulino. **Estrychnina**. Edição Comemorativa do Centenário da Publicação. Biblioteca Burgo (vol. 1). Direção de Luís Augusto Fischer. Porto Alegre: Editora Artes e Ofícios, 1998 [1898].

SOUZA LOBO GARCIA, Elisabeth de. **Crise de domination et dictature militaire au Brésil**. 1979. Tese (Doutorado em Sociologia) – Université de Paris VIII-Vincennes, Paris, 1979. (Direction de Jean-Marie Vincent).

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **Domination et résistance: travail et quotidienneté**. La traduction a été assurée par R. Cabanes; M. B. Gervaiseau; H. Hirata; G. Le Clerre; H. Le Doaré; C. M. Mathieu; M. Zanoni. L'édition de l'ouvrage, coordonnée par H. Le Doaré, a été réalisée avec l'aide de l'APRE (Atelier Production Reproduction) financé dans le cadre du PIRTTEM-CNRS. Les Cahiers du Gedissi. Paris: Editora Iresco-CNRS, Jan. 1995.

SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. **Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)**. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017. [BHF; Brasiliense, 1993].

TELES, Maria Amélia de Almeida; Leite, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.

THERBORN, Göran. **Sexo e poder: a família no mundo – 1900-2000**. Tradução de Elisabete Dória Bilac. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

THIOLLENT, Michel J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5ª. ed. São Paulo: Livraria e Editora Pólis, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981 [1978].

TOSI, Giuseppe Tosi; Ferreira, Lúcia de Fátima Guerra (Orgs.). **Brasil: violação dos direitos humanos – Tribunal Russell II**. Apresentação da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Prefácio de Salvatore Senese. Reedição do original em italiano de 1975. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

VEIL, Simone. **Uma lei para a história**. A legalização do aborto na França. Discurso de 26 de novembro de 1974. Entrevista a Annick Cojean. Tradução de Julia Vidile. Posfácios de Silvia Camurça e Débora Diniz. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2018.

VERÍSSIMO, Érico. **Um certo Henrique Bertaso**. Prefácio de Luis Fernando Veríssimo. Ilustrações de Rodrigo Andrade. Supervisão editorial, cronologia e textos finais de Flávio Aguiar. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011 [1972].

ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: um Debate**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

## APÊNDICES

### Apêndice 1 – Documentos identificados no Arquivo Edgard Leuenroth do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (AEL-IFCH-UNICAMP)

	Título do Documento	Tipo	Data de Produção	Local de guarda
01	Projeto <i>Por que as mulheres?</i> Também grafado como: <i>Por que um movimento político autônomo das mulheres?</i> (Com Verena Stolcke?)	Projeto de Livro	1984	Pasta 12
02	Publicação periódica <i>Cadernos Feministas</i>	Caderno	1984-1985	Pasta 16
03	Proposta para a criação de centro de informação e documentação das mulheres		1984-1985	Pasta 14.
04	Reflexões acerca dos temas prioritários para a educação das mulheres na América Latina (1984-1985)		1984-1985	Pasta 14.
05	Relatório do processo da pesquisa (em parceria com Vera Soares) – <i>Perfil das Trabalhadoras</i> – realizada no I Congresso da Central Única dos Trabalhadores (I CONCURT)		1984	Pasta 14.
06	Os manuscritos pontuando a divergência entre a sua reflexão, a de Heleith Saffioti e a de Celso Frederico nos estudos sobre a condição operária e, em especial, da mulher operária			Pasta 16 e 18
07	A posição de ruptura, teórica e política, em relação a experiência histórica dos partidos comunistas de constituição de “federação de mulheres”.	Doc 145		Pasta 17
08	A posição de ruptura, teórica e política, em relação a experiência histórica dos partidos comunistas de constituição de “federação de mulheres	Doc. 145		Pasta 17
09	A crítica ao Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) pensado sem a participação e consulta às mulheres e para qual Souza-Lobo lança a seguinte síntese: “Quando se fala em fazer do nosso corpo área de segurança nacional é tempo de denunciar e resistir”		1983-1984	Pasta 17
10	Os cadernos de leitura e estudo que realizava sobre Castoriadis, Lefort, Arendt, Löwy e Althusser		1982	Pasta 22 e 27
11	A posição de ruptura, teórica e política, em relação a experiência histórica dos partidos comunistas de constituição de “federação de mulheres			Pasta 22 e 27.
12	A crítica ao Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) pensado sem a participação e consulta às mulheres e para qual Souza-Lobo lança a seguinte síntese: “Quando se fala em fazer do nosso corpo área de segurança nacional é tempo de denunciar e resistir”			Pasta 17
13	Os cadernos de leitura e estudo que realizava sobre Castoriadis, Lefort, Arendt, Löwy (1982) e Althusser			Pasta 22 e 27
14	Os cadernos de entrevistas e trabalho com operárias metalúrgicas			Pasta 24
15	Os cadernos de estudo da língua italiana e da língua alemã e, como exercícios, traduções de jornais e livros feministas e/ou marxistas			Pasta 27

	<b>Título do Documento</b>	<b>Tipo</b>	<b>Data de Produção</b>	<b>Local de guarda</b>
16	O material das pesquisas desenvolvidas nas fábricas Azama, Arno, Barossi, Ford, Volkswagen e Polimatec (Polimatic?)		1982-1986	Pastas 35, 36 e 37
17	A relatório ou projeto ou pesquisa com trabalhadoras rurais		1986	Pasta 32
18	Os estudos sobre a Argentina na conjuntura 1968-1970 e Cuba (cronologia e análise) e projeto de pesquisa, em perspectiva comparada, sobre as eleições no Brasil e na República Dominicana		1989 1990	Pastas 40, 117
19	O acompanhamento, estudos sobre a Constituinte nos temas mulher, trabalho e educação e o interesse pelo processo de organização e tramitação das emendas populares		1987	Pasta 43
20	O acompanhamento, estudos sobre a Constituinte nos temas mulher, trabalho e educação e o interesse pelo processo de organização e tramitação das emendas populares (E aponta, grifando, “ouvir [...] desnaturalizar as hierarquias e as relações [...] a construção da cidadania passa pela pessoa”.		1987	Pasta 43
21	A produção e discussão de uma metodologia para a formação de lideranças (Belém)		1988	Pasta 43
22	Um projeto de formação sindical reunindo Itália-Brasil – Confederazione Generale Italiana del Lavoro (CGIL) e Central Única dos Trabalhadores (CUT)			Pasta 45
23	A participação na comissão de criação do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina Universidade de São Paulo (PROLAM-USP).			Pasta 43

Fonte: AEL, ESL. Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

## Apêndice 2 – Elisabeth Souza-Lobo – Jornal *Mulherio*

	ANO	TÍTULO	ANOTAÇÕES	MÊS	N.º	PÁG.
01	1981	As várias faces de um mito [R]	BACALL, Lauren. Bacall fenomenal. Tradução de Luís Horácio da Motta. Rio de Janeiro: Nórdica, 1981, 454 p.	maio-jun.	1	12
02	1981	Memórias da clandestinidade [E]	(1) RENATA FERRAZ GUERRA; (2) MIRIAM ABRA-MOVAY	set.-out.	3	15
03	1981	A difícil – mas possível – ação feminista nos partidos políticos [E]	(1) Lia Zatz (PMDB); (2) ESL (PT); (3) Lícia Peres (PDT)	set.-out.	3	16-17
04	1982	As mutantes das fábricas [Artigo-relato de pesquisa]	A pesquisa chama-se “Trabalho assalariado, sindicalização e reivindicações das operárias” e foi apresentada no I Congresso da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo, em agosto do ano passado [1981]. As autoras: Leda Gitay, Helena Hirata, Elisabeth Souza Lobo e Rosa Moyses	mar.-abr.	6	7
05	1982	Os crimes da paixão [R]	CORRÊA, Mariza. Os crimes da paixão. São Paulo: Brasiliense, 1982, 85 p.	mar.-abr.	6	20-21
06	1982	Feminino, feminino [R]	TRINDADE, Socorro, Feminino, feminino. Natal: Universitária, 1981.	set.-out.	9	19
07	1982	Um lugar no governo [D]	(1) Eva Alterman Blay e (2) Carmen Barroso (PMDB); (3) ESL e (4) Bárbara Hartz (PT) (5) Ana Lúcia Viana (PDT)]	nov.-dez.	10	8-9
08	1983	Agnes Heller. Uma escolha entre a vida e a liberdade [E]	CARMEN BARROSO	jan.-fev.	11	14-15
09	1983	Pagu [Ensaio biográfico]	***	mar.-abr.	12	6-7
10	1983	Mulher, Mulheres [R]	Carmen; COSTA, Albertina Oliveira (Orgs.). Mulher, Mulheres. São Paulo: Cortez/FCC, 1983, 135 p.	mar.-abr.	12	18
11	1983	Conselho da Condição Feminina: nossa parcela no Poder [Opinião]	[OPINIÃO ESL] ***	maio-jun.	13	12-13
12	1983	Nossa tia da Inglaterra [R]	ROWBOTHAM, Sheila. A Conscientização da Mulher no Mundo do Homem. Tradução de Áurea Weissemberg. Porto Alegre: Globo, 1983, 205 p.	set.-out.	15	7
13	1984	O feminismo é uma cachça. Relato pessoal e parcial de uma viciada [Reflexão-(auto)crítica]	***	jul.-ago.	17	15-16
14	1986	Sob o signo de Cinderela [Reflexão crítica – Debate]	***	jan.-fev.	24	5

Fonte: Jornal *Mulherio* – Fundação Carlos Chagas (FCC). Elaborado pela autora, 2023.

### Apêndice 3 – Elisabeth Souza-Lobo – Jornal “Em Tempo”

	ANO	TÍTULO	COAUTORIA	N.º	PÁG	EDIÇÃO	EDITORIA
01	1978	Futebol, o esporte sem "zona neutra"	Regina Maria de Carvalho	7	9	17-23 abr.	SD
02	1979	Mulheres denunciam a hipocrisia do aborto	(1) Bruna Franchetto, (2) Anna Leite, (3) Darcy Esquivel, (4) E. Pinto, E. Gonzelez, (5) Eliana Reis, (6) Dorine Plantenga, (7) Claudomira Mello, (8) Ligia Rodrigues, (9) Leila Pereira, (10) Lula Nunes, (11) Maria Alice Rocha, (12) Mira Lopez, (13) Maria José Lima, (14) Miriam Abramovai, (15) Nina Magalhães, (16) Stella Maria Mendonça, (17) Martha Teles, (18) Marhel Oliveira	78	2	23-29 ago.	APARTE
03	1979	As mulheres se organizam	***	78	contracapa	23-29 ago.	QUESTÃO FEMININA
04	1979	Mulher metalúrgica	(1) Antonina Silveira, (2) Rosa Moisés	79	7	3 ago.-5 set.	SINDICAL
05	1979	As mulheres fazendo política	***	93	2	5-12 dez.	GERAIS
06	1979-1980	A mulher vista pelo(as) políticos(as)	(1) Olga Modesto, (2) Rosa Moisés	95	19	20 dez.-10 jan.	SD
07	1980	Quando as mulheres fazem história	***	101	12	6-19 mar.	MULHERES
08	1980	Campanha pela legalização do aborto recebe apoio internacional	***	101	13	6-19 mar.	MULHERES
09	1980	A autonomia não é heresia	***	102	15	20 mar.-2 abr.	MULHERES
10	1980	Mulheres e política: o que "eles" pensam	***	103	14	3-16 abr.	MULHERES
11	1980	A luta destas mulheres por um mundo diferente	(1) Verardo, (2) Eide	105	11	1-14 maio	SINDICAL
12	1980	Simone de Beauvoir entrevista Sartre	Transc – <i>Revue L'Arc</i> n. 61 (1975)	105	15-17	1-14 maio	MULHERES
13	1980	Negras: quem não se organiza dança	Entrevista mulheres negras do MNU	106	8-9	15-28 maio	MULHERES
14	1980	"O sexo hoje é o novo ópio do povo" – Flávio Gikovate (entrevistado)	(1) Maria Teresa Verardo	109	16-17	3-16 jul.	MULHERES
15	1980	Assalariadas ou servas?	Entrevista empregadas domésticas sindicalizadas	110	15	17-30 jul.	MULHERES
16	1980	O esquadrão dos maridos	***	113	15	28 ago.-10 set.	MULHERES
17	1980	Plim-Plim! Henfil exige a emancipação do homem	(1) Maria Teresa Verardo	117	14	23 out.-5 nov.	MULHERES
18	1980	PREV-SAÚDE – Prevenir para governar	(1) Thais de Souza	118	17	6-19 nov.	MULHERES
19	1982	A classe operária tem dois sexos	Entrevista de Elisabeth Souza-Lobo à Marília Carvalho	159	14	30 set.-13 out.	MULHERES

Fonte: Fundação Perseu Abramo, Centro de Pesquisa Sérgio Buarque de Holanda, Coleção Jornal “Em Tempo”. Elaborado pela autora, 2023.

## ANEXOS

## Anexo 1 – Manifesto “Conhecer Para Ser Livre”, publicado apedido.

NOTICIÁRIO — 31

A PEDIDO

## CONHECER PARA SER LIVRE

Intelectuais, artistas, livreiros, professores, profissionais liberais, estudantes e demais cidadãos brasileiros, abaixo assinados, vêm de público manifestar seu repúdio face a apreensão de livros, verificada nas livrarias e editoras da capital e do Estado, por parte das autoridades constituídas.

E uma autêntica manifestação de primarismo e terrorismo cultural daqueles que, agora também no Rio Grande do Sul, violam os princípios fundamentais de liberdade de expressão, determinados pela Constituição Federal.

Lembramos aos responsáveis por esta situação, que toda pessoa tem liberdade de investigação e de difusão do pensamento, por qualquer meio, como é assegurado pelo artigo quarto da Declaração Americana dos Direitos do Homem.

E mais: “É dever do homem exercer, manter e estimular a cultura por todos os meios ao seu alcance, porque a cultura é a mais elevada expressão social e histórica do espírito”.

Outrossim, ficou estabelecido na Quinta Reunião da Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da América, que “a liberdade de imprensa, rádio e televisão, em geral, a liberdade de informação e expressão, são condições essenciais para a existência de um regime democrático. É dever de todo cidadão brasileiro, na hora presente, empenhar-se para manter a livre manifestação de pensamento. CONHECER PARA SER LIVRE.

NOTA: O presente manifesto refere-se a apreensão de livros efetivada há 30 dias, aproximadamente, nada tendo a ver com as obras confiscadas recentemente.

Erico Veríssimo (escritor), Luis Pilla (professor universitário), Cyro Martins (escritor), Crisanto de Paula Dias (magistrado aposentado), Manoelito de Ornellas (escritor), Dionélio Machado (escritor), Gerd Bornheim (professor universitário), Paulo Hecker Filho (escritor), Francisco Stockinger (escultor), Vasco Prado (escultor), Zoravia Bettiol (pintora), Siegfried Heuser (deputado estadual), Carlos Jorge Appel (professor), Fernando Castro (jornalista), Darcy Dillemburg (prof. universitário), M. Sarmento Barata (escritor), Gêlio Brickam (livreiro), Arnaldo C. da Cunha (livreiro), Henrique Henkin (dep. estadual), P. F. Gastal (jornalista), Miguel Pereira (arquiteto), Rebeca Povastro (prof. universitária), Bruto Geginiani (livreiro), Ailton Barnasque (dep. estadual), Dilamar Machado (jornalista), Lauro Hagemann (pres. do Sindicato de Radialistas de P. Alegre), Flamarion Silva (professor), Enio Lippmann (pintor), Edgar da Luz Bittencourt (arquiteto), L. Carlos Gutierrez (pintor), Hiron Goidanich (crítico de cinema), Nel Damasceno Ferreira (contador), Otávio Cabral (dentista), Hélio Nascimento (crítico de cinema), Ray C. Ostermann (crítico literário), Carlos Seatinel (artes plásticas), Italo G. Silveira (jornalista), F. Loureiro Chaves (crítico), J. P. Barros Cassal (cinema), Jefferson Barros (cinema), Eclinarão Pires (cinema), Vivaído G. Ferreira (p/ Nosso Teatro), Marra Oliveira (TV), M. de Lourdes Anagnostopoulos (teatro), Milton Mattos (arquiteto), Moacir Kruehlin (arquiteto), Lacl Osório (escritor), C. Saldanha Legendre (poeta), Fernando O. Salazar (advogado), Panio Kreitman (presidente do Clube de Cultura), Solon Siavutski (C. de Cultura), Hans Bauman (C. de Cultura), Carlos Rosenberg (C. de Cultura), Marcos Shames (teatro), Arturo Jamardo (planiista), Sérgio Dinovaro (engenheiro), Indio Vargas (jornalista), Tólio R. Mais (jornalista), Adalberto Preis (jornalista), Armando Coelho Borges Filho (advogado), Dizeu Pinto Garcia (advoga-

do), Lucas Mateus (médico), Clézio Mattos (médico), Jaime Jeffman (médico), Ailton Cardoso (médico), Hermes M. Viçosa Jr. (médico), L. Carlos Andrade (médico), Fernando Freilas (médico), P. M. Sasso (médico), Gilberto Barbosa (médico), José M. Torres (médico), J. Carlos Haas Sobrinho (médico), Walter Silveira (médico), Avatar de Moraes (pintor), Dmitris Anagnostopoulos (pintor), Carlos Rafael Guimarães (jornalista), Porciúncula Gorini (médico), José Chatebe (médico), L. Cunha (médico), Osvaldo Souza (médico), Paulo Leite (médico), Azenor Valandro (médico), Marcos Barbosa (médico), Victor Nunes (advogado), Terezinha Segala (TV), Romeu Rodrigues da Cruz (comentarista esportivo), José Cláudio (TV), Carlos Bastos (comentarista político), Hasto Cassel (TV), J. Borges de Souza (jorn.), Expedito Xavier (radialista), Moacir Moolen Marques (arq.), Aidorvand. Meeil (adv.), Aticiano Lenterker (adv.), Carlos Araujo (arq.), Marcos Heckman (arq.), Nestor Nadruz (arq.), Bernardo Teitelbon (arq.), Carlos Araujo (adv.), Hélio A. Rodrigues (adv.), Caio Lustosa (adv.), Mauro Galliechio (adv.), Afrânio Araujo (adv.), Marlene Ruperti (TV), Honório C. Perez (adv.), Enio Lima (adv.), Annibal Barros Cassal (prof.), Paulo Armando (publicitário), Pedro Olmos (teatro), A. Saron (teatro), Sérgio R. Rosa (teatro), Alba Oliveira (teatro), Isolda Cresta (teatro), Carlos Vereza (teatro), Creusa Carvalho (teatro), Helena Iguez (atriz de cinema), Emilio di Blasi (teatro), Cristina Zanini (teatro), Vremir Seljar (adv.), Nelson Noncal (médico), Amílcar Loureiro, Danilo Grof (pres. da Liga Nacional da Mocidade Trabalhista), Hélio Gama Filho (pres. da L. Metropolitana da Moc. Trabalhista), Siegfried Heuser (dep. estadual, pres. do D.E. do PTB), Gleno Pest (veeador do MTR), Aleeu Collares (veeador do PTB), Hari Alexandre Brust (advogado), Paulo Pinto (geólogo).

### Estudantes Universitários

Eduardo Bittencourt — presidente do C. A. da Fac. de Economia, Elisabeth Souza Lobo — presidente do C. A. da Fac. de Filosofia; Jorge Hauser — p/presidente do C. A. da Fac. de Geologia; Paulo Renato Souza, Brasília Salim Jr., João G. Borges, Ivan Leitão, Italo G. Silveira, João Verle, Egon Handel, Tânia Zimmermann, José Heitor de Souza, Homero Moraes, José Antônio Lima, Hamilton Costa, A. Martins, Mário Lessa, Paulo Comte, Jorge Palma, Jairo Almeida, Gerônimo Rocha, Relane Xavier, Raquel Cunha, Egon Pereira, Carlos Diefembach, Carlinda Godoy Mattos, Marcos Müller, sul Brasil Rodrigues, Carlos da Silva, Elisabeth Viçosa, Gladis Kier, Newton Burmeister, Iara Guimarães, Sílmão Santos, Ivan Mizozuchi, Luiz Araújo, Oira Cavalheiro, Glênio Argemi, Lenia Perondi, L. J. Silva, Anelice Brunstano, Maria Clara Mallmann, Nelida Moseofien, Maria Cláudia Cezar, Eleonora Kratmer, Luiz Becker, Maria Inês Becker, Iole de Freitas Druck, Heloise Guimarães, Cláudio Caseola, Flávio Koutsil, Magda Fritchner, Paulo Coimbra Guedes, L. P. Pilla Vares, Marco Aurélio Garcia, Ana Silveira, Trajano Ribeiro, Gastão Heberle, Sônia Pilla, Marcos Ferman, Jairo Verba, Marcelo Renato, Cláudio Elzenk, Sidnei Rmann, Fernando Rocha, Heco Caffete, Paulo Pilla, Ozomar Ramos, Isaac Alster, Elio Duclós, Antônio Porciúncula, Flávio Scalf, Carlos de Rezende, Roberto Peña, Izaltino Camozzato, Nivaldo Barbieri, C. Barcelos, Paulo Bieca, Jaime Rodrigues, José Raz, José Pacheco, L. A. Domingues, João F. Albano, Antônio B. dos Reis, J. P. Milan Amaro, José Carlos Coimbra, Raul Machado Carrion, Ailton Barnasque, Franklin Cunha, Lacl Aguiar, Hermes Aquino, Rui Galanternick, Carlos J. Lucas, Inaer Kelserman, João Bianchini, Natal Amoretti, S. Luzatto, Marcelo Marroni, J. F. Amaral, Wanda Lemos, E. Bueno, Dilza Rodrigues, Irene Gomes, Vilson Holderbaum, Jorge Guimarães, Henrique Sa'tovitch.

ANEXO 2 – Capa do livro *Donna: Riforma o Rivoluzione?* de Antonella Marazzi e Enrica Tedeschi (Contracorrente, 1977).



Fonte: MARAZZI, Antonella; TEDESCHI Enrica. **Donna: Riforma o Rivoluzione?** Roma: Contracorrente, 1977, Capa.



# ANEXO 3 – "Futebol, o esporte sem 'zona neutra'", em coautoria com Regina M. Carvalho.

EM TEMPO 9

**"A organização da Copa do Mundo de Futebol é uma decisão política que vai além de simples considerações econômicas: nosso objetivo é a transformação da imagem internacional do nosso país". General Antonio Merlo, Presidente do Comitê de Organização do Mundial na Argentina.**

Mais de um bilhão e meio de pessoas verão os jogos da próxima Copa do Mundo. Burgueses, proletários, pequenos burgueses, desempregados, marginais, lumpens, em quase todas as partes do mundo estarão irmanados em torno das cores de seus países, torcendo no apoio do esporte competitivo. Essa grande "concentração de atenções", contudo, não é neutra em termos políticos e ideológicos.

Desde o surgimento do capitalismo e sua evolução à fase imperialista no início deste século, o esporte competitivo se desenvolveu como uma prática mundial, universal, isto é, como a forma dominante das atividades físicas. A instituição esportiva, clubes, olimpíadas, a nível nacional e internacional - convênios e acordos - competição num fechoamento de massa, cujo ênfase se multiplicou através da intervenção sistemática do rádio e da televisão.

**ESPORTES E CLASSES SOCIAIS**

Os conflitos esportivos de grande envergadura mobilizam capitais, recursos materiais e humanos, envolvendo, e são resultados de opções políticas concorrentes que beneficiam investimentos de lucro e de prestígio em detrimento das necessidades básicas de populações que vivem na miséria. Além disso, as competições mobilizam a atenção de milhões de pessoas - em todo o mundo - e meio século de jogos da próxima Copa do Mundo, disseminando o narcisismo, por meio da televisão - e essa significação tem suas ramificações reacionárias políticas. O que é fundamental, entretanto, é o fato de que a atividade esportiva está inserida objetivamente no conjunto das relações sociais, econômicas e ideológicas. O esporte não é uma esfera a parte, uma zona neutra. O esporte é uma prática decisiva nos combates eleitorais e na luta de classes. Seria um erro grave decidir que o esporte é uma zona, a política e outra (de um lado a magnífica Copa do Mundo de Futebol, de outro, o "sinistro" terror militar e policial na Argentina).

Não há de um lado os vibrantes e excelentes jogos de futebol de domingo e de outro, a inflação, os despedimentos, a repressão anti-operária da Argentina. Não há uma sociedade de classes, o esporte, a sexualização das relações, a justiça, da polícia, da igreja, da escola é uma instituição que conserva e consolida a ordem estabelecida.

Considerando a infraestrutura econômica, as empresas esportivas funcionam como toda a empresa capitalista: obtêm lucro através do rendimento máximo dos jogadores e atletas, verdadeiros assalariados, obedecendo critérios de atuação, de tempo, altamente qualificados. Também em relação às bases jurídico-políticas, as federações e associações esportivas estão regulamentadas por textos de lei submetidos à intervenção estatal. Finalmente, pelos princípios ideológicos que animam a ordem, do progresso, do trabalho, da disciplina, da competição, isto é, o rendimento esportivo não foge à lógica dominante da sociedade capitalista.

Poderia comparar as relações entre o treinador e seus atletas e a disciplina, o comprometimento e seus objetivos, mesmo espírito de chefe.

**NA ÁREA DAS FABRICAS**

Quando a direção de uma fábrica ou empresa torce competições esportivas e promove jogos de futebol entre os trabalhadores após a árdua jornada de trabalho, ela tem um objetivo preciso: a manutenção e a dominação ideológica da força de trabalho. O esporte é vital à saúde do trabalhador, porém, objetivamente o corpo é doado que se presta à força de trabalho. Além disso, a prática do esporte com os superiores hierárquicos



As instituições desse país foram expostas recentemente em Paris, durante o jogo Brasil x França.

## A Copa dos torturadores (Três brasileiros nas masmorras argentinas)

Pelo e circo, e se possível, circo universal. Os militares argentinos preparam metódicamente o "Mundial", explorando a paixão de um povo, que é também a nossa, a fim de obter uma legitimidade que até agora só foi possível substituir pela força das armas.

**"HONRA NACIONAL"**

O esporte incentiva as massas a uma histeria nacionalista. A "honra nacional" que está em jogo favorece o união de todas as classes e camadas em torno de um mesmo objetivo: a vitória do jogo. O fim das campanhas esportivas é atingir por propaganda política, esportivas e pelo compressor brasileiro, os redos defensores húngaros, a Búfia italiana, o cinema argentino, o "sinistro" terror militar e policial na Argentina.

**COMPLEXO INEXISTENTE**

Flávio Koutzi, um economista gaúcho de 30 anos, dirigente estudantil no ano de 1970, em Buenos Aires, quando terminou o curso de economia, encontrou um apartamento para alugar e para estudar a política ainda sob a cobertura do governo institucional de Isabel Peron.

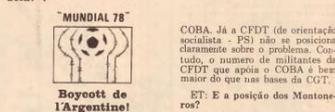
**OS DESAPARECIDOS**

Jorge Alberto Basso, gaúcho como Koutzi, se encontra no Chile presen-

## Futebol, o esporte sem "zona neutra".

**"Nosso saco já encheu, Videla!"**

O COBA - Collectif pour Boycott de l'Organisation par l'Argentine de la Coupe du Monde de Football - desenvolve hoje, em toda a Europa, uma intensa campanha de solidariedade à luta dos argentinos contra a ditadura militar do general Jorge Videla. Essa campanha passa pelo "boicote à Copa do Mundo na Argentina". Um cartaz do COBA apresenta a seguinte legenda: "La coupe débordé, Videla!", que em bom português - quer dizer: "Nosso saco já encheu, Videla!"



O COBA já a CFTD (de orientação socialista - PS) não se posiciona claramente sobre o problema. Contudo, o número de militantes da CFTD que apoia o COBA é bastante maior do que nas bases da CGT.

**COMO SURTIU**

EM TEMPO: Como surgiu o comitê? O COBA não começou a existir em um determinado momento, mas surgiu a partir de uma série de reuniões e discussões. O COBA não começou a existir em um determinado momento, mas surgiu a partir de uma série de reuniões e discussões.

**ET - E a esquerda oficial?**

O PC (Partido Socialista francês) defendida no início que a Copa não se realizasse na Argentina. E, em seguida, o secretário geral, François Mitterrand, declarou que a presença de jogadores franceses era indispensável, mas que a seleção não deveria participar das cerimônias oficiais. Recusou, portanto, o PC (Partido Comunista) se opôs ao boicote deste o início com argumento no mesmo sentido, duplamente equivocados. No plano interno da Argentina, o PC reproduz a argumentação do PC local, segundo a qual é preciso apoiar o general Jorge Videla.

**ET - E a esquerda oficial?**

O PC (Partido Socialista francês) defendida no início que a Copa não se realizasse na Argentina. E, em seguida, o secretário geral, François Mitterrand, declarou que a presença de jogadores franceses era indispensável, mas que a seleção não deveria participar das cerimônias oficiais. Recusou, portanto, o PC (Partido Comunista) se opôs ao boicote deste o início com argumento no mesmo sentido, duplamente equivocados. No plano interno da Argentina, o PC reproduz a argumentação do PC local, segundo a qual é preciso apoiar o general Jorge Videla.

**ET - E a esquerda oficial?**

O PC (Partido Socialista francês) defendida no início que a Copa não se realizasse na Argentina. E, em seguida, o secretário geral, François Mitterrand, declarou que a presença de jogadores franceses era indispensável, mas que a seleção não deveria participar das cerimônias oficiais. Recusou, portanto, o PC (Partido Comunista) se opôs ao boicote deste o início com argumento no mesmo sentido, duplamente equivocados. No plano interno da Argentina, o PC reproduz a argumentação do PC local, segundo a qual é preciso apoiar o general Jorge Videla.

**ET - E a esquerda oficial?**

O PC (Partido Socialista francês) defendida no início que a Copa não se realizasse na Argentina. E, em seguida, o secretário geral, François Mitterrand, declarou que a presença de jogadores franceses era indispensável, mas que a seleção não deveria participar das cerimônias oficiais. Recusou, portanto, o PC (Partido Comunista) se opôs ao boicote deste o início com argumento no mesmo sentido, duplamente equivocados. No plano interno da Argentina, o PC reproduz a argumentação do PC local, segundo a qual é preciso apoiar o general Jorge Videla.

**ET - E a esquerda oficial?**

O PC (Partido Socialista francês) defendida no início que a Copa não se realizasse na Argentina. E, em seguida, o secretário geral, François Mitterrand, declarou que a presença de jogadores franceses era indispensável, mas que a seleção não deveria participar das cerimônias oficiais. Recusou, portanto, o PC (Partido Comunista) se opôs ao boicote deste o início com argumento no mesmo sentido, duplamente equivocados. No plano interno da Argentina, o PC reproduz a argumentação do PC local, segundo a qual é preciso apoiar o general Jorge Videla.

**ET - E a esquerda oficial?**

O PC (Partido Socialista francês) defendida no início que a Copa não se realizasse na Argentina. E, em seguida, o secretário geral, François Mitterrand, declarou que a presença de jogadores franceses era indispensável, mas que a seleção não deveria participar das cerimônias oficiais. Recusou, portanto, o PC (Partido Comunista) se opôs ao boicote deste o início com argumento no mesmo sentido, duplamente equivocados. No plano interno da Argentina, o PC reproduz a argumentação do PC local, segundo a qual é preciso apoiar o general Jorge Videla.

**ET - E a esquerda oficial?**

O PC (Partido Socialista francês) defendida no início que a Copa não se realizasse na Argentina. E, em seguida, o secretário geral, François Mitterrand, declarou que a presença de jogadores franceses era indispensável, mas que a seleção não deveria participar das cerimônias oficiais. Recusou, portanto, o PC (Partido Comunista) se opôs ao boicote deste o início com argumento no mesmo sentido, duplamente equivocados. No plano interno da Argentina, o PC reproduz a argumentação do PC local, segundo a qual é preciso apoiar o general Jorge Videla.

# ANEXO 4 - "As Mulheres se organizam".

## QUESTÃO DE MULHERES



PARAR das reivindicações de muitos, a luta das mulheres chegou ao Brasil. A princípio relutante, e certo. Os primeiros grupos: O Centro da Mulher Brasileira, no Rio, o Jornal Brasil Mulher reivindicaram principalmente a organização e participação das mulheres nas lutas mais gerais da sociedade — por liberdades democráticas, pela justiça, por liberdade de organização. Mas ao pouco vão surgindo também os temas específicos da opressão das mulheres: a dupla jornada de trabalho, a invisibilidade de creches, a utilização indiscriminada dos métodos anti-concepcionais, as desigualdades no acesso ao trabalho e aos salários. Mas ainda estes temas repercutem nos vários setores da sociedade e de repente a questão da mulher chega aos sindicatos, aos grupos de mães e até à televisão.

A opressão da mulher, diz Sheila Rowethman, não é uma condição moral, mas sim uma experiência social e histórica. A vivência quotidiana desta opressão e a trajetória destas mulheres, é o que as leva da consciência individual à necessidade de formar grupos e de lutar.

Divididas por sua situação de classe, algumas escavam ao papel de servas domésticas que lhes é designado pela sociedade, transferindo sua consciência a outras mulheres.

Eduçadas umas e outras para a submissão, para a reprodução, idealizadas ao mesmo mundo que faz, quando jogadas no mercado de trabalho, serem soma a necessidade de equipamentos coletivos e creches que estejam em condições de cuidar das crianças. Tudo é feito para as "mãezes" que não trabalham ou que trabalham em condições precárias.

Finalmente o próprio corpo da mulher é transformado em objeto de consumo e de violência. É sobre o direito a uma assistência médica eficaz na contracepção, a proteção na gravidez e na maternidade, o direito básico de dispor de seu corpo e decidir sua maternidade.

Marginalizadas na vida política e social as mulheres por muitos anos apenas serviram de voto às lutas políticas. Hoje as herdeiras desta história silenciosa tomam a palavra, nos grupos, nos sindicatos, nos círculos de mães, na imprensa, reivindicando o direito de serem ouvidas e de serem respeitadas.

O espaço que elas abrem aqui hoje, é de todas as que querem ocupar.

### Movimento das mulheres pela liberação (R.G.S.)

#### Vivemos a opressão que uns poucos exercem sobre muitos

No começo éramos poucas. Algumas companheiras chegadas do exterior no decorrer da segunda metade do ano 78 entraram em contato e de continuaram aqui a luta contra a opressão da mulher, na qual se haviam empenhado. Ao chegar juntaram-se ao pequeno e único núcleo de mulheres existentes em Porto Alegre naquela ocasião, grupo que tinha à época a preocupação de estudar a problemática feminista.

Em um contínuo e grupo, nossas companheiras procuraram ampliar o número de participantes estimulando contatos a todas as mulheres interessadas.

Existem divergências de concepção quanto à forma de se levar um trabalho dentro de um grupo feminista, impossibilitando que houvesse uma atuação em conjunto, o que provocou a ruptura com o grupo, a que nos apegamos.

Partimos em nossa de várias formas de organização baseadas num relacionamento mais solitário, sem autoritarismo e agressividade. Nosso objetivo tem sido o de nos reproduzirmos em compromissos tradicionais em grupos mistos onde dominam a masculinidade e a competitividade.

O histórico ficou pelas companheiras que participaram do I Encontro Nacional de Mulheres, no Rio de Janeiro, sobre o que vivamos, oprimidas e liberadas, foi o que vivamos o início de nossas atividades. No oculto continuávamos já com 12 mulheres no grupo.

Como ponto de partida, optamos por nos informar e proporcionar ao grupo nossas convicções sobre a questão feminista, incluindo então uma fase de estudos e discussões de textos.

Após de algum tempo, diante da necessidade evidente que passamos a sentir de termos uma atuação a nível prático nos diferentes setores da sociedade, inserindo o grupo no processo político e social que o país vive. Em Trevo esse estado trabalhando em subgrupos, nos

# As Mulheres se organizam

Grupos que lutam pela liberação da mulher, contam um pouco de suas histórias e de seus projetos.

## Nós Mulheres

### Somos uma transformação radical da sociedade em que vivemos

Somos cerca de 30 mulheres. Estamos neste momento, em fase de reestruturação, passando a ser conhecidos como o Grupo Nós Mulheres. Há cerca de 3 anos de trabalho e discussão, onde o Jornal Nós Mulheres foi nosso principal porta-voz. Uma série de problemas, que se desde nossa organização interna, questões financeiras até a própria dificuldade de se concretizar um projeto feminista no Brasil, hoje, levamos a romper com a publicação. Contudo, o grupo não se desfez. Continuamos atuando, ainda que de forma fragmentada. Ademais, o impulso dado pelo I Congresso da Mulher Brasileira, em março deste ano, e todo o movimento de mulheres controlado por que adquirimos novas forças e retomamos de forma sistemática nossas atividades, realizando novas reuniões e perspectivas de trabalho. O fato que aqui apresentamos explicita nossa concepção de feminismo, e o resultado das discussões em torno dessa reestruturação. Realizamos o mesmo princípio que pautou a existência do jornal há três anos atrás: a consecução do imperativo de lutarmos contra todas as formas de opressão que sofremos enquanto mulheres, e que para nós significa luta pela transformação radical da sociedade em que vivemos.

#### A experiência do

**Nós Mulheres**  
O grupo surgiu desde 1974 em torno do jornal Nós Mulheres, optou por uma organização de trabalho que compusesse uma democracia interna a mais ampla possível, paritário da igualdade de direitos e deveres de cada uma de suas participantes. A nossa preocupação era atingir uma flexibilidade dos papéis de responsabilidades, que respeitasse as potencialidades criativas de cada uma. Nossos editoriais eram feitos por qualquer uma de nós, as matérias sugeridas pelas participantes e as decisões mais importantes tomadas em conjunto. O grupo portava-

### Coletivo das mulheres do Rio de Janeiro Assumir nossas vidas como sujeitos delas

Somos um grupo de aproximadamente cinquenta mulheres de gerações diferentes e vivências distintas em algum momento em épocas diversas, procuramos o Centro da Mulher Brasileira, único espaço no Rio de Janeiro onde acreditávamos que poderíamos encontrar uma perspectiva de luta feminista. Levávamos conosco inúmeras questionamentos sobre nossa condição, muitas dúvidas, algumas idênticas, uma enorme necessidade de intercambiar experiências e de trabalhar objetivos coletivamente, a partir do despertar da consciência da opressão específica que sofre o nosso sexo.

Cão encontrando a que esperávamos decidimos deixar o CMB e procurar o nosso próprio caminho. Nosso objetivo não era a multiplicação de espaços feministas no Rio. Estava na cabeça de cada uma de nós a ideia de criar grupos onde comportamentos autoritários e agressivos não se estabelecessem. Onde pudéssemos nos relacionar de forma afetiva, com muita camaraderagem, e discutissemos a nossa vivência, a nossa sexualidade, nossa classe de transeuntes e de confiança mútua. Desde modo os grupos não teriam uma vinculação burocrática a um único espaço e nossas reuniões não reproduziam modelos sociais vigentes de hierarquia e competitividade. A ideia de funcionamento criada na própria vivência desses grupos, a partir das suas necessidades.

Com estas expectativas nos encontramos em reuniões de trabalho e grupos de "auto-consciência", que consideramos de fundamental importância para o nosso desenvolvimento e através dos quais formamos vivências nossas transformações pelas atividades que nos integramos. A prática desses grupos tem por objetivo ampliar o nível de consciência dos problemas feminis-

## Associação das Mulheres (S.P.)

### A luta feminista é válida para todas as mulheres

A Associação das Mulheres, criada em 1976 e até 1978 vinculada ao jornal "Nós Mulheres", tem-se caracterizado, em sua curta história, pela procura constante de alternativas concretas que contribuam para o fortalecimento do movimento de mulheres no Brasil. Definindo-se como uma associação feminista, tem refletido sobre as questões centrais que se colocam a luta feminista no Brasil acreditando que essa luta é válida para todas as mulheres, já que todas sofrem algum tipo de opressão ou discriminação, embora com maior ou menor intensidade dependendo de classe social a que pertencem. Procura então desenvolver práticas concretas que traduzam sua concepção de feminismo no âmbito do trabalho e da vida cotidiana. Procura então desenvolver práticas concretas que traduzam sua concepção de feminismo no âmbito do trabalho e da vida cotidiana. Procura então desenvolver práticas concretas que traduzam sua concepção de feminismo no âmbito do trabalho e da vida cotidiana.

#### Um movimento autônomo

A Associação concebe o movimento feminista como um movimento autônomo que não se coloca nem deve se colocar a parte dos movimentos gerais de luta por maior participação e transformação da sociedade, mas que, sem diluir-se nessas possibilidades, as mulheres a discussão de seus problemas, em formas de luta por elas definidas, não implicam necessariamente na ideia de que a dupla militância das mulheres (situação nos movimentos de mulheres e em partidos, sindicatos, associações, etc.) é possível e desejável para que as reivindicações que dizem respeito diretamente à mulher possam ser compreendidas e atendidas por todos.

Para a Associação não há contradição em termos socialistas, democráticos e feministas, as duas coisas estão ligadas em sua origem: a opressão feminista é uma das formas de opressão que caracteriza a sociedade dividida em classes e autoritárias, atingindo portanto também aos homens.

No momento que se vive hoje no Brasil, o movimento de mulheres como um todo deve expressar o desejo de uma unidade em torno de questões definidas, como prioridades a cada momento de luta, o que significa concretamente, um esforço conjunto dos diferentes

grupos, com concepções diversas de feminismo, que representem diferentes classes ou setores de classes sociais, para a definição dessas prioridades.

O que fazemos  
A Associação tem lutado pelo fortalecimento da Coordenação de Grupos de Mulheres (criada a partir do I Congresso da Mulher Paulista em março deste ano). Da mesma forma tem participado do Movimento de Luta por Creches, editado pelo Caderno com textos que contêm a experiência do movimento feminista em outros países e sua relação com partidos e sindicatos ("O Movimento de Mulheres na Espanha", "As Mulheres e os Sindicatos") e lançou recentemente o Caderno no 1 contendo textos dos principais grupos feministas brasileiros, a respeito de suas concepções. Está preparando também, em conjunto com mulheres de outros grupos uma publicação sobre a história do movimento de mulheres no Brasil de 1974 a 84, numa tentativa de recuperar o caráter e a importância desse movimento em nossa história recente.

A Associação redige também o boletim destinado à clientela do SGP (Serviço de Orientação da Família), através de publicações significativas concretamente um esforço de discussões e trabalho conjunto com estes grupos (SOP e ADC).

Internamente os grupos de estudo em funcionamento na Associação desenvolvendo discussões em torno de dois temas: sexualidade feminina e mulher e trabalho. São grupos que contam com a participação de mulheres e de homens, que dizem respeito diretamente à mulher, porém não compreendidas e atendidas por todos.

No momento a Associação se dedica à análise da questão da mulher na nova CLT, tema de importância fundamental e que diz respeito a todas as mulheres trabalhadoras, sejam elas de que camada social forem.

Há muitas diversas atividades sendo programadas, tais como a produção e debate de filmes sobre questões feministas as mais diversas, e organização de um arquivo de dados sobre a matéria, atividades abertas à participação de qualquer pessoa interessada.

Associação das Mulheres  
Rua Artur de Azevedo, 121-A



## EM TEMPO!



## ANEXO 5 – “Mulher Metalúrgica” – I Congresso em São Paulo, em coautoria com Antonina Silveira e Rosa Moisés.

# sindical

# 7

## Mulher metalúrgica

### Vai começar o I Congresso em São Paulo

O I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo começa no dia 31, sexta-feira. Nesta página, a trabalhadora na CLT e no novo projeto do governo, relatos de metalúrgicas e exemplos das discriminações a que são submetidas

Por Elisabete Souza Lobo, Antonina Silveira e Rosa Moisés

**A**s principais reivindicações das metalúrgicas tratam da igualdade salarial, da melhoria das condições de trabalho, de creches e do direito ao exercício profissional. Além disso, de uma maior participação sindical e política da mulher metalúrgica.

As organizadoras do I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo estão até aqui de tarefas. E, ainda por cima, enfrentando a repressão dos órgãos de segurança e as perseguições dos patrões nas portas das fábricas.

Para boicotar o Congresso, que começa na sexta-feira e só termina no domingo, os patrões estão com várias tramas. Os da Sami programaram uma churrascada gratuita no domingo. Os da Matarazzo, uma viagem para os funcionários durante o fim de semana. Já outros convocaram as operárias para as tradicionais horas-extras nos dias do Congresso.

### Debaixo do Estado, do pai do marido e do patrão.

**S**em consultar as trabalhadoras, o governo tirou do bolso uma nova regulamentação para o trabalho da mulher. No projeto da CLT, a alteração principal é a que diz respeito ao trabalho noturno das mulheres utilizando o princípio correto de igualar homens e mulheres no mercado de trabalho e abolir o protecionismo que terminava em desvantagem para as trabalhadoras. O governo agora vai permitir que as mulheres trabalhem à noite para atender a “interesse nacional relevante”, isto é, para que as empresas possam cumprir contratos de exportação. Novidade que data de 1967, quando foi introduzida para a indústria do couro e que agora vai beneficiar outros setores.

Assim, fica decretada a “igualdade” entre homens e mulheres. Mas os problemas específicos das mulheres que trabalham é claro, ficam de lado. Não há nenhuma melhoria no que diz respeito às creches, à proteção à maternidade, às condições de trabalho na fábrica e às condições de saúde.

Sobre isso, as próprias metalúrgicas de São Paulo falam:

**Creches na fábrica e para todas as idades**

Arlete é metalúrgica há 5 anos. Seu filho, Alexandre, de um ano, nunca teve uma creche. Fica com a avó, vizinhas, amigas. Arlete sai às 5 horas da manhã de casa e volta às 8 da noite. Grávida, trabalhou até 8 meses e meio, carregando barras de ferro que apóia na barriga. Deitou o trabalho para cuidar do filho e quando voltou a procurar emprego escondia que tinha filho até passar o período de experiência. Na fábrica, diz ela, há muita mãe solteira morando em pensão que não aceita crianças e todas têm o mesmo problema: querem creches na fábrica para crianças de todas as idades. Os horários das creches tem que ser os de trabalho, nenhuma creche de bairro abre às 5 da manhã. E precisam de transporte para levarem as crianças porque “senão não dá”.

**Se o trabalho noturno passar, a gente trabalha porque precisa.**

Lúcia, aos 12 anos operária na confecção, aos 24, metalúrgica desempregada, trabalhava das 5 h da manhã às 2 da tarde. As 3 da madrugada já dormia e terminava o dia. Para fazer trabalho sindical não dormia; amendava reuniões com trabalho prego, se dormisse, não conseguiria mais acordar. Diz que cada vez mais se vê mulheres trabalhando à noite. Para ela, é claro que as empresas vão substituir os homens pelas mulheres no trabalho noturno, porque elas coagidas pela falta de trabalho, vão aceitar salários inferiores.

**Mulher faz trabalho especializado mas ganha como ajudante**

A grande maioria das metalúrgicas são ajudan-

tes gerais. O acesso às escolas profissionais é difícil, muitas vezes impossível.

Inácia tem 5 filhos e quer trabalhar em eletrônica mas como só tem o primário não é aceita nas escolas profissionais públicas. Lurdinha é a única mulher entre 400 homens no SENAI da Móoca. Cida já trabalhou na precha, como ferramenteira, mas sempre com salário de ajudante.

Além do trabalho produtivo, muitas vezes as operárias fazem “trabalho de mulher”, varrem o chão, limpam banheiro. “A gente é educada para servir”, diz Lúcia. “Passa da casa para a fábrica, obedece o pai, o marido, o patrão. O chefe chama a gente de vaca, vagabunda, e a gente baixa a cabeça e chora”.

### O medo que não é só do patrão

Os problemas das trabalhadoras, contudo, não se resumem aos patrões. Na maioria das vezes, os próprios maridos, pais e namorados hesitam em aceitar uma atitude diferente por parte das mulheres, quando estas abandonam sua submissão secular, passam a discutir seus problemas com as trabalhadoras, e percebem a necessidade de se organizar. Para estas, as dificuldades de atuação são inúmeras, a tarefa é dupla: convencer o grupo familiar de que a mulher é uma aliada na luta da classe trabalhadora e encontrar formas de difundir a luta entre as companheiras. «O marido não entende, mesmo os que têm uma certa consciência, ele fica inseguro, tem medo da mulher começar a entender mais do que ele, isso é um perigo para o machismo dele, a insegurança de que ela encontre outro melhor do que ele», diz Lúcia.

### É preciso participar

As metalúrgicas se dão conta de que não são só os homens que precisam se organizar. Participar quer dizer para elas discutir seus problemas específicos mas também integrar a luta do conjunto da classe, vencendo a timidez e o isolamento.

Entre a realidade das metalúrgicas, suas reivindicações e esperanças e a CLT que vem apenas sancionar o autoritarismo e a exploração presentes no cotidiano de cada trabalhadora há um espaço de luta.

### A trabalhadora e a legislação

	CLT atual	O projeto do governo
<b>JORNADA DE TRABALHO</b>	8 horas diárias mais 2 horas extras excepcionalmente 12 hs. c/ 25% de aumento salário-hora	a prorrogação da jornada de trabalho depende de atestado médico
<b>TRABALHO NOTURNO NA INDÚSTRIA</b>	é limitado às indústrias de produtos perecíveis e manufaturas de couro que mantenham contratos de exportação (modificação introduzida em 1967)	é permitido sempre que atenda ao interesse nacional relevante, ouvindo os sindicatos de empregadores, sob apresentação de atestado médico.
<b>CONDIÇÕES DE TRABALHO</b>	proíbe o trabalho na mineração, atividades perigosas ou insalubres deve atender a condições mínimas de saúde, higiene, limita o emprego da mulher a atividades que exijam força muscular superior a 20 kg no trabalho continuado e 25 kg no trabalho ocasional.	nenhuma modificação
<b>PROTEÇÃO À MATERNIDADE</b>	licença de 4 semanas antes do parto e 8 depois, com possibilidade de mais 2 em casos excepcionais garante salário-maternidade integral permite a ruptura de contrato se o trabalho for prejudicial à saúde da gestante prevê 2 semanas de repouso em caso de aborto necessário prevê 2 descansos de meia hora cada para amamentar o filho até 6 meses, prorrogáveis prevê creches-berçários nas fábricas com mais de 30 mulheres de mais de 16 anos, ou subvenção de creches distritais os berçários devem ter saletas, cozinha dietética e instalação sanitária.	nenhuma modificação nenhuma modificação nenhuma modificação nenhuma modificação prevê creches e berçários nas fábricas com mais de 30 mulheres de creches distritais assegura o emprego até o fim do período de pagamento do salário maternidade.

### Enfrentando as condições de trabalho

dois salários mínimos, especialmente na faixa de 25 a 29 anos. E acentuadamente maior o número de mulheres que possuem

HOMENS E MULHERES METALÚRGICAS GANHANDO ATÉ 2 SALÁRIOS MÍNIMOS:			AS EMPRESAS METALÚRGICAS PAGAM MENOS ÀS MULHERES		
	Homens	Mulheres	Media Salarial		
Primário completo	50,8	84,2	Homens 3.864,00		
Ginásio completo	30,4	52,0	Homens 5.600,00		
Colégio completo	9,5	27,1	Mulheres 3.466,00		

SETORES QUE MAIS EMPREGAM MULHERES PROPORCIONALMENTE AOS HOMENS					
Material Elétrico		Mecânica		Oficinas	
1 Mulher	4 Homens	1 Mulher	7 homens	1 Mulher	9 Homens
Automobilística		Metalúrgica			
1 Mulher		13 Homens		1 Mulher	
SETORES QUE PAGAM MENOS ÀS MULHERES					
Material Elétrico		Oficinas			
Salários	Homens	Mulheres	Salários	Homens	Mulheres
Acima de 3.721,00	36,15	8,61	acima de 3.721,00	42,23	29,10
abaixo de 3.721,00	63,85	91,40	abaixo de 3.721,00	57,76	71,79
Metalúrgica					
Salários	Homens	Mulheres			
acima de 3.721,00	58,68	43,81	Pelo estudo concluiu-se que crescem as consequências dessa medida em que tendem a ser substituídos por elas ou a terem seus salários reduzidos.		
abaixo de 3.721,00	41,31	56,19	sofrem as consequências dessa medida em que tendem a ser substituídos por elas ou a terem seus salários reduzidos.		

EM TEMPO 79 — 30/8 a 5 de setembro 1979

## ANEXO 6 – “As mulheres fazendo política”.

# gerais

## as greves e a ditadura

O operário não arrisca a pele quando sabe que as chances de vitória são pequenas. É nesse sentido que se pode dizer que a greve dos metalúrgicos paulistas é o corolário das greves de 1979. Por um lado foram magnífimos, senão nulos (ou até negativos) os saldos dos ganhos salariais sobre a inflação. (O IBGE dá em média 3,3%). Por outro, aumenta o desemprego. Este quadro para o trabalhador é tão objetivo quanto as bombas da polícia. E na ausência de uma organização mais sólida não dá outra.

Põe-se então como necessidade a confluência de 2 fatores o salto político, a politização do movimento popular e o avanço organizativo do movimento reivindicatório. A política dando maior coesão aos movimentos isolados e a força dos movimentos isolados ganhando homens para a política.

É uma tarefa para todos. Para a CUT e para o PT especialmente. Os 3 milhões de trabalhadores que fizeram greve este ano terão aprendido que o movimento geral tem que ter como norte a derrubada do império das conquistas salariais e melhoria de vida: a ditadura militar.

(Francisco Paulo Cipolla)

## greve na polícia gaúcha

Na quarta-feira, dia 28, a Polícia Civil de Porto Alegre entrou em greve branca, solicitando um aumento salarial de 100 por cento. Significa que são serão presos os criminosos em flagrante delito, enquanto não forem atendidas as reivindicações.

O movimento foi organizado com as mesmas técnicas de uma greve qualquer, inclusive um manifesto assinado por um Comando Geral de Greve andou rodando pelas delegacias de polícia. Nele se lê a declaração dos objetivos do movimento: “Nós, um grupo de policiais unidos, resolvemos colocar em ação o pensamento da classe policial, já que até agora estamos sendo “saco de pancada” da campanha desenfreada contra a ação da polícia”. Em um trecho destinado ao governador do Estado, os policiais solicitam “de imediato 100 por cento de aumento em nossos vencimentos”.

E para refrescar a memória do governador: “Lembre Sua Excia que nós sempre estivemos calados e coesos em apoio a V. Excia que sempre fomos nós que diante de manifestações públicas das outras classes, defendemos a segurança de Vosso Governo”.

Terminamo manifesto com as seguintes palavras de ordem: “Por um natal digno de um cidadão policial; por uma sociedade mais voltada para o homem policial; para maior sensibilidade para os problemas da segurança; por melhores salários à classe policial”.

No mesmo tempo que acontecia a greve branca, junto ao pátio do prédio central da Polícia Civil foram encontrados restos humanos enterrados. Sábado acharam-se dois pés e uma perna. Segundo a polícia o fato deve-se a que um caçorro escava os restos no cemitério e os enterra no pátio da polícia. Só que para realizar essa proeza ele tem de praticamente atravessar a cidade.

(Da sucursal)

EM TEMPO 93 • 5 a 12 de dezembro de 1979

## as mulheres fazendo política

Mulheres que participam dos movimentos contra a carestia, por creches e das associações de bairros; a deputada Irma Passoni a vereadora de São Bernardo, Ivonne Soares; encontraram-se domingo dia 21 em São Bernardo para discutir a participação política da mulher, sua importância e suas dificuldades.

Por que as mulheres não participam da vida política? A resposta mais frequente foi a de que é necessário conscientizar. As mulheres apontaram “o egoísmo”, “a acomodação”, “o medo”, a sobrecarga de trabalho e muitas vezes a dificuldade de fazer os maridos aceitarem que elas saiam de casa.

Mas, segundo elas, “depois que entra na cabeça da gente que é importante fazer isto, a gente deixa o marido, deixa a casa suja e sai pra rua”.

As mulheres no encontro de São Bernardo mais uma vez denunciaram a escandalosa inexistência de creches públicas. O Estado pretende construir uma nova capital, organiza corais monstros, mas dinheiro pra creche não há.

A vereadora Ivone Soares propôs a criação de um Fundo de creche com a participação das prefeituras, do Estado e do governo Federal, mais o financiamento das empresas para criar creches nos bairros cogeridas pela comunidade.

Mas o problema das creches vai mais longe. No próprio encontro não havia creche e as crianças ficaram fechadas no anfiteatro ou em salas enquanto as mães constantemente solicitadas pelos filhos não conseguiram participar tranquilamente.

Será que os pais não podiam ter ficado com os filhos no domingo? Será que é tão caro organizar uma

creche para os bebês e atividades para os mais velhos nas amplas instalações da prefeitura de São Bernardo. Boa vontade não é suficiente. As mulheres precisam começar convencendo os maridos, a sociedade, os partidos, os militantes políticos de que elas não têm como única função social cuidar de seus filhos. E o conjunto da sociedade, que dizer, cada um de nós, e não apenas um Estado distante, que temos que criar o espaço das crianças e obrigar este Estado distante, que não é nosso, a reconhecer nossa luta.

Houve tempo para falar de creches e também para contar. As mulheres esquecidas se viram nos “slides”

(Elizabeth Lobo)

## nove anos nos cárceres

Antonio Pinheiro Salles foi preso no dia 12 de dezembro de 1970 às 17 horas numa rua do bairro de Menino de Deus em Porto Alegre e ele mesmo se surpreende com os recursos da memória “para preservação daquilo que reputa como essencial”. “Se não quiser sonhar as profundezas desse tempo verifico que, sendo tão densas as trevas em determinados momentos, não mais consigo localizar muitos dos fatos cujas marcas ainda permanecem em minha carne”.

O seu livro - “confesso que peguei em armas”, Ed. Vega, 1979 - é a narrativa do que viveu nesses quase 9 anos, embora esteja consciente, como ele mesmo diz, “que nenhuma boca humana poderia descrever o que sofri, presenciei ou soube ter acontecido a outros companheiros, especialmente no curso desses anos”. No entanto o leitor não encontrará nenhuma auto-consideração no seu depoimento. Há sim - e muito - o orgulho ao constatar o abismo que separa a estatura humana dos revolucionários da dos seus algozes.

Por suas páginas passam como heróis o delegado Pedro Seelig, o inspetor Nilo Havelha que se comprazia em urinar na cara dos presos, o major Átila e outros exemplos dos tipos humanos que ajudaram a edificar este país. Enquanto os rádios das delegacias tinham seus volumes elevados ao máximo para proteger o ouvido dos vizinhos, os homens de ouro do regime entravam em ação. Abençoados pela fotografia do presidente Médici, fixada para sempre nas retinas de Pinheiro, no meio das sessões de tortura que lhe mostraram na carne a verdadeira face do “milagre brasileiro”.

Leia-se hoje os discursos empolpados e grandiloquentes dos nossos chefes militares e compare-se com a prática dos seus agentes para ver aonde está sua dignidade perdida. Nesse pequeno livro está a crônica dos porões do regime, que começa a ser escrita pelos que os conheceram e sobreviveram para contar. Nós temos o dever de saber, por mais terrível que seja. Porque Pinheiro Salles não é nenhum desgostoso com a vida. Na mais horripilante das experiências - vivida sob silêncio enquanto a boa sociedade desfrutava as delícias da “paz social” e da TV a cores e sua imprensa exortava contra os horrores do comunismo - ele pode também aprender a força da solidariedade. Paulo, Damazio, Chagas, Angeli, Clayton e vários outros, estão entre seus companheiros de calabouço, revelando a outra face dessa miséria, a grandeza humilde de idealistas.

Evidentemente que há aí toda uma prática e concepção da luta política contra o regime capitalista que necessita ainda passar por uma profunda crítica. Mas nenhuma crítica empana o valor desses companheiros e de seus depoimentos. Como bem diz Luiz Eduardo Greenhalg na apresentação do livro, “Alguém tinha de gritar aos quatro cantos do país, que não é verdade que fossem terroristas. Eram, são e serão revolucionários. Os vivos e os mortos e os desaparecidos”.

(Eder Sader)

## as mãos amarradas

Esvaziadas de suas funções maiores, como deliberar para onde vai o dinheiro público, as Câmaras Municipais, vez por outra, travam escaramuças com os omipotentes Executivos “biónicos”. Na sexta-feira, 30 de novembro, a Câmara de Porto Alegre travou uma dessas batalhas, que adquire nítido significado político.

Utilizando sua maioria de dois terços, o MDB rejeitou o voto do prefeito “biónico” Guilherme Socias Villela ao projeto de lei do vereador Antonio Cândido, o “Bage”, que dava o nome de Sargento Manoel Raimundo Soares a uma rua da cidade com o indicativo “Mártir da Resistência Democrática”.

O prefeito Villela alegou que o processo que apurou a morte do Sargento Raimundo não concluiu pela culpabilidade de ninguém, julgando improcedente a denúncia, por falta de provas. A Câmara, porém, não levou muito em consideração as formalidades jurídicas apresentadas pelo prefeito e manteve sua decisão em cima dos acontecimentos que são bem conhecidos dos portoalegrenses. Em 1966, após ser preso pelo Deps e pelo Exército, o sargento Raimundo sumiu. Seu corpo foi encontrado posteriormente bitando no rio Guaíba com as mãos amarradas. Na defesa afirmou: “Nós não queríamos somente homenagear Raimundo Soares, mas também homenagear os 380 assassinados nesta negra e turra a cidade que dura 15 anos.” (Sucursal de Porto Alegre)

## terroristas atacam de novo

Terça-feira passada, dia 27, o GAC — Grupo Anti-Comunista — renouou em Belo Horizonte. As 23:15 horas, uma bomba (provavelmente uma banana de dinamite, segundo avaliação dos peritos) explodiu debaixo da janela da sala de reuniões da União dos Trabalhadores do Ensino, estilhaçando as vidraças. Não houve vítimas, uma vez que os dez membros da entidade que estavam reunidos no local já haviam saído. No dia anterior, a diretoria da UTE-MG havia recebido um convite para comemorar a Intentona com a assinatura da TFP.

Na mesma noite, praticamente no mesmo horário, um outro explosivo atingiu a igreja de São Francisco das Chagas, local usualmente utilizado pelo Movimento Feminino pela Anistia para suas reuniões.

Enquanto isso, Dona Helena Greco, conhecida personalidade do movimento pela anistia, recebia em casa um telefonema de uma pessoa que disse ser seu amigo e que lhe comunicou laconicamente: “Arrebrantaram uma igreja. A coisa em São Paulo está preta. E a situação vai se agravar aí em Minas. É melhor que a senhora tome precauções”.

Os membros da União Metropolitana de Estudantes Secundaristas também receberam um telefonema na mesma noite: “Estão explodindo a cidade e vocês vão ser premiados hoje”. Ameaça que felizmente não se verificou até o momento.

Na porta da UTE, com três indivíduos dentro, estacionaram no local da explosão e inquiriram de maneira suspeita alguns vizinhos sobre o atentado, querendo saber se vizinhos teriam visto os seus autores. Apesar dos insistentes pedidos dos vizinhos no sentido de que os policiais chamados ao local inquirissem os estranhos eles se retiraram tranquilamente a seguir sem serem importunados.

Apenas de maio a setembro deste ano, 27 atentados ocorreram contra entidades e personalidades da oposição em Minas. Mas o GAC, ou MAC ou simplesmente CCC não têm com o que se preocupar: se depender das autoridades do Estado eles nunca serão importunados. Dois dos integrantes mais importantes do grupo já foram publicamente denunciados pelo ex-agente da repressão Nelson Sarmiento através do jornal EM TEMPO, nº 74, logo após o último atentado ocorrido ao jornal. São eles: Afonso de Araújo Paulino, dono do Jornal de Minas, e Luis Alberto Jansen. (Sucursal Belo Horizonte).

## ANEXO 7 – “A mulher vista pelos(as) políticos(as)”, em coautoria com Olga Modesto e Rosa Moisés.

19

# Muitas questões para uma nova década

## Sexualidade e aborto não são mais tabus.

O último dia do ano não é o último dia do tempo”, diz o poeta. Para as mulheres especialmente o fim dos anos 70 é apenas um começo. Na história, quando uma sociedade se encontra amoriada e algemada, aquelas que parecem os menos perigosos, os inofensivos, os submissos, começam a se mover lentamente entre as sombras tocando um trabalho paciente de formação, as frágeis malhas de revolta e da resistência.

Este tem sido o papel das mulheres. E no Brasil também foi assim.

De repente as mulheres surgiram. No movimento da Anistia, no movimento do custo de vida, nos sindicatos, nos clubes de mães, nos grupos de mulheres. Em todas as cidades, nos bairros, nas Universidades. Falavam de liberdade de organização, de creches, de desigualdade de salários entre homens e mulheres, das discriminações, da dupla jornada de trabalho. E agora também da violência específica de que são vítimas, da sua sexualidade, da contracepção e do aborto.

Seu objetivo é a libertação cultural e econômica da mulher que, como disse Sheila Rowbothan, “passa pela criação de uma sociedade na qual se cesse de roubar a vida às pessoas e na qual as condições de produção e reprodução não dependam mais de sexo, da raça ou da classe social”.

Este tem sido o papel das mulheres. E no Brasil também foi assim.

De repente as mulheres surgiram. No movimento da Anistia, no movimento do custo de vida, nos sindicatos, nos clubes de mães, nos grupos de mulheres. Em todas as cidades, nos bairros, nas Universidades. Falavam de liberdade de organização, de creches, de desigualdade de salários entre homens e mulheres, das discriminações, da dupla jornada de trabalho. E agora também da violência específica de que são vítimas, da sua sexualidade, da contracepção e do aborto.

Seu objetivo é a libertação cultural e econômica da mulher que, como disse Sheila Rowbothan, “passa pela criação de uma sociedade na qual se cesse de roubar a vida às pessoas e na qual as condições de produção e reprodução não dependam mais de sexo, da raça ou da classe social”.

Este tem sido o papel das mulheres. E no Brasil também foi assim.

De repente as mulheres surgiram. No movimento da Anistia, no movimento do custo de vida, nos sindicatos, nos clubes de mães, nos grupos de mulheres. Em todas as cidades, nos bairros, nas Universidades. Falavam de liberdade de organização, de creches, de desigualdade de salários entre homens e mulheres, das discriminações, da dupla jornada de trabalho. E agora também da violência específica de que são vítimas, da sua sexualidade, da contracepção e do aborto.

Seu objetivo é a libertação cultural e econômica da mulher que, como disse Sheila Rowbothan, “passa pela criação de uma sociedade na qual se cesse de roubar a vida às pessoas e na qual as condições de produção e reprodução não dependam mais de sexo, da raça ou da classe social”.

## A mulher vista pelos (as) políticos (as)

Por Olga Modesto, Rosa Moisés e Elizabeth Souza Lobo

Inegavelmente a década de 70 foi marcada pelo ascenso dos movimentos populares e entre eles o movimento das mulheres. As mulheres lutam por creches, por uma divisão igualitária do trabalho doméstico, por salário igual a trabalho igual, contra a discriminação profissional, contra a violência e a opressão sexual de que são vítimas.

Estas lutas são levadas pelos grupos de mulheres, nos partidos e nos sindicatos — onde há até bem pouco estavam esquecidas. O feminismo está pois na ordem do dia.

Qual é sua opinião sobre ele e sobre a necessidade das mulheres se organizarem de forma autônoma?

**Almino Affonso**

**Machismo: um atentado contra a cidadania**

Considero o movimento feminista, que se vem desenvolvendo nos últimos anos, um dos fatos mais significativos do processo de democratização da sociedade brasileira.

A discriminação contra a mulher, expressa tanto em normas jurídicas quanto nas relações sociais, atenta contra a natureza igualitária da cidadania.

Não é possível construir um grande país se metade de sua população, constituída de mulheres, é relegada a um segundo plano. Com frequência, ao se dizer que a questão feminina é um falso problema, tendo em vista que ela já está inserida na temática da exploração social.

Mas é preciso também ter consciência de que os padrões culturais ainda vigentes legitimam discriminações contra a mulher, nos mais diversos planos: na sua liberdade sexual, no seu direito de acesso ao emprego, na igualdade salarial, na posição secundária como dona de casa, e até no direito de ler e vir.

Há, portanto, especificidade a ser tomada em conta na luta feminina, que se confunde, a meu modo de ver, com a resistência à dominação machista que existe, é bom lembrar, em todos os setores sociais, inclusive na classe operária e no campesinato.

**Mancina Conceição**

**O homem: a “venenado”**

Se a mulher não continuar desenvolvendo suas próprias formas de organização, os seus interesses não ficarão mesmo esquecidos.

E a sua organização que garante que esses interesses vão ser levados na luta geral de todos os trabalhadores. Porque a mulher sofre, de um

lado, uma exploração pelos patrões, quando não recebe pagamento pelo trabalho doméstico que faz; se não fosse esse trabalho, como poderiam os trabalhadores comer, ter roupas limpas, criar os filhos, enfim, ter condições para trabalhar?

De outro lado, ela sofre uma opressão do seu próprio companheiro, que está “venenado” pela ideologia burguesa e age dentro de casa como um explorador do trabalho da mulher.

Não considero o fato das mulheres se organizarem, como uma ação divisionista. Seria assim se elas se isolassem dos homens para lutar pela suas próprias reivindicações. Mas se elas se organizam para também fazer valer os seus interesses na luta de todos os trabalhadores, isso não é divisionismo.

Divisionismo é o de quem é contrário a essa organização.

**José Ibrahim**

**Na direção do PT não há mulher**

Estou perfeitamente de acordo com a visão de que as mulheres devem se organizar enquanto mulheres para tratar as suas lutas que têm aspectos gerais que estão ligadas com outros setores também mas que têm aspectos específicos. Na minha opinião, isto é muito atualizado são as mulheres que devem, que tem a sensibilidade, que vivem estes problemas e podem ter imensa compreensão exata para melhor ter condições de atacar estes problemas.

Ao nível de um partido político digamos, o que eu não tenho claro é o seguinte: se mesmo dentro de um partido político elas devem se organizar enquanto mulheres.

Na direção do PT atualmente não há nenhuma mulher. Sinto que dentro do PT há uma abertura muito grande para a problemática da mulher; está se colocando a questão da mulher trabalhadora, da mulher que é muito mais explorada do que os homens porque existe a distinção de salários, as discriminações.

Se o programa do PT vai dar ênfase ou não à questão da mulher, isto é uma questão que não depende apenas de discussão, mas que depende fundamentalmente da luta ideológica que as mulheres fazem lá dentro.

**Irma Pazzoni**

**A luta é também do homem**

Para a deputada Irma Pazzoni, os movimentos populares que se desenvolveram em São Paulo na década de 70 — reivindicações por melhores condições de vida nos bairros, luta por creches, Movimento Contra a Carestia — em sua prática de enfrentamento dos diferentes níveis do capitalismo, tornaram evidentes “qual é a poli-

tica deles e qual deve ser a nossa política. A nossa resposta: a reação organizada de cidadãos e trabalhadoras diante da crescente deterioração das condições de vida e da castração do direito de participação política”.

A participação das mulheres nestes movimentos tem sido muito importante. Para Irma ela é mesmo fundamental, “é a condição para uma mudança social efetiva, consistente e duradoura”.

Com relação aos problemas que dizem respec-

### O “crime” aborto

O tema, mesmo sendo tabu, começa a aparecer timidamente nos congressos de mulheres, nas discussões. Certamente a emissão de “Malu Mulher”, o seriado da TV Globo, ajudou um pouco a trazê-lo à tona. Mas é ainda um assunto delicado: causa problemas de consciência, “prejudica alianças políticas”, etc.

A realidade é que, além de ignorarem o uso dos anticoncepcionais e por consequente de não terem condições de decidir quando e quantos filhos querem e podem ter, as mulheres arcam quase integralmente com a criação, educação e muitas vezes com a subsistência dos filhos que preenchem no mundo e são julgadas criminosas quando recusam uma gratificação involuntária.

Julgadas criminosas por quem? Pela sociedade e

pelo Estado. O mesmo Estado e a mesma sociedade que são, estes sim, responsáveis pela inexistência de creches (na cidade de São Paulo há apenas 3 creches construídas e mantidas integralmente pela Prefeitura), pelo déficit de escolas, pela assistência médica precária quando não inexistente para as mulheres pobres e as trabalhadoras.

As operárias são submetidas a exames ginecológicos antes de sua admissão porque as empresas não querem contratar mulheres grávidas que, por lei, têm direito à estabilidade nos primeiros meses depois do parto. A gravidez impede o acesso ao trabalho. Isto não é crime. Crime é interromper uma gravidez acidental quando não se tem condições, muitas vezes físicas, de se levá-la adiante.

As mulheres não resistem a outra alternativa senão abortarem com talco de maionese, sonda caseira ou, na melhor das hipóteses, recorrer ao aborto clandestino. Segundo depoimentos médicos aos infelizes decorrentes de abortos provocados são a quarta causa de morte por infecção no Hospital das Clínicas de São Paulo. E, mais ainda, o atendimento dado a estas mulheres que arriacam desesperadamente sua própria vida, é desumano: curetagem a frio — para castigar as pedadoras.

Aparentemente este não é um problema geral. Atinge apenas as mulheres e por isto desaparece face às grandes questões sociais.

A sociedade e o Estado estão aí para apuntar os criminosos, não para assumir a dura tarefa de criar e educar as crianças.

Não se mulheres e mulheres são vítimas.

### Os sindicatos aceitam a mulher?

Desde o I Congresso da Mulher Metalúrgica de S. Bernardo, em 1978, onde se abriu o debate sobre a necessidade da mulher ter formas próprias de organização dentro do sindicato, todos os congressos ou encontros de mulheres trabalhadoras discutiram essa questão.

Dois trabalhadoras químicas, que estão participando ativamente desse trabalho, fazem um “balanço”:

“Ainda não somos muitas e a lentidão com que caminhamos tem várias razões. De um lado, as dificuldades que a estrutura do sindicato coloca às nossas iniciativas: as nossas propostas devem passar pelo consentimento da diretoria.

“Nisso, evidentemente, não nos diferenciamos de outras comissões ou grupos, que são colocados numa posição de dependência em relação à diretoria.

“Mas, a gente vai percebendo que é mais dependente entre os dependentes. Não passa uma de nossas reuniões em que alguém não venha insistir com a gente para “acabar logo com o papo” e se reunir ao redor do pessoal. Outro dia, vieram nos chamar, dizendo que os rapazes queriam que a gente descesse para o baile, porque tinha poucas mulheres.

“Aparentemente, não nos impedem de nada, mas as cartas que temos mandado para as companheiras que participaram do Congresso e não têm vindo às nossas reuniões, são seladas com o dinheiro do nosso bolso.

“Nos deram uma sala, mas está sempre fechada e ninguém nunca sabe com quem está a chave.

“De outro lado, o nosso trabalho é dificultado por outros motivos: muitas de nós têm que convencer maridos ou pais da importância que essas discussões têm para nós”.

### Politizar o cotidiano!

Para nós feministas da Associação das Mulheres, o movimento de mulheres como um todo expressa a necessidade hoje inevitável de uma organização autônoma das mulheres em torno de seus problemas específicos. Não há como enfrentar questões como a discriminação, a opressão sexual e a violência de que são vítimas as mulheres no seio da família, nos ambientes de trabalho, nas ruas, nos sindicatos, nos partidos, senão reunindo mulheres em núcleos onde estes problemas sejam conhecidos, debatidos e enfrentados. As questões mais gerais que estão se colocando hoje: reorganização partidária e conquista da democracia ampla e sem adjetivos, colocam também e prioritariamente a cada uma de nós cabe um espaço de mobilização na construção de uma nova sociedade.

Acreditamos que as mulheres porque sofrem uma discriminação que as isola no âmbito privado da lar e as faz reprodutoras da ideologia através da educação dos filhos, porque estão inseridas no cotidiano não político, são portadoras de uma nova concepção de fazer política que

se propõe a politizar o cotidiano, romper com as formas moleculares de poder, com o autoritarismo que impregna a nossa sociedade, que persegue prostitutas e impede a livre organização dos partidos e movimentos.

Hoje um número cada vez maior de mulheres vai às ruas para trabalhar e garantir suas condições de sobrevivência. Mas isso não é uma condição suficiente para que a opressão desapareça. O Movimento de Mulheres-questões não só as formas mais evidentes da opressão, o direito de livre organização e expressão, como também as relações interpessoais entre homens e mulheres, na família, nos sindicatos, nos partidos. Nós que somos feministas acreditamos que a opressão sexual não atinge de forma mais direta mas que também os homens são vítimas dessa opressão. Por isso nossa luta não é divisionista, reivindicamos o direito de sermos cidadãs integradas; que nossos problemas sejam assumidos pelo conjunto da sociedade assim como fazemos nossas as lutas de todos os setores oprimidos.

(Olga, Rosa e Beth)

## ANEXO 8 – Campanha pelo direito ao aborto, capa “Em Tempo”.







## ANEXO 9 – “Quando as mulheres fazem história” e Aborto Legal.

12

mulheres

8 de março:

## Quando as mulheres fazem história

Por Beth Lobo

Em março de 1908, as operárias da fábrica textil *Cotton*, em Nova York, nos Estados Unidos, entraram em greve contra as péssimas condições de trabalho a que eram submetidas. Como era comum nesta fase da revolução industrial, as operárias trabalhavam de 14 a 16 horas por dia recebendo salários miseráveis. Frequentemente davam a luz nos próprios locais de trabalho e morriam aos 30 anos, de tuberculose.

As textéis da fábrica *Cotton* lutavam pela jornada de trabalho de 10 horas, melhores salários e melhores condições de trabalho.

Os patrões da *Cotton* recusaram-se a atender suas reivindicações. 129 mulheres ocuparam a fábrica, situada a leste de Manhattan. A polícia cercou a fábrica e pôs fogo ao edifício. As operárias da fábrica *Cotton* morreram queimadas.

## Uma proposta que pegou

Em 1910 realizou-se em Copenhague, na Dinamarca, a Segunda Conferência das Mulheres Socialistas. Foi aí que Clara Zetkin, militante feminista e marxista alemã (1857-1933), lançou pela primeira vez a idéia de uma jornada internacional das mulheres cuja primeira data foi o dia 8 de março, em homenagem às operárias da *Cotton* assassinadas.

Para o 8 de março de 1911 Clara Zetkin redigiu um manifesto às mulheres. Este texto evoca a batalha em que estavam então envolvidas as mulheres na Alemanha: a igualdade de direitos civis e em particular o direito ao voto. Diz Clara Zetkin: “A mulher do século 20 tornou-se maior politicamente e reivindica seus direitos de cidadã com decisão... De pé mulheres e filhas do

proletariado. Levantem-se para dar combate pela obtenção do direito de voto. O 8 de março é seu dia, o dia em que vocês devem gritar bem alto que basta de ter os mesmos deveres sem dispôr dos mesmos direitos.”

Neste dia, em Viena, Áustria, mais de 30.000 trabalhadoras desfilaram nas ruas da cidade. Outras manifestações se realizaram em Berlim, na Suíça e na Dinamarca.

1917: Petrogrado.  
1975: mais além das fronteiras

Em 1917, foi também em março que as operárias de Petrogrado, entraram em greve atendendo a chamada da revolução russa.

Desde então as jornadas do 8 de março se transformaram numa tradição nas lutas dos movimentos de mulheres em todo o mundo até que em 1975, entre as comemorações do Ano Internacional da Mulher a ONU fez reviver o apelo de Clara Zetkin.

No Brasil, desde 1975, o 8 de março vem sendo comemorado. Das primeiras reuniões ainda tímidas, o movimento de mulheres cresce e este ano no Rio, em São Paulo, em Belo Horizonte, em Porto Alegre, organiza debates, painéis e congressos, de forma unitária, como propunha a mesma Clara Zetkin em 1920: “Organizemos um congresso internacional das mulheres sem distinção de partidos.”

Ao que lhe teria respondido, um sisudo senhor Wladimir, mais conhecido como Lenin:

“Um congresso não é um salão onde as mulheres cintilam com a sua graça, como nos romances. É a arena onde aprendem a agir como revolucionárias.”



## Por que as mulheres se organizam?

Depoimento do Grupo Feminista Ação Mulher de Porto Alegre

O movimento de mulheres no Brasil é uma realidade cada dia mais efervescente. As mulheres se organizam nos grupos feministas, nos sindicatos, nos partidos.

Ocupar um novo espaço da política, denunciar as discriminações que sofre a mulher, em casa, na rua, no trabalho, organizar campanhas por seus direitos, é uma preocupação de todas as mulheres que desçam às ruas para lutar.

O grupo Ação-Mulher de Porto Alegre é mais um dos que vem colocar os conteúdos do feminismo «revisado» dos anos 80: anti-autoritário, anti-hierárquico, unitário e autônomo na luta pela libertação da mulher. Com ele, a palavra.

O movimento feminista é a luta organizada das mulheres contra a opressão e discriminação de que são objeto, situações estas que são determinadas pela posição que seu sexo ocupa na sociedade, transcendendo sua situação de classe.

No entanto a «mulher genérica» não existe, mas sim mulheres inseridas na estrutura social pertencentes a diferentes classes e segmentos sociais. Assim, embora a discriminação seja comum a todas as mulheres, assume formas e intensidades variáveis segundo o lugar que as mulheres ocupam na estrutura social. As mulheres das classes trabalhadoras, além de oprimidas por serem mulheres, são exploradas enquanto classe; já as

mulheres de classes dominantes, embora oprimidas enquanto sexo, são opressoras enquanto classe.

Considerando a dimensão específica da situação feminina na sociedade, nós, enquanto grupo feminista, propomos concentrar nossas forças na luta específica contra a opressão e discriminação das mulheres, em todos os níveis (econômico, ideológico, etc.). Esta é a nossa forma particular de contribuir, junto com outros movimentos sociais, para a construção de uma sociedade realmente livre de todo tipo de opressão e exploração, o que só se dará com a libertação de todos os oprimidos e com a superação da divisão sexual dos papéis sociais.

Não apenas no seu conteúdo e especificidade reside o caráter revolucionário do movimento feminista, mas também em suas formas de estruturação e funcionamento pretende ser ele inovador. Essa inovação se manifesta nas tentativas de organizar-se através de formas anti-autoritárias, anti-hierárquicas e anti-burocráticas. Para que seu objetivo seja atingido, o movimento das mulheres deve assegurar o seu caráter autônomo, o que significa não o seu alheamento à realidade sócio-política, mas a sua capacidade de definir o campo e a natureza da luta feminista independentemente dos partidos e demais organizações.

A defesa desta autonomia também significa constituir um espaço privilegiado de aprendizagem, crescimento e atuação das mulheres onde sua participação acarretará uma tomada de posição e seu progressivo crescimento e mobilização. Neste sentido entendemos que o movimento feminista deve oferecer uma grande diversificação ao nível de sua prática. Seu programa deve ser o suficientemente amplo para mover e abrigar a participação de mulheres de níveis de consciência diferentes.

## Nosso programa

Em nossa atuação definimos uma série de pontos a serem atendidos, entre os quais:

— pela equiparação salarial entre homens e mulheres: salário igual para trabalho igual

— pelo direito a todas as mulheres de qualificação profissional

— por melhores condições de trabalho que possibilitem às mulheres liberarem-se dos encargos domésticos: creche e escolas gratuitas em tempo integral, restaurante e lavanderias coletivas.

— pela justa divisão entre o casal das tarefas domésticas e da criação dos filhos.

— por uma legislação trabalhista e civil igualitária

— contra a discriminação profissional sofrida pelas mulheres casadas e gestantes

— contra a discriminação imposta às mães solteiras

— contra a segregação racial e a super discriminação a que são sujeitas as mulheres negras.

— pela sindicalização e organização das mulheres nos locais de trabalho

— por uma adequada assistência pré e pós-natal gratuita por parte do estado.

— contra a educação sexual mistificadora, veiculada pela família, pela escola, pelos meios de comunicação, pela igreja e pelo estado

— contra a utilização do corpo da mulher para fins de propaganda e consumo

— contra a violência cotidiana física e sexual sofrida pelas mulheres

— espancamento, estupro, etc.

— contra a manutenção do fenômeno prostituição, produto da miséria e dos interesses na manutenção da família burguesa.

— contra a discriminação imposta às mães solteiras

— contra a segregação racial e a super discriminação a que são sujeitas as mulheres negras.

— pela sindicalização e organização das mulheres nos locais de trabalho

## No Dia Internacional da Mulher, o congresso das paulistas

Por Olga Nascimento e Maria Tereza Verardo

Em São Paulo, 1980 se inicia marcado pela temática feminina: legalização do aborto, luta pela criação do "Núcleo de Defesa à Mulher Paulista" - que atenderá basicamente as prostitutas - e o mais importante: realização do II Congresso da Mulher Paulista, nos dias 8 e 9 de março na PUC.

O Congresso se propõe a:

1. Incentivar a organização das mulheres em torno de suas reivindicações específicas e incentivar a participação da mulher, levando, de forma organizada suas bandeiras específicas também junto às lutas gerais;
2. Unificar as entidades feministas, femininas e mistas, interessadas em organizar mulheres em torno de suas reivindicações específicas com a perspectiva de criar um amplo movimento pela libertação da mulher;
3. Aprofundar, através da discussão do temário a consciência de seus problemas específicos enquanto mulher;
4. Levantar bandeiras de lutas especifi-

cas e unitárias; ampliar e aprofundar as já existentes.

Além disso, o Congresso pretende ser o mais representativo possível das mulheres que sofrem uma dupla opressão: enquanto sexo e enquanto integrantes das classes exploradas.

Para atingir esses objetivos o Congresso se propõe discutir a discriminação da mulher em todos os seus níveis:

\* **Enquanto mulher:** educação diferenciada, relação homem-mulher, educação sexual, sexualidade, violência sexual, a mulher nos meios de comunicação e os direitos da mulher.

\* **Enquanto mãe:** maternidade, contracepção e planejamento familiar, a mãe solteira e creche.

\* **Enquanto trabalhadora:** trabalho doméstico, profissionalização e subemprego.

\* **Enquanto assalariada:** reivindicações dos congressos das trabalhadoras, reivindicações do 1º Congresso e direitos femininos.

\* Participação Política da Mulher e Organização das Mulheres.

### Nos bastidores, a briga pelo poder

Quando a Coordenação do II Congresso da Mulher Paulista convocou uma entrevista coletiva à imprensa, para o último dia 28, na certa não contava com a possibilidade desta vir a se transformar num campo de batalha.

Das cinquenta entidades participantes da Coordenação, pelo menos 20 participaram da querrela. O tumulto começou quando a TV Cultura convidou duas mulheres para falar dos objetivos e dificuldades do II Congresso. Todas as entidades queriam falar e aparecer no vídeo.

Os jornalistas presentes se perguntavam se a preocupação dos grupos era com o que viesse a ser divulgado pela imprensa, ou com o estrelado que lhes acenaria a aparição num noticiário de TV.

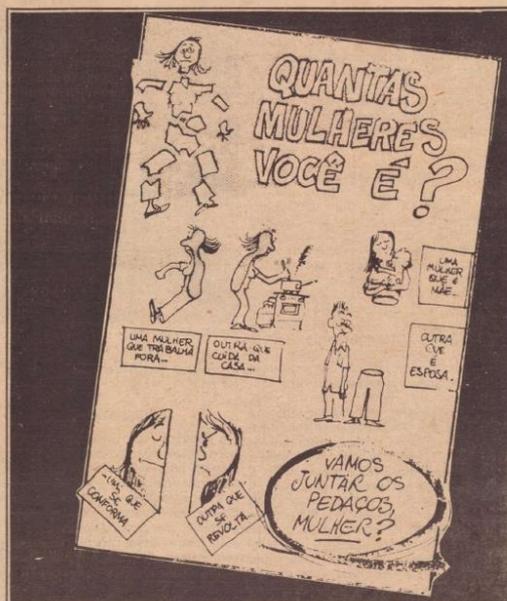
De todo modo ficou claro que as divergências entre os diversos grupos eram muitas e se baseavam principalmente na definição: O Congresso será feminista ou feminino?

Se feminista, a preocupação maior é a discussão dos problemas específicos

da mulher, não importando sua classe nem sua área de atuação. Neste caso, as lutas gerais são importantes e devem ser incentivadas enquanto possibilidade de organização das mulheres, mas sem que sua militância nessas lutas as faça esquecer de sua condição de mulher, consequentemente oprimidas duas vezes: enquanto mulheres e enquanto classe.

Se feminino, a preocupação central é discutir a importância das lutas gerais (água, esgoto, luz, creche, etc) e a participação da mulher nessas lutas. A especificidade da luta feminista não é importante diante da luta de toda a sociedade.

Se a escolha do cartaz que divulgará o Congresso foi representativa da maioria das entidades, então o Congresso terá um cunho nitidamente feminino, em detrimento do feminista. Nele vê-se uma operária grávida, de olhar resignado em frente a um tear. O único signo feminista é o símbolo da mulher discretamente colocado no canto esquerdo.



### Pedágio Pitoresco

Com a intenção de conseguir fundos para a realização do Congresso, organizou-se um pedágio na esquina da Rua Augusta com Avenida Paulista, com o objetivo de vender adesivos - **Pela libertação da Mulher** - às pessoas que passavam na região entre 18 e 20 horas do dia 26/02/80. Foram vendidos cerca de cinquenta adesivos com muita aceitação da maioria das mulheres consultadas. Muitas se interessaram pelo Congresso, fizeram perguntas e até se inscreveram. Contudo não faltaram reações pitorescas como as seguintes:

- Não quero. Já sou livre!
- Não quero. Sou contra libertação da Mulher.
- Custaria muito de participar. Sou totalmente a favor. Ah! São trinta cruzeiros? Que pena! Gastei até o último centavo no cabeleireiro.
- Meu carro é conversível. Onde eu iria por o adesivo?
- Imagine se! Se eu puser isso no meu carro lá no Rio todos vão me chamar de Geni.

### Campanha pela legalização do aborto recebe apoio internacional



A denúncia da prisão do médico e das mulheres acusadas de praticarem aborto clandestino em S. Cristóvão, e a campanha lançada pelas feministas do Rio e São Paulo por uma ampla informação e discussão sobre o aborto e pela sua legalização, está recebendo apoio internacional.

Da Inglaterra, o Subcomitê Internacional da Campanha Nacional pelo Aborto (International Subcommittee, National Abortion Campaign) em carta dirigida ao Juiz Mota Morais e ao promotor Rodolfo Gaglia que devem instruir o processo contra o médico e as mulheres acusadas afirma: "em solidariedade com nossas irmãs brasileiras, pedimos que o aborto seja legalizado e realizado em condições seguras, e desejamos afirmar que as mulheres através do mundo estão determinadas a lutar e ganhar o direito fundamental de controlar seu próprio corpo."

Da França, foram enviadas ao EM TEMPO cópias

de cartas e manifestos de apoio, em especial da equipe de pesquisadores do CNRS (Centro Nacional da Pesquisa Científica), que se encarrega pelo estudo da sociologia dos papéis sexuais, da família e do desenvolvimento. Entre as assinaturas figuram a de André Michel, historiadora e socióloga, Nicole Claude Mathieu, Florence Lévi, Collette Guillaumin, Danda Prado, Angela Neves e Marisa Figueiredo (que recentemente organizaram o caderno de Debate n° 6 da ed. Brasiliense sobre A Estrutura Familiar na Opressão Feminina).

Também de Paris, os pesquisadores e funcionários do Institut D'Etudes du Développement Economique et Social (IEDES) "apoiam a luta das Brasileiras em favor da liberdade de procriação pelo direito a contracepção e ao aborto, pelo controle de seu próprio corpo." Assinam o manifesto, entre outros, Roberto Las Casas, N.L. Labadie, M. Alain, Louise Villareu (IBI).

## ANEXO 10 – “A autonomia não é uma heresia”.

mulheres

15

## A autonomia não é uma heresia

Por Beth Liobo

O II Congresso da mulher Paulista fez aflorar algumas das questões fundamentais para o movimento de mulheres.

A primeira delas é a da autonomia.

Esta ideia estranha ou importada, ganhou realidade, domingo 9 de março no Tuca repleto.

3.500 mulheres mostraram sua vontade de lutar contra a discriminação que sofrem por que são mulheres e pela transformação a sociedade em que vivem.

Mas como e onde lutar?

Para algumas, só o seu partido tem a resposta certa, logo as mulheres devem alistar-se no partido, votar nas eleições e esperar que um iluminado deputado faça um projeto que obrigue o governo a construir creches ou legalize o aborto.

Por detrás desta ideia está uma concepção totalitária de partido que o vê como único espaço onde se pode fazer política e não reconhece a autonomia dos movimentos populares. Mais ainda esta é uma visão estreita da política que a deduz à luta eleitoral e não permite que os setores sociais se organizem em torno a seus problemas.

A uma concepção totalitária de política corresponde uma prática autoritária. O movimento de mulheres, decretam estas vozes, não pode existir, e se existe trata-se de destruí-lo.

Foi o que tentaram fazer a socos e pontapés.

Mas as 3.500 mulheres do Congresso existem e estavam lá porque são mulheres e querem se organizar.

Construir um movimento de mulheres unitário e autônomo é dar a todas elas: donas de casa da periferia, trabalhadoras, mulheres negras, empregadas domésticas ou professoras a oportunidade de falar, de romper com a opressão que sofrem e com a sociedade opressora que as divide.

Nem sempre foi dado às mulheres o direito de denunciarem sua situação.

Mesmo no movimento operário, mesmo nos partidos e grupos de esquerda os problemas das mulheres foram em geral passados a 2º plano. Por isto as mulheres formam grupos e se reúnem para discutir sua condição de mulher, suas lutas e objetivos e como fazer para que estas lutas sejam realmente parte das lutas gerais, sejam levadas nos partidos e nos sindicatos que lutam pela transformação da sociedade.

O II Congresso foi apenas um começo. Mostrou as mulheres a importância de fazer política lá onde ela nasce, nas lutas quotidianas, na auto organização pela base, na autonomia do seu movimento.

## Homens: assumindo o feminismo

Por Olga Nascimento

Entre os participantes do II Congresso da Mulher Paulista pelo menos 100 eram homens. Deste número, cerca de 60 se reuniram para discutir o temário. Os outros ficaram, a pedido das mulheres trabalhando na infra-estrutura: cuidando das crianças, da alimentação etc.

Através da Resolução do Grupo dos Homens que publicamos abaixo pode-se notar, a clareza e objetividade com que eles encaminharam a discussão ao contrário da maioria dos grupos das mulheres.

Dois fatores foram para isso, determinantes: 1) o fato de o grupo dos homens não ter se enquadrado dentro das normas — nem sempre democráticas — que a coordenação do congresso estabeleceu para os grupos de mulheres; 2) o fato de os homens presentes serem, na sua maioria feministas e companheiros das mulheres participantes do Congresso. Havia também um pequeno número de homossexuais o que assegurou o caráter feminista e não-autoritário da reunião.

### Resolução do grupo dos homens

“Nós homens consideramos muito importante a realização deste II Congresso da Mulher Paulista. Embora não caiba aos homens presentes dizer o que as mulheres devem fazer, achamos que já é hora de todos nós, homens, trabalhadores e oprimidos assumirmos nosso papel ao lado das mulheres na luta contra todo tipo de exploração e contra todo tipo de discriminação da mulher. Consideramos que o homem deve dar todo apoio às lutas da mulher, por direitos iguais no trabalho, em casa, enfim, em todas as esferas da vida humana. Cabe aos homens, principalmente aos trabalhadores, combater a dupla jornada de trabalho da mulher, assumindo dentro de sua casa a divisão

do trabalho doméstico. Mais do que isso, cabe a nós, homens, apoiar e fortalecer as formas de lutas e organização específicas da mulher, como Departamentos Femininos nos sindicatos, Movimentos Feministas, luta por salário igual para trabalho igual, por creches, lavanderias coletivas e participação na vida política. Os trabalhadores combativos devem assumir nas fábricas e nos sindicatos, nos bairros e em todos os locais de trabalho um debate amplo sobre as questões que atingem mais diretamente a mulher como o problema do aborto, da sexualidade etc. Consideramos que a mulher deve ter pleno direito sobre seu próprio corpo e que a luta pela legalização do aborto nunca pode ser desvinculada da questão mais fundamental do direito à sobrevivência. A luta pela legalização do aborto deve necessariamente ser acompanhada pela cobrança de responsabilidade do Estado, pois não podemos aceitar que continue vigorando a situação atual onde anualmente são realizados no Brasil mais de 3.000.000 de abortos, em péssimas condições ou até sem assistência nenhuma. Repudiamos também a moral machista vigente na sociedade de classes em que vivemos, que nega à mulher o direito à satisfação sexual, taxando-a de prostituta caso ela assuma um comportamento sexual menos tradicional e que persegue hipocritamente tanto o homossexualismo feminino como o masculino. Deixamos aqui o nosso apoio irrestrito aos grupos que estão tentando criar o Núcleo de Defesa à Mulher Paulista, que atenderá as prostitutas da violência machista e da extorsão policial.

Finalmente, consideramos que a libertação da mulher está estreitamente vinculada à libertação dos trabalhadores do jugo da exploração capitalista, embora a emancipação da mulher não se esgote na construção de um regime socialista”.



## A hora do povo, os dragões e as pulgas

As 3.500 mulheres presentes à última sessão do 2º Congresso da Mulher Paulista tiveram a oportunidade de assistir mais uma demonstração dos métodos de intervenção política dos militantes ligados ao jornal *A Hora do Povo*, que o professor Maurício Tragtenberg, aqui mesmo nas páginas de *EM TEMPO*, caracterizou como fascismo «proletário».

Tristemente célebres desde que atacaram com correntes e barras de ferro aos militantes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, este grupelho não perde a oportunidade para, acobertado pela legenda do PMDB, tentar impor seu reformismo democrata pelos métodos menos democráticos possíveis. O combate radical e intransigente da prepotência e golpismo desta minoria deve por evidência no entanto a essência de sua posição política. Leninistas de pacotilha, sua atuação se caracteriza por uma tentativa permanente de infiltrar-se no movimento de massas e, de forma golpista, impor seus pontos de vista particulares, desrespeitando a au-

tonomia dos movimentos populares — questão central para todo projeto verdadeiramente socialista e democrático. Assim o fizeram quando tentaram no Congresso encher o palco com cartazes e frases do PMDB ou alusivas à luta das mulheres afeças. (!) questão sobre a qual só devem ter ouvido falar através dos boletins da Rádio Moscou.

Para muitos esta mistura de «diretismo» democrata e «esquerdismo» nos métodos pode parecer surpreendente. Nada mais falso. Há mais de 50 anos, um obscuro georgiano, que se intitulava Koba e que mais tarde mudaria seu nome de guerra para Stalin, fez toda uma carreira política baseada nesta combinação aparentemente paradoxal. Como a velha guarda bolchevique em relação a Stalin muitos do que foram há mais de dez anos companheiros dos atuais dirigentes da *Hora do Povo*, alguns mortos na luta contra a ditadura, devem estar repindo a frase de Heine: «Plantei dragões e colhi pulgas». (M.A. GARCIA)

## As posições do PMDB

Logo após os lamentáveis incidentes no final do IIº Congresso da Mulher Paulista provocados por grupos ligados ao jornal *A Hora do Povo*, acobertados no PMDB, no Sindicato dos Metalúrgicos, do pelego Joaquinção, e em duas associações de bairro, a direção da Comissão Provisória do Departamento Feminino do PMDB distribuiu uma nota à imprensa onde declara:

“Nós, mulheres peemedebistas que atuamos há dez anos no ex-MDB, tentando organizar a participação política das mulheres em todos os bairros, através dos Diretórios, denunciando que a posição de repúdio ao IIº Congresso da Mulher Paulista por um grupo minoritário do PMDB, não representa de forma alguma o pensamento das mulheres do partido. Estamos convictas de que a atuação de todos neste congresso deve ser de modo a preservar a unidade do movimento das mulheres”.

Ao entregar a *EM TEMPO* a nota do Departamento Feminino do PMDB, ao qual preside, a advogada Sílvia Pimentel, reiterou sua condenação a todas as atitudes divisionistas no Congresso, explicando que as iniciativas que ela e suas companheiras vêm desenvolvendo no interior do partido têm como objetivo central reforçar a participação política da mulher na vida do país e no próprio PMDB. Sílvia valorizou o trabalho desenvolvido pelos grupos femininos da periferia, da mesma forma que a

atividade das organizações feministas. Rassaltou, igualmente, que a conduta daqueles que se intitulavam representantes do PMDB não expressava a posição das mulheres peemedebistas, sobretudo no que se refere a uma questão para elas essencial: a autonomia e independência do movimento das mulheres, o que se supõe iniciativas que reforcem sua unidade.

O momento atual é de reforçamento do movimento das mulheres — concluiu — e só por isso se explica a existência de um Departamento Feminino do PMDB. Quando as reivindicações feministas e feministas forem assumidas pelo conjunto do Partido, o Departamento, enquanto tal, perderá sua razão de ser.

Curiosamente esta entrevista dada no calor dos acontecimentos não coincide com o artigo de Sílvia Pimentel na *Folha de São Paulo* de 13/03 onde ela diz: “Reconhecendo ser o partido político o instrumento, por excelência de canalização da luta da mulher, as peemedebistas estão preocupadas em instituir e dinamizar uma instância política específica para a mulher” que vai ser contraditório com a “questão essencial da autonomia e independência do movimento de mulheres”; e mais abaixo “o departamento feminino será a grande instância viabilizadora e facilitadora de nossa integração dentro do partido, bem como da arremigação da mulher para o partido”.

## ANEXO 11 – “Mulheres e política: o que ‘eles’ pensam”, artigo sobre a Federação.

14

mulheres

São Paulo:  
Ainda o Congresso

Afinal, quem não participou do II Congresso da Mulher Paulista ficou sabendo muito pouco sobre quem são e o que pensam as mulheres que estiveram lá. Os motivos disso já são do domínio público: o número imprevisível de participantes (quase o dobro do esperado) que desarticulou um pouco a organização do congresso; a impossibilidade de elaborar um relatório síntese das discussões e os incidentes que impediram o andamento dos trabalhos nas reuniões plenárias (ver EM TEMPO n.º 101). Nesse sentido, procuramos ouvir algumas mulheres participantes no que diz respeito à avaliação que fizeram do Congresso e porque foram lá. Aqui, os depoimentos mais expressivos.



Um momento de briga no II Congresso.

**N.P., 58 anos, viúva, 10 filhos, ex-tecelã. Hoje só trabalha em casa, negra.**

— Eu tive 16 filhos e criei esses 10. Sempre participei de tudo que interessava. Meu marido também participava e vivia dizendo que era importante eu também participar porque senão a gente não se entendia. Quando os filhos eram pequenos a gente era obrigado a dar um jeito: deixavam com um vizinho, com uma amiga, às vezes levavam eles. Se tivesse creche era bem mais fácil, não é?

— **Porque você veio participar do Congresso?**

— Porque eu acho a luta das mulheres muito importante. A mulher tem de lutar até pelo direito de ser mulher, e pelo direito de ser mãe. Criar o filho dela pelo menos 9 meses. A gente vê é que na verdade ela cria o filho não para a vida, mas para a produção, para o patrão, para servir o interesse dos outros e não o seu. A mulher quando chega aos 50 anos já tá no bagaço. Eu acho que se a mulher trabalha 20 anos já valeu por 40, porque ela foi doméstica, mãe, trabalhadora e até médica, porque quando se mora na periferia quem cuida e cura mesmo dos filhos doentes é a própria mãe.

— **O que você achou do Congresso?**

— Bom, mas podia ser melhor. Teve muita discussão boba e muitas que queriam falar não conseguiram. Eu queria falar uma coisa e não deu tempo. A gente tava discutindo o aborto. Gente contra e gente a favor. Eu acho isso de aborto

muito difícil. Minha cabeça fica mesmo uma confusão. Mas eu sei de uma coisa. Eu tive 16 filhos e sei que mesmo quando ele é ainda uma sementinha, ele sente. Se a gente não quer, ele sente. Um filho que não é querido já nasce com um problema. Ele não vai dar valor à própria vida. Ele vai se sentir marginalizado. Eu acho então que ele não deve nascer. Eu então sou a favor do aborto, não é?

**R. L., 35 anos, casada, 3 filhos, faxineira, mulata.**

— Estou me separando do meu marido com papéis e tudo.

— **Divórcio ou desquite?**

— Divórcio. Mas prá mim tanto faz. Nós não temos posse nenhuma e aí o que interessa é só separar de qualquer jeito. Eu já não aguentava mais a vida com ele. Não podia fazer nada fora de casa que não fosse trabalhar para melhorar o dinheiro. A briga maior começou quando comecei a participar da Associação do meu bairro, lá em Campinas. Ele passou a botar defeito em tudo o que eu fazia dentro de casa: a comida tava ruim, a roupa mal lavada, mal passada, os filhos jogados. Mentira pura. Tava tudo como sempre foi. Só os filhos é que tavam passando algumas horas a mais sozinhos, mas eles já são grandinhos (a maior tem 15 anos) e sabem se defender.

— **Por que você veio participar do Congresso?**

— Porque a mulher precisa se organizar para muita coisa. Pelos direitos dela.

## A hora da verdade

Por Maria Tereza Verardo

Longo após o tumultuado Congresso da Mulher Paulista se fez uma reunião para tabular as reivindicações tiradas no Congresso. E novamente tumulto e confusão na reunião, tanto que não deu para tabular as reivindicações ficando a tarefa adiada para o dia 1.º de abril. Mas desta vez a Coordenação do II Congresso resolveu decidir o impasse, votando pela exclusão (com grande maioria de votos diga-se de passagem) das representantes do Departamento Feminino do PMDB, Sociedades Amigos dos Bairros Branco e Vila São José Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e DCE-USP.

É bom deixar bem claro que as entidades não foram expulsas, somente suas representantes que, ironia, participaram todo o tempo da coordenação tendo como objetivo a não realização do Congresso. Foi enviada uma carta a cada uma

das entidades acima explicando que a entidade poderia continuar participando desde que substituisse sua representante.

Esta exclusão vem deixar claro o repúdio das outras entidades participantes aos métodos oportunistas utilizados pelas representantes daquelas entidades queperetencem, todas, à tendência do Jornal Hora do Povo, que foi o único jornal, a tachar as coordenadoras do Congresso de diadoras, e elitistas que impediram a discussão dos temas propostos e desrespeitaram as entidades de massa presentes. A ironia desta análise está no fato de que da Coordenação participaram 53 entidades: 10 grupos de mulheres, 10 sindicatos e 33 organismos de massa, que, com exceção das cinco entidades já citadas, foram unânimes em admitir que o tumulto partiu da tendência Hora do Povo com o objetivo de que o Congresso não se realizasse.

para poder opinar pelas suas idéias. Temos de mostrar que não somos burras e muito menos burras de carga.

— **O que você achou do Congresso?**

— Um pouco bagunçado, não é? Meio cheio de brigas. Acheio feio aquilo. Se era tudo mulher, tinha de estar todas unidas e não brigando.

**M.D., 27 anos, solteira, comerciária, negra.**

— Eu estou procurando um jornal onde saiu um artigo sobre o homossexual. Foi no seu? É que meu irmão de 23 anos é homossexual. Meu pai fica louco. Diz que vai matar ele. Eu fiquei sabendo que aquele jornal defende o homossexual: que ele é gente como todo mundo. Que é normal. Eu gosto muito do meu irmão e não tenho vergonha dele. Mas os outros têm. Ele trabalha como todo mundo, sofre como todo mundo e ainda tem de ouvir coisas por ser homossexual.

— **Por que você veio participar do Congresso?**

— Porque eu sou mulher e acho que mulher sofre também que nem o homossexual. A gente tem de ouvir gracinhas do patrão e do gerente quando não uma cantada grossa mesmo. E se não aceita, ainda corre o perigo de ser mandada embora. Mas eu gosto de ser mulher e os homens não têm culpa de serem como são. O errado está mais para cima.

— **O que você achou do Congresso?**

— Teve muita coisa que não entendi, principalmente muita briga. No primeiro dia meu grupo foi ruim. A mulher que tava na cabeça não deixou a gente discutir o que queria. Não pudemos discutir o aborto. Ela dizia que outros grupos iam discutir. Não sei se discutiram. Mas lá no meu grupo estava a discussão dos direitos da mulher. Então entrava tudo, não é?

**S.T., 25 anos, professora, casada, branca. Não pertence a nenhum grupo de mulheres**

— **Por que você veio ao Congresso?**

— Vim porque acho muito importante o movimento das mulheres, no que diz respeito ao seu engajamento nas lutas gerais da sociedade e também pela sua especificidade.

— **O que você achou do Congresso?**

— Achei que, de certo modo, o Congresso foi palco de manifestação dos diferentes interesses dos vários grupos presentes. Por outro lado, acho que não se trata apenas de lamentar a atuação desses grupos (que infelizmente vai continuar existindo), mas de propor que o movimento feminista, como um todo, avalie e reveja sua prática. Talvez se trate até de rever sua estratégia política.

## Mulheres e política: o que “eles” pensam

Por Elisabeth Souza-Ilobo

A Frente das Mulheres promoveu na segunda-feira, 31 de março, no Teatro Ruth Escobar um debate sobre as mulheres e a reformulação partidária. Sob a coordenação de Eva Blay, falaram Almino Afonso pelo PMDB, Sebastião Nery pelo PTB, Fausto Rocha pelo PDS, Herbert Levy pelo PP e Chico de Oliveira e Irma Pazzoni pelo PT.

Os representantes partidários eram na sua maioria homens; não é preciso dizer que sobramos referências elogiosas as “Heroínas” que tentam ganhar a política — as eleições ainda que incertas estão no horizonte real ou imaginário. Foram mais raras as reflexões sobre a particularidade da re-

lação da mulher com a política ou as propostas de como os partidos pretendem enfrentar a questão.

Para o sr. Sebastião Nery, por exemplo é inexplicável que as mulheres, sendo maioria, sejam oprimidas. Como se não houvesse neste País uma imensa maioria de oprimidos e explorados. Já o sr. Fausto Rocha, além de exaltar a democrata Figueiredo que houve por bem democratizar este País, assegurou as mulheres de que há da parte dos homens um altíssimo grau de disposição para pensar menos em si mesmas e mais nas mulheres como companheiras de luta. Estariam até dispostos a ajudar um pouco no trabalho

doméstico. Que alegria!

O Sr. Herbert Levy, não sem antes justificar a política salarial do governo (testaria ele pensando na greve do ABC), foi muito longe e prometeu diante de Deus, dos homens e das mulheres que o seu partido “auscultaria todas as categorias profissionais, entre elas as mulheres, e que os pontos de vista destas tem possibilidades de serem incorporados no programa do PPP”. Isto, se as mulheres não esquecerem que o poder é uma questão individual e tratarem de criar lideranças. Que tal a D. Dulce? Almino Afonso levantou algumas questões pertinentes: a autonomia dos movimentos sociais e a proposta em dis-

cusão no PMDB de um departamento feminino. Por último, Chico de Oliveira e Irma Pazzoni explicaram que o PT está aberto para a problemática da mulher e defende sua participação em todas as instâncias partidárias.

O debate foi animado. O representante do PTB se comprometeu a lutar pela legalização do aborto; o do PDS achou as mulheres presentes muito inteligentes — até mereciam estar no Parlamento.

De qualquer modo, ficou para as mulheres a certeza de que seu espaço na política só pode ser conquistado na luta dos seus movimentos e de todas no interior dos seus partidos.

## ELA É BRASILEIRA.

ESTÁ PRESA NOS CÁRCERES URUGUAIOS DESDE 1972.

O GOVERNO BRASILEIRO CADA DIA DEZ MÊSES E RESPONSÁVEL



LIBERDADE PARA FLÁVIA

Até o momento em que fechávamos, esta edição, Flávia continuava presa, apesar de todos os anúncios oficiais de que sua liberdade estava assegurada para breve.

ANEXO 12 – “A luta destas mulheres é por um mundo diferente”, em coautoria com Tereza e Eide.

sindical
11

## Santo André ajuda São Bernardo a resistir



A organização e deflagração do movimento grevista sempre foi mais difícil em Santo André, cujo número de metalúrgicos equivale à metade dos de São Bernardo, embora estejam espalhados por um número maior de empresas. Apesar disso, e contrariando as afirmações do governo, a greve manteve níveis elevados durante todo o mês de abril.

Por Vilma Amaro

Os trabalhadores metalúrgicos de Santo André estão revoltados: o ministro Murilo Macedo foi à televisão dizer que a greve nesse município tinha acabado. “Se isso fosse verdade não haveria assembleias com quatro, cinco mil metalúrgicos que lotam quase todos os dias a Igreja do Bonfim, no Parque das Nações em Santo André”, afirmam eles. E se isso fosse verdade, o governo não mandaria a repressão prender trabalhadores postados diante de algumas fábricas, como ocorreu esta semana na Ibrape, nem forçá-los a ingressar dentro da empresa. “Foi um contra-piquete da Polícia”, afirmou o presidente do Sindicato, Benedito Marçílio sobre esta atitude da repressão nas fábricas de Santo André.

Muito embora, o aparato ali seja invisível em relação a São Bernardo, literalmente tomada por policiais, isso não significa que a Polícia não esteja atenta. Tanto isso é verdade, que, pelo menos 10 metalúrgicos foram presos esta semana em Santo André, acusados de incitarem a greve. Além disso, algumas reuniões feitas em bairros reúnem duzentos a trezentos grevistas, o que é uma prova de que o movimento continua muito vivo e intenso, mesmo numa região de difícil mobilização como Santo André, que conta com cerca de 800 pequenas e médias indústrias.

E não é apenas em Santo André que a greve continua forte. Em Mauá e Ribeirão Pires milhares de metalúrgicos continuam parados.

Alguns trabalhadores vão até às portas das fábricas espionar o movimento e, nos bares próximos a algumas indústrias, é comum encontrar-se metalúrgicos comentando a greve: “Você também tá de greve? Esta pergunta feita a um trabalhador num bar próximo a Constanta, deixou o metalúrgico irritado. “Claro, responde, voce tá pensando que sou americano”, afirma com um acentuado sotaque nordestino. “Eu sou brasileiro”. Em seguida, ele se oferece para ajudar a colar alguns cartazes nos bares e postes das redondezas, informando sobre a greve.

Desde que o estádio Jacatuba foi interditado, a Igreja do Bonfim tem sido o local de reunião dos metalúrgicos que, nesse ponto, tem mais sorte que seus companheiros de São Bernardo. A Igreja tem um enorme pátio onde cabem cerca de dez mil trabalhadores e, como a categoria em Santo André é bem menor (um terço em relação a São Bernardo) os trabalhadores têm podido se alojar lá dentro, a salvo da Polícia, que fica nas portas espionando o movimento e fazendo algumas prisões.

Nas assembleias, a disposição é a mesma de São Bernardo: “a greve, continua”, dizem e “um, dois, três, Macedo no xadrez”. Quando Benedito Marçílio ou outro membro da Comissão de Salários propõe a continuidade do movimento, milhares de mãos se erguem com um ríspido contentamento, da mesma forma que na matriz de São Bernardo. E ali também se ouve a multidão gritar “Lala, Lala, Era da prisão”, quando se faz referência aos dirigentes presos.

Benedito Marçílio na última assembleia realizada esta semana afirmou: “o governo é responsável pela situação que vivem hoje os metalúrgicos, com seu ministro radical. Nós não queremos um confronto com a Polícia queremos um confronto com os patrões. Mas o sistema, para defender os empresários, faz de São Bernardo uma praça de guerra e persegue

metalúrgicos em Santo André. Só existe uma solução para esse impasse: É o governo soltar todos os dirigentes presos, colocar metalúrgicos e a FIESP numa mesa de negociações, e atender às nossas reivindicações. Se o governo tivesse se colocado na posição de governo e não depositor, hoje não estaríamos nessa situação. Mas nossa luta tem que prosseguir até o fim, como protesto a tudo isso”, afirmou.

Marçílio também respondeu ao ministro Murilo Macedo sobre a volta ao trabalho dos metalúrgicos em Santo André. “Por que o ministro não vem ver pessoalmente a greve, por exemplo, na Philips, na Ibrape, Constanta, Otis, Cima, Isan e outras? Pois só assim ficaria sabendo que a greve não terminou. Ele está recebendo informações falsas”.

A verdade é que, queira ou não o ministro, a greve prossegue em Santo André ainda que sem a mesma força de São Bernardo. Nas grandes empresas os percentuais de paralisação divulgados pelo Comando de Greve são bem superiores ao da FIESP e do governo. Por exemplo, 30 dias após a decretação da greve, o índice de paralisação da Philips era de 90 por cento, na Otis 90 por cento, Isan 60 por cento, Chrysler 80 por cento, Fichtel 85 por cento, Mollins 95 por cento.

Por seu turno, as empresas menores apresentam um índice que varia em média de 20 a 60 por cento. Estas e as empresas médias, enfrentando um subfundo ainda absorível pelas grandes, já estão dando mostras de que buscam uma saída para o impasse: várias delas já procuraram o presidente Benedito Marçílio, convidando para um “diálogo” do qual poderá resultar um acordo a partir da primeira semana de maio.

### A luta destas mulheres é por um mundo diferente

Domingo 27, 10 horas. Quatro mil metalúrgicos participaram de uma assembleia na Igreja do Bonfim em Santo André. Algumas das poucas mulheres presentes, falam ao EM TEMPO. E dizem porque **aniam e fazem a greve.**

Por Beth, Tereza e Eide

**Maria Elisa** (mulher de metalúrgico em greve) — Eu estou vendo a greve com clareza, e acho que a greve deve continuar para o bem de todos. Os metalúrgicos estão passando fome. A maioria do povo brasileiro está passando fome, e por isso eu acho que a greve deve continuar. Meu marido ganha 8 mil cruzeiros e somos cinco lá em casa. O menor não trabalha porque não arruma emprego e a mais velha trabalha e o que ganha só dá pra ela se sustentar, pagar seus estudos. Se ela comer duas vezes por dia o dinheiro não dá. O ano passado, meu marido foi despedido por causa da greve. Ele estava trabalhando há três meses. Ficou quatro desempregado. A gente já passa-

va dificuldade e começou a passar fome. Mas apesar disso eu quero que a greve continue.

**Fátima** (metalúrgica em greve) — Essa greve já está no 27.º dia e está num impasse danado. Eles estão tentando pegar a gente de todos os lados. Mas a gente está aqui pro que der e vier. Não se dobra trabalhador na força, na marra. Enquanto eles não aprenderem que não é assim que se faz, essa luta vai continuar. Nossa luta é irreversível.

**Maria Auxiliadora** (metalúrgica em greve) — A greve é um instrumento para os trabalhadores lutarem por seus direitos. E cada dia o trabalhador vai descobrindo a força que tem esse instrumento. E como disse o companheiro, com todos esses dias de greve ela não tem condições de ser derrotada. Ela é vitoriosa porque com o pouco que a gente tinha de organização, aguentar todo esse tempo é uma coisa inédita na história do Brasil de 15 anos pra cá. Se, por acaso, a gente não ganhar as reivindicações é porque tem um governo de força, que com armas tenta destruir a luta dos trabalhadores. Mas aí é que vai ficar claro para os trabalhadores do ABC quem é seu inimigo comum; então a gente vai canalizar a luta em cima desse inimigo.

**Conceição** (metalúrgica desempregada) — o governo acha, que pelo fato da gente ser simplesmente operários a gente não tem força para balançar eles também. Eu acho que a força das armas que eles tem não significa nada porque a gente não quer confronto, a gente quer

estabilidade no emprego, a gente quer um pouquinho de segurança. A verdade é que a gente percebeu o quanto pode se ajudar. Com toda repressão que a gente recebe, a gente acaba ficando cada vez mais perto um do outro.

**Carmem** (mulher de metalúrgico em greve) — A greve, esse ano, deu um passo muito grande, porque no ano passado as mulheres dos metalúrgicos estavam muito assustadas, e este ano elas estão dando um grande apoio. Vão às assembleias, e, apesar do dinheiro estar acabando, elas acham que devem continuar em greve até a vitória.

**Sônia** (mulher de metalúrgico em greve) — Mesmo que eles digam que é ilegal, para nós é legal. O importante é a consciência de cada um. Eu acho que todas as esposas de metalúrgicos, aliás, todas as mulheres que têm consciência, não é só mulher de metalúrgico, é também empregada doméstica, é dona de casa, patroa, são todas. Porque se meu marido trabalha, me dá o ordenado, quem vai gastar sou eu. A luta é minha. Vamos ver do lado de Deus.

**Rosa** (metalúrgica desempregada) — Apesar de desempregada, eu continuo no movimento. Meu trabalho agora é aqui. Não tem sábado nem domingo. Estamos vendo que não é por falta de alimentos que a greve vai parar. Está chegando muitos alimentos e muita gente que quer ajudar. Essa ajuda de todos leva a gente a lutar ainda mais porque a gente se sente seguro.

**Carmem** — Quanto à participação

das mulheres, eu ainda acho que é pequena. Porque, veja bem, num movimento como esse, em uma assembleia, em época de campanha a gente convida as colegas, mas tem uma infinidade de gente que manda na mulher — é o irmão, é o marido, a mãe, pai, avô, namorado e filho. Mas, é muito importante que ela participe, porque ela é mais explorada dentro da fábrica. Em média, ela está ganhando cinco mil cruzeiros mas ela não tem coragem de segurar esta barra.

**Maria Auxiliadora** — Veja, é importante a mulher ser mãe e esposa, mas é importante estar do lado daqueles que lutam, e como o machismo ainda prevalece, eu venho contra a vontade do meu marido, porque eu sinto que é importante estar aqui. Se eu tivesse essa consciência que tenho hoje da luta, eu teria renunciado ao casamento.

**Tereza** (metalúrgica na Volks) — Trabalho lá há dez anos e ganho sete mil cruzeiros. No meu setor, só eu estou fazendo greve. As mulheres não vem por falta de conhecimento, mas eu acho que seria muito injusto se eu fosse trabalhar. Minha mãe me disse pra eu não vir aqui: “é coisa de homem”. Mas eu acho que é preciso que os operários sejam mais unidos. Assim a gente ganhava.

**Fátima** — Desde que a mulher fica em casa com os filhos e tem que dar educação pra eles, ela não pode dar educação de que tudo está bem. Nós não temos o direito de deixar para os nossos filhos o mundo que nós temos hoje.

EM TEMPO 105 • 1 a 14 de maio de 1980

## ANEXO 13 – “Simone de Beauvoir entrevista Sartre” e outros artigos.

## mulheres

Exclusivo 15

## Simone de Beauvoir entrevista Sartre

**S**imone de Beauvoir — Bem Sartre, a primeira coisa que eu quero perguntar, é sobre a questão das mulheres pois afinal você nunca falou sobre isto. Por que você escreveu sobre todos os oprimidos: os trabalhadores, os negros em Orfeu Negro, os judeus nas Reflexões sobre a Questão Judaica e nunca sobre as mulheres? Como você explica isto?

**Jean-Paul Sartre** — Penso que isto vem da minha infância. Na minha infância vivi cercado sobretudo por mulheres: minha avó, minha mãe ocupavam-se muito comigo; e também vivi cercado de meninas. Era um pouco o meu ambiente natural: as meninas e as mulheres e sempre pensei que havia algo de mulher em mim.

**SB** — O fato de ter sido cercado por mulheres não o impediu de compreender a importância da opressão que elas sofrem?

**JPS** — Eu sentia que minha avó era oprimida por meu avô, mas não o percebiam claramente. Minha mãe enquanto

**Eu considerava o imperialismo como um defeito individual do homem e uma certa obediência, como traço característico da mulher.**

to vivia era oprimida por seus pais, tanto por sua mãe quanto por seu pai. **SB** — Mas você ficou adulto? Por que ignorou a opressão de que são vítimas todas as mulheres?

**JPS** — Em geral eu não tinha consciência. Só via os casos particulares. Claro que eram muitos. Mas em cada um eu considerava o imperialismo como um defeito individual do homem e uma certa obediência como traço característico da mulher.

**SB** — Você disse que em suas relações com as mulheres, que foram muito numerosas, você as via como iguais e ao mesmo tempo como não iguais. Isto quer dizer, como você me observou uma vez, que sua opressão as fazia iguais ao homem ainda que não o fossem? Isso quer dizer que, porque é mais difícil para uma mulher ter tanta cultura, tantos conhecimentos, tanta liberdade quanto um homem, ela é igual independente do fato de ter cultura, liberdade ou outras qualidades.

**JPS** — Há um pouco disto. Eu considerava que as mulheres possuíam um

**Sentia-me capaz de conversar melhor com mulheres do que com homens.**

certo tipo de sentimento e uma maneira de ser que eu encontrava em mim. Sentia-me capaz de conversar melhor com mulheres do que com homens.

Com os homens a conversa degenera sempre em questões profissionais. Falava-se sempre ou das relações econômicas do momento ou da conjugação do prego, dependendo se é professor ou comerciante: mas é raro sentar-se num café e falar do tempo, das pessoas que passam, coisas que eu sempre fiz com as mulheres e que me davam uma impressão de igualdade, ainda que, evidentemente eu conduzisse a conversa. Eu a conduzia porque tinha decidido fazê-lo.

**SB** — Mas no fato de que você condu-

zia a conversa, que era normal que fosse você, entrava o machismo. Aliás devo dizer que relendo suas obras, se encontra traços de machismo e até de falocratismo.

**JPS** — Você exagera um pouco. Mas enfim quero crer que seja verdade.

**SB** — Mas e você não se sentia machista?

**JPS** — De certa maneira, na medida em que eu colocava as relações num plano ou no outro, se a mulher estivesse de acordo, evidentemente. Mas era eu que fazia as primeiras tentativas. E não pensava o machismo como decorrência da minha condição de macho, mas como uma característica particular da minha pessoa.

**SB** — Voltando ao machismo, é preciso relativizar. Pois afinal de contas você me encorajou muito a escrever O Segundo Sexo e quando o livro foi escrito, você aceitou todas as teses, enquanto pessoas como Camus, por exemplo, quase me atiraram o livro na cara. Aliás foi então que eu descobri o machismo de alguns que eu acreditava realmente democratas tanto em relação ao sexo quanto ao conjunto da sociedade.

**JPS** — É. Mas antes é preciso dizer que em nossas relações sempre a considerei uma igual.

**SB** — Devo dizer que você nunca me oprimiu e que nunca impôs qualquer superioridade sobre mim. Para relativizar seu machismo é importante dizer que nunca tivemos relações de inferioridade-superioridade, como mantêm em geral homens e mulheres.

**A luta de classes até agora... trata-se essencialmente de relações entre homens, pois dizem respeito ao poder ou à economia.**

**JPS** — Nesta relação aprendi, compreendi que havia relações entre homem e mulher que indicavam a igualdade profunda dos dois sexos. Eu não me considerava superior, mais inteligente ou mais ativo, eu a colocava no mesmo plano. Eramos iguais. Creio que curiosamente isto fortaleceu o meu machismo num certo sentido, pois permitiu que eu fosse machista com as outras mulheres. No entanto a igualdade de fato entre dois indivíduos, mas revelava a igualdade profunda entre os dois sexos.

**SB** — Dito isto, você aceitou O Segundo Sexo mas ele não o modificou. Aliás nem a mim, pois creio que tínhamos a mesma atitude na época. Tínhamos a mesma atitude, isto é acreditávamos que a revolução socialista acarretaria necessariamente a emancipação da mulher. Fomos desencantados na medida em que percebemos que nem na URSS, nem na Tchecoslováquia, nem em nenhum dos países ditos socialistas que conhecíamos, a mulher era realmente igual ao homem. Aliás foi isto que me fez decidir, a partir de 1970 a adotar uma atitude abertamente feminista. Quero dizer, a reconhecer a especificidade da luta das mulheres. Você me seguiu neste caminho mas eu gostaria de precisar até que ponto. O que você pensa, agora da luta das mulheres pela sua libertação? Por exemplo, como ela se articula com a luta de classes?

**JPS** — Para mim são duas lutas de aspecto e de sentido diferentes que nem sempre coincidem. A luta de classes até agora opõe os homens entre si. Trata-se essencialmente de relações entre homens, relações que dizem respeito ao poder ou à economia. A relação entre mulheres e homens é muito diferente. Sem dúvida há implicações muito grandes do ponto de vista econômico, mas a mulher não é uma classe e o homem, em relação a mulher tampouco o é.

**A mulher enquanto oprimida é, de uma certa forma, quase mais livre do que o homem. É mais irreverente.**

Trata-se de outra coisa: a relação entre os sexos. O que quer dizer que no fundo há duas linhas de luta para os oprimidos: a luta de classes e a luta dos sexos. Claro que frequentemente estas duas linhas se encontram. Hoje por exemplo a luta de classes e a luta dos sexos tendem a se encontrar.

**SB** — Esta luta feminista que você reconhece, qual é a importância que você lhe dá? Você conservaria a velha diferença entre contradição principal e contradição secundária? Você acha que a luta das mulheres é secundária?

**JPS** — Não. Creio que a luta das mulheres é principal. Durante séculos ela somente se manifestou nas relações individuais, em cada lar. O conjunto destas lutas particulares está construindo uma luta mais geral. Ela não atinge todos. Diria até que a maioria das mulheres não se dão conta de que tem interesse em fazer coincidir sua luta individual com uma luta mais geral, que é de todas as mulheres contra todos os homens. Esta luta geral ainda não ganhou toda sua amplitude.

**SB** — Na medida em que você dizia no começo que preferia frequentar as mulheres aos homens, não seria porque pelo fato de sua opressão elas escapam a alguns defeitos masculinos? Você disse muitas vezes que elas eram menos “cômicas” que os homens.

**JPS** — É certo. A opressão conta muito. Por “menos cômica” quero dizer que o homem, na medida em que se constitui como homem médio encontra condições exteriores que o tornam realmente cômico. Por exemplo, quando eu atribua meu machismo a uma qualidade pessoal e não à uma ação do mundo social sobre mim, eu era cômico.

**SB** — Simplificando, porque cada um desempenha seu papel completamente colado a ele?

**JPS** — Isto. A mulher enquanto oprimida é, de uma certa forma, quase mais livre do que o homem. Tem menos princípios que lhe ditem sua linha de conduta. É mais irreverente.

**SB** — Então você aprova a luta feminista?

**JPS** — Totalmente. E considero perfeitamente normal que as mulheres não estejam completamente de acordo entre elas sobre alguns aspectos: que existam conflitos e divisões; é normal para um grupo que está no nível em que elas estão. Penso também que lhes falta base na massa, e o trabalho a fazer hoje me parece ser este. Nestas condições a luta feminista poderá atingir a sociedade de tal maneira que abalaria tudo, sempre se aliando à luta de classes.

Ilustração de Elizabeth Searcy Lohr

‘Sempre pensei que havia algo de mulher em mim’

O casamento Sartre-Beauvoir foi antes de tudo, um aprendizado da liberdade. Uma das mais importantes contestações do casamento burguês. Com a morte de Sartre, eles, que se mantiveram intimamente ligados, eram ainda dois seres inteiros e autônomos. Cada qual respondendo por si. Foi isto que motivou essa entrevista, publicada na revista *L'Arc* n.º 61, em 1975, da qual transcrevemos parte.



16

cultura

Sartre:

## “A cultura não tem de ser defendida”

Transcrevemos a seguir parte de um discurso que ele pronunciou em Moscou no Congresso Mundial pelo Desarmamento e a Paz. Sartre fala dos bens culturais, celebrando-os como resistência a injustiça e ao terror. A arte não pode mudar o mundo, mas pode contribuir para mudar a consciência e os desejos dos que poderiam transformá-lo.

A cultura é, na minha opinião, a consciência em perpétua evolução que o homem tem de si e do mundo no qual vive, trabalha e luta. Se esta tomada de consciência é justa, se não está sistematicamente falseada, deixaremos, apesar de nossas ignorâncias, uma herança válida aos que nos sucederão. Porém, se subordinarmos nosso trabalho aos imperativos belicosos, faremos de nossos filhos — que consumirão verdade envenenada — fascistas ou desesperados.

Atenção, esse perigo é ameaçador: o número daqueles que na França se chamam camisas negras, e em outros lugares hooligans, aumenta. Podemos e devemos dizer desses jovens — quaisquer que sejam seus crimes — que somos responsáveis por eles, que nestes últimos anos não soubemos dar-lhes essa consciência lúcida de si mesmos, de sua classe, das alienações que sofreu, que deixamos essas violências nuas e selvagens ao não esclarecê-las e dirigi-las.

Esse jogo é conhecido: pretende-se defender a cultura quando, na verdade, ela é mobilizada; declara-se em toda parte que se faz a guerra para salvá-la quando, na verdade, está inteiramente submetida aos interesses guerreiros. O truque é simples: atua-se sobre dois caracteres contraditórios — contradição fecunda quando se desenvolve livremente — que

definem toda cultura: o particularismo nacional e a universalidade, ao menos potencial. A profundidade de uma obra vem da história nacional, da língua, das tradições, dos problemas particulares, e com frequência trágicos, que a época e o lugar apresentam ao artista através da comunidade viva à qual está integrado. O que nós, mediterrâneos, chamamos com tanta soberba de “civilização greco-latina”, nada mais é que nosso particularismo e o parentesco de nossos idiomas, tanto italiano como espanhol ou francês.

### O particular e o universal

Por causa desta particularidade, toda obra tende ao universal. Na França dissemos insistentemente, em fins do século passado, que Tolstói, Tchekov, Dostoiévsky eram incompreensíveis para “os latinos” e que tinham “a alma eslava”. E, setenta anos depois, temos que reconhecer que todo mundo na França tem a alma eslava, já que acolhemos esses grandes autores e fizemos deles nosso patrimônio. Isso quer dizer que o aspecto propriamente russo de uma obra, olhada por um francês, à luz dos costumes e preocupações que lhe são próprios, revela-lhe aspectos até então desconhecidos ou obscuros de si mesmo ou de seu país. (...) O que permite compreender a célebre frase de André Gide:



Cena do cortejo fúnebre de Sartre

“Fazendo-se mais particular, faz-se mais universal”.

Mas a tática guerreira em tempos de guerra fria, consiste em separar esses dois aspectos de uma obra para opor um ao outro. Em lugar de um passo dialético, que transforma o particular em geral, a cultura em guerra começa afirmando sua particularidade (é greco-latina, européia ou ocidental); em seguida, decide que esta particularidade nada mais é que o universal, pela simples razão de que só há essa cultura e, em todas as outras partes, impera a barbárie. Isso significa negar a universalidade em nome do universal. Há quase meio século Kafka escreveu *O Processo*; no oeste, foi falseado, no leste, silenciado: nós o deformamos a leste e oeste por nossas paixões tendenciosas, e não beneficiamos a ninguém com sua universalidade, quer dizer, com o valor que teria para cada um se deixáramos que envelhecesse nos espíritos e nos corações com toda liberdade.

A guerra é o que mata a luta ideológica, pois substitui o enfrentamento pela separação e condenação recíprocas. Em suma, a verdadeira competição cultural é suprimir todas as dunas e barreiras da cultura e, em seguida, largar-lhes este pacífico desafio: a quem pertence Kafka? Quem o compreende melhor? Quem o aproveita mais?

Não: nós, homens de cultura, sabemos que não se deve defender a cultura. Defendê-la é, na realidade, servir-se dela para justificar a guerra; de quem ela seria defendida, com efeito, senão dos homens? Porém, precisamente quem a faz senão os homens? Eu sou daqueles que preferem uma vida humana à Catedral de Chartres. Porque a catedral, se morremos por ela, não fará novos homens — esses sim! — ficam: uma catedral, se se derruba, pode ser refeita — prova-o o exemplo de Varsóvia. A cultura é feita pelos homens e para os homens. Dendê-la deles é transformá-la em ídolo, é alienar o homem de seu produto. E se o canhão entra em jogo, se envia suas grandes greco-latinas contra os canhões asiáticos é de se temer que, em Ancara ou Atenas, só permaneçam pedras dispersas pelos bombardeios.

### A cultura e a guerra

A cultura não tem que ser defendida nem pelos militares, nem pelos políticos. E aqueles que se dizem seus defensores são, na verdade, os defensores da guerra. Quando os soldados do imperialismo defendem o Partenon, na realidade o Partenon é o que defende o imperialismo. Não há que proteger a cultura, o único serviço que ela espera é incumbência nossa, dos intelectuais: deve-se desmilitarizá-la. (Tradução de Elzira Mattos)

### A Latino-America perde Carpentier

**B**arthes, Sartre, Carpentier... Alejo Carpentier, o escritor cubano de “El Siglo de las Luces”, de “Concierto Barroco”, de “La consagración de la primavera”, de “El reino de este mundo”, e muitas outras obras, morreu em Paris, aos 76 anos. “As vezes é necessário afastar-se das coisas — colocar um mar no meio — para ver as coisas mais de perto”, disse ele. Carpentier viu, como poucos, a latino-americana tendo o Atlântico ao meio. Fixado em Paris há muito tempo, de lá escreveu: “De fábulas se alimenta a Grande História, não te esqueças disso. Fábula parece o nosso para as pessoas daqui, por que perderam o sentido do fabuloso. Chamam fabuloso tudo o que é remoto, irracional, situado no amanhã... Não entendem que o fabuloso está no futuro. Todo futuro é fabuloso...”. (“Concierto Barroco”). Um escritor que foi em busca das raízes — um radical — e descobriu a América, a Latino-americana. Sua última obra sobre Cristina Colombo: “La Harpo y el Ombre”, ainda não foi traduzida entre nós. (R. de A.)

O mestre em questão

Salinas:

### “Sartre representou para mim uma reviravolta radical”

**N**inguém exerceu tanta influência intelectual sobre minha geração como Sartre. Basta considerar a enorme quantidade de coisas — em sua maioria asneiras — que se escreveu sobre ele nos últimos dias. E como se todo mundo se julgasse autorizado a falar sobre Sartre, o que demonstra, embora de maneira deformada, sua presença incontestável. Mas é também certo que muitos intelectuais pequeno-burgueses, muitos de nós, aprendemos, na melhor das hipóteses a pensar o mundo de hoje graças a ele.

Para mim, particularmente, a descoberta de Sartre há mais de vinte anos,

representou uma reviravolta radical. A leitura de “A Náusea” e de “O Ser e o Nada”, entre outras apaixonadas, emprestou-me a voz para a expressão do meu jovem descontentamento diante do mundo e ajudou-me a despertar do sono, então pesadamente dogmático, dormido no seio da Santa Madre. Quanto à sua obra filosófica e literária, acredito que a última seja mais importante que a primeira. Mas, como ele próprio queria, não é possível separar rigorosamente uma coisa da outra: devemos considerá-lo como um filósofo literário e um literato filósofo, e isso é que dá a esta obra rica e variada sua fisionomia singular.

Os jovens de hoje? Acho que eles não pensam, nem fantasiavam, nem imaginam Sartre. Simplesmente ignoram-no. Mas é provável que as novas gerações ainda venham a descobri-lo, de acordo, aliás, com o que protelizara há algum tempo Roland Barthes, e que a sua obra venha,

representou uma reviravolta radical. A leitura de “A Náusea” e de “O Ser e o Nada”, entre outras apaixonadas, emprestou-me a voz para a expressão do meu jovem descontentamento diante do mundo e ajudou-me a despertar do sono, então pesadamente dogmático, dormido no seio da Santa Madre. Quanto à sua obra filosófica e literária, acredito que a última seja mais importante que a primeira. Mas, como ele próprio queria, não é possível separar rigorosamente uma coisa da outra: devemos considerá-lo como um filósofo literário e um literato filósofo, e isso é que dá a esta obra rica e variada sua fisionomia singular.

outra vez, fecundar as imaginações estudiantis e estudiosas. Quanto a um Sartre revolucionário: ele sempre adotou posições contestatórias, desde Saint-Germain-des-Près até os últimos anos quando saía pelas ruas defendendo a liberdade de imprensa. Adotou-as de maneira radical. Lembro-me, por exemplo, de uma das respostas que dá aos seus entrevistadores no filme “Sartre parli-mème” — ainda não apresentado no Brasil — que queriam saber qual sua opinião, naquela altura dos acontecimentos (1974), a respeito do governo pós-gaullista, na França. O presidente da República, na ocasião, era Pompidou. Resposta de Sartre: “Isso aí é o poder dos ladrões”. Por essas e outras, acredito que foi um revolucionário e dos mais autênticos. Por outro lado, também em sua obra, especialmente a partir de “A Crítica da Razão Dialética”, a questão da revolução ocupa, na sua reflexão, um lugar central.

Continuação da pág. 16

## Marilena: "Sartre é o teórico da violência"

Sartre marcou mais que uma geração em termos filosóficos e políticos. Na produção teórico-política atual ele é profundamente conhecido, a ponto de trechos imensos de sua obra serem sem aspas em discursos de autores modernos. É fantástico esse silêncio sobre o homem e a obra, um silêncio que se deve à própria incorporação de suas idéias! Hoje, nas universidades, num curso de filosofia, não se ensina Sartre, (nem Merleau-Ponty, e, raramente, Heidegger). Isto não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Em termos da minha geração, para a classe média católica e para o fim da adolescência, Sartre trouxe uma visão do homem sem traços religiosos. Lembrou-me de grupos na Biblioteca Municipal daqui de São Paulo discutindo o "existencialismo" — e nesses grupos cabiam os "beatniks", os anarquistas à la Quartier-Latin —, discutindo a morte de Deus, a responsabilidade do homem.

Se ele marcou mais os teóricos políticos os filósofos ou os literatos, isto eu não sei, mas para quem contestava os valores estabelecidos ele foi essencial. Esse silêncio sobre a obra e o homem de que falei não é casual. Sartre ressurgiu na Anti-Psiquiatria. Nessa contestação das instituições na década 60/70, os pontos de partida são definidos a partir de Sartre explicitamente: Cooper e Lang citam-no nominalmente. Isso dá a medida de como Sartre "balança" a organização institucional das relações pessoais, familiares. A Anti-Psiquiatria estaria mais ligada a Foucault? Não. O teórico da violência é Sartre.

Revolucionário? Não, ele é um contestador, um dos mais poderosos denunciantes da ordem burguesa. Apoiou todos os movimentos contestatórios e revolucionários. Todos: maio/68, Hungria, Tchecoslováquia, Mao, Argélia, etc. Foi o primeiro a denunciar a guerra do Vietnã como genocídio e escrever no "Temps Modernes" a respeito. Ele se aproxima de Marcuse nesse nível. É aquele que se interessa em por em questão toda a ordem vigente, aposta numa transformação. Ele não é um Lênin, um Trotsky, um Guevara...

O que é digno de nota é a mudança de posição política de Sartre, por várias vezes, sem nenhum problema. E assim fez a vida inteira, o que é fascinante. Um intelectual que não é dogmático, no Brasil, tem o sabor de um "marciano"... Pessoalmente, a obra que mais me marcou foi o seu "Flaubert", uma obra que me ajuda a pensar e que me impressiona porque é uma das poucas em que um pensador resumiu sua obra inteira. Flaubert é a síntese de Sartre como filósofo, romancista, político. É uma análise de um indivíduo que produz arte no interior de uma ordem burguesa. Quando eu lia, ia pensando que o Flaubert místico, o Flaubert filistino, o Flaubert dogmático me eram conhecidos em demasia! Eu podia identificar nessas figuras as pessoas que eu conhecia e eu mesma. É uma pena que com a moda estruturalista essa obra tenha passado tão rapidamente por aqui. E sequer foi traduzida até hoje.

## negros

17

# A luta (comum) de negros e palestinos

Milton Barbosa, é integrante da Cordenadoria Executiva Nacional do Movimento Negro Unificado (MNU) e fez parte da comitiva formada por parlamentares e sindicalistas que visitou o Oriente Médio a convite da OLP. Na entrevista exclusiva que concedeu ao EM TEMPO, Milton Barbosa aborda questões relativas à luta do povo palestino e o apoio do movimento negro brasileiro à causa palestina.

Por Vanderlei José Maria

**C**omo estava composta a comitiva e o que ocorreu no Líbano que não permitiu a entrada de vocês?

— A comitiva estava composta por 13 parlamentares de todos os partidos, líderes sindicais, um representante da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e representantes da comunidade negra — eu e o Orlando Fernandes, do Instituto de Pesquisas da Cultura Negra do Rio de Janeiro. O embaixador libanês nos recusou o visto de entrada, mas nós entramos através da Síria, na região controlada pelas Forças Unificadas da Síria e pelas forças da OLP. Foi uma viagem segura, normal.

— O que existe de comum entre a luta do povo palestino e a luta contra a discriminação racial do negro brasileiro?

— O programa de ação do Movimento Negro Unificado (aprovado no I Congresso do Movimento Negro Unificado, realizado em Dezembro de 1979 no Rio de Janeiro) deixa claro o apoio do MNU à luta de todos os povos oprimidos. Isto já é um motivo fundamental para apoiarmos a luta da Organização para a Libertação de Palestina — OLP, e que se combina com a criação no Brasil de "Comitês anti-apartheid", ou seja a luta anti-racista na África do Sul. A OLP possui uma visão internacionalista de sua luta e da opressão do seu povo. O imperialismo desenvolve um processo de exploração internacional que atinge todos os povos sob diversas formas, como por exemplo o racismo e a exploração econômica e sexual da mulher. O grande aliado do imperialismo no Oriente Médio é o sionismo. A forma como o sionismo age com o povo palestino é uma forma racista que se reflete principalmente no apoio israelense à África do Sul. É Israel que dá apoio militar, econômico e diplomático ao regime do apartheid. Assim como a OLP, o MNU possui esta visão internacionalista da exploração capitalista e, logicamente, nós e a OLP teríamos de cruzar os mesmos caminhos.

— Como o MNU analisa a origem do conflito no Oriente Médio?

— Existiam 91% de palestinos na região hoje dominada por Israel e apenas 9% de judeus. A partir de um pacto dos sionistas com o imperialismo britânico (a "Declaração Balfour" de 02/11/1917) começaram a emigrar para a região judeus europeus e de toda a parte do mundo. Em 1948 os judeus chegam a 33%, quando então os judeus sionistas começam ações terroristas em larga escala expulsando os palestinos de suas terras. O sionismo explica o seu direito à região a partir de conceitos como o "direito divino do povo judeu." Os conflitos se acirram com a guerra de 1967 e 1973.

— Como foi o contato com o presidente do Comitê Executivo da OLP, Yasser Arafat?

— Yasser Arafat nos fez toda uma exposição do que era a luta do povo palestino. Fiz uma intervenção denun-



Milton, Arafat e Orlando

ciando a situação do negro brasileiro, sua situação de desemprego, de marginalização do processo social brasileiro e que foi muito bem entendido pelo irmão e companheiro Yasser Arafat. Como os negros, os refugiados palestinos vivem sob estas mesmas condições de desemprego, exercendo as mais baixas funções nos países onde se encontram refugiados. Após abraçar-me e a Orlando Fernandes, Yasser Arafat afirmou que o único caminho é a luta contra o imperialismo. Com o que nós concordamos plenamente.

— Há igualdade, portanto, entre a marginalização do povo palestino e do negro brasileiro?

— Nós visitamos uma cidade na Síria chamada Kuneitra, onde em 1967 as casas foram dinamitadas por este processo chamado de "implosão" que é muito usado no Brasil. Quando a casa explode, ela desce com teto e tudo, facilitando o trabalho de limpeza e em cima destas casas, Israel construiu outras. Com isto Israel não deseja apenas eliminar fisicamente o árabe-palestino, mas eliminar sua presença cultural, tudo aquilo que ele construiu durante anos a fio é simplesmente eliminado. Isto é muito parecido com o que foi feito com o negro, sendo dominado em suas terras, trazido em navios negreiros e depois a eliminação do que foi o negro na África, e sua contribuição histórica e econômica no Brasil. Atualmente a semelhança é maior entre negros e palestinos. Ambos sofrem discriminações sociais, desemprego, marginalidade, opressão e perseguição policial constante com o objetivo de humilhar a população negra ou de dominar os palestinos como faz Israel. A perseguição policial de Israel aos palestinos impede que eles reivindiquem suas terras, de se organizarem para exigir sua autonomia. Suas casas são barbaramente violentadas, os soldados israelenses invadem para revistar, para ver se não apoiam a OLP; até judeus nascidos na Palestina sofrem discriminações por parte de Israel. Aqui no Brasil o proces-

so é o mesmo para o negro: a polícia invade as favelas e todo negro é considerado um marginal.

— Vocês visitaram os acampamentos palestinos, viram os treinamentos militares?

— Nós vimos vários aspectos da luta palestina. Visitamos rapidamente os campos militares já que eles são também acampamentos de refugiados. Porém, o mais importante foi ver o esforço da OLP, do povo palestino no sentido de criar um estado democrático quando eles conseguirem voltar para a sua terra.

Existem 40 mil mártires de guerra, 7 mil prisioneiros condenados em Israel e o dóbro sem culpa formada. Há toda uma preocupação de dar assistência como saúde, educação e trabalho, às famílias dos soldados. Realmente o tempo é o grande aliado dos palestinos.

— O MNU ao apoiar a luta da OLP não está se esquecendo que os judeus foram vítimas do racismo durante a II Guerra e que são as primeiras vítimas de grupos neo-nazifascistas?

— O MNU repudia o racismo não só no Brasil como a nível internacional, não aceitamos qualquer forma de racismo que sofre o povo judeu. Em contrapartida, não aceitamos o sionismo que se baseia num "direito divino" para ocupar uma terra onde um povo construiu toda uma vida em cima de muito trabalho e sacrifícios. Os judeus progressistas, os judeus não sionistas, devem colocar a verdade do que está acontecendo no Oriente Médio. O sionismo tem um grande poder de articulação e possui todo um aparelho ideológico que faz uma falsa propaganda da causa palestina. Não faz pouco tempo, nós acreditávamos que os palestinos jogavam bombas em todos os lugares. Hoje graças às denúncias da OLP está se desmascarando o seu poder político e econômico que massacrará o povo palestino. Se os judeus brasileiros assumirem com clareza e sinceridade a questão palestina, não estaremos abertos ao diálogo.

EM TEMPO 105 • 1 a 14 de maio de 1980



## ANEXO 14 – “Negras: quem não se organiza, dança”, entrevista a mulheres negras do MNU.

8

negros

13 de maio de 1880:

# Da escravidão ao exército industrial de reserva

O centenário da abolição da escravidura encontra os negros brasileiros em busca de seu passado histórico e cultural obscurecido pelo mito da liberdade.

Por Clovis Moura (\*)

Entramos na década do centenário da Abolição no Brasil. O fato histórico não pode ser ignorado. Mas há como que um esquivar-se a pesquisá-lo profundamente, apesar das inúmeras teses universitárias abordando o problema do negro. Uma consciência culpada parece impedir que se descubra os mecanismos históricos e sociais que levaram o negro brasileiro a se encontrar na situação em que se encontra. No entanto, no nosso entender, a trajetória do negro de escravo a marginalizado explica, por extensão a formação do atual modelo brasileiro de capitalismo dependente.

A decomposição do escravismo colonial leva a que se procure uma forma através da qual esse tipo de trabalho seja substituído por outro que corresponda mais às necessidades do desenvolvimento da economia brasileira já intrinsecamente subordinada ao mercado internacional. Descartar-se do negro e substituí-lo por outro tipo de trabalhador foi a solução encontrada. Conservado o latifúndio, o imigrante vem ocupar o centro do sistema de produção naquilo que ele tinha de novo e mais dinâmico, enquanto o negro passa a ser considerado incapaz para o trabalho.

Esta posição tem um duplo objetivo de um lado, manter uma grande quantidade de trabalhadores desempregados e marginalizados, para forçar a baixa dos salários dos empregados e, de outro, satisfazer o desejo de branqueamento das elites.

### A ideologia da democracia racial

O processo foi rápido e violento. O ex-escravo é deslocado do centro do sistema que ocupava durante o escravismo para as áreas periféricas ganhas. O ritmo de desenvolvimento da economia que se criou obviamente não teria condições de absorvê-lo mais, e ele, ao tentar descongelar-se e reivindicar a sua participação nesse mercado de trabalho restrito é barrado pelos estereótipos que foram criados contra ele para que a sua ascensão fosse dificultada ou impedida.

O preconceito de cor é um instrumento de barganha usado por um tipo de sociedade que não dá condições de ser aproveitada toda a mão de obra disponível. A chamada marca da cor é apresentada, sempre, como elemento inferiorizador do elemento negro. Ao tempo em que assim agem criam a ideologia da “democracia racial” procurando, por meio dela, justificar a situação do negro como sendo culpa dele mesmo porque as possibilidades de oportunidades estão abertas igualmente para todos.

Essa ideologia foi formada historicamente em concomitância com a decomposição do regime escravista e da formação da sociedade de capitalismo dependente que o substituiu. O escravo (nos últimos anos do escravismo) já era um elemento que não representava mais a mão de obra básica da nossa economia. Menos de um milhão de escravos foi beneficiado com a chamada Lei Áurea. Para esclarecer melhor: em 1882 a população das cinco principais províncias do País (São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro) era composta de 1.433.170 trabalha-

dores livres, 656.450 escravos e 2.822.583 desocupados.

Essa grande população desocupada era exatamente aquela que estava saindo das senzalas e não tinha condições de se incorporar ao processo de trabalho novo. O número de desocupados, por isto, somava quase o dobro dos trabalhadores livres. Era, portanto, uma substituição a curto prazo que se estava fazendo no conjunto da economia brasileira não apenas nas suas relações de produção, mas do seu próprio trabalhador. O escravo libertado não se converteu em trabalhador livre. No Brasil essa passagem foi feita através da injeção maciça da mão de obra alienígena.

### O que sobrou para o negro?

De 1827 a 1899 entraram, no Brasil 940.684 imigrantes. Convém notar, também, que somente após 1850, quando através da Lei Eusébio de Queiroz se extinguiu o tráfico, ela aumenta consideravelmente.

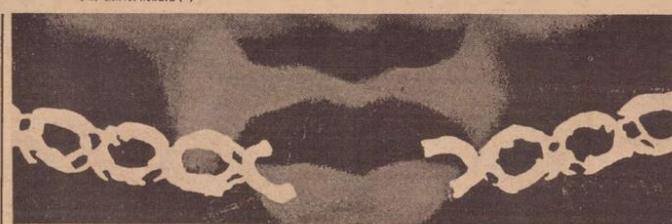
Diante dos relativos mecanismos de desenvolvimento que foram libertados, houve um movimento de proteção a esses imigrantes, através de uma política dirigida e de planos integrativos, enquanto o ex-escravo era sistematicamente repellido daqueles setores mais dinâmicos da economia em desenvolvimento. Tanto na indústria nascente como na agricultura, especialmente no seu setor nacionalmente mais dinâmico que era a lavoura do café, houve um trabalho racional de “fixação do imigrante”, enquanto as populações negras flutuantes eram transformadas nas grandes massas marginais necessárias ao modelo.

O que sobrou para o negro, ex-escravo neste quadro? Exatamente o subemprego, o desemprego, a marginalização progressiva. O que sobrou para a mulher negra? Os trabalhos não qualificados de doméstica, que substituiu os da Mãe Preta e da mamã, o subemprego nas fábricas e a baixa prostituição. Esta foi a realidade que o negro encontrou como legado da Abolição.

Este processo histórico de esmagamento social, cultural e político explica porque o negro encontra-se atualmente nos últimos patamares de uma sociedade que ele não apenas ajudou a construir mas da qual foi o grande construtor.

Agora, ao que tudo indica, após os grandes movimentos negros dos Estados Unidos e da libertação dos países africanos, o negro brasileiro se rearticula como ser procurando a sua memória e o seu orgulho étnicos. No momento em que ele ligar esta consciência étnica à consciência revolucionária, vindo a necessidade da destruição do modelo que o fez, duplamente, será um dos grandes componentes das forças transformadoras da nossa realidade política, econômica e social.

(\*) Clovis Moura é sociólogo e historiador. É autor entre outros livros de “Rebeliões de Senzala” e “O Negro: de Bom Escravo a Mau Cidadão?”.



Abdias do Nascimento exclusivo

## Quilombismo: o poder para os negros

Durante o mês de Maio, Abdias do Nascimento estará lançando seu livro “O QUILOMBISMO” (Ed. Vozes) que contém vários documentos e análises sobre o racismo e a marginalização sofrida pelo negro brasileiro. EM TEMPO publica um trecho (inédito) do livro.

Abdias do Nascimento, famoso defensor da causa do negro no Brasil, foi fundador do Teatro Experimental do Negro, Presidente da Convenção do Negro e fundador do Museu de Arte Negra entre outras atividades. Desde 1968 vive nos Estados Unidos ocupando-se de atividades acadêmicas, culturais e artísticas ligadas à causa negra.

Desde uma perspectiva mais restrita, a memória do negro brasileiro atinge uma etapa histórica crucial no período escravocrata iniciado de forma sistemática por volta de 1500, logo após a chamada “descoberta” do território e os atos inaugurais dos portugueses rumo à colonização do país. Excetuando os índios, progressivamente exterminados, o africano escravo foi o primeiro e o único trabalhador do novo País, e durante três séculos e meio eugre as estruturas econômicas deste gigante chamado Brasil.

O negro está longe de ser artista ou um corpo estranho: ele é o próprio corpo e alma deste País. Mas a despeito dessa realidade histórica inegável e incontornável, os africanos e seus descendentes nunca foram e não são tratados como iguais pelos segmentos minoritários brancos que complementam o quadro étnico nacional. Esta minoria de ascendência europeia tem mantido a exclusividade do poder, do bem estar, e da renda nacional.

É verdadeiramente escandaloso notar que porções significativas de imigrantes europeus começaram a chegar ao Brasil em fins do século passado, como imigrantes pobres e necessitados. Mas imediatamente passaram ao destruído de privilégios que a sociedade dominante, essencialmente racista, lhes concedeu a nível de sócios de raça e parcelas do supremacismo branco eurocentrista. Tais imigrantes não demonstraram nenhum escrúpulo e nenhuma dificuldade em assumir os preconceitos vigentes contra o negro-africano, aqui e na Europa, beneficiando-se deles: os imigrantes preencheram (todas as vagas no mercado de trabalho negadas aos ex-escravos e seus descendentes) o negro brasileiro. Este foi literalmente expulso do sistema de trabalho “livre” e da estrutura de produção, à medida que se aproximava a data “abolucionista” de 13 de maio de 1888.

Levando-se em conta a condição do negro, a margem do sistema empregatício ou degradado no semi-emprego e no sub-

empregotando-se em vista a segregação residencial urbana que lhe é imposta pelo duplo motivo de raça e pobreza, destinando-lhe como áreas de moradia autênticos ghettos disfarçados sob denominações diversas, compreende-se facilmente porque todo afro-brasileiro consciente não tem a menor esperança de que uma mudança progressista possa ocorrer espontaneamente, no seio das camadas brancas, em benefício da comunidade afro-brasileira.

Rejeitado pelo sistema de emprego, como então, vive o segmento cidadão da população afro-brasileira? Segundo o Anuário Estatístico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ele constitui quatro milhões e meio de uma categoria denominada “empregados em serviços”. Chega a ser irônico um tal eufemismo quando sabemos que nessa classificação se incluem trabalhadores sem ordenado fixo, isto é, biscateiros vivendo a pequena aventura diária de engraxar sapatos, lavar carros, entregar encomendas, transmitir um recado, venda ambulante de doces, frutas, etc. tudo à base de remuneração miserável de centavos.

Desta realidade pungente é que brota a necessidade urgente que o negro tem de defender a sua sobrevivência e de assegurar a existência completa do seu ser. Os quilombos resultaram dessa exigência vital sentida pelos africanos escravizados, de resgatar a liberdade e dignidade que lhes fora roubada através da fuga ao cativo e da organização de sociedades livres no território brasileiro. A multiplicação dos quilombos nos espaços no tempo fez dele um autêntico movimento sócio-político e econômico amplo e permanente. Aparentemente acidental e esporádico no começo, rapidamente transformou-se, de improvisada emergência, em metódica e constante vivência das massas africanas que se recusavam à submissão, à exploração, à humilhação, e à violência do sistema escravista.

### Um genuíno foco de resistência

O Quilombismo estrutura-se em forma de comunidades independentes, núcleos associativos auto-suficientes, que tanto podiam estar localizados no seio de florestas de difícil acesso facilitando sua defesa e organização como permitidos ou tolerados pela classe dominante, neste caso, via de regra, com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, culturais ou de auxílio-mútuo.

Entretanto, não importam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante na sustentação da continuidade africana. Genuíno foco de resistência física e cultural. Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, açôch, escolas de samba, gaffetas, constituíram e constituem formas quilombolas ou quilombistas “legalizadas” pela sociedade dominante. Enquanto do outro lado da lei ergueram e se erguem os quilombos radicalmente confrontados e desafiantes da opressão sistemática praticada pelas elites no poder. Mas tanto os quilombos “legalizados” como os fora da lei formam uma unidade, uma afirmação humana, étnica, cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de situações e significações, a esta praxis afro-brasileira de resistência à opressão e de auto-afirmação política, eu denomino de Quilombismo.

Importante é destacar que esta tradição de luta quilombista existiu e existe através de todas as Américas. Desde as primeiras décadas de 1500, africanos livres recusaram-se a se submeter aos horrores da escravidão europeia, e formaram compactas comunidades as quais desarmaram contínuas e violentas lutas armadas contra os colonizadores, isto durante séculos.

O Quilombismo e seus vários equivalentes em todas as Américas - Cimarronismo (Cuba), Palenquismo (Colômbia), Cumbismo (Venezuela), Maronismo (Jamaica e Estados Unidos) significam hoje uma alternativa internacional para a organização política popular das massas negras.

A constatação fácil do enorme número de organizações afro-brasileiras que se instituíram no passado e se instituem no presente de Quilombo s/ou Palmares, testemunha quanto o exemplo quilombista significa como valor dinâmico na estratégia e na tática de sobrevivência e progresso das coletividades de origem africana. Com efeito, o Quilombismo tem-se revelado um fator capaz de mobilizar disciplinadamente as massas negras devido ao seu profundo apelo psico-social das raízes étnicas enraizadas na história, na cultura, no sangue e na vivência dos afro-brasileiros.”

(Transcrição de Vanderley José Maria)

mulheres

9

# Negras: quem não se organiza, dança

Lenny e Raquel, do Movimento Negro Unificado, falam da opressão que é a sua. «Branca para casar, negra pr'a trabalhar, mulata pr'a fornicar»

Por Elizabeth Souza Lobo

**L**enny tem 26 anos, é funcionária pública. Estudou Inglês mas faltou tempo para continuar. Sempre frequentou algumas entidades culturais negras mas só no ano passado quando viu a manifestação do Movimento Negro Unificado resolveu integrar-se. "Me identifiquei com o que diziam, foi um primeiro amor. Minha vida mudou e para mim é muito gratificante por a minha ideologia na prática."

Raquel tem 28 anos, fez pedagogia porque achava que através da educação poderia fazer alguma coisa contra o racismo e contra a miséria. "Mas terminou sendo uma violência para mim entrar numa sala de aula com um lero em que uma ilustração mostrava um trem levando uns meninos rumo ao sucesso. O maquinista é que era negro." Hoje Raquel é funcionária pública. Há um ano, ouviu uma conferência do Movimento Negro Unificado. Resolveu assumir sua luta. "O que eu sempre procurei, estou encontrando".

— Como vocês chegaram à consciência de sua condição de mulheres negras?

Raquel — A discriminação eu senti desde pequena porque morava num bairro de brancos. Eramos só duas famílias negras. Nas brincadeiras de roda a gente era a última a ser escolhida. Quando havia briga lá vinha: "negrinha". Eu me queixava para minha mãe: "Eles me xingaram de negra". Ela respondia: "Filha eles não te xingaram, você é negra."

Quando entrei para a faculdade pensava que lá não haveria preconceito. Foi onde encontrei mais. Num seminário sobre a Educação na França a professora disse: "Sinto muito, mas não consigo admitir um negro numa cadeira de universidade. "Éramos seis negras. Sempre que havia um trabalho procurávamos fazer o melhor. Ser aceitas".

Lenny — A minha consciência veio na adolescência. Antes eu não sentia o preconceito. Meu pai me dizia que eu ia ser discriminada mas eu não compreendia. Quando comecei a procurar trabalho me dei conta. Quando se coloca num anúncio que é preciso "boa aparência", já sabe, negro não entra. Ainda antes da discriminação de sermos mulheres, sentimos a de sermos negras. E depois, no trabalho você tem que ter cuidado senão... termina fazendo o trabalho dos outros. A dificuldade de trabalho empurra a mulher negra para dois caminhos, ou se é doméstica ou se é mulata. Ser mulata é uma profissão quando não se tem outra oportunidade. Isto nos marginaliza ainda mais.

## «Boas de cama»

— Vocês sentem a imagem de objeto sexual que lhes é imposta?

R — Nós não podemos ser inteligentes. As relações são difíceis. Na rua pinta sempre violência. Ou então um amigo, com a maior boa vontade e inocência diz: "Eu não tenho preconceito: adora uma negra na cama."

L — A negra não é vista como companheira estável. Como no tempo da escravidão quando ela não podia ter família. Num grupo de brancos a gente só é "tratada" como igual se está com um branco.

R — Um grande problema é que a mulher negra foi muito repartida. Cada uma é uma cabeça. Ela termina se refugiando na religião que diz que um dia no céu todos seremos brancos, de olhos azuis. E para isso temos que ser boazinhas. Nem nas bonecas da infância a gente se vê. Só como "Nega Fulô". A gente só se vê no espelho. E mesmo assim

fica imitando o modelo branco e se sente cada vez mais perdida. E quando a mulher negra começa a procurar suas raízes vira folclore.

## Tripla opressão

— Vocês são feministas?

L. — Pessoalmente somos feministas. Enquanto grupo ainda não chegamos a isto. Por enquanto somos um grupo de mulheres do Movimento Negro. Nossa proposta é a reformulação do papel da mulher negra, participar da luta, discutir a tripla exploração: de raça, sexo e classe. Eu sempre me considerei feminista e a gente tem um problema ainda maior porque o homem negro é mais machista. O homem negro quando chega em casa explode toda a opressão que vive na rua. Acho que não tem opção, ser feminista é uma condição.

R. — Também em casa é diferente. A maioria das mulheres negras trabalha, e as crianças tomam conta umas das outras. As crianças são sofridas, como a mulher.

— Como vocês viram os resultados da sua participação no Congresso das mulheres e no movimento feminista?

R. — Nos grupos de trabalho a maioria das mulheres se sensibilizou quando colocamos nossos problemas. E esta foi a primeira vez que participamos do Congresso.

L. — No meu grupo houve resistência quando se colocou a questão da imagem da mulher negra nos meios de comunicação. E depois tivemos que lutar para falar na assembleia. Mas valeu. Ganhamos um espaço.

R. — Mas a gente sabe que mesmo lutando por creches os nossos filhos vão ser os últimos a conseguir vaga. Quer dizer que a nossa luta não pode se separar da luta contra a discriminação racial.

R. — Quando a mulher branca está se libertando ela está oprimindo outros setores, se não der lugar para as outras oprimidas, como nós ou as domésticas, que só ouviam falar no Congresso depois que nós falamos.

— No Movimento Negro, como é a participação das mulheres?

L. — Pelo tempo que estamos lutando, até que conseguimos muito. Os homens, é claro, tem mais experiência, mas são muito cuidadosos em nos consultar. E nós funcionamos como um subgrupo de trabalho.

R. — Nós dizemos que queremos os homens como companheiros, mas enquanto houver homens dando ordens não há igualdade, por isto lutamos.

L. — Estamos discutindo também as questões que atingem todas as mulheres: o controle do nosso corpo, o aborto, a igualdade de salários.

— Vocês se consideram um movimento de minoria?

R. — Nosso movimento é de uma minoria ideológica. Nossa proposta é colocar a questão da discriminação em todo o lugar, para negros e brancos.

L. — E também a esquerda precisa abrir espaço para o problema racial como para o dos índios. Num debate eu perguntei como era a questão racial no socialismo. Um personagem respondeu que na URSS não havia racismo e que as mulheres russas adoravam os negros. Insisti na pergunta e o personagem ficou bravo. Me senti mal, eu era a única negra na sala. Passei por agressiva.

R. — Quando a gente insistir em discutir a questão racial é tachada de racista.

L. — Por isto, se você não se organiza, dança.

R. — Mas é claro que estamos no mesmo barco: brancos e negros, explorados.



Conquistando um espaço no II Congresso da Mulher Paulista

## Pela Revolução Feminista

A DIALETICA DO SEXO

Um estudo da revolução feminista

SHULAMITH FIRESTONE

Coleção Bolso — Editorial Labor do Brasil S.A. 1976 Rio de Janeiro

tradução de Vera Regina Rebelo Terra

Por Olga Nascimento

Partindo da noção de classes "sexuais", Shulamith Firestone, escreve aos 25 anos este que parece ser o livro mais radical e coerente sobre o feminismo, escrito depois de "O Segundo Sexo" de Simone de Beauvoir. Para ela o feminismo representa o fim do sistema de classes baseado no sexo e a luta pela libertação das estruturas opressivas de poder estabelecidas pelos homens.

Esta parece ser uma das únicas publicações feministas que se propõe a historicizar o movimento político das mulheres norte-americanas, bem como a sua participação na luta abolicionista e na industrialização (o que não aparece nos livros de História escritos, é claro, por homens).

A autora analisa também a história do movimento feminista nos EUA, a identificação do romance com o casamento nos anos 20, através do erotismo, a insatisfação pós-depressão dos anos 30, a guerra nos anos 40, a ação da propaganda hollywoodiana nos anos 50 e a "liberação" nos anos 60.

Interessante também é o perfil da participação das mulheres na luta feminista (as feministas conservadoras, as politiqueras e o feminismo radical), além de algum acerto de contas entre Freud e este que é o movimento mais radical do século XX, o movimento feminista.

Por outro lado, é impossível falar da libertação das mulheres,



sem também discutir a libertação das crianças, e vice-versa. O núcleo da opressão das mulheres são seus papéis de reprodutora e educadora das crianças. E, por sua vez, as crianças são definidas em relação a esse papel, e são psicologicamente formadas por ele.

As mulheres e as crianças encontram-se hoje no mesmo barco furado. Suas opressões começaram a se reforçar uma à outra. A mística das glórias do parto, da grandeza da criatividade "natural" feminina, acrescentou-se agora uma nova mística sobre as glórias da própria infância e da "criatividade" da educação das crianças. ("Pois bem querida, o que poderia ser mais criativo do que criar uma criança?"). Hoje as pessoas esqueceram o que a História tinha provado: que "criar" uma criança é o equivalente a retardar seu desenvolvimento. O melhor modo de criar uma criança é deixá-la em paz.

EM TEMPO 106 • 15 a 28 de maio de 1980

ANEXO 15 – "O sexo hoje é o novo ópio do povo", entrevista a Flávio Gikovate, em colaboração com Maria Teresa Verardo.

16

mulheres

Flávio Gikovate em entrevista exclusiva:

"O sexo hoje é o novo ópio do povo"

Por Beth Lebo e Maria Teresa Verardo

Flávio Gikovate talvez seja o psicoterapeuta mais conhecido do país. Mas não exatamente pela clínica — onde defende ideias nada ortodoxas como a de que o inconsciente não existe. Sua fama provém antes de sua atividade como articulista em revistas de grande circulação do gênero *Cadernos Status Nova*, e do seu tema privilegiado: a sexualidade.

Quando escreve, tem ainda inúmeros livros publicados — sempre dirigidos ao grande público — alguns com títulos ilustrativos ("Focê é feia?"). Para muitos o seu método consiste apenas em radicalizar o senso comum e daí sua aceitação junto a este público.

Mas a expressão sexual é a mais antiga experiência das mulheres. Volada e distorcida de travessia cultural, teorias e ideologias sempre assumindo novas formas. Desvendá-la e denunciá-la faz parte do nosso cotidiano. Gikovate, evidentemente, não concorda com isto. E por isso mesmo fomos entrevistá-lo.

· Você diz em seus livros que existe uma diferença biológica sexual entre homens e mulheres. Você pode explicar isto?

· É isto uma superioridade biológica da mulher no plano sexual, no sentido de que ela, fisiologicamente, e exclusivamente da parte de vista sexual, é capaz de despertar desejo no homem. O homem, é capaz de se excitar visualmente e rapidamente só com a visão do corpo da mulher. O homem tem um desejo sexual ativo e fundamentalmente instrumentalizado pela visão. Ou seja, isto em sentido como sendo uma diferença biológica e não cultural. A fotografia do homem não dá ao homem a mulher como dá a fotografia da mulher para ao homem mesmo olhando, tudo, sozinho. Todas as revistas feministas americanas de dez anos atrás fizeram cópias do *Play Boy*, *Play Girl* e *Viva* e foram um fracasso.

· Mas esta é uma diferença biológica?

· É. Um menino de 14 anos quando se masturba, com enorme frequência usa a foto como estímulo. Já a menina, nunca faz isto. Ela usa a imaginação, a fantasia. E qual é a fantasia da menina, antes da grande produção da cultura? É que ela está gostando, os trocinhos estão olhando, está se unindo com ele. Ela está despertando no rapaz um desejo (resistivo) de tal maneira que ele vem e avança até mesmo contra a vontade dela. Ou seja, a excitação da menina surge e cresce na medida em que ela se vê objeto do desejo, desejada. A mulher se excita ao se perceber desejada e não desejando ninguém. Hoje, quando as mulheres dizem que o homem é um coitado, isto em geral é uma coisa, que elas estão falando isto da boca para fora, quando estão sentindo a mesma coisa embutido do umbigo que os homens sentem quando usam a mesma expressão. É uma expressão copiada do homem.

"A fotografia do homem não dá teste na mulher"

- Mas as mulheres bonitas não despertam mais o interesse dos homens?
- Sem dúvida.
- Então não é cultural?
- Ou seja fosse só cultural o vaidade não seria cultivada pelas próprias mulheres que sabem isso absurdo. A validade física nas mulheres é sempre em função do que no homem, não é? Aliás, no homem não é que exista por isso. É



porque não adianta. Não dá o resultado desejado. Se dessa, não tenha dúvida, as masculinidades e os crimes masculinos foram a mesma coisa que os das mulheres.

· Concluindo, existe uma diferença no cérebro. Para a mulher é o sentir desejada, e para o homem é o visual, o desejo.

· Esse aspecto existe também, sem querer exagerar as comparações biológicas com os animais. Vamos pegar o cachorro. A cadela quando está no cio ela não deseja o cachorro, ela não vai atrás do cachorro. Ela só machuca quem o macho capta e ela vai atrás dele. Assim é a visual é o objetivo. Eu insistiu nisso falando do ponto de vista do desejo sexual. Evidente que há diferença em que a mulher conhece o homem, conversa com ele, conhece por dentro a cabeça dele, o modo como ele é, como ele pensa, etc., pode surgir imediatamente um encantamento.

· As pessoas descobriam, por exemplo, o sexo oral depois da invenção da píloa anti-concepcional. Eu acho isso fantástico. Ou seja, depois que não precisa mais descobrir o sexo oral porque não basta mais o porco de engravidar, porque as pessoas podiam usar outros recursos como a gravidez, descobriam que a penetração vaginal e a ejaculação vaginal não é uma coisa tão importante porque existe muito divertimento sexual sem isso. Eu fico sempre me perguntando, porque não descobriam isto no século XVIII ou XIX?

· Sexo e amor são igualmente desvinculados para o homem e para a mulher?

· Assim é uma resposta cultural. O condicionamento cultural é ao sentido de associar sexo e amor na formação do menino e dissociar sexo e amor na formação do menino. Assim é vinculação de sexo e amor. Então é evidente que é muito mais fácil ao homem, por razões de aprendizagem, ter uma experiência sexual com significado outra que só sexual. E isto é um componente que pode ser alterado a qualquer momento porque é cultural. Não acho que é um cultural tão simples porque a mulher aceita muito facilmente, pelo menos aceita com muita facilidade essa vinculação, cujo intermediário seria, em termos de punição, o temor que as mulheres tinham de uma gravidez biológica a uma relação sólida, natural.

- Como você vê a diminuição da repressão sexual?
- A impressão que eu tenho é de seguinte: só se pode pesquisar os prazeres mais livremente depois que caiu a repressão. A repressão desapareceu quando para uma cultura como a nossa, porci-

ciais, sexual e emancipação da classe masculina. Vejo muitas coisas, muita repressão, muito oportunismo. Tudo isso misturado que o aspecto mais positivo se perde.

· Agora, que a liberação da mulher é complicada, você não tenha dúvida. Porque eu digo no meu livro "O Instinto Sexual" que o grande favor do homem é a homossexualidade, donde a preocupação de desempenho, de mostrar competência, etc. Para provar para si e para todo mundo, o tempo todo, que é macho.

· E o grande favor da mulher, é a hipersexualidade, ou seja, a mulher aceita com certa facilidade coisas que reprimem sua sexualidade porque a tendência natural do impulso sexual da mulher seria de uma intensidade muito grande.

· A razão biológica, fundamental para isto, foi aquela colocada por Master & Johnson em 1966 de que não existe a saciedade sexual da mulher depois do orgasmo. Não existe, como no homem, um período de desinteresse sexual depois do gozo. O homem depois que goza tem um período de desinteresse variando de dois minutos a 24 horas, dependendo das circunstâncias, e a mulher não. A mulher é imediatamente excitável de novo. Então, teoricamente, ela pode estar continuamente excitada. Não há intervalo de descanso. Se você somar isso ao fato de que a mulher abandona os rus, deserta o desejo, e o fato de despertar o desejo e excita também, e ela se excita mesmo da prática sexual não se acaba nunca, então você imagina a mulher como um animal hipersexualizado, como se fosse uma tábua carbonizada no cio.

· E o próprio mulher se apavora com isto. Todas as mulheres que chegaram perto desse limite sabem que estão falando a verdade. A maioria das mulheres não chegou nunca perto desse limite, de sentir toda a plenitude do seu desejo.

· É um fenômeno. E ela continua se reprimindo. Essa é uma tendência da natureza biológica, ligada à ausência de descanso, de desinteresse.

· E qual é a postura do homem diante dessa liberação da mulher?

· O homem está muito assustado, e de certa forma tem razão. Eu já falei que do ponto de vista sexual o sexo frágil é o homem. O homem é muito distante do ponto de vista sexual, em relação à mulher. Porque ele tem um modo terrível de fracasso. O fracasso do homem é visível, é ostensivo, é humilhante, e principalmente ele esbarra com todos os parâmetros da homossexualidade. Então o machismo é uma espécie de defesa do homem contra a sua própria fragilidade.

· Toda atitude autoritária e tirânica envolve sempre fraqueza. O machismo é a forma mais cabal da fragilidade do homem que tenta resolver sua fragilidade através da dominação da mulher. Na medida em que essa dominação não pode mais se exercer, aparece mais claramente a fragilidade do homem, que é um fato verdadeiro e com o qual ele vai ter de aprender a lidar. Nasce portanto os homens estão muito atrapalhados com isso. Então o homem se sente sexualmente diante de uma mulher com muita facilidade. Ela tem grandes iniciativas e ele brucha. Ela é muito exuberante, ele brucha. Ela é muito sexual, ele brucha. O cara passa se sentir não precisa muito.

- Quem tem mais problemas sexuais, o homem ou a mulher?
- No início era muito mais frequente a mulher, mas a situação mudou, o número de homens que procuram a clínica aumentou muito.

"A mulher se excita ao se perceber desejada"

· E a liberação sexual no sentido reacionário é reacionária?

· Francamente não vou responder porque não quero entrar em brigas filosóficas. Em Reich não era, mas a cultura que nós temos tem essa grande habilidade de transformar uma ideia ótima em alguma coisa que acaba servindo aos seus interesses e não aos interesses de quem criou essa ideia. Tudo é transformado segundo os interesses do poder econômico. E com a liberação sexual se deu a mesma coisa. Eu não sou contra a liberação sexual. Só acho que não é a grande festa que estão fazendo por aí. E não é esta a ideia do Reich também. O Reich nunca leitura hoje é um cretino. Ele prega a plenitude sexual do homem. E não sou entendido por todo mundo, que é a pregação nossa. Falando do orgasmo integral, que é o orgasmo físico, pleno, em prazos iniciais, colocadas e portanto plena vinculação amorosa. E isso continua sendo extremamente difícil que eu defendo como sendo a situação máxima de prazer e até de maturidade, mas isso continua tão raro quanto sempre foi, com uma frequência inferior a um por cento.

"O Reich seria um 'credo' numa leitura atual"

- E quanto ao feminismo?
- Uma mistura de coisas boas e ruins. Como toda rebelião um aspecto muito radical. O feminismo exige uma igualdade de direitos so-



## ANEXO 16 – “Assalariadas ou servas?”.

mulheres
15

## Empregadas Domésticas

# Assalariadas ou servas?

Por Elisabeth Souza Lobo

**P**elos cálculos baseados no censo de 1978, as domésticas são 30% da população economicamente ativa feminina. É, portanto, a profissão que concentra o maior número de mulheres.

Elas vêm, em geral, do campo para a cidade. Deixaram há pouco a cozinha ou combinam a colheita com a enxada conforme as estações.

Realidade do sistema capitalista periférico, elas são no imaginário burguês uma das representações da mulher na família; a outra é a da dona de casa. Polos inseparáveis porque é entre nós que se opera a divisão das tarefas que concernem o corpo e a carne.

Interrogar-se sobre o lugar das empregadas domésticas é perguntar em que limitados espaços elas têm o direito de existir... Face à opressão que elas sofrem somos tentados a pensar em revolta, organização coletiva. Mas elas não são nem revoltadas, nem militantes. E por paradoxal que pareça encontram muitas vezes sua razão de ser naquilo que as aliena: os códigos burgueses, o comportamento das patroas.

Em cada uma de nós coexiste a empregada e a mãe. E se é certo que não se poderá falar de libertação da mulher enquanto não fizermos a arqueologia da dona de cada e da mãe de família em todos os pequenos papéis e que foram investidas, enquanto não exorcizarmos o fantasma da serva devotada que há em nós, também é certo que nossa libertação supõe a libertação da empregada que fica em casa, em nosso lugar.

**Júlia e Laurinda, da Associação das Domésticas de São Paulo falam aqui, por elas.**

**A paciência de Júlia**

**J**úlia da Silva Pimentel veio de Catanduva para São Paulo há 20 anos. “Pré melhor a vida e ajudar um pouco mais a família.” A irmã já morava na capital. Júlia chegou e no dia seguinte comprou um jornal para procurar emprego de doméstica. Esta é até hoje sua profissão. Acha que teve sorte sempre teve fôlego e mudou de casa quando não gostava do serviço.

Júlia faz parte de um movimento de paróquia. Um dia uma amiga que encontrava na missa levou-a à Associação das Empregadas Domésticas. Júlia gostou, ficou sócia e dois anos depois já estava na diretoria. “Agora”, diz ela, “é hora de dar lugar para outra”.

**Laurentina é malcriada?**

Laurentina veio em 62 de Goiás. Ia para Aparecida do Norte mas foi ficando. “Era muito bobinha do interior e não conhecia seus direitos”, diz ela. Uma dia brigou com a patroa e quase teve que voltar. “Mas eu consegui me aquietar. Sai de lá nervosa. Até hoje tenho raiva daquele pedaço de rua”.

Laurentina conheceu Júlia na Igreja. “A gente reunia na sala, da Igreja, discutia, viajava, viajava, aprendia. Um dia veio uma socióloga conversar



Nicarágua:

## Domésticas reivindicam

**A** situação das empregadas domésticas não varia muito de país para país na América Latina. Pouca diferença havia por exemplo, entre sua situação na Nicarágua de Somoza ou no Brasil de Figueiredo, com exceção dos grandes centros urbanos como São Paulo e Rio, onde elas começam a se organizar.

A Revolução Sandinista no entanto, constituiu uma esperança a exemplo de Cuba onde o trabalho doméstico não mais existe. Veronique Soulé, jornalista francesa, esteve na Nicarágua e nos oferece aqui, um depoimento vivo de uma situação em rápida transformação.

Angela tem 23 anos. Ela trabalha na casa de uma família rica de Manágua, onde foi hóspede durante algum tempo. O proprietário é professor na Universidade Centro Americana, e sua esposa, dona de casa, mãe de duas crianças (4 e 2 anos).

A primeira vez que viu Angela, ela limpava os banheiros, agachada, de pé, agachada. Grávida. De quanto? Mais ou menos oito meses, oito meses e meio, ela não sabia muito bem. Enfim, ela pensava parir brevemente. E de oito horas da manhã a 8 horas da noite, ela não parava - louça, roupa, limpeza... Ao meio dia, ela almoçava, de pé, rapidamente. Ela nunca a vi reclamar nem sentar-se, apesar da sua enorme barriga e das crianças entre suas pernas. Uma folga a cada 15 dias. No sábado à noite, quando os patrões saem, ela dorme na casa com sua filha de um ano, para tomar conta das outras crianças. Angela é solteira. Como milhares de outras mulheres nas suas condições. Os homens fazem filhos e partem. Eles voltam às vezes, bebados, arrependidos, mas as crianças são uma obrigação das mulheres. Angela vive com sua mãe, que toma conta da menina, num bairro miserável de Manágua.

Um belo dia, ela não vem trabalhar. Um dia, dois dias, três dias. Depois ela reaparece. Eu torno a ver, sentada na cadeira do salão, trazendo um pacotinho nos braços. Aproximo-me. Uma cabecinha morena emerge dos panos. É um garoto. Angela pariu há três dias no hospital. Ela descansou um dia em casa e veio de volta: pronta para trabalhar.

No entanto, Angela tem sorte. Ela ganha oitocentas córdobas por mês (uma córdoba: 0,1 dólar) enquanto muitas empregadas domésticas ganham menos que a metade. Sua patroa é gentil, exigente, mas não altiva: ela discute, às vezes até trabalha com ela... quando não faz compras ou quando não recebe sua mãe, à tarde.

Após a vitória da insurreição na Nicarágua, a situação das empregadas domésticas melhorou um pouco. Elas são beneficiadas agora com previdência social, como os outros trabalhadores. Foi assim que Angela pode dar à luz no Hospital, gratuitamente, enquanto que sob a ditadura somozista era preciso pagar. As mulheres pobres parem em casa, em condições deploráveis.

As empregadas domésticas são menos numerosas hoje em dia: o país tem necessidade de braços e aquelas que encontram um trabalho produtivo foram embora. Em um grande número de fachadas de casas burguesas lê-se: procura-se empregada doméstica.

Em fevereiro último, foi criado um sindicato de empregadas domésticas, o primeiro que existiu. Imediatamente após a sua fundação, ele apresentou algumas reivindicações ao Governo de Reconstrução Nacional: redução da jornada de trabalho para oito horas, direito de se organizar politicamente e direito de apresentar suas reivindicações de maneira organizada. Teve todo o apoio da junta.

Para a Frente Sandinista de Libertação Nacional, o trabalho doméstico não passa de “desemprego forçado ou camuflado”. À medida em que vão aparecendo novas fontes de trabalho, as trabalhadoras domésticas vão, segundo a FSLN, desaparecer e se integrar à população industrial e agrícola. Ao mesmo tempo, para substituir as empregadas domésticas, serviços coletivos de lavanderia, de creches, deverão ser criados.

Este papel se deve em grande parte à Associação de Mulheres Nicaraguenses Luisa Amada Espinoza e ao Ministério do Bem Estar Social

**Protesto contra o Diário Popular de S.P.**

Aqui o abaixo-assinado enviado à imprensa pelas mulheres que trabalham na Editora Aberta e pela Associação das Mulheres, e que já conta com cerca de 400 assinaturas em São Paulo.

**“NÃO SEI POR QUE MINHA MULHER NÃO GOSTA DOS CLASSIFICADOS DO DIÁRIO POPULAR... ATÉ MINHA SECRETÁRIA EU CONSEGUI ATRAVÉS DOS CLASSIFICADOS.**

**“ACHO QUE VOU ANUNCIAR ELA NOS CLASSIFICADOS.”**

Recentemente iniciei a veiculação na TV Brasileira de mais um anúncio que, para vender um produto ao mercado consumidor, utiliza a mulher como instrumento. Nos referimos ao anúncio dos classificados do Diário Popular que oferece soluções para quem quer adquirir ou se desfazer de coisas: carro, terreno, documentos perdidos, cachorros de estimação e... mulheres.

A publicidade não só atinge a mulher como instrumento. Nos referimos ao anúncio do Diário Popular que oferece soluções para quem quer adquirir ou se desfazer de coisas: carro, terreno, documentos perdidos, cachorros de estimação e... mulheres.

Uma publicidade não só atinge a mulher como instrumento. Nos referimos ao anúncio do Diário Popular que oferece soluções para quem quer adquirir ou se desfazer de coisas: carro, terreno, documentos perdidos, cachorros de estimação e... mulheres.

ENQUANTO MULHERES E PROFISSIONAIS MANIFESTAMOS NOSSO PROTESTO CONTRA ESTA LAMENTÁVEL UTILIZAÇÃO DA IMAGEM DA MULHER NA TELEVISÃO.”

BR DFANBSB V8.GNC.AAA.80010863 am 001, p 69

EM TEMPO • 17 • 30/07/80

## ANEXO 17 – “O esquadrão de maridos”.

mulheres

15

## O esquadrão dos maridos

Um novo esquadrão da morte age, impune na sociedade brasileira: o esquadrão dos maridos ciumentos. Tão violentos quanto o famigerado grupo de torturadores do Fleury, mas muito mais ilustre pois conta em suas fileiras com um herdeiro de nossa burguesia crioula, além de representantes da tradicional família mineira.

Os precursores do esquadrão lavaram sua honra e permaneceram impunes. O que acontecerá com seus sucessores?

A tradicional família mineira é pródiga em exemplos da hipocrisia do “lar doce lar” do qual as mulheres são supostamente rainhas. Mas o record regional indica um fato cotidiano: a violência nasociedade brasileira é violência da classe e é também violência sexista. E esta é a face mais negra da opressão sexual.

Mas por que a opressão sexual? A resposta é difícil. “O corpo só se torna uma força útil quando é ao mesmo tempo corpo produzido e corpo submetido”, diz Foucault. Esta é a história das mulheres: ter seu corpo submetido para reproduzir. E a submissão é conseguida pela força (as leis, ou pela força das idéias a moral).

Assim tanto quanto o código civil, o mito da mulher esposa fiel e mãe admirável, eternamente servo do marido presta para aprisionar as mulheres no seu papel de reprodutores obedientes ao seu amo e senhor. Aquelas que transgridem o código de honra são punidas com a morte.

A denúncia das violências de que são vítimas as mulheres, dos espancamentos, dos estupro, dos assassinatos vem sendo feita pelos grupos de mulheres em todo o mundo.

Das denúncias surgiram as propostas de casas de mulheres, de SOS telefônico que permitia às vítimas romper seu isolamento, buscar ajuda, conhecer seus direitos e até encontrar apoio para fugir ao martírio cotidiano.

No Brasil os primeiros projetos para casas de mulheres e permanências de tipo SOS apenas começam a ser discutidos pelos grupos feministas.

A tragédia de Minas, a denúncia das mulheres mineiras recolocando o problema: desmascarar a dupla moral sexual que reduz as mulheres a um visual a ser manipulado, comprado e destruído e que dá aos homens plenos poderes sobre a vida das mulheres.

(Elizabeth Souza Lobato)



Maria Regina assassinada

Quando na madrugada do dia 26 de julho, o engenheiro Márcio Stancioli descarregou, por duas vezes, seu revólver “Taurus” calibre 38 em sua mulher, Eloisa Balesteros Stancioli, certamente não pensou que seu “crime passionnal” seria o pivô e ponto de partida para um debate sobre o machismo e violência que horas se trava em particular em Belo Horizonte e muito menos, que a partir daí as mulheres mineiras viriam construir uma entidade para defender seus direitos.

“A prostituta escarlate da Babilônia”, assim Evandro Lins e Silva, converteu de vítima à ré Angela Diniz, assassinada em 76. E na justificativa de “legítima defesa da honra”, Doca Raul Street foi absolvido. Por traz deste “crime por amor”, corriam interesses escusos, nos quais Doca estava envolvido em uma poderosa rede internacional de tráfico de drogas. A imprensa, em sua maioria, encarregou-se, antes mesmo do júri, de absorver Doca e por conseguinte, condenar Angela.

O engenheiro Stancioli, sabidamente instruído pelo criminalista Ariosvaldo Campos Pires, conhecido por seus malabarismos quando da absolvição do empresário mineiro Roberto Lobato, por ter assassinado sua mulher João ao se apresentar após seis dias do crime, para um depoimento de 12 horas, buscava ser um novo Doca Street, outro que matou em legítima defesa da honra. Ao contrário do crime de Búzios, o caso Stancioli não goza da simpatia da opinião pública. Eloisa Balesteros de vítima, ainda não se transformou em ré, sem direito de defesa. E o engenheiro nem sucedido, com seu salário mensal de 180 mil cruzeiros, não é primeira página da revista “Fatos e Fotos”, como foi Doca, anunciando um futuro livro de memórias sobre sua vida com Angela.

Os crimes são justificados pelas mesmas razões: tífide doentio, tração, amor não correspondido. Mas não se dá sempre de forma idêntica: Stancioli não conta, antes de tudo, com os amigos poderosos de Doca, trabalhando nos bastidores. E sobretudo, o movimento das mulheres mineiras, que chamaram a si a responsabilidade da condenação de Stancioli, na busca de manter vivas as Eloisas, Jões, Reginas, Angélas, de manter enfiada a dignidade feminina.

Mas a violência contra as mulheres não se restringiu ao “caso Stancioli” no dia 11 de agosto, Maria Regina Rocha, por ter a ousadia de propor desquite a seu marido, o paisagista Eduardo Rocha, também foi assassinada por seis tiros. Outros três crimes “passionais” ocorreram em agosto na capital mineira, embora, pela condição sócio-econômica de seus protagonistas, não ganharam destaque nos jornais. Para estes João Ninguém, como bem definiu o jornalista mineiro Celius Aulicus, “um dia diante de um júri popular composto de banqueiros, negociantes, e mais gente apressada, todos querendo verem-se livres daquela chateação,

eles ouvirão a acusação feroz do promotor e a defesa chocha de um advogado de ofício, com honorários fixos pagos pelo Estado, possivelmente um neofilo recém saído dos exames de Ordem. E todas as agravantes lhe serão impudadas. E uma pena pesada lhe será imposta por tão feio crime”.

Entre as pichações de “Abaixo a Ditadura”, “Viva o PT”, Ato Público de Protesto, Dia tal, tantas horas...”, surgiu em princípios de agosto uma nova e polêmica pichação, em um muro qualquer de BH: “Se se ama, não se mata”. Tirando a máscara, nesta frase que a primeira vista pode parecer banal, dos que buscam justificar suas fraquezas, seu machismo, sua violência, no amor.

A discussão dos crimes passionais alcançou e alcança as filas de ônibus, os caixas de supermercados, as mesas de bar, durante o mês de agosto e até hoje. O jornal Estado de Minas, além da cobertura cotidiana dos crimes, abriu suas páginas para depoimentos de homens e mulheres, sobre o caso Stancioli. No total: 36 pessoas condenaram em diferentes graus, com diferentes argumentos, a violência e o machismo.

Enquanto isso na Faculdade de Ciências Humanas da UFMG, cerca de trinta mulheres, entre elas professoras, estudantes, donas-de-casa, jornalistas, decidiram pela realização de um Ato Público e missa em memória das vítimas do machismo mineiro. No Ato, várias entidades, associações de classe, partidos políticos, manifestaram seu apoio ao movimento feminino que se formava a partir daquele momento. As 500 lá reunidas criaram o Centro de Defesa dos Direitos das Mulheres. Para a socióloga Celina Albano, líder do movimento, o objetivo é que o Centro seja “um lugar de discussão e reflexão, um espaço de defesa contra a violência de que somos vítimas cotidianamente. Ele deve encaminhar, por exemplo, a discussão sobre legislação trabalhista, fazer denúncias que julgar pertinente, interferir nas discussões jurídicas e dar suporte à busca de soluções dos problemas que as mulheres vivem no dia a dia”.

Na primeira reunião do Centro, as mulheres presentes e alguns poucos homens, procuraram definir o papel da entidade e seu funcionamento. Desta forma, cinco comissões foram formadas: imprensa, legislação, arquivo e documentação, e plano de ação.

A criação de um boletim informativo entre as associadas, a venda dos jornais alternativos e de publicações específicas sobre a luta feminina são as principais tarefas da comissão de imprensa. A comissão de legislação tem como objetivo imediato a criação jurídica do Centro, bem como estudar formas de atendimento às vítimas da violência.

Sobre o plano de ação, serão realizados debates e conferências sobre alguns pontos considerados prioritários e a partir daí se definirão os princípios da entidade.



Em Minas, o protesto nas ruas

## Um caso, dos muitos sem repercussão

“Esmeralda Vígia Dias, 24 anos, estudante do 4º ano de jornalismo na Faculdade de Objetivo, casada há 9 meses com Jucá, cearense, bancário, formado em administração de empresas, de temperamento muito agressivo e muito ciumento.

Todos os dias Jucá levava Esmeralda para a escola às 19 horas, e ficava esperando no carro até a hora que ela saía, às 23 horas, controlando todos os seus movimentos e amizades.

Em sua lua-de-mel, Esmeralda sofreu seu primeiro espancamento. Depois de cada surra Jucá chorava pedindo desculpas, e prometia não bater mais, promessa que nunca cumpria. Durante os nove meses de casado Esmeralda foi espancada inúmeras vezes, e depois de cada espancamento Jucá a obrigava a sair com ele sorrindo, para mostrar a todos que tudo estava bem.

Não aguentando mais a situação Esmeralda resolveu abandonar Jucá, voltando a morar na casa dos pais. Numa tentativa de se readaptar a nova vida, de se reconectar, Esmeralda participou de um Encontro de

Jovens na paróquia de seu bairro. Assim que soube Jucá foi procurá-la e arrependido apelou para o espírito cristão da mulher, marcando um papo sobre o relacionamento dos dois para o almoço de sexta-feira.

No dia marcado Jucá vai buscar Esmeralda na fábrica de móveis onde ela trabalhava, na Lapa, e foram almoçar juntos. No caminho começaram as brigas. Jucá bate em Esmeralda, tenta estrangulá-la, e quando ela estava quase sem sentidos, defere três facadas: uma no olho, uma no pescoço, e a terceira na altura do coração. Nesse instante os populares resolvem intervir, prendem Jucá e levam Esmeralda para o hospital, onde fica quatro dias no UTI, sofre 30 transfusões de sangue, não resistindo, morre quarta-feira dia 13 de agosto.

Jucá é preso em flagrante, e aguarda julgamento. Seus rendimentos não são suficientes para pagar um grande advogado, o que não constitui um grande problema para ele, já que quatro advogados foram procurados e oferecendo para cuidar do caso.” (Depoimento de Gilberto Trida, colega de classe de Esmeralda).

## Mulher, profissão jornalista, vitimada pelos fascistas

Teresa, jornalista do Itaim Paulista que teve sua banca queimada em virtude de um atentado do terrorismo de direita fala ao EM TEMPO.

- Como foi o atentado na sua banca?  
- Quando eu vim abrir a banca tinha um bilhete colado na porta que dizia o seguinte: “Sr. Jornaleiro, talvez o Sr. não saiba mas vendendo alguns ou todos os jornais abaixo relacionados está colaborando para a proliferação do comunismo em nosso país. Em nome da nação exigimos que pare imediatamente com as vendas.

Pasquim, Em Tempo, Movimento, O Trabalho, O Trabalhador, Companheiro, etc. Caso o Sr. não atenda nossa exigência, seremos obrigados a tomar medidas drásticas”. Ai eu peguei o panfleto e fiquei com medo. A porta da banca estava meio quebrada em baixo e eu mandei arrumar. Fui na 15ª delegacia e dei parte. Disseram que iam mandar para o DEOPS. Ai eu fiquei pensando, “Não vou mais vender”. Fui na agência saber se mais alguém recebeu o panfleto. Mas ninguém comentou nada. Fiquei naquela, um dia expunha os jornais, outro eu escondia, depois tornava a expor, até que resolvi não ligar mais. Passou um mês, e aconteceu o atentado. Botaram fogo na banca e não ficou nem a carcaça.

- E como é que você fez para comprar a nova banca?

- Os jornais ameaçados me ajudaram. Eles me deram Cr\$ 80.000,00 como ajuda inicial, e agora eles vão tentar fazer um bônus para conseguir mais dinheiro. Com os Cr\$ 80.000,00 dei de entrada nessa banca e estou pagando as prestações.

- E os jornais citados no panfleto, você ainda está vendendo ou resolveu parar?  
- Parar. Existe o medo. Nós não temos nenhuma segurança. Por outro lado eu acho absurdo a banca do aeroporto parar de vender. Já eles tem segurança porque ninguém vai botar fogo no meio do aeroporto, mas aqui não dá não.

- Mudando de assunto, porque você, enquanto mulher, escolheu essa profissão de jornalista?  
- Porque nunca tive muito talento para bater a máquina.

- E como é que é uma mulher nessa profissão. Você recebe muitas cantadas, você acha que o fato de ser mulher dificulta as coisas?  
- Cantadas recebo sim, mas não acho ruim não, acho até que o fato de ser mulher facilita as coisas. Se o freguês é homem trata a gente com delicadeza, se é mulher trata de igual para igual. Acho que o fato de ser mulher só ajuda.

- Uma última pergunta. Corre a notícia que a polícia vai sair por aí recolhendo revistas pornográficas. Já passou alguém por aqui?

- Pois é, eu só estou sabendo disso por ouvir falar. Por aqui ninguém passou. O problema é que não estipulam quais são as revistas pornográficas. O que é esse pornográfico? Se se permite a circulação, a censura libera a revista e permite a distribuição a gente tá para vender. Agora, começam a recolher na banca e a gente é que paga outra vez. Porque tudo que está aqui a gente paga na hora que recebe. O prejuízo com a queima da banca foi grande porque tudo já estava pago, e os editores não querem saber. Agora vem a polícia e recolhe as revistas pornográficas que eu já paguei. Qual é?

## ANEXO 18 – “Plim-plim! Henfil exige a emancipação do homem”, entrevista a Henfil, em colaboração com Maria Teresa Verardo.

### 14 mulheres

# Plim-plim! Henfil exige a emancipação do homem.

O humorista que criou o Fradim e a Graúna agora trabalha no Globo. Nesta entrevista ele fala sobre o lançamento do seu “movimento homista” e garante que o homem é muito mais escravo que a mulher.

Por Elizabeth Lobo e Maria Teresa Verardo

Henfil e o homista

- Qual a proposta da TV Homem?  
A proposta da TV Homem é principalmente lançar o movimento homista, que é a forma de luta pela emancipação do homem. Como o movimento homista ainda não começou, ele é muito inicial, ainda não tem cor, por isso TV Homem também não tem cor, é em preto e branco.

- E qual é a reação do público a um programa preto e branco?  
Essa é a maior crítica que recebo, o fato do programa ser em preto e branco, e isso é importante pra se perceber que não é o Globo que impõe seu padrão ao público, mas ela está se tornando escrava desse público, ela está se escravizando no momento em que as pessoas não aceitam mais um programa sem o padrão global. Isso causa muita insegurança à Globo — como um programa de cinco minutos em 24 horas pode ser tão polêmico.

- Você tem recebido muitas cartas?  
Tenho. Cartas que na maioria das vezes dizem não entender qual é a proposta do programa, que não entendem o que eu quero passar quando ensino o homem a lavar roupa. E isso é bom, as pessoas começam a pensar e acabam descobrindo sozinhas o que pretendo com esse programa. Na verdade eu não sei o que vai acontecer, mas eu sinto muita alegria, alegria de depois de anos ter insegurança para criar, andar na corda-bamba, isso tem muito a ver com o movimento.

- A sua linguagem informal é apreciada pelo público?  
A linguagem informal é um ponto vital. O formalismo mata o homem, e se manifesta

nos líderes populares que usam a linguagem do dominador, a gravata do dominador, a fala do dominador. Talvez por isso esteja tão difícil ter hom comparcimento popular nas manifestações. O jornal de papel sulfite é identificado com as circulares do Depto. Pessal. E isso é repressor, isso é dominador, isso é formal.

- Qual a proposta do movimento homista?  
A proposta é da emancipação do homem da máquina, de seus papéis. Fala-se muito da escravidão da mulher, mas eu acho que o homem é muito mais escravo que a mulher, porque ele exerce o papel de policial da mulher, e existe escravo maior que o policial!

O homem não pode falar sobre seu sexo, não tem informação sobre seu corpo, não pode chorar, não pode ter medo, não pode deixar de brigar, não pode se recusar a ir pra guerra, não pode ter medo de morrer.

- O que você pensa do movimento feminista?

- Não existe a emancipação da mulher sem a emancipação do homem. Quem vai dar ao homem a condição de sua emancipação é a mulher, e por isso a TV Homem só é possível dentro da TV Mulher.

- O que você pensa do clube dos machões?  
Não vai passar de marca de cerveja ou de desodorante.

### Mulheres

## “Queremos o amor sem ódio”

As mulheres prosseguem a denúncia da pancadaria machista e a divulgação dos serviços do S.O.S. feminino.

Por Maria Teresa Verardo

Cerca de 300 pessoas participaram no último dia 19 de um ato público contra a violência à mulher. A manifestação organizada pelo SOS-Mulher contou com o apoio de 28 entidades como a Associação das Donas de Casa, Movimento Negro Unificado, Movimento de Luta por Creches, Sindicato dos Bancários e dos Jornalistas, Grupos Somos, além de todos os grupos feministas de São Paulo.

O ato teve início às 18 horas com uma encenação a cargo do grupo de teatro Treta, que trazia pelas ruas uma mulher amarrada numa cadeira apunhando do marido com chicote, atraindo dessa forma grande número de pessoas que passavam em frente ao Teatro Municipal.

Para denunciar a violência de que a mulher é vítima e a farsa da defesa da honra, cerca de 100 mulheres vestidas de branco, kerati uma carta aberta à população seguida de cinco depoimentos de populares vítimas de estupro ou de espancamentos. E o caso de uma senhora que denunciou seu marido, diretor do Hospital do Servidor Público, de 104 espancado e abandonado. E também de Marli que denunciou o espancamento que sofreu de seu marido o filósofo José Artur Gianotti. O grupo Ação! ésbico-feminista denunciou o estupro sofrido por Mariza, companheira de grupo.

O SOS-Mulher, lançado à público por ocasião do Ato Contra Violência à Mulher, já começou a funcionar atendendo casos de vio-

lência em sua sede à rua Arthur Azevedo, 2124 ou pelo telefone 813.9520, e seu primeiro caso, por mais paradoxal que pareça ser, foi de um homem. Um senhor (cujo nome vamos omitir aqui por questão de ética) telefonou para o SOS se desculpando por ter se excedido em sua casa. Explicou que trabalha muito e pega vários ônibus para chegar em casa, todos lotados, o que vai lhe causando uma irritação muito grande, e ao chegar em casa descortou toda sua irritação em sua mulher, que ameaçou denunciá-lo ao SOS.

Eis a íntegra do manifesto:

“Iam me chamar de frouxo se eu não acabasse com ela — e eu a matei”, diria qualquer Doua Street.

“Todos os dias, sabemos de mais um caso de morte ou de violência contra as mulheres, nos quais a vítima acaba sempre transformada em culpada. Mesmo morta, o suposto comportamento dela acaba justificando a atitude do marido.”

Ela não o quis. Ele a matou. Exemplo supremo de amor? Ou violência grotescamente fantasiosa? São essas coisas que nós chamamos de violência, e que eles justificam com amor, ou com “defesa da honra”. Como se um homem para ser honrado, precisasse submeter à sua vontade o desejo e o comportamento da mulher.

Quando andamos na rua, os gracejos e as passadas de mão não são uma “homagem” à

nossa beleza”. São atentados à nossa segurança e liberdade de ir e vir. Justificam essas cantadas, os gracejos, o estupro, o espancamento e a morte dizendo que a mulher provocou, ou que, no fundo, “ela pediu”. Se ela usava mini-saias ou batom, estava na rua depois das dez, se se negou a ele, tudo pode desculpar a violência de um homem contra uma mulher.

Sabemos que a sociedade em que vivemos é violenta, de uma violência que se manifesta no dia-a-dia do trabalho, nos atentados às bancas de jornais, à OAB, à violência policial contra os grevistas, na corrupção impune dos poderosos, na defesa dos interesses de uma minoria de privilegiados às custas da maioria da população. Sabemos que quem trabalha massacrado sente-se tentado a desairrar a paiva e a frustração acumuladas no primeiro mais fraco.

Mas estamos aqui hoje para falar desta violência que se volta exclusivamente contra a mulher. Ela é sempre “de alguém”, do pai, do marido, ou do patrão. E todos acham natural que ela obedeça e se submeta. Se não o fizer, merece punição. É essa relação de posse do homem sobre a mulher que faz com que o espancamento e o estupro de uma mulher não provoquem maior indignação, que sua morte seja justificada porque teria “manchado” o nome do marido.

Não mulheres, protestamos contra essa situação. Não queremos mais ser vistas como propriedade, não queremos mais ser vítimas. Queremos o amor sem ódio.

### Negros

## “Documentos! Mãos na cabeça!”

Em São Paulo, acaba de ser lançada uma campanha nacional contra a violência da Polícia Militar, que atinge principalmente os negros.

Por Geraldo do Nascimento

Deus me livre da polícia, pois dos bandidos eu sei me defender sozinho”.

Com estas palavras, o deputado estadual Flavio Bierrenbach (PMDB-SP) marcava sua presença e colocava-se à disposição para curiar filhas em torno da Campanha Nacional Contra a Violência Policial, durante o seu lançamento oficial, sexta-feira, dia 10, no plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo.

A Campanha consiste principalmente na denúncia das arbitrariedades cometidas pela Polícia Militar à população, na exigência do fim das prisões para averiguações, fim das torturas, do Esquadrão da Morte, e da violência policial. Haverá também palestras em escolas, colégios, faculdades, entidades (negras ou não), bem como uma série de atos públicos de lançamento em alguns Estados do Brasil. Alguns deles já aconteceram em Campinas, Ribeirão Preto e Belo Horizonte. Outros estão programados nos Estados da Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Maranhão e Distrito Federal.

Dentro da programação, está ainda a ida a Brasília de uma comitiva — composta de membros de várias entidades democráticas e autoridades comprometidas com os direitos humanos — para entregar ao ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, um abaixo assinado contendo reivindicações da população. O ponto máximo da campanha será a realização em todo o país de atos públicos, no dia 20 de Novembro, O DIA NACIONAL DA CONSCIENTIA NEGRA.

### O racismo da PM

A campanha agora lançada, pelo seu teor, poderia ser iniciada por qualquer entidade que tem em sua carta de princípios a defesa intransigente dos direitos humanos.

Mas foi justamente há dois anos, com a criação do Movimento Negro Unificado, MNU, que começaram a ser discutidos com mais intensidade os abusos das autoridades sobre a população.

Nas palavras de Milton Barbosa, membro da Comissão Executiva Nacional do MNU, a iniciativa “nascu principalmente para discutir, combater e eliminar problemas que afetam, de uma maneira mais acirrada a comunidade negra (como são os casos do desemprego e subemprego), bem como a violência policial e a situação racista da PM, que desenvolve uma repressão muito maior sobre o negro”. Para Barbosa a violência policial tem o papel de “quebrar” psicologicamente a população negra.

O boletim distribuído pelo MNU tinha entre outros, o objetivo de denunciar o relacionamento “amigável” que é usado num confronto da população com a PM. A celebre frase: “Documento! Mãos na cabeça!”, é ouvida centenas de vezes pela população residente em regiões periferias, favelas, guetos, alagados, jarras. O boletim continha a “pressão para averiguação”. E protestava contra as agressões sofridas pelo jornalista Dirceu Veira Leme (da agência Folhas), quando tentava fotografar o ato de vandalismo de um grupo de policiais que espancavam dois rapazes durante o show da cantora Elba Ramalho, no parque do Ibirapuera no dia 28 de setembro em São Paulo.

A Campanha Contra a Violência Policial, já antes de seu lançamento oficial, obteve apoio de várias entidades empenhadas na defesa dos direitos humanos, assim como de todos os partidos de oposição. Representando o PMDB, por exemplo, o senador França Montoro criticou a política do Itamarati nas relações comerciais do Brasil com países africanos como o caso das oscilações do nosso país entre a África do Sul e a África Negra.

Representando a FRENAP (Frente Negra para Ação Política de Oposição) os presentes ouviram Genésio Arruda, líder da região de Pirrituba (bairro da zona Oeste de São Paulo), e suplente de vereador pelo PMDB: “a palavra segurança foi deturpada de certo modo que hoje transformou-se em repressão”, disse ele. E mais: “enquanto o negro não estiver no comando deste país, o Brasil não será uma nação de respeito.”

## ANEXO 19 – “PREV-SAÚDE: Prevenir para governar”, em coautoria com Thais de Souza.

# mulheres

## O Clube do Ibrahim Sued Machões, admã, que eu vou em frente

17

O festejado colonista social articula uma frente ampla machista para se contrapor ao movimento das mulheres. Comenta-se que Doca Street está muito cotado para ser o presidente “de honra” da confraria.

Por Maria Tereza Verardo

**M**ulheres preparem-se! Está nascendo no Rio de Janeiro a Associação Brasileira dos Machões, ou simplesmente o Clube dos Machões que, como pode se perceber pelas declarações de seus diretores não está nem um pouco preocupado com as questões do homem, mas sim com as questões da mulher.

Mais uma vez homens decidem discutir as questões da mulher, já que elas, pobres coitadas, não tem capacidade para tanto. Ou será que certos homens estão sentindo ameaçado seu poder diante do avanço da consciência da mulher?

O que dá para se perceber de concreto é que esta Associação já nasce com objetivos duvidosos e com uma diretoria também duvidosa. Vejamos: Ibrahim Sued, cronista social que conseguiu muito dinheiro e prestígio pelo que disse e principalmente pelo que não disse da alta sociedade carioca, e Jecé Valadão, o famoso ator de um papel só.

Com relação aos objetivos sente-se muito claro uma necessidade de auto-promoção dessa diretoria. Afinal, quando foi a última vez que alguém ouviu falar de Ibrahim Sued (além do casamento de sua filha)? E de Jecé Valadão? No entanto, agora eles estão em todos os jornais e TVs, um dos objetivos foi atingido.

Outro objetivo, ao que parece, é a desmoralização do Movimento Feminista, é tratá-lo como coisa ridícula. “Precisamos acabar com essa frequência de feminismo pois, do contrário as mulheres vão tomar o nosso lugar”. A preocupação realmente é muito séria, quem vai ficar com o poder? Ou ainda outra afirmação de Ibrahim Sued: “esse negócio de feminismo não tá com nada. É coisa de umas miuquinhas, mal amadas, horrorosas, que são solteironas e por isso estão querendo a consistência do discurso dos machões e sua originalidade. Esse mesmo argumento foi usado no começo dos anos 60 quando foi lançado o movimento feminista na Europa.

Vejamos o que diz o presidente Jecé Valadão: “O movimento feminista não é feminista — é sim uma luta anti-machista” (Puxa, Jecé, só contaram pra você!!!). “As feministas estão querendo transformar o homem deste país. Hoje o macho é um termo pejorativo. Ora onde é que nós estamos?” Eu é que pergunto, onde é que nós estamos se não se sabe nem a diferença entre macho e machista?

O grande problema do Clube dos Machões é o de realizar suas reuniões. A primeira que estava marcada na casa do Jecé Valadão não pôde se realizar porque a Vera Gimenes, mulher do Jecé, não permitiu que fosse em sua casa. Outra reunião

marcada para apresentação do novo sócio do Clube, o autor Carlos Eduardo Dolabela, não pode se realizar porque o novo sócio teve que dar mamedeira pro nenê na mesma hora da reunião. É, pelo visto, falta machões no Clube dos Machões. Parafra-senando Henfil, “O Clube dos machões não vai passar de marca de desodorante ou de cerveja”.

### Carta programa

Conselhos de Ibrahim Sued para sua  
filha no dia do casamento

1. Evitar a promiscuidade
2. Quando levar uns casquinhos do marido rebatê-los com beijinhos
3. Mulher tem que ser feminina, e não feminista. Portanto frágil.
4. Quando sair para trabalhar a noite deve avisar o marido e, se possível leva-lo consigo.
5. Se o marido não for um machão, não for um homem mesmo, é melhor trocá-lo por outro.

## Dorinha Duval

Quando as formas roliças, as curvas acentuadas, os seios perfeitos e o ar sensual cedem lugar às gordurinhas e à flacidez típicas da velhice e da menopausa.

Por Maria Tereza Verardo

**O** episódio Dorinha Duval, segundo a atriz, que assassinou seu companheiro com três tiros no dia 5 de outubro, é mais um relacionamento possessivo que termina em tragédia.

O ponto principal desta tragédia, segundo a atriz, está na diferença de idade do casal. Dorinha com 51 anos, dezesseis anos mais velha que seu companheiro, já não se enquadrava mais nos padrões de beleza impostos pela moda.

As formas roliças, curvas acentuadas, seios perfeitos e ar sensual, foram cedendo lugar às gordurinhas e à flacidez típicas do início da velhice. E isso provocou as inúmeras crises de seu casamento, afinal o homem envelhece com dignidade, e a mulher com vergonha.

Segundo depoimentos da atriz os atritos maiores com seu marido se davam porque ela o acusava de “não mais procurá-la, não mais amá-la, de ter outras mulheres mais novas e bonitas”. Paulo Sérgio confirmava que tinha outras mulheres argumentando que “voce já está velha, feia, gorda, voce já era”. Dorinha insistia “eu vou fazer plástica no seio para ficar bonita, bonita só para voce”. E ele respondeu, sarcástico, que não queria mulher remendada, fazendo com que Dorinha se sentisse terrivelmente humilhada.

E não foi só Dorinha que se sentiu humilhada. Todas as mulheres se sentem humilhadas quando vislumbram o que lhes promete a velhice, a vergonha de se sentir flácida, feia e gorda, e a possibilidade de ser jogada fora como qualquer objeto descartável.

É o que destina a sociedade machista à mulher tratada tão somente como objeto sexual, no momento em que ela não se enquadrava mais aos padrões de beleza ditados pela moda ela perde sua única função.

Por outro lado o depoimento de José Francisco Scaglione e sua mulher Maria Helena, padrinhos de casamento da atriz, fere frontalmente um dos princípios básicos de qualquer indivíduo, que é a liberdade de dispor de seu próprio corpo, quando e como desejar. Eis um trecho do depoimento: “No hospital, quando Paulo ainda estava vivo, ele nos confessou que, ao chegar em casa, depois da festa de aniversário, ele recusou-se a ter relações sexuais com ela porque estava cansado. Diante da sua insistência, ele propôs uma separação de três dias para ver se o relacionamento melhorava. Desesperada, Dorinha gritou que, se ele não fosse dela não seria de ninguém, e lhe deu três tiros”.

Se as mulheres reivindicam para si a não obrigação de ter relações sexuais quando não querem, não se pode exigir comportamento diferente do outro. E toda a posse desse relacionamento dá a sensação de que se Dorinha perdesse esse companheiro fixo ela deixaria de existir enquanto ser sexual.

Mas há ainda quem atribua como causa principal do assassinato de Paulo Sérgio um fator puramente biológico “Dorinha está na menopausa”. É o que diz o jornalista Marcelo Oizawa em seu artigo publicado no dia 6 de outubro no *Jornal do Brasil*. O que em outras palavras significa: “A mulher como todos os animais irracionais, sofre mudanças comportamentais de acordo com suas mutações biológicas, que são basicamente três: época menstrual, época de gravidez e época de menopausa”.

É, não temos escapatória, ou somos tratadas como objetos sexuais ou somos tratadas como animais irracionais.

O importante nesse caso todo é tomar cuidado de não se reivindicar para a mulher o assassinato em “legítima defesa da honra”, o que abriria precedentes tão sérios quanto os que abriu o caso Doca Street. O caso é de assassinato e deve ser tratado como tal, o importante agora é estar atentos para ver se o comportamento da justiça é o mesmo quando o réu é uma mulher.

## PREV-SAÚDE Prevenir para governar

Sem consultar as mulheres brasileiras sobre o que deve ser um “planejamento familiar”, o governo dedicou um capítulo ao assunto no Prev-Saúde. Não fala em garantias de alimentação à população de baixa renda, estabelece uma censura prévia nos métodos de contracepção a serem adotados, fixa o papel da mulher como mera reprodutora, omite a questão do aborto e chuta para escanteio o direito ao livre exercício da sexualidade feminina.

Por Elizabeth Lobo e Thais de Souza

**O** governo brasileiro parece ter descoberto o planejamento familiar. Disfarçado ele existe desde 1965. Agora aparece mais nítido no controverso PREV-SAÚDE, ainda que envolto nos véus de uma pretensa “livre escolha” dos casais.

Mas a questão não é nova como indica o resumo das políticas demográficas do governo brasileiro e de suas consequências entre aquelas que sendo as principais interessadas, como de hábito nem sequer foram consultadas.

### A Produção dos Homens

Os países capitalistas avançados se preocupam com a questão do controle da natalidade desde a década de 50. No entanto, o governo brasileiro só começará a se preocupar efetivamente com esta questão na década de 70. Alguns acontecimentos marcantes deste período ilustram com clareza a tomada de posição do Brasil.

Em 1974, Ano Internacional da População, realizou-se o Congresso de Bucareste. Nele predominou a tese da necessidade de aplicação de programas de controle da natalidade. O ano seguinte, 1975, foi decretado o Ano Internacional da Mulher, peça fundamental de qualquer programa de controle da natalidade. Uma das reivindicações do Congresso Oficial foi a escolarização das mulheres. Sabe-se que um dos maiores problemas para divulgação e

utilização de métodos contraceptivos (principalmente a pílula) é o analfabetismo.

1978 foi o Ano Internacional da Criança, alertando para a miséria em que vive grande parte da população infantil. Fechava-se então um ciclo que pretendia uma conclusão do tipo: os programas de controle da natalidade são necessários pois representam uma legítima aspiração das mulheres e evitarão que a pobreza se alastre no mundo.

### Indústria de Pílulas

No Congresso de Bucareste a posição do Brasil foi contrária a qualquer política de controle da natalidade. Mas em 1977 a situação começa a mudar. Neste ano foi elaborado um programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco. Este visava prevenir os riscos da gravidez na população carente do país. Para tanto seriam utilizados métodos contraceptivos, inclusive a pílula. Este fato é bastante surpreendente. Uma mulher diabética, com problemas circulatórios ou desnutrida corre certos riscos na gravidez. Porém nestas mesmas condições o uso da pílula é tão ou mais perigoso que uma gestação. O programa demonstrava o desleixo do governo com a saúde da mulher.

Enquanto isso, desde 1965, a BENFAM, financiada pela International Planned Parenthood Federation, distribuía pílulas para as mulheres do povo. Como instituição pretendia promover a educação, in-

formação e conscientização da comunidade visando a redução do número de filhos da chamada população carente. Na verdade ela induz a população a pensar que todos os males da comunidade (desde saúde até educação) são causados pelo crescimento demográfico.

Oficialmente o governo brasileiro não mantém ligações com a BENFAM. No entanto ela atua com o apoio de algumas instituições governamentais (convênios com governos estaduais, prefeituras e órgãos federais) e de particulares (Universidades, organismos religiosos etc.). Sua atuação é mais evidente no Nordeste, particularmente no Rio Grande do Norte. Apesar de desenvolver intensa propaganda e contar com o apoio de vários órgãos, a BENFAM é alvo de inúmeras críticas. Ela é acusada de distribuir pílulas indiscriminadamente, sem orientação e sem acompanhamento médico, causando danos à população feminina.

### O Planejamento Familiar

Em 1980 surge novamente a questão do planejamento familiar, desta vez incluído no PREV-SAÚDE. Diz o texto: “O programa buscará contribuir para que a mulher ou o casal possam, de maneira consciente e responsável, planejar os filhos que desejam, sem interferências ou indução de qualquer espécie. Proporcionará informação ampla

EM TEMPO • 6 a 19/11/80



18

negros

Indignação

## O purgante do general: negro quando não faz na entrada...

O general Coelho Neto deu o sinal verde para novas perseguições e discriminações raciais, ao afirmar, em pronunciamento solene, que o Movimento Negro Unificado, MNU, é uma entidade "subversiva".

Por Clóvis Moura (\*)

**F**inalmente aconteceu: o general Coelho Neto, comandante da 4a. Divisão do Exército, em pronunciamento solene, com o qual procurou salvar as instituições nacionais, afirmou que o Movimento Negro Unificado é uma entidade subversiva. Com isto o ilustre militar vem apenas comprovar uma verdade histórica: no Brasil o negro não tem direito de se reunir, de se organizar e, especialmente, protestar contra os crimes de que é vítima.

Desde o tempo da escravidão que esta realidade dramática se repete. Não adiantam as demonstrações objetivas, as pesquisas científicas que provam a existência no Brasil de um odioso preconceito contra o negro. As elites de poder, para continuar na sua política de destruir a comunidade negra, prosseguem afirmando que o problema é artificialmente criado por alguns elementos que não sabem ser "bons brasileiros".

Com isto o general dá a entender que os componentes do Movimento Negro Unificado estão mentindo ao dizer que há preconceito e discriminação no Brasil; que os órgãos de repressão matam sistematicamente, quase diariamente, membros da comunidade negra, nas batidas, nas rondas, apenas por serem negros. E nessas batidas tudo é feito de acordo com as normas de uma "democracia racial" na qual todos se identificam apenas como brasileiros. E com isto o general dá respaldo, ao agredir e caluniar o MNU, àqueles assassinos contumazes que escrevem nas notas de um cruzeiro: "faça uma boa ação, mate um negro hoje".

### Purgante Ideológico

Mas, o que o Negro poderia esperar, nesta altura do acontecimento? Que lhe fossem distribuídos bombons

e chocolates pelas elites de poder, especialmente pelo seu estamento militar? Que fossem tomadas medidas contra o que o Esquadrão da Morte pratica na baixada fluminense, executando negros indefesos, sem lhes dar sequer o direito de provar a sua inocência ou defender-se, se criminosos? Será que o general Coelho Neto não tem olhos para ver e mente para meditar sobre a situação de marginalização a que o Negro foi levado, em consequência de um processo secular de peneiramento social infame e que determinou a tragédia que se abate, atualmente, dia a dia, sobre ele? Ou será que sabe e acha que tudo está certo, de acordo com a filosofia do doutor Pangloss?

Não. Acho que já chegou a hora de se deixar de fazer piada de senhor de engenho com o negro. Não é mais possível, no momento em que o negro se organiza para reivindicar um mínimo do máximo que lhe é devido historicamente, surjam vozes como a do gal. Coelho Neto tentando impingir, pela gula (faminta) do povo brasileiro, o purgante ideológico da existência de uma "democracia racial". O purgante é forte demais e já se disse que remédio em doses excessivas pode matar o doente. Há a considerar, também, que a declaração partiu num momento em que, quase simultaneamente, em outra região do país, um representante das Forças Armadas, igualmente respeitável, o brigadeiro Rodolpho Barbalho, mandava apreender, em uma feira de livros, desde exemplares de *A Vida de Che Guevara* até obras de literatura infantil como *Pinochio* e *Peter Pan*. Sinais dos tempos. O negro, no Brasil sempre foi a caixa de pancada da nossa sociedade e, na guerra do Paraguai, quando o filho de um senhor de engenho era convocado para ir lutar, mandava-se, no seu lugar, um negro que assim salvava o "patriotismo" da classe senhorial em decomposição.



### Mais de três, era Quilombo

Sempre a mesma coisa: o Negro servindo de anteparo para salvar os privilégios. É, da mesma forma como se dizia, antes, que o senhor de escravos era bom e generoso, diz-se, atualmente, que a democracia racial existente no Brasil contempla, igualmente, a brancos e negros e se os segundos estão no degrau social em que estão a culpa é apenas deles. Depois deste argumento até apresentar-se a tese da inferioridade biológica do negro, como causa da sua inferiorização, a distância é muito pouca. É quase nenhuma. Ou melhor: está implicitamente dita.

Atualmente há, de fato, um movimento do negro brasileiro que procura defender-se biológica, social e politicamente de uma sociedade elitista, preconceituosa, racista, que sempre o colocou no seu devido lugar, ou seja, numa posição subalterna para dizer "sim" aos privilegiados de hoje como o faziam no tempo da escravidão. Isto incomoda. Incomoda porque, desde o Brasil-Colônia o negro não podia se reunir: mais de três negros reunidos era considerado quilombo. E, por isto mesmo a reunião podia ser dissolvida a ferro e fogo. Com a Frente Negra foi a mesma coisa: o maior movimento organizacional do Negro brasileiro foi dissolvido violentamente pelo senhor Getúlio Vargas em 1937. Agora, quando o negro procura fugir ao paternalismo, à categoria de segmento servil, obediente (e espoliado) da nossa sociedade erguem-se vozes para dizer que tudo vai muito bem no melhor dos mundos possíveis.

### Campanha com Maluf

Repito: sinal dos tempos. Num momento em que até

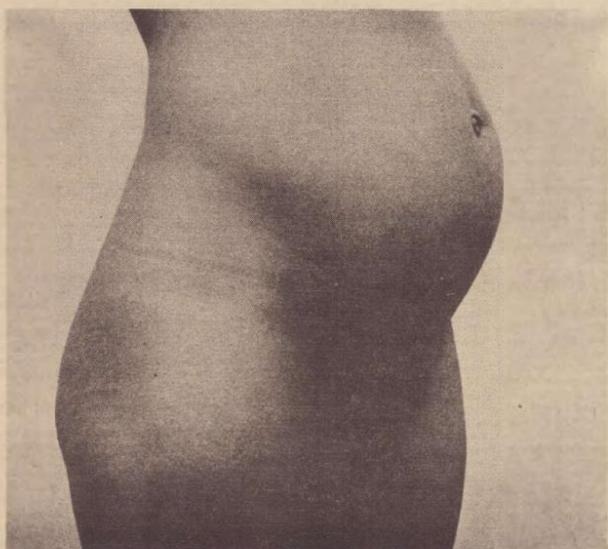
membros da Igreja Católica são atingidos pela esolada da direita neo-fascista em curso, o que se esperava em relação ao negro organizado? O negro marginalizado já tem a ROTA e outros organismos da repressão. Ao negro que se organiza para impedir essa marginalização acena-se, já, com a Lei de Segurança Nacional.

O pior de tudo isto é que olhamos ao nosso redor e nos sentimos como perdidos numa ilha em que tudo se explica, em que tudo pode ser aceito, em que a opinião, a doçura, a honestidade, deixaram de ser virtudes para se transformarem em defeitos passíveis de cárceres legais ou ilegais.

Quando juristas como Dulmo Dalari são sequestrados e espancados, quando governadores, membros do próprio sistema são praticamente cassados, quando a própria hierarquia católica se vê atingida, quando deputados se acomodam ou silenciam o que se esperar em relação ao Negro? Que sejam os seus membros recebidos no palácio dos Blandinianos pelo governador Maluf para, com ele, beber champagne francesa? Seria um sonho felicitoso... O que o negro no momento deve fazer, depois da denúncia pública do general Coelho Neto contra o seu órgão mais representativo é preparar-se para novas agressões, novas perseguições e novas provas de discriminação racial. Porque o sinal verde já foi dado pelo general.

(\*) Clóvis Moura é escritor, autor de *Rebelião no Senzala. O Negro de bom escravo a mau cidadão. Preconceito de cor na literatura de cordel. Presidente da União Brasileira de Escritores.*

### Mulheres no Prev-Saúde



EM TEMPO • 6 a 19/11/80

sobre métodos naturais de contracepção e informação seletiva sobre os métodos artificiais, alertando para seus perigos e consequências.

O trecho mostra o quanto há de contradição entre a teoria e a prática governamental. Como o governo pode "contribuir" para a conscientização das mulheres se não as consulta na elaboração de um programa que as toca tão fundo? É evidente que o programa tem um caráter autoritário e responde a interesses diversos daqueles das mulheres.

Como a distribuição de alimentos e em última instância a repartição da renda não se coloca no regime capitalista o governo resolve o problema social controlando os nascimentos.

Outras questões que se coloca é a da divulgação "seletiva" de métodos contraceptivos artificiais. Fica mais uma vez demonstrado o caráter autoritário do governo ao tomar para si a função de decidir o que é ou não "saúdável" para as mulheres, fazendo uma seleção prévia das informações. Com que interesse?...

No documento nota-se a despreocupação com a saúde da mulher como um ser inteiro. O interesse pela mulher só se dá quando ela está exercendo sua "função máxima": a da reprodução. Não se fala em atendimento ginecológico, mas sim em "pré-natal". Isto não chega a causar espanto pois são muitos raros os centros de saúde que possuem médicos e aparelhagem própria para o atendimento à mulher.

O programa visa permitir que o casal planeje os filhos que deseja sem interferências: será que o governo pretende ajudar efetivamente as famílias que queiram, por

motivos pessoais, religiosos ou outros terem quantos filhos desejam?

O documento nos leva a pensar que a questão do "Planejamento Familiar" está sendo pensada só a nível de planejamento pois não propõe nenhuma medida prática para permitir que a população escolha não ter ou ter filhos em boas condições de saúde.

Outro esquecimento significativo do PREV-SAÚDE é a questão do aborto. Há mulheres que chegam a fazer mais de 20 abortos por falta de conhecimento de outros métodos. O que tem o PREV-SAÚDE a dizer sobre isso?

### O Direito de Escolha

Para as mulheres, a "vocação de ser mãe", o desconhecimento do próprio corpo e a ignorância sobre a utilização de métodos contraceptivos são graves entraves para o exercício livre da sexualidade, desvinculada da reprodução. O medo dos filhos indesejados levou as mulheres a odiar sexo e a reprimir sua sexualidade, exclusivamente para a reprodução.

Contra esta situação elas reivindicam o direito de escolher livremente se querem, quantos querem e quando querem seus filhos. O exercício deste direito de escolha implica no conhecimento de todos os métodos contraceptivos que, se utilizados, devem ter acompanhamento médico. Implica também em possibilidades concretas de decidir ter os filhos em boas condições de saúde e sociais. Ou seja, é preciso que existam creches e toda sorte de serviços que permitam à mulher continuar participando das atividades sociais e profissionais após o nascimento dos filhos.

## ANEXO 20 – “A classe operária tem dois sexos”, entrevista a Marília Carvalho.

## MULHERES

## EM TEMPO:

Os metalúrgicos de São Paulo estão em campanha salarial. Vale dizer, as metalúrgicas de São Paulo também estão. Será que estão mesmo? Apesar da participação decisiva das mulheres nas últimas greves como da Gradiente ou da Monark; apesar de nestes momentos terem afluído muitas de suas reivindicações específicas, a pauta distribuída pelo sindicato para a categoria fala muito pouco delas. Num único item, “Os direitos da mulher trabalhadora”, o sindicato afirma que “a maioria dos problemas que prejudica as mulheres que trabalham são iguais ao de todos os trabalhadores” e propõe a luta pela licença-maternidade de 180 dias. Como se já não houvesse toda uma história de participação das mulheres metalúrgicas em São Paulo. Como se elas já não fossem hoje,

segundo amostragem do próprio sindicato, cerca de 30% da categoria. E como se quase 13% das metalúrgicas não fossem sindicalizadas no estado. Concentradas nas indústrias elétricas de pequeno e médio porte, as operárias somam hoje 42 mil, somente nos ramos das indústrias mecânicas, elétricas e de material de transporte. Mas nada disso conta para o sindicato. Aqui, Elisabeth Souza-Lobo, participante de um grupo de sociólogos que vem pesquisando sobre as mulheres metalúrgicas em São Bernardo, conta o que tem ouvido nas suas entrevistas nas portas de fábrica e mostra porque nenhuma prática cupulista consegue ampliar a participação das mulheres. Enfim, ela mostra que, se a classe é uma só, ser operário ou operária implica em vivências diferenciadas, lembrando que em São Bernardo ou na Capital

## A classe operária tem dois sexos

Entrevista a Marília Carvalho

— Você podia começar falando um pouco sobre a pesquisa.

**Beth:** Bem, nós — a Leda Gitahy, a Helena Hirata, eu, a Rosa Moisés e o John Humphrey — trabalhamos em torno à relação entre a radicalização do movimento operário e um possível aumento da participação das mulheres. Numa primeira etapa, trabalhamos com dados quantitativos sobre o crescimento da população economicamente ativa. Aí, vimos que há um aumento da participação das mulheres na indústria em geral e especificamente naquelas que têm um peso importante do ponto de vista econômico, como a indústria metalúrgica e a química. Um crescimento não só nos setores tradicionalmente femininos, como têxteis ou fumo, mas aqueles setores que tiveram um peso decisivo no “milagre brasileiro” e que têm um papel chave no movimento operário hoje.

— Nesta pesquisa, vocês tem ido às portas de fábrica em São Bernardo, para entrevistar as operárias, não? E que reivindicações mais aparecem nestas entrevistas?

**Beth:** Aparecem muito as questões ligadas à disciplina na fábrica. A dominação em relação às mulheres se aproveita da sua situação de sexo. São as limitações das idas ao banheiro, dos tempos de cafezinho e de descanso. Sempre que a seção é só de mulheres, as chefias são mais duras. E tem as cantadas. A utilização da cantada é muito maior e mais violenta do que se pode pensar. Enfim, tem toda uma disciplina só para a mulher. Numa das fábricas em que estivemos, por exemplo, as mulheres não podiam colocar o pólvora em cima do avental, enquanto os homens podiam.

Poucas vezes a questão da creche é levantada pelas mulheres, embora presente nas reivindicações sindicais. Não que elas não sintam uma enorme dificuldade em articular sua vida doméstica e a vida na fábrica, os papéis de mãe, dona-de-casa e de operária. É que as alternativas que elas enxergam são individuais. Elas traduzem sua dificuldade mais em termos de queixas que em termos de alternativas coletivas como as creches.

Um problema que elas têm claro é o da profissionalização. Elas recebem menos, não porque sejam menos qualificadas — o que geralmente é o pretexto. É que na carteira elas ficam sempre como ajudantes, mesmo fazendo tarefas qualificadas. Não aparece muito a questão da equiparação salarial — salário igual para trabalho igual — pelo menos em São Bernardo, onde a mobilização pós-78 obrigou os patrões a “esconderem” a diferença salarial atrás deste recurso da desqualificação profissional.

Uma outra crítica que está muito clara na cabeça delas é ao processo de trabalho, o problema da monotonia. No discurso das chefias aparece muito o fato das mulheres serem mais aptas aos trabalhos



“Dentro da fábrica é como numa prisão. Uma coisa desesperadora.”

monótonos, minuciosos e repetitivos. Elas já estariam treinadas para isso pelo trabalho doméstico. O problema da monotonia não é só das mulheres, mas não há uma preocupação com a rotatividade de funções e outros recursos para amenizar a monotonia para elas como há para os homens.

Uma outra questão que aparece abertamente na fala dos gerentes de relações industriais é o uso de critérios para admissão em relação à mulher ser casada ou solteira, critérios de idade e até de beleza. As metalúrgicas acentuam muito que, na hora da admissão ou da ascensão dentro da fábrica, as mais bonitas são privilegiadas.

— Nós poderíamos falar, então, de um conjunto de fábricas onde predominam mulheres, caracterizadas por um regime de superexploração?

**Beth:** A minha impressão é que isso é real. Isto se expressa até no discurso dos homens que trabalham nestas fábricas de maioria feminina. Eles dizem que lá há menos mobilização e mais dominação, há coisas que dificilmente passariam numa fábrica mais mobilizada. Fui numa, em São Bernardo, onde as operárias não tinham onde ficar na hora do almoço, tinham que ficar na rua. Todos os espaços coletivos tinham sido abolidos, para evitar que elas se reunissem. Em algumas fábricas, o depoimento das mulheres é de que se sentiam como numa prisão, uma coisa desesperadora: sem horário de cafezinho, tinham diminuído o horário do almoço e elas nem podiam sair do lugar. Tinha que almoçar na máquina.

— Que explicação você dá para essa super-disciplina que se exige das operárias?

**Beth:** Na medida em que a participação delas é menor, elas recorrem menos ao sindicato, têm menor consciência, menos

informação sobre seus direitos, sobre as alternativas possíveis. Elas são mais indefesas.

— É como explicar a participação sindical menor?

**Beth:** Um primeiro problema é a disponibilidade de tempo para uma participação, por causa da dupla jornada de trabalho, em casa e na fábrica. E tem um outro problema na luta delas, que facilita a perpetuar essa arbitrariedade. É a dificuldade de acumular uma memória. Essa não é uma questão apenas subjetiva. A falta de memória é facilitada porque as mulheres são descontinuas no trabalho. Em São Bernardo, por exemplo, a maioria das mulheres que participaram do Congresso da Mulher Metalúrgica, não estão mais nas fábricas. É claro que muitas foram mandadas embora, exatamente pela sua participação sindical, mas

a grande parte saiu porque se casou, por causa dos filhos. Assim, há uma enorme perda de lideranças. É claro que houve um avanço. Qualquer ponto que hoje entra nas plataformas salariais, seja creche, seja licença maternidade, é uma conquista. Houve um ascenso na luta das operárias desde a histórica greve da De Millus, no Rio, em 1978. Há uma sindicalização crescente das mulheres a nível de Brasil. Mas novos espaços não estão sendo criados para a sua participação. Em São Paulo, por exemplo três categorias fizeram congressos: as mulheres químicas, as têxteis e as metalúrgicas. Fora as químicas, que hoje participam da nova diretoria que derrubou os pelegos, o que restou destes congressos? Porque não são feitos novos congressos? Porque nas pautas de reivindicações aparecem tão pouco as reivindicações das mulheres, como agora, na campanha salarial dos metalúrgicos de São Paulo?

Tem um problema que precisa ser enfrentado: a prática na fábrica, o espaço da fábrica é fundamental para a articulação da luta das mulheres. Neste sentido, todas as tentativas centralizadas, que não se apoiam na prática cotidiana das operárias, falham. O sindicalismo autêntico, trazendo a prática da democracia sindical, da organização de base, é que tem apontado soluções para isso. Porque o sindicato pelego vai tentar resolver as questões das mulheres por cima, criando estruturas artificiais, onde pessoas falam em nome das operárias. Mas é no momento em que se colocam as questões da fábrica, que aparece a dominação sobre a mulher, aquela super-disciplina cotidiana de que falávamos.

Os congressos foram importantes porque levantaram qual é a prática das mulheres, foram uma descoberta. Mas sua descontinuidade nos leva a ver que a organização começa na fábrica.

### Desigualdade, que desigualdade?

Para quem não acreditava ainda na discriminação salarial das mulheres, tá aí. A tabela mostra os salários de homens e mulheres em nove empresas de material elétrico em Osasco, março de 1981.

Empresa	Total de empregados	Salário Médio		Quanto as mulheres ganham menos que os homens
		Homens	Mulheres	
Toko do Brasil	1.190	108	1.082	25.406,39 / 9.876,77 / 61,1
Bracel	305	248	57	16.966,81 / 11.181,58 / 34,0
Semikron	697	270	427	27.686,67 / 11.512,97 / 58,4
Meridional	503	424	79	15.547,50 / 12.538,86 / 19,3
Ostram	1.122	619	503	39.384,52 / 18.416,18 / 53,1
Same	1.031	556	475	28.033,33 / 13.009,77 / 53,6
Schrack	436	170	266	30.836,47 / 13.171,24 / 57,3
Lonaflex	787	653	134	17.771,90 / 15.649,25 / 13,0
Lucas Cav	1.357	972	385	29.966,11 / 17.213,14 / 42,5
<b>Total</b>	<b>7.428</b>	<b>4.020</b>	<b>3.408</b>	<b>25.733,30 / 13.598,86</b>

Fonte: DIEMAT

## Anexo 21 – “As várias faces de um mito”, resenha do livro “Bacall fenomenal”, de Lauren Bacall (Rio de Janeiro: Nórdica, 1981).



Marília de Andrade

### Nossa vida, num relato comovente

Nos depoimentos de 29 mulheres, diferentes quanto à idade, profissão, estado civil e classe social, transcritos e analisados pelas autoras em *O Espelho de Vênus*, encontramos um traço comum: a vivência feminina reproduzida de forma direta e comovente. Estes depoimentos, colhidos numa pesquisa concluída pelo Grupo Ceres em 1979, constituem a espinha dorsal do livro. E incluem relatos sobre tópicos tão variados quanto infância, relação com os pais, descoberta do próprio corpo, relações afetivas e sexuais, casamento, gravidez, parto, educação dos filhos e vida profissional.

As descrições de fatos corriqueiros (parte da experiência cotidiana) e de acontecimentos importantes (que marcaram transformações de vida) aparecem pontilhadas de emoções contraditórias, fazendo-nos reencontrar, atrás de cada entrevista, uma pessoa viva. Não há nada, em termos de coleta de dados, que possa fornecer melhor retrato da realidade.

Um dos objetivos das autoras, plenamente realizado, era o de dar voz às mulheres, até agora marginalizadas pela História. No livro, fica claro que estas vozes individuais fazem parte de um coro mais amplo: o coro das mulheres pertencentes à mesma cultura, cujas experiências particulares são vividas a partir do substrato comum de atitudes e valores.

É inevitável que nos vejamos refletidos neste espelho, com diferentes roupas e idades, identificando-nos às vezes com uma estudante de 14 anos, às vezes com uma dona-de-casa de 50. Quantas mulheres, em sua primeira visita ao ginecologista, não se sentiram “assim, uma coisa manipulada, ac nível... de repente eu era menina, né?, cheia de pudores, não mostrar a xoxota, esses coisas. Então, eu lá, galinha assada, aquele homem me futucando” (Sônia, dona de boutique, 34 anos)?

E quantas de nós identificam-se com outro depoimento, ao se recordarem das emoções sentidas na primeira menstruação? “Eu sabia que era menstruação, mas fiquei na dúvida se podia ser porque tinha muito pouquinho. E eu fiquei emocionada, achei que era o máximo ter ficado menstruada...”

Depois descobri que era a maior chatura da vida... (riso). Porque era o fato de eu estar me transformando, né?” (Bernadete, funcionária pública, 26 anos).

### Experiências diferentes

O livro apresenta um conjunto de depoimentos bastante heterogêneos, experiências e posturas diversas diante da vida. Há relatos dramáticos da primeira relação sexual: “É, você acredita que eu não sabia que o negócio era assim, sabe? Foi mesmo de uma só vez. Aquilo parece que estourou tudo (...). Gritei mesmo. Gritando e ele tapando minha boca...” Há, em contrapartida, atestados de gratidão eterna ao marido: “Então eu devo a ele tudo isso, toda essa felicidade que eu tenho, esses filhos maravilhosos, entendeu? (...) Ele foi o autor desta coisa toda!”. (Isaura, dona-de-casa, 84 anos). Faces contraditórias da relação homem-mulher, que fazem parte do mesmo contexto de dominação.

Na segunda parte do livro, as autoras apresentam uma análise das representações femininas sobre a sexualidade. Discutem as estratégias de passividade e desconhecimento — respostas comuns, das mulheres que entrevistaram, a diversas situações de vida. E terminam discutindo a possibilidade de resgate da mulher de sua condição subordinada.

Muito mais haveria para ser analisado no conjunto tão rico de dados apresentados. Como, porém, no espaço limitado de um texto, deslindar a complexo emaranhado de fatores que determinam essas histórias de vida? O trabalho louvável do Grupo Ceres é apenas o começo de um longo caminho a ser percorrido.



Elizabeth Souza Loba

### As várias faces de um mito

“Caminhei em direção ao quarto de Bogart e perguntei: alguém tem fósforos? Bogart atirou-me uma caixa, eu respondi — obrigado — e joguei de volta. Minhas mãos tremiam, minha cabeça tremia. Enfim dei-me conta de que, para dominar o tremor da cabeça, bastava baixá-la, o queixo quase no pescoço, olhando de baixo para cima, para Bogart. Funcionou...”

A cena era do filme “Uma Aventura na Martinica”. Betty Bacall, nova-iorquina, judia, 19 anos, tornava-se Lauren Bacall — “o olhar”, a estrela de Hollywood, e “Baby”, a mulher de Humphrey Bogart. As memórias de Betty/Lauren recriam o mundo encantado do *show business* dos anos 40 e 50. Mais ainda: desvendam, além da estrela de Hollywood, uma mulher.

No livro, a atriz conta que Howard Hawks, famoso diretor de Hollywood, criou para ela uma nova imagem, “uma personalidade que correspondia ao meu olhar, à minha voz e a parte de mim mesma”. Mas era “a imagem de uma mulher liberada, independente, capaz de enfrentar qualquer situação. Não tinha nada a ver comigo e até hoje não corresponde ao que sou”.

“O que aprendi, veio de minha mãe”. Uma mãe austera, inquebrantável, que criou a filha sozinha, sempre com dignidade. Seus sólidos valores fizeram da jovem Betty, mais do que uma aspirante ao estrelato, muito bonita, uma aprendiz aplicada e uma profissional séria.

Tentou o teatro até que uma foto no *Harper's Bazaar* interessou a Howard Hawks. Betty deixou Nova York por Los Angeles. Pouco depois estreou em “Uma Aventura na Martinica”, com Humphrey Bogart. O filme trouxe ao mesmo tempo o sucesso e o amor por Bogart. Betty passou a ser Lauren e Baby.

Lauren descreve o romance entre um homem sofrido, exigente consigo próprio e com os outros, casado várias vezes, e ela, jovem romântica, inexperiente e profundamente apaixonada. Como nos filmes da época, os dois se casam, têm filhos e são felizes até que a tragédia se instala: Bogart adoece de câncer, luta pela vida, definita e morre.

### A procura

A proteção que envolvia Lauren desaparece. Ela, a viúva de um “monstro sagrado”, é apenas uma mulher só em busca da própria identidade. Descobre que nem todos os homens sabem o que querem, como Bogart sabia, pergunta-se por que o apaixonado de um dia desaparece dois dias depois, ama Frank Sinatra que a deixa, casa-se com Jason Roberts, tem um filho mas a ligação se rompe.

De repente, percebe que vivera sua vida rimada pelas solicitações dos outros, dos maridos, dos filhos. Sozinha no camarim depois dos aplausos, reza para que alguém bata à sua porta. Perde a mãe, os filhos crescem. Betty/Lauren vai-se desfazendo do mito da viúva, lutando contra a memória e as fantasias dos que não se interessam por sua pessoa, apenas pelo mito. Vive um longo aprendizado com a mesma honestidade com que vivera o sonho.

“Romântica e irrealista”, muitas vezes procurou prolongar relações improrrogáveis, chorando as mágoas no travesseiro e dizendo para si mesma: “Esqueça-o, amores fugazes não fazem seu gênero e nunca farão. Aproveite e não faça planos”. Confessa: “As vezes dava certo, quase sempre não.”

As muitas faces de Betty/Lauren Bacall se desenham: a idealista que denunciou a coça às bruxas do macarismo e apoiou os democratas Stevenson e Kennedy. A amiga fiel dos velhos amigos, a menina judia, a menina-família, a mãe dedicada, a filha que se culpa por não ter tido tempo para amar mais a mãe. Aquela que nunca vendeu a alma. A romântica. “Continuo frágil, romântica e idealista, como era aos 15 anos, sentada numa cadeira de cinema, vendo e sendo Betty Davis.”

Mulherio

Anexo 22 – “Memórias da clandestinidade”, entrevista junto a Renata Ferraz Guerra e Miriam Abramovay; e, “A difícil – mas possível – ação feminista nos partidos políticos”, entrevista junto a Lia Zatz e Lícia Peres.

### Política é assunto de mulher?

Ângela Alonso, 18 anos, estudante:  
“O Brasil ainda não  
teve uma mulher como presidente  
e isso mostra como este  
país tem uma “cabeça fechada”.  
A mulher precisa  
entender de política.  
No mínimo, para bater  
papo com o namorado.”



Foto: L. Guerra

## Memórias da clandestinidade

No fim dos anos 60 e começo dos anos 70, os jornais frequentemente falavam de mulheres — algumas ainda adolescentes — de metralhadora na mão, assaltando bancos, enfrentando policiais, participando de ações armadas. Eram as militantes de organizações clandestinas de esquerda. A memória desse tempo recente começou a ser levantada há pouco, com a volta dos exilados ao Brasil. Mas quase nada se falou sobre a participação da mulher nesses episódios. Para começar a recuperar esse passado, do ponto de vista das mulheres, publicamos aqui uma conversa de Elizabeth Souza Lobo, do Conselho Editorial de Mulherio, com duas ex-militantes de organizações clandestinas: Renata Ferraz Guerra de Andrade, descrita pelos jornais da época como “a louca dos assaltos”, hoje tem 34 anos, uma filha, trabalha como atriz no Rio e está começando a escrever um relato sobre sua participação na guerrilha; e Miriam Abramovay, 33 anos, pedagoga, dois filhos, hoje faz parte do Grupo de Encontro da Mulher, que atua junto a moradores da periferia do Rio



Ilustração  
Hans Georg Rauch

### RENATA

“Cheguei à militância política no cursinho. Conheci várias pessoas que me convidavam para discussões, pouco depois eu estava também militando. Na época era o que eu precisava, tinha 19 anos, estava há um ano em São Paulo. Passei seis meses conhecendo a cidade, indo a festas, espetáculos, até que decidi estudar e fui fazer o cursinho. Muito séria, muito estudiosa. Minha família era conservadora: aos 16 anos eu participei da marcha da família...”

Com a militância houve problemas em casa. Fui morar sozinha. Estava tão fascinada pela política que achava que não podia tratar de problemas pessoais. Abandonei a psicologia depois de ter passado no vestibular, fui trabalhar para me manter. Trabalhava numa empresa de pesquisa de mercado. Acho que todas fizemos isto na época. O pessoal que me tinha recrutado começou então a pensar numa organização armada, liemos Debray (1). A militância preenchia tudo na minha vida. Uma vida espartana. Havia algo muito forte na militância: ela dava um sentido geral à vida. Quando fatalmente você ia morrer aos 30 anos na serra, não precisava se preocupar muito com o cotidiano. Fatalmente você ia desaparecer, viver num território liberado...

Em crises nem se falava. Eu me apaixonei por um cara que não era meu companheiro e morria de vergonha. Em prazer também não se falava, não se discutia sexualidade. Todo o dispêndio de energia que não fosse diretamente ligado a militância era considerado negativo. Comíamos o mínimo possível, bebíamos o mínimo possível e transávamos o mínimo possível. Até ir ao cinema era para mim uma forma de elevar o meu

nível militante. Ter filhos também era um desvio pequeno burguês.

Nossa situação tinha muito a ver com as dos nossos companheiros. Mas criticar isso não passava pela nossa cabeça. Eu achava justo ter tarefas importantes. Afinal, largara tudo, vivia isolada. Eu fazia tarefa de homem, era um homem, sentia e pensava como um homem.

Quando surgiram as divergências políticas, fui expulsa da organização por indisciplina. Não tinha mais condições de viver na clandestinidade. Fui para o Uruguai com meu companheiro e dois amigos. No princípio ainda pensei em voltar, mas quando fui para o Chile, me convenci que o exílio seria longo. Fui eu que arrastei meu companheiro.

Eu só vivi o machismo. Separei do meu companheiro de militância. Vivi com um argentino. Fui para Buenos Aires, fiquei grávida. Ele queria outra vida, conhecer o mundo. Fiquei. Casei com outro. Era artista. Eximia-se até de sustentar materialmente a filha. Eu fazia tudo, trabalhava, cuidava da casa. Não tinha amigos. Vivi assim três anos.

A opressão atinge também a vida sexual. Eu vivia com um cara com quem não queria mais transar, mas não tinha jeito de sair da relação, da dependência dele, da família dele, mesmo se me sustentava, estava isolada. Depois voltei para o Brasil. Por política só me interessei quando posso intervir.

Minha militância durou pouco mais de um ano. Parece uma vida. Mas eu me desliguei sem grilo. Talvez porque tivesse provado para mim mesma que era

corajosa. Sou assim, não espero as situações extremas, rompo.”

### MIRIAM

“A organização era para nós a família, a religião que tínhamos abandonado. Eu tinha 18 anos, era uma menina de quem todos se orgulhavam. Uma menina numa organização armada. Sempre fui preocupada com “os destinos da humanidade em geral”, como diz a Renata. Com 13 anos trabalhava em favela. Vivía as culpas do mundo e da minha família. E para a família eu era a diferente, a inteligente. Envolvia também as minhas amigas. Houve uma que quando me ouviu, agora, criticar o que vivi, nunca mais me procurou.

Na organização éramos poucas mulheres. Todas casadas. Éramos moralista. Nunca me passou pela cabeça transar com outra pessoa além do meu marido. As crises do meu casamento eu vivia como problema meu.

Eu fiquei grávida e abortei. A organização não queria que meu filho nascesse, nem eu. Era uma forma de abandonar a luta. Só as mulheres dos militantes, as que “não faziam nada”, tinham filhos. E eu criticava também a Vara (2), porque se enfeitava, porque transava. As críticas não eram abertas. Ela era a única mulher que se impunha de uma forma particular. As lideranças respeitadas eram as dos corajosos...

A Renata era endeusada. Quando saíram as manchetes sobre a louca dos assaltos, quando a gente sacou que era ela, passou a ser nosso modelo. Tipo “um dia eu chego lá”. Mas as outras mulheres só faziam trabalho estudantil, menos importante. Não me lembro de ter escrito algum documento com minhas companheiras. Nem no setor de apoio havia muitas mulheres. Eram só duas. Eu não me questionava. Achava que era boa militante, largara a faculdade quando me mandaram, casara quando me mandaram, era disciplinada, não tinha medo, estava em todas.

De repente me vi só, clandestina, os companheiros morrendo. Comecei a sentir medo. Queria viver. Saí.

As mudanças vieram muito depois. Separei, casei, tive filhos. Passei três anos transando meus filhos, não estudava, fazia uma faculdade ruim, porque era a única que não me exigia nada. Só queria cuidar dos filhos. Aos poucos é que comecei a me expandir. O feminismo foi primeiro uma coisa longe, intelectual. Falava-se da classe operária. Só na França, mais tarde, começamos a discutir nossos problemas.

Na Europa a situação era pouco diferente. Também nos vimos de repente sozinhas, com filhos. Mas os homens também mudaram. Havia divisão das tarefas domésticas. Mesmo assim, sempre ficou um pouco do sentimento de opressão que começa na vida doméstica.

E eu até hoje rejeito toda militância fora do movimento de mulheres”

(1) Régis Debray, teórico francês, cujos livros influenciaram fortemente o movimento de guerrilha na América Latina.

(2) Iara Iavelberg, uma das líderes mais destacadas do movimento guerrilheiro, foi companheira de Carlos Lamarca e morreu assassinada pela polícia em Salvador, em 1970.



### Política é assunto de mulher?

Irma Passoni, deputada:  
**"Na minha opinião, não se deveria fazer esta pergunta, que já pressupõe uma certa inferioridade da mulher. Isso nós já superamos desde 1930 e pouco, quando adquirimos o direito ao voto, o direito de interferir na política, a responsabilidade de fazer política. A mulher, quando cuida da casa, lida com o bem público e sofre a política".**

## A difícil — mas possível — ação

**E possível ser feminista nos partidos políticos? Mulherio fez esta pergunta a três militantes de partidos de oposição, o PT, o PMDB e o PDT (o PTB e o PP, convidados a responder, não se manifestaram). Suas respostas, que publicamos a seguir, compõem um quadro interessante das dificuldades de articulação da luta pela emancipação da mulher com as lutas mais gerais da sociedade. Mas revelam, também, os avanços que já foram obtidos neste campo.**

Lia Zatz, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Trabalha numa editora de São Paulo, tem 28 anos. Participou da criação do jornal "Nós Mulheres" e hoje está na Associação das Mulheres "Jany Chiriac".



"Não gostaria de responder a esta questão falando do meu partido político que, no caso, é o PMDB. Se estou no PMDB não é porque sou feminista ou porque esse partido não entra em choque com minhas idéias e atuação feministas, mas sim porque minhas idéias políticas me levam a considerá-lo como o partido que, atualmente, pode melhor contribuir numa mudança da sociedade.

Acho que a questão é mais ampla e se resume na seguinte problemática vivida por várias militantes partidárias feministas, a dificuldade de ser feminista para uma militante partidária e a de ser militante partidária para uma feminista.

Penso em primeiro lugar em quanto foi difícil me tornar feminista sendo, antes de tudo, uma militante partidária. E acho que esse não é um problema meu, individual, mas de muitas mulheres militantes que custaram muito a se sentirem sensibilizadas pelo feminismo. Esquemáticamente pensávamos o seguinte: "Somos militantes e portanto somos esclarecidas, emancipadas e logicamente sabemos que as mulheres têm problemas mas, do alto de nossa clarividência (e bitolamento), temos a mais absoluta certeza de que esses problemas só poderão ser resolvidos pela luta das massas oprimidas pela transformação radical da sociedade".

Essa era a nossa cabeça. Essa é a nossa formação política. E, enquanto temos essa cabeça, podemos até dizer que o feminismo é importante mas, lá no fundo, temos o mais absoluto desprezo pela luta

das mulheres, considerando-a secundária, exterior e ao mesmo tempo abaixo de nós, mulheres-militantes-esclarecidas-emancipadas. E, pelo que tenho visto, vivido e ouvido, não é absolutamente a militância partidária que nos sensibiliza para o feminismo.

Só me tornei feminista quando, pela vivência, pelos problemas enfrentados, vi que não era tão diferente assim das outras mulheres e muito menos tão igual assim ao meu companheiro e amigos homens. E, é óbvio que, chegando nesse ponto, você começa a questionar toda a sua vivência e percebe o quanto você não é de fato uma mulher livre. Você começa a captar coisinhas, detalhes, que antes não te chamavam a atenção. Você muda e essa mudança, essa nova sensibilidade se reflete também na tua militância. Você começa a empregar uma boa parte do seu tempo disponível para a militância no movimento de mulheres, para o estudo da questão. Você começa a pressionar dentro do seu partido ou organização política para que discutam a questão e a atuação que você tem. E a mais absoluta indiferença ou um grande paternalismo são as respostas para as tuas iniciativas. Todas as outras questões são consideradas mais importantes e a luta das mulheres vai sendo deixada para o fim, para o dia em que sobrar um tempinho para essa discussão. E, quando, de repente, teus companheiros partidários percebem que o movimento das mulheres existe, cresce, mobiliza e começam a dar um pouco de atenção ao trabalho que você está desenvolvendo há anos, muitas vezes são pegos de surpresa.

Esse é um dos lados. Porque tem o outro. A marginalização (discriminação? preconceito?) à qual somos submetidas no interior do próprio movimento de mulheres. É uma desconfiança constante. Somos vistas como as que sempre trazem soluções prontas no bolso do colete, como aquelas que sempre estão querendo puxar a sardinha para o seu partido. É lógico que dá para entender essa desconfiança. Ela tem seu fundamento na prática viciada e tradicional dos partidos políticos que tentam sempre instrumentalizar os movimentos sociais.

Na verdade, há duas tendências constantes hoje no movimento de mulheres. De um lado, estão as que glorificam o partido político, o seu partido, como o único capaz de encabeçar a luta pela transformação da sociedade e que portanto vêem o movimento de mulheres como secundário e tático, como maneira de mobilizar as mulheres para as questões gerais defendidas pelo seu partido. De outro lado, estão as que menosprezam todos os partidos políticos e que, pelo medo de serem usadas como massa de manobra, fecham-se dentro do movimento, individualizam suas questões, recusam-se a atuar no sentido de concretizá-las como questões políticas, sociais e democráticas.

No meio... um vazão que começa a ser ocupado. Falta um pouco de dialética nisso tudo e talvez seja dessa reflexão que possa surgir uma política feminista capaz de fazer com que o movimento de mulheres se torne um verdadeiro movimento social."

Lícia Peres, do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Socióloga, feminista, dirigente do Movimento Feminino pela Anistia desde 1975, hoje pertence ao Diretório Estadual do PDT no Rio Grande do Sul.



"É sim. É possível ser feminista dentro do Partido Democrático Trabalhista. Quero deixar claro que ser feminista é difícil na sociedade brasileira em geral, que não está acostumada com a mulher reivindicante, consciente dos seus direitos e que luta para obter uma situação melhor para si e para as outras mulheres. Dentro do PDT, a mulher tem conseguido conquistar um espaço e estamos realizando um trabalho novo de organização das mulheres.

Quando escolhi, de forma consciente, o PDT para filiar-me, levei em consideração o seu programa. Um programa avançado, de acordo com a realidade brasileira, que estabelece como um de seus compromissos prioritários a integração da mulher na vida política. O primeiro compromisso do PDT é com as crianças brasileiras, levando em consideração os 30 milhões de crianças carentes, que necessitam de atenção imediata, num verdadeiro programa de salvação nacional. O segundo ponto é o compromisso com o trabalhador. O trabalhismo faz uma opção clara de privilegiar sempre o trabalho, e não o capital, como tem sido feito, principalmente nestes últimos 17 anos de autoritarismo.

Mas gostaria de deter-me no terceiro compromisso do PDT. E o compromisso com as mulheres. Quando estabelece esse ponto como um dos primeiros, o Partido Democrático Trabalhista reconhece a discriminação que sofremos e a necessidade de promover e integrar a mulher.

Nós, mulheres do PDT, organizamos em novembro um encontro que reuniu 200 mulheres do Estado. Compareceram operárias, donas-de-casa, estudantes, profissionais liberais. Ficou claro que nós não queríamos nos isolar em Departamentos Femininos, que tradicionalmente

### Política é assunto de mulher?

Rosângela Moura Campos, 21 anos, operária:  
 "Lógico que é assunto para mulher.  
 Eu adoro o Lula porque ele favorece  
 os trabalhadores.  
 Gosto do assunto, mas só entendo um  
 pouquinho".



Foto L. Gevaert

## feminista nos partidos políticos

restringem a atuação da mulher a um único setor. Esses departamentos acabaram se transformando em barreiras que impedem a integração da mulher nos processos de decisão partidária. São acionados em períodos eleitorais como braço auxiliar dos partidos para trabalhar para candidatas, geralmente masculinos, organizando os conhecidos chazinhos ou festividades. *Enfim, às mulheres ficavam reservadas as tarefas secundárias.*

Por outro lado, necessitávamos de um instrumento que permitisse às mulheres organizar-se para atuar na estrutura partidária, ao nível da base e da direção. Assim nasceu a Ação da Mulher Trabalhista (AMT) do PDT, que não é um espaço exclusivo de atuação das mulheres no Partido, mas constitui-se num fórum permanente de debates sobre a problemática da mulher, contribuindo decisivamente para sua formação política. Foi elaborada a Carta da Mulher Trabalhista e traçado um Plano de Ação, que prevê a participação da mulher nos seguintes pontos prioritários: 1 — na luta pela construção de uma sociedade democrática e socialista no Brasil; 2 — nas entidades de classe, associações de bairros, sindicatos, movimentos feministas, etc; 3 — na conquista de cargos de direção do Partido, em todos os níveis; 4 — no processo político eleitoral, como candidatas; e 5 — na construção de sua própria identidade, deixando de ser a sombra do homem.

Hoje, na Direção Regional do PDT gaúcho, temos seis companheiras que foram eleitas pela AMT, duas das quais estão no Diretório Nacional: Mita Cauduro na Executiva Nacional e eu como suplente. A direção da AMT em Porto Alegre, cuja presidenta é Dilma Linhares, é composta de 60 mulheres (45 titulares e 15 suplentes). Nossas reuniões são semanais e trabalhamos em comissões. Há comissões de Finanças, Formação Política, Relações Sindicais, Divulgação e Trabalho de Base. Hoje existe uma Secretaria da Ação da Mulher Trabalhista, e nosso objetivo é formar AMTs em todos os 232 municípios do Estado.

Nós não podemos pensar em democracia com 50% da população, as mulheres, sofrendo discriminação de toda a ordem. E não adianta lutarmos exclusivamente pela mudança na estrutura da produção, achando que a igualdade virá por acréscimo. Isso não ocorreu em nenhuma sociedade socialista, onde, apesar dos grandes avanços que a mulher obteve, o machismo ainda permanece. A tradição resiste à mudança e é fundamental que a transformação se dê em três níveis: no plano da produção, na estrutura de poder e no plano da consciência (valores). A destruição de formas autoritárias na família, nas escolas, a luta pela mudança dos costumes são tarefas imediatas. E a participação política da mulher é condição indispensável para que possamos construir uma sociedade democrática e socialista.

Elizabeth Souza Lobo,  
 do Partido dos  
 Trabalhadores (PT).  
 Socióloga, 38 anos,  
 é professora de  
 Ciência Política em  
 Marília (SP). Sua  
 participação em  
 movimentos de  
 esquerda lhe valeu  
 o exílio, no Chile e  
 na França, de 70 a 79.



Foto Hugo Lenzi

"E uma aposta: um engajamento. Possível na medida em que o PT se define como um partido apolado e enraizado nos movimentos sociais. Assim, quase que por definição, o movimento de mulheres é importante para o PT, o PT está no movimento de mulheres, mulheres do movimento estão no PT.

Cabe uma pergunta: mas o que é ser feminista? É lutar contra a opressão das mulheres na sociedade de classes, quando sua sexualidade é reprimida, quando o governo decide quem pode ter filhos e trata como criminosas aquelas que abortam. É lutar por salário igual para trabalho igual, por uma divisão igualitária do trabalho doméstico na família, por equipamentos sociais que melhorem a vida de pais, mães e filhos. É tratar de romper o círculo vicioso da dependência econômica e social, da discriminação e da submissão. É lutar por uma sociedade mais justa.

Creio que é importante explicar como vejo o PT: não como um espaço de 'especialistas da política', mas o lugar onde mulheres e homens, partindo de suas práticas cotidianas, de suas lutas nos movimentos sociais, constroem uma estratégia para transformar a sociedade.

A luta por salários iguais para trabalhos iguais — uma reivindicação das mulheres — para ter êxito precisa de um movimento de mulheres trabalhadoras forte. Precisa de sindicatos abertos às manifestações das bases, sem cupulismo ou peleguismo. Assim, as reivindicações das mulheres não são apolíticas, elas se articulam com os projetos políticos, com a maneira de fazer política.

Assumir o caráter político de nossas reivindicações e lutas não é propor que os partidos — e o PT entre eles — decidam o que querem as mulheres, o que quer o movimento. Não, o movimento é que decide, e isto é ser autônomo. Mas a nossa prática, aquilo que pensamos e fazemos no movimento, tem a ver com nosso projeto de sociedade, com as nossas concepções mais gerais sobre as formas de luta.

Eu concordo com Sartre quando ele diz, numa entrevista a Simone de Beauvoir, que considera normal a existência de divisões no movimento feminista mas

que as feministas têm pouca base social e precisam ganhar as massas para que possam abalar a sociedade de forma radical. Acho que essa idéia tem muito a ver com uma concepção de articulação da luta feminista com a luta de classes.

Não é preciso estar num partido para ser feminista, para localizar a opressão das mulheres na sociedade capitalista. Mas essa não é a única opressão que existe na sociedade, por isso é preciso juntar as lutas, entender suas ligações.

Não serei uma mulher liberada, com as melhores condições para exercer minha profissão, enquanto outra mulher ficar em casa de plantão, cuidando do meu filho para que eu possa ir a uma reunião de sociólogos.

É preciso lembrar também que os partidos não são paraísos de justiça no meio de uma sociedade injusta, mas neles se reproduzem práticas autoritárias, idéias machistas, preconceitos. Os partidos não são perfeitos e no PT é preciso também construir um feminismo a cada dia.

Evidentemente, hoje há menos preconceitos contra as feministas e muitos temas "malditos", como o aborto e a sexualidade, já têm legitimidade como temas políticos. Mas isso não quer dizer que não haja no próprio partido divisão sexual de tarefas, do tipo os homens discutem, as mulheres secretariam.

Conseguimos formar em São Paulo uma Comissão para o trabalho de mulheres no PT, fizemos encontros, trocamos experiências com as companheiras de Minas e do Rio. Estamos tentando uma prática que não isole as mulheres num departamento feminino, mas assegure no partido um espaço para a discussão e a mobilização em torno das lutas das mulheres. A democracia interna é o nosso trunfo e é também um cavalo-de-batalha de nossa proposta de uma política aberta e anti-autoritária.

Observações que ainda necessitam de confirmação levam a crer que, pelo menos em São Paulo, o PT é um partido em que as mulheres são maioria. Há muitas mulheres nos núcleos, na liderança de movimentos, mas ainda são poucas nas direções partidárias. Acho que é ainda insuficiente o peso político das mulheres, o que nos remete a um problema ainda pouco discutido: como enfrentar a desigualdade, como romper os mecanismos subjetivos e objetivos de discriminação?

Para mim, o primeiro passo é romper as contradições entre vida privada e vida pública. Temos que participar mais, falar mais, aprender a fazer política, não apenas para aprender as regras do jogo, mas para modificá-las também. E essa não é só uma questão teórica. É uma questão prática de como organizar a vida militante sem sacrificar os filhos, buscando soluções coletivas, de como legitimar um discurso que não é feito segundo os padrões tradicionais, de como introduzir na 'grande política' as reivindicações esquecidas."

## ANEXO 23 – “As mutantes das fábricas”, artigo relato de pesquisa.

## OPERÁRIAS

# As mutantes da fábrica

Elizabeth Souza Lobo



Foto Ricardo Malta — Ag. F4



Foto Ricardo Malta — Ag. F4



Foto Eduardo Simões — Ag. F4

A classe operária, segundo sociólogos, politólogos e sindicalistas, é uma expressão do masculino. Mesmo quando, por detrás das máquinas, veladas silhuetas femininas há séculos são tecelãs e hoje montam aparelhos eletrônicos.

Operárias e mulheres, mulheres e operárias, na encruzilhada entre a exploração econômica, a dominação de classe e a opressão sexual, entre a produção e a reprodução, entre a casa e a fábrica, elas aparecem como um tipo especial de mutantes.

Em busca de um retrato destas mutantes, nos lançamos, Helena, Leda, Rosa e eu, numa pesquisa. Juntamos números, percentagens, tabelas. (1) O trabalho foi difícil, pois os dados em geral são precários e desconstruídos, a variável sexo é frequentemente ignorada e as categorias utilizadas nem sempre permitem distinguir as diferenciações e a complexidade do trabalho feminino.

O resultado nos surpreendeu. Por detrás dos dados que indicam o crescimento do número de mulheres trabalhando na indústria, além da evidência de que cresce também o número de mulheres sindicalizadas, descobrimos um cotidiano onde gesta lentamente uma consciência, uma identidade e uma prática cheias de vivacidade e força.

### As operárias em números

Em 1970 as mulheres constituíam 18,8% do total da força de trabalho empregada na indústria; em 1978 passaram para 25,7% deste total. Outras modificações ocorreram. Antes concentradas especialmente nos setores ditos “femininos” (têxtil, confecção, fumo e calçados), as operárias passaram a compor também contingentes de assalariados dos setores dinâmico e modernos, cujo crescimento foi intenso durante os anos do “milagre”

econômico. Indústrias de equipamentos e elétricos e eletrônicos, metalurgia e autopeças e construção civil.

Em 1978 em São Paulo 61,6% das mulheres não casadas trabalhavam na indústria. Se observarmos a distribuição das mulheres não casadas por ramo de atividade neste mesmo ano 28,9% delas estavam na indústria de têxtil e tecelagem, 23,4% eram metaúrgicas, seguindo-se 9,8% na indústria de alimentação e 8,5% na de vestuário. Já em 1979 25,2% das mulheres não casadas eram metaúrgicas, 25,8% eram têxteis, 10,8% trabalhavam na indústria de alimentação e 9,7% na de vestuário.

### Quem são elas?

Atrás dos números, as operárias. Quem são elas? Jane, Sueli, Wanda, Cicera tece a Cicera da eletrônica. Sônia e Conceição são operárias da Grande São Paulo. Têm entre 23 e 34 anos. Veremos Rio de Pernambuco de Minas ou de São Paulo mesmo. Jane e casada Cicera tece à tem um filho.

Sueli é montadora e eletrônica. Sempre nunca fez um curso profissionalizante. Copia um desenho, fazendo cópias. E um trabalho que puxa pela cabeça me nor do que quando eu pertencia ao departamento de costura na Estreia.

Cicera trabalha numa eletromecânica antes trabalhava na Today sempre na máquina. Na Today controlava uma máquina que enchia 92 vidros por minuto. Gosto de máquinas quanto mais eu mexo mais eu gosto.

Jane, metalúrgica, filha de metalúrgicos, já foi operadora, trabalhou no torno, fez cursos de controle de qualidade e de desenho no Senai. Fala da curiosidade de aprender, gosta de trabalhar em grandes fábricas. Mas já não pode: é líder sindical e está nas listas negras das empresas.

Conceição é ajudante-geral, corre de um lado para o outro, o dia todo controlando as máquinas que tecem. Mas, quando tem férias, sente saudades do trabalho. Enquanto isto, a Cicera costureira diz que detesta costurar. Ganha mais agora mas preferia o emprego anterior, como metalúrgica. “Na costura só tem mulheres, é triste.”

A fábrica, por quanto tempo? Para Conceição, tecelã que já tem um filho e mora com os pais, e para toda a vida. Para Sueli, “só se ficar solteirona”. Para Wanda, “até casar, depois é tratar de arranjar um emprego com mais liberdade, vender Avon, ou ter uma profissão.” E o marido? “Fica na fábrica, quem mandou ser homem?” Jane vive entre a fábrica e a política. Mas as solteiras todas pensam em mudar com o casamento.

### Da torcida do Santos à militância

Sueli, Cicera da eletrônica e Cicera

costureira não são sindicalizadas. Conceição é sindicalizada mas nunca foi ao sindicato: “O pessoal só aparece em tempo de greve ou eleição”.

Jane é militante sindical desde 74. Participava mas não falava. Em 78 começou a falar, liderou reivindicações na fábrica em que trabalhava, fez greve, foi candidata à diretoria do sindicato, perdeu, continua militando na oposição sindical e agora também no Partido dos Trabalhadores.

Wanda em 78 participava da torcida do Santos. Estava sempre pra cima e pra baixo. Depois entrou em grupos deovens da greja e no Movimento Negro Unificado. Hoje está no movimento popular faz política partidarista. Participa das listas de mulheres. Posso dar mais de mim. Se fosse metaúrgica estaria no sindicato mas o das têxteis não me interessa.

A história destas mutantes está fazendo-se hoje e elas são mais numerosas na fábrica, nos sindicatos e na vida política. Mas sua situação profissional ainda é inferior à dos homens, conforme indicam as denúncias apresentadas nos congressos de mulheres operárias. (as metaúrgicas de São Bernardo em 78, as metaúrgicas de São Paulo em 79 e as químicas de São Paulo em 78 e 79). E nas negociações com os patrões seus problemas a não são considerados secundários.

Entre a casa e a fábrica, a igreja e o sindicato, os movimentos e os partidos a classe operária não tem no chão a começa a de xar de ser uma solteirona.

(1) A pesquisa chama-se “Trabalho assalariado, sindicalização e reivindicações das operárias” e foi apresentada no I Congresso da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo, em agosto do ano passado. As autoras: Leda Gilay, Helena Hirata, Elizabeth Souza Lobo e Rosa Moyses.

## ANEXO 24 – "Os crimes da paixão", resenha do livro homônimo Mariza Corrêa (São Paulo: Brasiliense, 1982).



Mulher brasileira - Bibliografia anotada - 2, da Fundação Carlos Chagas. Editora Brasiliense, 1981, 395 páginas, 1.200 cruzeiros.

### Bibliografia anotada

Mulheres, "no melhor dos casos, naturezas bovinas", diz Zarathustra, sem o menor constrangimento, como quem faz uma concessão ao excluir as outras categorias de infra-humanos, ainda menos privilegiadas. Valorativa, distorcida, parcial, esta citação, entretanto, retrata um modo de ser, de parecer, de ser percebido com que o tempo, e o que se fez enquanto ele transcorria, nos conformou.

Assim, o estar aqui, esse existir concreto, limitado por uma rede de barreiras invisíveis, é um estar aqui histórico, cuja invisibilidade permanece, enquanto permanecerem opacas, confusas e veladas estas zonas de passado e presente, às quais estamos atreladas. Por isso, *Mulher Brasileira — Bibliografia Anotada*, que a Fundação Carlos Chagas realizou, tem um sentido de recuperação que vai muito além de seu valor enquanto documento e instrumento de pesquisa.

Constitui-se um ponto de referência para o conhecimento na área, e marca um momento de modo significativo, porque o torna concreto. Mais do que isto, descreve este percurso que é nossa própria história enquanto grupo, apontando para ela de diferentes perspectivas. É por isto mesmo que a obra tem valor enquanto postura.

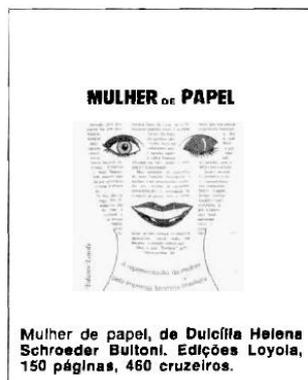
Selecionados os estudos e todo material disponível (artigos, teses autobiográficas, etc., até 1978) sobre a mulher nas áreas de Trabalho, Direito, Educação, Artes e Meios de Comunicação, foram elaborados resumos que literalmente contam, de modo quase coloquial, as conclusões dos autores. Apresenta-se também, em cada caso, o referencial teórico utilizado e sua relevância ou limitação. Assim, a obra permite acesso a diferentes leituras da realidade "mulher brasileira", o que equivale a um mapeamento daquelas influências que, ao que combinarem, produzem cruzamentos que não permitem acessos.

Registra com fidedignidade a ação da cultura, da estrutura de poder, do sistema econômico, da ideologia dominante e dos aparelhos de repressão do Estado na determinação e manutenção de papéis sexualmente estabelecidos. Aponta também para os efeitos de sujeição pessoal, decorrentes de

uma representação de mundo coerente com os modelos impostos, o que seguramente se constitui na forma de opressão mais sutil e eficiente, porque mascarada por exigências supostamente pessoais.

Por fim, esse trabalho revela o curso da luta pelas brechas que, ao longo do tempo, criou este espaço dentro do qual nos movemos hoje, amplo ou restrito, ilimitado ou tacanho, dependendo de quem somos, enquanto cruzamentos que aconteceram e daqueles que fizemos acontecer.

Eliana Audi



Mulher de papel, de Dulcília Helena Schroeder Buitoni. Edições Loyola, 150 páginas, 460 cruzeiros.

### Mulher de papel

O eterno feminino sempre foi assim. Citando Barthes, Dulcília Buitoni mostra que o mito da mulher — essa mulher no singular, que paira acima de tempo, espaço e contexto social —, como todos os mitos, constitui um "reflexo social que inverte, transforma cultura em natureza, social em cultural, ideológico e histórico em natural".

A grande contribuição de *Mulher de papel* é precisamente demonstrar a veracidade desse conceito e comprovar a presença e a eternização do mito através da imprensa feminina. Dulcília Buitoni mostra cuidadosamente como essa imprensa desvincula as mulheres de sua época e de seu contexto, transformando-as em seres à parte, independentemente de circunstâncias concretas, cavando cada vez mais profundamente o fosso entre qualidades ideais femininas e realidade.

Pois não se trata de uma imprensa informativa. Ela é formativa, integrativa e mesmo psicoterápica: funciona, muitas vezes, como válvula de escape para a opressão, minimizando o conflito social pela sensação de intimidade, de conversa de amiga. O colóquio amistoso marca a imprensa feminina desde os tempos em que, em vez de "tu" ou "você", ela usava "vós". Essa intimidade lingüística ajuda a passar conceitos, cristalizar opiniões, tudo de um modo tão natural que praticamente não há defesa.

"A razão não se arma para uma conversa de amiga", explica Dulcília, lembrando a curiosa coincidência de que a publicidade também usa esse mesmo tipo de linguagem. O que, aliás, não é nada surpreendente, pois a

outra grande característica da imprensa feminina é a obsessão do novo, do moderno, que se acentua de maneira flagrante a partir dos anos 40 deste século, período que Dulcília denomina "era da consumidora" — o ser feminino interessando apenas pela sua capacidade de consumir.

Dulcília Buitoni estende-se sobre essa questão do novo, mas seu pensamento não é inovador: ela limita-se a aplicar criativamente, sobre os resultados de suas pesquisas, conceitos produzidos por autores europeus ou norte-americanos. Mas tem o mérito de ser exercido sobre a evolução da imprensa feminina brasileira, que é feita e deliciosamente ilustrada, sem esquecer de situar essa evolução no contexto social em que ocorre, ainda que em rápidas pinceladas.

Assim, em *Mulher de Papel* fica-se sabendo da existência de uma certa Francisca Senhorinha da Mota Diniz, redatora de *O Sexo Feminino*, que, em 1875-77, opôs-se à denominação de "bello sexo", típica das publicações do gênero na época, e lançou-se na batalha de reivindicar direitos para a mulher, escrevendo coisas como esta: "Não queremos representar na sociedade o papel de adorno dos palácios dos senhores do sexo forte (...). (...) Nos tratando de rainhas só nos dão o cetro da cozinha, da máquina de procriação, etc., etc."

Entre dois textos introdutórios e um de conclusões, Dulcília Buitoni enumera oito formas de representação da mulher ao longo do tempo, analisando textos exemplares extraídos de publicações femininas. De leitura fácil, *Mulher de Papel* é mais um esforço para a compreensão do mito que nos envolve em rendas cor-de-rosa desde que nascemos e, por isso mesmo, uma contribuição de importância para a luta das mulheres.

Leda Beck



Os crimes da paixão, de Mariza Corrêa, Editora Brasiliense. Coleção Tudo é história, 85 páginas, 190 cruzeiros.

### Os crimes da paixão

Paixão e honra são temas frequentes na sociedade brasileira e periodicamente ganham os tribunais de júri associados a crimes que ocupam grandes espaços na imprensa: os chamados crimes passionais, como os assassinatos de João de Souza Lima, de Angela Diniz, de Eliane de Grammont e



Christel Arvid Johnston. O livro de Mariza Corrêa se propõe a investigar as regras do jogo que preside os julgamentos destes crimes. Paixão e honra podem absolver alguém?

A autora mostra que, na vigência do Código Penal de 1890, homens e mulheres que possuídos pela paixão matavam seus companheiros eram vistos sob ângulos diferentes. Os homens eram absolvidos porque se considerava que, ao matarem "por amor", estavam dominados por uma loucura momentânea. As mulheres também eram absolvidas, mas por serem consideradas irresponsáveis.

O Código Penal de 1940 (ainda em vigor), estabeleceu num dos seus artigos que "a emoção ou paixão não excluem a responsabilidade criminal". Criou-se, então, fora do Código, a legítima defesa da honra.

Através de uma documentação rica, Mariza revela como o advogado Evaristo de Moraes desenvolveu o argumento de que a paixão amorosa é uma paixão social, fazendo do crime passionnal não uma aberração mas uma reação provocada pelo sentimento de defesa dos valores individuais e familiares de homens honrados. A defesa da honra se associa à noção de homem de bem.

Mas, nas mulheres, a paixão deixa de ser uma manifestação de irresponsabilidade para se transformar numa desobediência às normas sociais, numa ruptura com o modelo da mãe de família, da esposa abnegada, terna e sofrida.

O estudo mostra esta relação estreita entre as regras do jogo legal e as normas sociais, muitas vezes implícitas, incorporadas ao senso comum e ao dia-a-dia, mas nem por isto menos rígidas. Os símbolos sociais são ao mesmo tempo padrões de classe: o homem de bem e de bens, e a mulher fiel, respeitosa, submissa.

Assim, Mariza Corrêa desvenda o terreno em que se assenta a violência e que pretende muitas vezes desculpá-la: a repressão contida na sociedade que pretende modelar homens de bem e almas danadas e que faz do amor uma violência.

O livro traz às leitoras e leitores, e em especial aos SOS Mulher que começam a povoar as cidades brasileiras, uma contribuição que rompe a paralisia daqueles que justificam o crime usando os mesmos modelos com que a sociedade alimenta estes crimes,

e a hipocrisia dos que se escondem sob a falsa isenção de que punir é inútil.

Não se trata só de pedir aos algozes a punição de seus crimes, mas de denunciar os rituais com que a sociedade pretende exorcisar seus próprios demônios. Mudando o jogo, mudam-se também suas regras.

Elizabeth Sousa Lobo



Vida de mulher, de Maria Quartim de Moraes e Maria Mendes da Silva. Editora Marco Zero, Coleção Dois Pontos, 1981, 114 páginas, 280 cruzeiros.

## Vida de mulher

Dois Marias, duas mulheres, dois depoimentos. Uma socióloga, família burguesa, casamento de amor, militante política, feminista: Maria Moraes. A outra, migrante, empregada doméstica, mãe solteira, operária e militante sindical: Maria Mendes da Silva. A primeira mais próxima de mim, conhecida na origem e na presença; a segunda, distante, do outro lado da sociedade, meu conhecimento sobre ela é apenas teórico.

Paradoxalmente, é mais fácil começar pela segunda Maria, aquela para quem a dominação coloca-se concreta, violenta.

Seu depoimento torna clara a ligação existente entre a condição feminina e as formas que assume a exploração na fábrica. A opressão do controle inflexível do tempo traduz-se, para ela, na impossibilidade de manter um ritmo mais lento nos dias em que está menstruada; nos raros três minutos para usar o banheiro sujo, com o supervisor controlando de perto; na chantagem dos chefetes, que exigem

inclusive a submissão sexual de suas subordinadas...

A partir desse tipo de opressão, a descoberta de seus direitos de mulher surge junto com a consciência de classe. É no sindicato, na greve, na São Bernardo de 79-80, que a Maria operária vai crescendo como lutadora. O fato das coisas surgirem juntas não elimina as contradições. Ela denuncia tanto o machismo do companheiro do sindicato, que proíbe a mulher de participar de reuniões, como o machismo que está dentro da cabeça das colegas, que se apegam ao ideal de "rainha do lar". Os departamentos femininos dos sindicatos são também combatidos: por que não existem departamentos masculinos, pergunta ela?

Entretanto, na questão do aborto, Maria não consegue ainda perceber todos os problemas envolvidos. Aparenta com clareza a necessidade de melhores condições de vida que permitam uma real opção para a mulher que engravida. Mas coloca-se contra o direito de abortar, adotando uma posição semelhante à da Igreja.

Do outro lado da cidade, uma outra Maria também enxerga contradições na prática de grupos de ação. Longe do sindicato, no interior de grupos de mulheres que pretendem superar sua opressão específica, reaparecem as mesmas práticas autoritárias, manipuladoras, carregadas de ambições pessoais e desrespeito pelos outros que caracterizam o mundo dominado pelos homens. Através dos vários textos esparsos que compõem seu depoimento, Maria Moraes vai reconstruindo toda trajetória da reflexão feminista: em cada etapa, a negação dos pedaços de machismo escondidos dentro de nós e a descoberta de outros, insuspeitados...

Misturada a tudo isso, sua própria história, que ela nos deixa entrever mais de perto, em alguns momentos. Na redescoberta do afetivo, na revalorização das emoções, ressurgem forte a dor pela perda do homem com o qual se casou há mais de 15 anos, assassinado pela repressão militar.

Maria, de tudo que você escreveu, quatro páginas me tocaram de um modo especial e não me largam mais. Nelas uma mulher fala, afinal sem censuras e racionalizações: do meio dos legumes, das frutas compradas na feira, brota insuportável a saudade do marido morto. Como você vê, esta resenha acabou terminando como uma carta...

Maria M. Malta Campos

## LANÇAMENTOS

● A Editora Semente lança em março o livro **A operária metalúrgica**, de Rosalina Santa Cruz Leite. A pesquisa que Rosalina realizou entre metalúrgicas de São Paulo é um documento fundamental sobre a condição operária feminina no Brasil, abordando o trabalho na fábrica, a família, a sexualidade e a política. A mesma editora prepara uma antologia de textos sobre as mulheres, a política e a esquerda, com artigos de Emma Goldmann, Jacqueline Heinem e Anne Tristan, entre outras.

● A Editora Hucitec lançou

nova edição de **Mulheres espancadas: fenômeno invisível**, de Roger Langley e Richard Levy, que fazem um amplo levantamento sobre a violência familiar da qual a mulher é, secularmente, a maior vítima. O livro tem prefácio de Heleieth Saffioti e custa 700 cruzeiros.

● O Centro da Mulher Brasileira — Rio de Janeiro elaborou mais um caderno (o primeiro foi **A dominação da mulher**), chamado **Mãe, filha, mulher**. Trata-se de uma espécie de cartilha, com muitas ilustrações e texto bem acessível, sobre a saúde e a sexualidade feminina. O ca-

derno foi preparado pelo Grupo Mulher e Saúde do Centro.

● Uma importante publicação foi agora traduzida para o português: **O matador de bebês (The baby killer)**, que faz um amplo levantamento sobre os males causados pela mamadeira aos bebês do Terceiro Mundo. O livro foi publicado pela primeira vez em março de 74, e deu início a uma campanha internacional pelo incentivo à amamentação materna. A tradução, sob a forma de folheto, foi feita pelo Centro de Pesquisas e Controle das Doenças Materno-Infantis de Campinas

(Cemicamp). O endereço do Centro: Caixa Postal 1452, CEP 13100 Campinas, SP.

● **Lugar de negro** é o mais novo lançamento da Editora Marco Zero, na Coleção Dois Pontos. No livro, Lélia Gonzalez, antropóloga, militante do movimento negro e do movimento feminista, mostra os avanços da mobilização dos negros brasileiros no combate ao racismo, e Carlos Hasenbalg, sociólogo, autor de vários trabalhos sobre discriminação racial, discorre sobre raça, classe e mobilidade social.

## Anexo 25 – "Feminino, feminino", resenha do livro homônimo de Socorro Trindade (Natal: Universitária, 1981).

### Leitura

A pesquisa sobre a mulher no Brasil vai bem, obrigado. Esta coletânea é um bom índice de sua riqueza e vitalidade. "Trabalhadoras do Brasil" — um achado a fina ironia do título — vem dar seqüência à publicação dos artigos que resultaram dos projetos vencedores do 1º concurso de pesquisas sobre a mulher, que a Fundação Carlos Chagas organizou em 1978 com apoio financeiro da Fundação Ford, iniciado com "Vivência, história, sexualidade e imagens femininas" (1980). É apenas de lastimar o intervalo demasiado longo entre a publicação do 1º e do 2º volumes.

A coletânea não propõe uma análise exaustiva, articulada e sistemática da participação da mulher brasileira na produção, mas análises parciais dentro de contextos perfeitamente demarcados, explicitados, e nesta contextualização minuciosa reside um dos seus grandes méritos. Elites profissionais, donas-de-casa na periferia da metrópole, trabalhadoras rurais, variam as situações e os processos de trabalho, variam as abordagens teóricas, mas a preocupação com o rigor nos procedimentos de análise é comum.

H SAFFIOTI e V. L. FERRANTE demonstram como a penetração do capitalismo no campo tem efeitos muito diferenciados sobre trabalhadores homens ou mulheres implicando dimi-



Trabalhadoras do Brasil, coletânea organizada por Fúlvio Rosenberg e Cristina Bruschini. Fundação Carlos Chagas, com apoio da Fundação Ford. Editora Brasiliense, 1982, 203 páginas.

### Trabalhadoras do Brasil

nuição do peso da contribuição feminina para a força de trabalho. J. Beltrão estuda as representações que as mulheres empregadas no beneficiamento da castanha-do-pará elaboram sobre seu corpo consumido no processo produtivo.

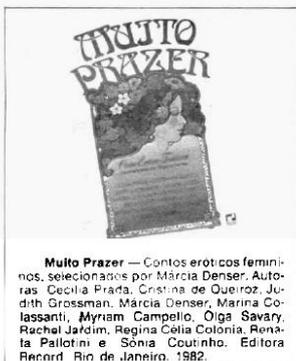
De uma perspectiva militante J. Chrístac e S. Padilha analisam as limi-

tações dos clubes de mães da periferia paulistana na conscientização das donas-de-casa de seus interesses enquanto mulheres. M. I. Paulo, ao descrever a divisão sexual do trabalho nas famílias de parceiros, arrendatários e assalariados agrícolas no Brejo Paraibano, indica como o trabalho fora de casa é reservado preferencialmente para as mulheres sem marido e analisa as formas de apropriação do excedente gerado pelo trabalho feminino. S. C. Eigenheer mostra como a representação dos territórios masculino e feminino é redesenhada para garantir, ao menos simbolicamente, a reprodução da família enquanto grupo de pequenos produtores diretos dentro de um contexto sócio-econômico novo.

S. HERCULANO DOS SANTOS examina a carreira profissional nas empresas estatais para as mulheres universitárias, desvendando a importância estratégica de seus maridos para obtenção de cargos de chefia e analisando as imagens que estas profissionais elaboram sobre si mesmas.

Todos esses ensaios, dentro de um sólido padrão de qualidade, vêm contribuir para a consolidação de uma área interdisciplinar de estudos sobre a mulher.

Albertina de Oliveira Costa



Muito Prazer — Contos eróticos femininos, selecionados por Mária Denser. Autoras: Cecília Prada, Cristina de Queiroz, Judith Grossman, Mária Denser, Marina Colassanti, Myram Campello, Olga Savary, Rachel Jardim, Regina Célia Colônia, Renata Pallotini e Sônia Coutinho. Editora Record, Rio de Janeiro, 1982.

### Muito prazer

Se falar de sexo sempre foi privilégio dos homens, escrever sobre erotismo nunca foi terreno que as escritoras mulheres se habilitassem a explorar. Exceção seja feita a Anais Nin, só bem recentemente divulgada entre nós, cuja literatura erótica, como ela mesma relata, era escrita sob encomenda, sem a intenção de que jamais viesse a ser publicada. A espécie de *habeas-corpis* que as últimas décadas têm trazido à sexualidade feminina parece estar mudando essa realidade. Poder viver melhor a vida sexual, pensar sobre ela, falar dela leva as mulheres a poder, também, escrever sobre isso, ainda que com certa timidez, como uma odaliska que vai retirando, aos poucos, os véus, num *strip-tease* lento e cauteloso, apenas iniciado.

Muito Prazer aparece entre nós como um dos primeiros véus a cair nesse *strip-tease*. Afinal, um livro de contos eróticos escritos por mulheres. Um li-

vro que, por sua condição intencional, deveria conter histórias excitantes sobre as quais o leitor pudesse dar livre curso à fantasia, obtendo daí o prazer, nem sempre fácil de conseguir na vida sexual concreta.

Não é bem isso que aparece quando caem os véus reveladores. Como tão bem explica Cecília Prada no primeiro conto (A chave na fechadura), não se trata de amontoar "seios-coxas-nádegas, 250 posições de amor". Não se trata de registrar o encontro sexual usando efeitos especiais, tridimensionais, estereofônicos, em *eastmancolor*, transformando-o em uma superprodução empolgante a todos os sentidos.

Ao contrário, o que se encontra nesses contos é outro tipo de impacto. O impacto que não se evita ao ver exposta, com coragem e medo, com alegria e desespero, com piedade e autocomiseração, com ternura e rancor, toda a ambigüidade da vivência profunda que é a sexualidade para as mulheres. Trata-se de arrebentar os limites do genital, do puramente sensorial, para alargá-lo na dimensão do afetivo, do emocional, do sensual, permitindo, embora com susto e medo, a colisão, o encontro ou o desencontro dos sentimentos mais inexplicáveis e contraditórios.

Não que não importem as "sensações totais". Ao contrário, são elas que se buscam e tantas vezes se encontram, enquanto se tateiam os sentimentos como corpos vivos e palpantes. No conto de Cristina de Queiroz, "As Sensações Totais", só são possíveis pela entrega plena à fantasia, pelo apelo lúcido ao mistério, pelo assumido descompromisso com a realidade.

Como em todos os episódios em que se enovela sentimentos, corre-se

o risco de chorar um pouco. De decepção, de medo, de vergonha. Na obra-prima de conto que é "Menina de vermelho a caminho da lua", de Marina Colassanti, o desencontro borbulha, respingando vergonha, pela cumplicidade, até certo ponto inevitável, com o sórdido diálogo que o sexo pode entabular, sem uma palavra, entre um homem e uma menina.

Muito Prazer é um livro de especial importância para as mulheres que hoje buscam a verdade de seus desejos, os caminhos de seus prazeres. Porque, através de sua leitura, pode-se compreender que não adianta tentar decalcar o modelo erótico masculino com papel carbono para encontrar os contornos da sexualidade feminina. O que se revela ao fim do *strip-tease* da odaliska é bem diferente. E o erotismo que escapa além da pele, é o prazer que explode, muito além do prazer.

Mariska Ribeiro



Feminino, feminino — de Socorro Trindade. Ed. Universitária, Natal, 1981.

Essa publicação reconstitui um pouco do cenário e da vida de Nisia Floresta (1810-1885), precursora do feminismo brasileiro. Nascida num sítio perto de Natal (RN), foi professora, escritora e traduziu o livro de Mary Woeltonecraft, Direitos da Mulher, em 1852. Pouco se conhece dessa pioneira que no século passado casou, descaçou, odençou, sua noção de liberdade e a dos outros, foi abolicionista e republicana e frequentou Augusto Comte e os positivistas franceses. Criou a casa e a escola por seus filhos, mas os costumes firmou, ganhando, em momento, perdido nos matos tropicais, na cidade em que nasceu e que ganhou seu nome. O cenário de Nisia é bonito como a estranha história de sua vida que, felizmente, Socorro Trindade recuperou.

Beth Souza Lobo

Anexo 26 – “Um lugar no governo”, debate com Eva Alterman Blay, Carmem Barroso, Bárbara Hartz e Ana Lúcia Viana.

Política

O movimento feminista conseguiu já um espaço dentro da sociedade brasileira, em particular no momento eleitoral. Vários candidatos incorporaram, em seus programas, uma série de ações voltadas para a melhoria da situação da mulher e alguns chegaram a avançar sobre os mecanismos que seriam adotados para efetivar essa ação. Falou-se na criação de Secretaria de Assuntos da Mulher, enquanto as mulheres do PMDB de São Paulo, por exemplo, propuseram a criação de um Conselho da Condição Feminina, que seria um órgão de ligação entre as várias secretarias estaduais para o atendimento de reivindicações dos movimentos organizados.

Como será a relação entre os movimentos feministas e o Estado? Como garantir a autonomia do movimento? Quais são as formas de organização dentro do governo, de maneira a que as reivindicações feministas sejam atendidas? Para discutir essas questões, Mulherio promoveu no início de outubro uma mesa-redonda com a participação de Eva Alterman Blay e Carmem Barroso, do PMDB; Elizabeth Souza Lobo e Bárbara Hartz, do PT; e Ana Luiza Viana, do PDT, todas de São Paulo.

Beth — Uma série de questões já vem sendo discutida pelo movimento. Por exemplo, dentro do movimento feminista talvez o SOS seja a experiência mais “nacional”. Se todos os partidos incluem no programa a questão da violência contra a mulher, como se resolverá a relação do Estado com os SOS? Uma série de problemas está ligada à questão de legislação, e aí passaria pelo Parlamento. Por outro lado, na medida em que as mulheres enquanto movimento já geraram formas próprias de enfrentar o problema da violência criando o SOS, as instâncias próprias das mulheres devem ser reconhecidas pelo Estado. De que forma? A maioria dos países europeus, por exemplo, resolve a questão financiando, através das prefeituras, as casas de SOS. Neste caso, o Estado não interfere na autonomia, pois a gestão das casas mantém-se nas mãos das mulheres que trabalham no SOS.

**Bárbara**  
*“Não adianta o movimento de mulheres ir galgando postos dentro do Estado, porque, considerando o machismo que existe, teríamos que ter uma maioria.”*

Carmem — Esse apoio financeiro pode ter dimensões variáveis podendo ir desde uma verbinha simbólica até dar condições reais para as mulheres criarem seus SOSs. Isso vai depender evidentemente da força das mulheres dentro do governo. Agora, vocês acham que a criação de um órgão central, como uma secretaria, é politicamente interessante? Ou é dispensável?

Ana Luiza — Na medida em que esses governos estaduais de oposição vão ser uma realidade, a gente tem que começar a discutir a nossa relação

## Um lugar no governo

**Em março, a oposição assume o governo em alguns dos principais Estados do país, com um programa de ação que inclui, em muitos casos, maior atenção aos problemas da mulher. Como o movimento de mulheres vai se relacionar com esses governos?**

com o Estado. Nesta última fase do capitalismo o Estado é um ser todo poderoso que, de certa forma, atravessa todos os movimentos sociais. Ora, no Brasil a relação é muito pobre entre Estado, partidos e movimentos sociais. Você fica em duas posições extremas: aqueles que defendem a incorporação pura e simples das reivindicações pelo Estado, como se ele fosse resolver tudo, e os que simplesmente se negam a chegar no Estado.

Bárbara — Eu acho que não adianta o movimento de mulheres ir galgando postos dentro do Estado, ir conseguindo a máquina do Estado, porque, considerando o machismo que existe, teríamos de ter uma maioria dentro do governo para garantir que as reivindicações feministas levantadas sejam de fato atendidas. Acho que aí tem de se estabelecer um mecanismo que inclua uma autonomia, uma independência em relação ao Estado.

Eva — O Estado está aí para ser usado dentro de determinados programas, com certas perspectivas e através de uma luta, porque dar, ninguém vai dar nada. Então eu acho que quando a gente faz uma proposta concreta como um Conselho da Condição Feminina, está por trás disso usar mesmo esse aparelho de Estado e mobilizá-lo dentro dos nossos interesses. Garantir a autonomia? Isso é um processo permanente. Garantir os SOS? A questão da violência é só uma faceta do problema da mulher que é muito mais amplo, incluindo outros pontos fundamentais que têm de ficar articulados entre si e têm de entrar em um programa partidário. Então o mínimo para começar é ter esse programa articulado.

Beth — A questão dos SOS, para mim é fundamental porque é por aí realmente que eu faço a crítica ao programa do PMDB. Se a Ana Luiza está preocupada com o Estado, eu estou preocupada em garantir efetivamente a iniciativa do social, que significa, por exemplo, sindicatos autônomos. Não acho que a política feminista se reduza à questão da violência, mas acho que, existindo os SOSs, toda proposta que respeite os movimentos e que lhes dê espaço tem que legitimar a existência dos SOSs. E na proposta do PMDB isso aparece como se o Estado, num determinado momento, fosse tomar as iniciativas.

Carmem — No programa do PMDB está escrito “criar órgãos especializados em assistir às mulheres”. Você

dever ter “invocado” com a palavra criar. Eu conheço esse documento, participei de sua elaboração e sei que houve uma discussão sobre os SOSs, para que eles fossem incentivados. Mas eu queria discutir sob um outro ângulo a questão do respeito às reivindicações das mulheres. Como se pode conseguir incorporar essas reivindicações de uma forma democrática? Sob essa ótica, como é que o movimento feminista se fez representar nesse Estado para que suas reivindicações sejam atendidas? O que o PT propõe?

Beth — A gente não pode pretender um partido que seja uma espécie de departamento de movimentos e um Estado que seja um Estado corporativo. Dentro do PT, pensamos na criação no Estado de uma comissão que canalizasse as pressões do movimento, mas não pretenda ser uma representação de entidades do movimento de mulheres. Deve haver uma articulação dessa comissão com as instâncias do movimento, de forma que ela não seja uma criação exterior ao movimento. A questão crucial é saber se é possível uma forma mais democrática de representatividade nas condições em que nós vivemos. Por exemplo: como seriam indicadas essas pessoas que vão trabalhar no Estado? Acho muito difícil, e até muito perigoso, pensar numa representação de entidades dentro do Estado. Isso representaria, de certa forma, a ruptura da autonomia.

Eva — Concordo inteiramente que esse perigo existe, e nós estamos quebrando a cabeça pra encontrar os caminhos de fazer com que a sociedade civil se represente através dos grupos organizados. E é nessa hora que as feministas têm de se unir, independentemente dos partidos, porque, quando se pensou dentro do PMDB um programa relacionado com as mulheres, nunca se cogitou das diferenças, do ponto de vista ideológico, entre os partidos.

Bárbara — A diferença que a gente tem em relação ao Conselho da Condição Feminina da forma com o PMDB propõe é que vocês remetem o Conselho pro Estado, e eu acho que isso não resolve. Quem deve definir o que é prioritário — se é creches, SOS, etc — é o movimento de mulheres e essa separação tem que existir.

Carmem — Vocês estão preocupadas se vamos ser cooptadas ou controladas. Mas o perigo é outro: é sermos ignoradas, ser criada uma secretaria



Hugo Lenz

**Eva**

*"O Estado está aí para ser usado em determinados programas, com certas perspectivas, e através de uma luta, porque dar, ninguém vai dar nada."*

assistencialista qualquer que vai cuidar das necessidades mais tradicionais, com a visão mais quadrada possível, e o movimento ser completamente marginalizado.

**Beth** — As questões de trabalho, de profissionalização das mulheres, as questões de construção e gestão das creches, a questão da política de saúde em relação às mulheres, estas são problemas que são sempre postos em segundo plano. E isso ocorre não porque a crise econômica impede de pensá-los, muito pelo contrário, eles estão articulados com a própria crise econômica. Devemos mudar um pouco o foco da discussão e ver quais as questões fundamentais com que o Estado tem que se ocupar, porque aí se colocam alguns problemas. Concordo que não podemos ficar só em instâncias alternativas sem ligações com o Estado. Mas como é que se situa, por exemplo, a questão da contracepção? Será que a gente vai conseguir que isso se resolva só pelo Estado, será que ele irá avançar tanto quanto avançam as mulheres? Aí fica visível a importância central da ação das mulheres para encaminhar uma política que corresponde a seus anseios.

**Eva** — A idéia do Conselho é justamente constituir um órgão que possa não só receber todos os programas das diferentes secretarias — relacionados a educação, emprego, etc — mas coordenar ao nível dos interesses da mulher e fazer uma contraproposta no sentido de intervenção. Beth, eu gostaria de saber quais são as propostas mais concretas que se tem dentro do PT para fazer com que o movimento feminista seja de fato ouvido.

**Beth** — A primeira questão é exatamente o exemplo já usado aqui de como se legitimam os espaços do movimento, considerando que uma ajuda não significa a gestão desses espaços. Agora, temos muita preocupação de que o partido não elaborasse um programa acabado. Ao partido cabe dar ressonância às propostas do movimento e remetê-las ao movimento também numa perspectiva de articular políticas.

**Carmem** — Acho que você tem toda razão. Mas essa questão de não



Hugo Lenz

**Carmem**

*"O perigo é sermos ignoradas, ser criada uma secretaria assistencialista qualquer que vai cuidar das nossas necessidades mais tradicionais."*

tentar avançar e apenas dar ressonância deve ser bem analisada. O movimento já amadureceu uma série de reivindicações importantes, mas ouvi muitas vezes que o aborto não é uma reivindicação das mulheres das classes trabalhadoras e que portanto devemos aguardar pra ver se aparece como tal.

**Beth** — Claro, a pura sistematização pelos partidos das reivindicações do movimento é atrasada, e no caso do aborto é certo. No próprio PT percebe-se esse descompasso. Isso é inevitável, pois dentro do partido existem tendências diferentes e ocorre sempre essa média. Daí a importância do movimento. A representação do movimento no partido não é uma representação total e a gente tem que romper com essa idéia de que as candidatas representem o movimento. Não, são candidatas ligadas, mas não são representantes.

**Carmem** — Que um partido não assuma todas as reivindicações do movimento, tudo bem, é uma média. Mas acho uma loucura existirem algumas candidatas que, apesar de não representarem o movimento, saíam do movimento e, portanto, após algumas reivindicações (como a legalização do aborto) mas afirmam este apoio enquanto feministas, e deixam de apoiar enquanto candidatas.

**Eva** — Pessoalmente vejo a proposta de composição do Conselho, que está parcialmente definida, como um avanço nesta discussão sobre a relação entre o Estado e os movimentos sociais: nesta proposta prevêem-se, de um lado, uma representação ao nível do Estado (Secretarias e demais órgãos de decisão) e de outro também está se pensando no modo de incorporar os vários setores da sociedade civil, principalmente o movimento feminista. Agora, a forma como o movimento feminista vai querer ser incorporado depende dele e é uma resolução que tem que ser tomada rapidíssimo, pois se a gente conseguir esse conselho a autonomia do movimento dependerá dessa decisão.

**Ana Luiza** — O conselho seria uma alternativa à Secretaria, com as vantagens de não ter os vícios da secretaria



Hugo Lenz

**Beth**

*"É muito perigoso pensar numa representação de entidades de mulheres dentro do Estado. Isso seria, de certa forma, a ruptura de nossa autonomia."*

e poder abarcar uma fatia da sociedade civil. Mas ele pode sair um desastre. Uma Secretaria tem uma ligação formal, consta do orçamento público, um tanto das verbas todo ano tem que ir para ela. E o Conselho, que garantia orçamentária teria?

**Eva** — Ele tem exatamente, dentro da estrutura do Estado, a mesma possibilidade de ter um orçamento programa, com a vantagem de poder se articular com mais de uma Secretaria.

**Ana Luiza** — Quem vai definir a participação desse Conselho dentro do orçamento total? Essa é uma pergunta fundamental. O que dá força à sua participação é a definição do seu quanto no orçamento, quem fala mais alto é quem tem o maior orçamento programa. Quais são os mecanismos que vão decidir qual é a cota de participação desse Conselho dentro do orçamento programa?

**Eva** — Você tem alguma idéia de como resolver esse problema? Você não quer vir ajudar?

**Ana Luiza**

*"Uma Secretaria consta do orçamento público, tem uma ligação formal. E o Conselho, que garantia orçamentária ele teria?"*



Mônica Jr. Ag. F. A.

MULHERIO-9

Anexo 27 – “Agnes Heller. Uma escolha entre a vida e a liberdade”, entrevista a Agner Heller, em colaboração com Carmen Barroso.

MULHERIO - 14

Agnes Heller

## Uma escolha entre a vida e a liberdade



Foto Carmen Barroso

*Agnes Heller é uma das intelectuais mais respeitadas na Europa hoje. Húngara, ela foi assistente do filósofo marxista Georg Lukács e membro da “Escola de Budapeste”. Excluída do Partido Comunista húngaro e da Universidade, transferiu-se para a Europa Ocidental e hoje dá aulas numa universidade da Austrália.*

*Carmen Barroso e Elizabeth Souza Lobo, de Mulherio, a conheceram num congresso na Cidade do México, em agosto de 1982. Elas já conheciam algo de sua obra, mas especialmente as fascinou a vivacidade daquela mulher miúda e morena, cujos olhos brilham quando fala e que vai crescendo como se seu pensamento e seus sonhos fossem ocupando as salas solenes da Universidade.*

*Numa manhã, em seu hotel, Agnes Heller lhes concedeu, generosa e vibrante, esta entrevista, da qual só uma pequena parte publicamos no Mulherio. Beth e Carmen lhe deixaram, orgulhosas, um número de jornal, como mais um argumento do que ela mesma lhes falou sobre a irradiação deste movimento de esclarecimento e luta, que é o feminismo no mundo moderno.*

*Já foram publicados dois livros de Agnes Heller no Brasil: O cotidiano e a história, da Paz e Terra, e Para mudar a vida, da Editora Brasiliense.*

**V**ocê afirmou em sua conferência que as mulheres, como atores de mudanças nas sociedades modernas, estão realizando uma radicalização da democracia. Como se tornou possível essa “radicalização”?

O feminismo é um movimento moderno. Nunca encontramos antes na história da humanidade nada igual ao movimento feminista, nem poderíamos tê-lo encontrado. As mulheres já estiveram insatisfeitas com sua situação, sentiram que estavam submetidas à dominação masculina. Mas esse tipo de sentimento — que pode ter existido como necessidade — não poderia ter sido expresso enquanto os valores que a modernidade desenvolveu, a liberdade e a igualdade, não tivessem sido formulados. Só então as mulheres concluíram que também são pessoas, não são simplesmente membros da unidade doméstica, das famílias ou das comunidades orgânicas. Se são pessoas, têm que ser livres e iguais.

Criados esses valores, as mulheres conseguiram formular suas necessidades, seus objetivos, seus projetos e começaram assim seu movimento, que poderíamos chamar de movimento de liberação da mulher. Na verdade, só podemos falar de feminismo durante o século XX. Porém, o movimento de liberação da mulher é mais antigo: o movimento sufragista, pelos direitos civis, pelo voto, esses já eram movimentos de liberação da mulher.

O novo no feminismo é que as mulheres descobriram ter uma tradição própria, não menos importante do que a tradição masculina. Todos os tipos de movimentos de mulheres expressaram necessidades radicais, a da igualdade por exemplo. Mas a igualdade não pode realizar-se numa sociedade de exploração, sob uma hierarquia social — e porque essas necessidades não podem ser satisfeitas nas sociedades em que foram formuladas, são radicais.

Nos movimentos feministas atuais, a democracia foi radicalizada porque as mulheres não querem limitar-se a penetrar os canais de decisão política que já existem, mas querem tomar nas suas mãos o processo decisório político. É disso que trata a democracia radical. Ou seja: todo processo político decisório tem que estar nas mãos das próprias pessoas afetadas por essas decisões.

Mas esses novos valores radicais são difíceis de pôr em prática.

Sim, mas essa é a vantagem, e não a desvantagem do movimento feminista. Porque o que conta não é a organização em si, as organizações rígidas, constantes, que são basicamente relacionadas com o problema do poder, querem dominar. O bom do movimento feminista é que ele não adota este tipo de organização, é um movimento de esclarecimento que oferece às mulheres a possibilidade de perscrutarem sua própria situação.

"O aborto implica num conflito moral, sim. E nesse conflito temos que fazer uma escolha moral, entre o valor da vida e o valor da liberdade."

Moral

"A democracia foi radicalizada nos movimentos feministas atuais"

Ele não procura o poder, procura um objetivo muito diferente: libertar a mulher da estrutura da dominação. Nesse particular o movimento feminista teve uma influência enorme, muito maior do que movimentos bem organizados poderiam atingir.

Mas veja a questão do aborto. Mesmo se nós nos esclarecemos e sabemos que temos direito ao aborto, ao controle do nosso corpo, a lei proíbe e a repressão existe. Como pode a mulher libertar-se da estrutura do poder se essa estrutura controla sua vida?

Você tem razão. Quando falei que o movimento feminista não é uma organização, no sentido tradicional do significado da palavra, não disse que ele não pode se organizar em torno de objetivos específicos. Na questão do aborto, é evidente que temos que nos organizar para forçar as estruturas dominantes a escutar nossos argumentos.

Qual é então a relação entre esses dois tipos de movimentos?

Os dois não podem ser desconectados um do outro. O movimento feminista é um movimento de esclarecimento, faz com que as mulheres reflitam sobre sua situação. Mas elas podem refletir melhor sobre sua situação quando existem movimentos organizados em torno de objetivos concretos de luta.

Assim as mulheres aprendem a refletir sobre sua situação, transformam-se através da própria luta por objetivos concretos. Podem também conversar sobre assuntos sobre os quais não podemos organizar movimentos, como a igualdade sexual no casamento.

Não podemos nos manifestar contra as práticas sexuais realizadas contra as mulheres pelos homens. São problemas que as mulheres têm que resolver no privado, nenhuma organização pode resolvê-los, mas temos que discutí-los mesmo se as mulheres só podem solucioná-los sozinhas e não numa luta organizada.

Gostaria que você desenvolvesse esse conceito de alienação da mulher face ao seu corpo.

Acho que as mulheres alienam não só seu corpo mas também seu próprio ser através do sentimento de dependência. Elas são socializadas através desse sentimento de dependência — do pai, do marido, do casamento. Têm que ser escravas de seus maridos, vestirem-se para atrair os homens. O importante no processo de esclarecimento é ensinar as mulheres a não se alienarem, a construir sua auto-identidade. Assim, em todas as relações humanas, com pais, maridos e também com as crianças, temos que preservar nossa própria identidade, nossa autoconfiança, nossa personalidade.



Somos todas pessoas iguais e a igualdade não quer dizer simplesmente igualdade política ou social, quer dizer também igualdade pessoal. Isso é muito importante. Eu me lembro que há 20 ou 30 anos atrás as mulheres eram hostis entre si porque competiam pelos homens. Acredito que isso mudou. As mulheres entendem que têm que ter solidariedade entre si e não competir uma com a outra.

Voltando à questão do aborto, você acha que o argumento moral é válido, ou é apenas uma cortina de fumaça para encobrir o interesse real da Igreja católica de controlar a sexualidade da mulher?

Quando a gente fala de aborto temos que levar o argumento moral a sério. Temos que responder com argumentos morais e políticos.

Não podemos negar que o problema do aborto implica um conflito moral que não decorre simplesmente de crenças religiosas. Toda mulher que já fez um aborto se defrontou com o conflito moral.

Eu mesma fiz um aborto, sei o que foi esse sentimento de que é um ser vivo e que a gente tem uma escolha. As próprias mulheres sentem que é um conflito moral, não foi a Igreja que introduziu essa noção.

E nesse conflito não há só uma opção. Existem duas. Não é só um valor — o valor da vida — que está em jogo. Eu aceito o valor da vida mas ele aqui está em conflito com o valor da liberdade. E se há conflito moral, então a pessoa pode escolher, ambas as escolhas são morais.

Estamos falando do aborto, mas poderíamos estar nos referindo a outras coisas também, a outros conflitos morais. Como é que fica uma guerra de libertação? Qual a escolha que temos numa guerra de libertação? Mais uma vez é entre a liberdade e a vida. É o mesmo tipo de conflito moral. Ninguém diria que uma guerra de libertação não tem relevância nenhuma, uma vez que a vida, quando comparada à liberdade, sempre é o valor supremo, e nesse sentido, teríamos que escolher a servidão para manter as pessoas vivas.

Ora, também não podemos universalizar esses tipos de escolha. Podemos dizer que há uma escolha moral: ou você escolhe a vida e, portanto, a não liberdade, ou você escolhe a liberdade e, talvez, sacrifica a sua própria vida, assim como as vidas de outros. E essas não são vidas ainda por nascer, são vidas já nascidas, vidas reais, vidas que existem, e esse tipo de escolha ocorre todo dia.

Acredito que nenhuma pessoa de mente sã diria que temos que aceitar a servidão em toda situação, ou seja, que esta é a única opção moral possível, uma vez que a luta pela liberdade é o sacrifício da vida. Mesmo a própria Igreja não diria isso, uma vez que frequentemente a Igreja sacrifica a vida humana por seus princípios. Assim, não podemos negar que é uma escolha moral.

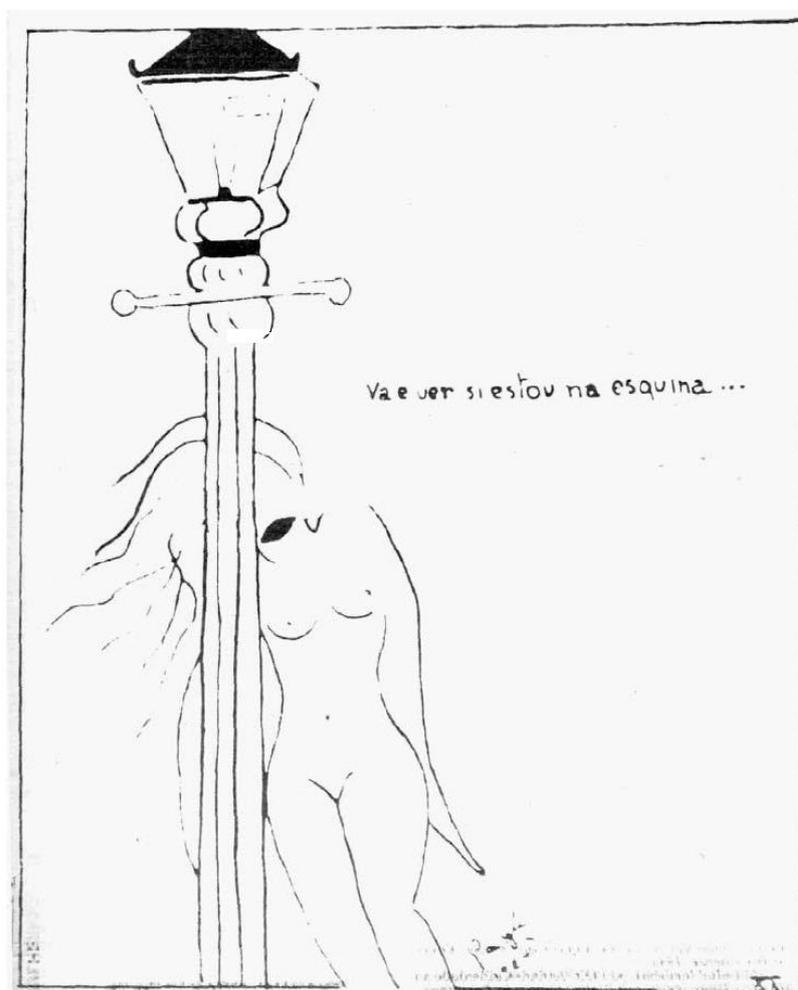
Acho que precisamos dizer sim, é uma escolha moral, mas em cada caso de escolha moral, temos que escolher entre dois valores. E isto fica por conta das mulheres e só por conta delas. A decisão é dela, e nenhuma instituição pode tomá-la no seu lugar.

Carmen Barroso e Elizabeth Souza Lobo

## Anexo 28 – “Pagu”, ensaio biográfico.



“Além... muito além do Martinelli...  
Filha da lua... filha do Sol. ...Pagu nasceu.”



Va e ver si estov na esquina ...

**P**atricia Galvão (1910-1962) foi normalista na São Paulo provinciana do começo do século, levada da breca... pulando janelas e muros da Escola, cabelos cortados e eriçados, blusas transparentes de decotes arrojados, cigarros fumados em plena rua. Escândalo, para a época.

Em 1929 ligou-se ao movimento da Antropologia, com Oswald de Andrade, Raul Bopp, Geraldo Ferraz e outros. Era a ala esquerda e anticatólica. Sempre levada da breca, simulou um casamento com Belisário Amaral, saiu para a lua-de-mel e numa curva da estrada de Santos fugiu com Oswald de Andrade. Novo escândalo. Juntos, Oswald e Pagu tiveram um filho, entraram no Partido Comunista Brasileiro e montaram um jornal panfletário, *O Homem do Povo* (onde Pagu escrevia a seção *A Mulher do Povo*).

Em 1931, em Santos, ela foi presa num comício que relembrava a execução de Sacco e Vanzetti. Em seguida, obedecendo à linha do Partido, proletarizou-se, trabalhou de bilheteira num cinema e, sob o pseudônimo de Mara Lobo, escreveu o romance proletário *Parque Industrial*.

Viajou. Em Paris, ingressou no Partido Comunista Francês. Ligou-se aos surrealistas, frequentou a *Université Populaire*, organizada pelo PCF para trabalhadores. Logo juntou-se a grupo crítico à política do PCF. Em 1935, foi presa como militante comunista estrangeira e deportada para o Brasil.

Presa pelo Estado Novo, só foi libertada cinco anos depois. Crítica ao PC, em 1945 ligou-se ao grupo que editava a revista *Vanguarda Socialista*, ao lado de Mário Pedrosa, Geraldo Ferraz, Hilar Leite, Edmundo Monis.

Nos anos que se seguiram, Pagu voltou à literatura, escreveu um romance em colaboração com Geraldo Ferraz, com quem se casara e tivera um filho. Estudou Arte Dramática, colaborou em vários jornais e em 1950 voltou à política, candidatando-se a deputada estadual pelo Partido Socialista Brasileiro.

Doente, com câncer, foi a Paris para uma operação. Mas, desenganada, tentou suicídio e voltou ao Brasil. “Morreu aqui meses depois”, diz Alfredo Mesquita. “Via-a ainda duas vezes em casa de parentes, sentada na cama, o tronco ereto, fumando, fumando

**quem resgatará pagu?**  
**Patricia Galvão (1910-1962)**  
**que quase não consta das**  
**histórias literárias e**  
**das pomposas enciclopédias**  
**provincianas, uma sombra cai**  
**sobre a vida dessa grande**  
**mulher, talvez a primeira mulher**  
**nova do Brasil da safra deste**  
**século na linhagem de artistas**  
**revolucionárias como Anita**  
**Mafalhti e Tarsila, mas mais**  
**revolucionária como mulher.**

Augusto de Campos

sempre. Os olhos muito pretos, ainda vivos, fixos em mim com aquela expressão de angústia e interrogação dos que vão morrer."

Ela que dissera:  
"Quando eu morrer não quero que cho-rem minha morte. Deixarei meu corpo pra vocês".

#### "Quero ir bem alto"

A "vida-obra, obra-vida" de Pagu, até bem pouco esquecida não fora o bellissimo trabalho de Augusto de Campos, provoca reflexões muitas e inquietações profundas.

Um dia, referindo-se à pintora e sua protetora Tarsila do Amaral, Pagu disse: "Ela me parece ser o nosso primeiro caso de emancipação mental entre as mulheres paulistas." Mas essa frase se aplica a ela própria. Pagu se autodefinia rebelde. "Soltava papagaios e voltava pra casa sem batom."

Em 1929, estavam ela e sua irmã Sidéria no hall da Escola Normal do Brás quando chegou Reis Júnior para visitar Guilherme de Almeida, secretário da escola. Sidéria conta: "O Reis Júnior era um rapaz bellissimo...Ele subiu a escada, era tão lindo, a Pat fez fiiu pra ele e ele olhou. A gente ficou esperando o Reis Júnior voltar e ainda a Pat perguntou: onde vai voeeé?"

Recusava a hipocrisia da falsa moral. Na cluina A Mulher de Povo, criticou as garotas tradicionais de São Paulo — "as normalinhas que deturpam os fatos escandalosos de uma guria mais sincera, em luta corporal contra o controle cristão." E diz: "Eu que sempre tive a reprovação delas todas; eu que não mentia, com as minhas atitudes, com as minhas palavras e com a minha convicção..."

Não foi menos mordaz contra "o batalhão do feminismo ideológico" e "estas feministas de elite" que "se esqueceram que a limitação da natalidade já existe mesmo nas classes mais pobres e que os problemas todos da vida econômica e social ainda estão para ser resolvidos..." (referia-se às idéias de Maria Lacerda de Moura sobre o controle da natalidade)



#### "Uma rocha de golpes e amarguras"

O antifeminismo de Pagu, o realismo proletário, esquemático e maniqueista do romance *Parque Industrial* se inscrevem no quadro de seu radicalismo. Em 1952, escrevendo um comentário sobre o artista plástico Cícero Dias, ela diz que o conheceu "quando ainda éramos antropófagos, antes da minha passagem pelos dez anos que abalaram meus nervos e minhas inquietações, transformando-me nesta rocha vincada de golpes e de amarguras, destroçada e machucada, mas irreduzível."

Irreduzível e dramática foi sua crítica aos anos de militância no PC, no panfleto *Verdade & Liberdade*. Definiu-se então contra a esquerda totalitária que "distribui palavras de ordem arruinando a democracia" e "contra a Direita Reacionária...". Sua proposta: "Trata-se de procurar compreender antes de resolver qualquer passo. Para isto é preciso pensar na verdade dentro da liberdade irrestrita. Não perecerá a Liberdade para que o Socialismo triunfe".

Lúcida e penetrante Pagu, em busca da verdade. "Descrente de tudo", mas contra todos os conformismos. O conformismo na política, o conformismo nos costumes ("estas mães que querem que as filhas façam do casamento um caixão até que apodreça e arremente").

A verdade na política, na arte e na vida. ("Eu quero o cinema sexual — onde o amor compõe a trama quotidiana em que se enroscam homem e mulher").

Corroída nesta busca solitária ("Não há que temer se somos poucos!")

**Elizabeth Souza Lobo**

As citações de Pagu e sobre ela foram feitas a partir do livro *Pagu Vida-Obra*, de Augusto de Campos, Editora Brasiliense, 1982.

Consulte também o panfleto *Verdade & Liberdade* no arquivo Edgar Leuenroth/Universidade de Campinas.

"Nada mais sou que um canal  
Seria verde se fosse o caso  
Mas estão mortas  
todas as esperanças  
Sou um canal  
Sabem vocês o que é  
ser um canal  
Apenas um canal?"

Fotos e ilustrações extraídas do livro "Pagu Vida-Obra", de Augusto de Campos



## Anexo 29 – “Mulher, mulheres”, resenha de livro homônimo organizado por Carmen Barroso e Albertina Oliveira Costa (São Paulo: Cortez; FCC, 1983).

Mulher, Mulheres. Organizadoras: Carmen Barroso e Albertina Oliveira Costa. Editora Cortez/Fundação Carlos Chagas, 1983, 135 páginas.

Foi preciso que um movimento social impusesse a categoria sexo como variável sociológica para que as mulheres fossem enfim estudadas pela ciência, deixassem de ser apenas “bicho esquisito”. Abertas as primeiras portas, trata-se agora de repensar as propostas teóricas e metodológicas que foram suporte de uma ciência assexuada. Muitas perguntas permanecem: por que as mulheres estão quase sempre ausentes das lutas sindicais? Para que serve o trabalho feminino? Quem fez a história das mulheres?

Os seis artigos da coletânea *Mulher, Mulheres*, resultado de pesquisas financiadas pela Fundação Ford, com apoio da Fundação Carlos Chagas, falam das operárias de ontem e de hoje, das amas de leite que cuidaram de nossos avós, de uma rebelde esquecida e das musas musicais que alimentam nossos sonhos.

As pesquisas de Cheywa Spindel sobre o trabalho feminino na indústria do vestuário e a de Amélia Teixeira e seu grupo sobre a trabalhadora a domicílio, também na indústria do vestuário, são exemplares na elucidação da relação mulher/trabalho produtivo/trabalho reprodutivo, mostrando como o sistema capitalista “usa” e rentabiliza as características da mulher trabalhadora.

Os estudos mostram ainda como este trabalho “produtivo” se articula com o trabalho “reprodutivo”, doméstico, sem modificar a situação das mulheres. São todas, como diz Cheiwa, “costureiras, mães e mulheres”.

Hoje, como na 1ª República, acrescentam Valéria Pena e Eliza Lima, em sua pesquisa sobre as operárias têxteis naquela época. As autoras reconstituíram a participação das mulheres na força de trabalho empregada na indústria têxtil e a participação destas mulheres nas lutas operárias, no início do século. Para elas, esta participação é ilusória: as mulheres estavam afastadas da liderança das lutas e a figura feminina que emergia ainda era a da “frágil companheira” que precisava ser protegida. Porque antes de ser operária ela era mãe — mãe operária, mulher operária.

**MULHERIO-18** Voltamos assim à esfera da reprodução. E nela encontramos as amas de leite que Elizabeth Magalhães e Sônia Giacomini estudam. A escrava e a ama de leite “existem para substituir a senhora”, como hoje “a empregada doméstica substitui a patroa” (ver



Suely Almêida em *Colcha de Retalhos*). Assim, na esfera da reprodução se repetem as relações de opressão, características da sociedade escravocrata. As relações sociais entre grupos, classes e sexos se dão todas no quadro da opressão e da desigualdade vigente. Até a maternidade, relação “natural”, pode-se transformar em relação de dominação para umas e ser dominada para outras.

Viro a página e descubro e recantada a personagem de Maria Lacerda de Moura revisitada por Miriam Moreira Leite. Maria, um mulher “iluminada” em busca de autonomia intelectual, afetiva econômica, que falou da maternidade, da contracepção, de amor de liberdade nos anos 30 e teve sua voz abafada, foi esquecida, censurada.

Quem tem medo de Maria Lacerda Moura? Miriam sugere que não foram só as TFPs de todos os tempos. Outro obscurantismo sob a forma de sectarismo de esquerda, condenou a figura libertina de Maria (como também condenou Pagu). Porque Maria pretendia sonhar livre de escola livre de igrejas, livre de dogmas, livre de academias, livre de multas, livre de prejuízos governamentais, religiosos e sociais. Já anti-social quanto possível. Alé o problema: uma “iluminada” que pretende pensar amor e beleza também pode ser subversiva.

E da oposição entre rebeldes conformistas, nem as musas escapam, diz Eliane Robert Moraes. Nestas cantadas musicais as rebeldes viram pecadoras e as resignadas viram santas. Parece que no imaginário somos pecadoras e ou santas, amantes e ou traçoetas. Somos musas ilusórias. Diria a Valéria Pena. Até que supermulher venha nos restituir glória, mudando o curso da história. E para isto as mulheres, autoras e atrizes desta antologia, terão certamente contribuído.

**Elizabeth Souza Lob**

*Leitura*



Creche. Suplemento dos Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, 43, Nov. 1982. 47 pgs.

Síntese dos depoimentos e debates ocorridos durante o Encontro Nacional de Creches, realizado em setembro de 1982 pelo Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, esta publicação constitui um passo a mais no delineamento de uma tendência que já vinha se esboçando em simpósios e congressos anteriores sobre o tema: a abertura de espaço para a voz submetida e rebelde da mulher operária, da trabalhadora rural, da empregada doméstica, lado a lado com o relato da aeroviária, da jornalista, da fiscal do Ministério do Trabalho, da administradora e do técnico, unidas em torno da necessidade de educar e proteger a criança pequena.

Vários ângulos fundamentais são abordados: o da precária legislação trabalhista que, por omissão ou ambiguidade, acaba sempre favorecendo a classe patronal, o da inadequação flagrante dos termos dos convênios, gerados no isolamento dos gabinetes; o da iniciativa sindical, na cidade e no campo, o da organização de associações de bairro, em sua surpreendente capacidade de mobilização e de crítica na busca de programas pedagógicos alternativos. Painel de uma gama insuspeitada de iniciativas oficiais e sobretudo populares no enfrentamento da questão da creche, não poderiam estar ausentes temas polêmicos como a localização da creche, a atribuição e a cobrança de responsabilidades, a política de atendimento, a natureza da programação educativa.

Um saber acumulado pela experiência vivida nos mais variados pontos do país vem demitificar a simplificação ideológica e retificar o irrealismo da visão oficial: não basta que se

abram creches. Mães que teoricamente poderiam beneficiar-se das creches não as utilizam. Por quê? Desinteresse pelos filhos, ignorância, distração dos ideólogos. A distância, a despesa impossível com mais uma condução, os horários inviáveis, os dias de chuva e lama, os ônibus superlotados, a desconfiança, dizem as sofridas mães, numa lição inesquecível.

Impossível fazer esta leitura obrigatória sem um misto de indignação, surpresa, esperança e apreensão. É preciso estar atento para que a creche não se transforme num instrumento a mais de extração da mais-valia. A luta é ampla e contínua, num embate desigual. Neste contexto, torna-se vital a discussão, que fecha o Suplemento, sobre o papel do técnico; afinal, a dominação também se escora na ação daqueles que se consideram detentores de um conhecimento superior, porque científico. Os participantes do Encontro sabem disso e se preocupam. Por isso mesmo, seria um retrocesso se a Fundação, através de seus técnicos, tal como sugerido por um dos participantes, chamasse a si a responsabilidade pela organização e simplificação das informações para um movimento que vem sendo tão bem conduzido com a participação essencial das classes populares.

**Maria Helena S. Patto**

# Anexo 30 – “Conselho da Condição Feminina: nossa parcela no Poder”, artigo de opinião.

## Conselho da Condição Feminina: nossa parcela no Poder.

Pela primeira vez no Brasil, há um órgão ligado ao Estado para combater a discriminação contra a mulher. É o Conselho da Condição Feminina, em São Paulo, que lá está funcionando, com reuniões semanais e abertas.

O movimento feminista entra numa fase decisiva. Uma vez mais, a luta por direitos civis, econômicos, políticos e sociais, a luta por uma participação plena na sociedade, a luta por uma igualdade real, a luta por uma liberdade verdadeira, a luta por uma dignidade humana, a luta por uma cidadania plena, a luta por uma participação plena na sociedade, a luta por uma igualdade real, a luta por uma liberdade verdadeira, a luta por uma dignidade humana, a luta por uma cidadania plena...

### Um país trabalha

Consegue espaço para as mulheres dentro do seminário realizado em março do ano passado? Não, não conseguiu. Mas, apesar disso, as mulheres não desistiram de lutar por seus direitos. E, agora, com o Conselho da Condição Feminina, elas têm um órgão próprio para lutar por seus direitos.

governador no dia 8 de março por algumas mulheres do Grupo de Estudos.

Por que um Conselho? A primeira ideia era de uma Secretaria da Mulher, mas isso não era viável por várias razões, principalmente por reconhecer-se que a proposta de Secretaria seria muito ampla e abrangente, abrangendo não apenas as mulheres, mas também os homens, o que não era o objetivo do grupo.



Instituto Paulo Casato



### OPINIÃO

O que está atrás do Conselho da Condição Feminina? Quais as limitações? Mulheres fazem perguntas a duas militantes do movimento do PT —, na tentativa de ampliar a discussão política sobre o Conselho.

Escreva, Senza Lobo, do grupo Svalbi-holberg, e Maria Helena, do grupo Svalbi-holberg. A luta por uma participação plena na sociedade, a luta por uma igualdade real, a luta por uma liberdade verdadeira, a luta por uma dignidade humana, a luta por uma cidadania plena...

MULHERIO 13

Anexo 31 – “Nossa tia da Inglaterra”, resenha do livro “Conscientização da mulher no mundo do homem”, de Sheila Rowbotham (Porto Alegre: Globo, 1983).

# COZINHA

## Jornalismo no feminino

O que significa uma “feminização” do processo de comunicação?

Este foi um dos temas discutidos no seminário “A Mulher, a Comunicação e o Desenvolvimento na América Latina”, realizado em Roma de 12 a 16 de junho com o patrocínio do Ministério de Relações Exteriores da Itália.



Participaram mulheres com distintas experiências na prática ou na investigação sobre a comunicação, da América Latina e da Itália. Do Brasil, estavam Benedita da Silva, vereadora do PT do Rio; Fanny Tabak, pesquisadora também do Rio; Vanda da Silva Torres, com experiência em televisão e mulher, no Maranhão; Ruth Escobar, deputada do PMDB-SP; e eu própria, pelo *Mulherio*.

Nos debates, as participantes constataram a necessidade de redefinir o jornalismo, combatendo, por exemplo, o mito da “objetividade”, basicamente masculino. O que buscamos é um jornalismo no qual a paixão, a opinião e a razão sejam elementos inseparáveis na informação e na análise.

Adélia Borges

## Creches em perigo

As creches administradas diretamente pela Prefeitura de São Paulo estão na berlinda! O alto custo de sua manutenção e a crise financeira levaram a Prefeitura a propor o repasse, através de convênios, de 32 creches para entidades particulares.

Essa iniciativa provocou intensa reação de vários setores, desde alguns grupos ligados ao movimento de luta por creches até políticos e técnicos do próprio governo municipal. A reação explica-se pelo temor de ver perdido o avanço que representou a implantação da rede municipal de creches, atualmente com cerca de 150 unidades.

Entretanto, mesmo aqueles que estão empenhados na defesa das creches diretas reconhecem que elas apresentam sérios problemas de funcionamento que oneram em demasia o custo per capita. Assim, para que seja possível sustentar a viabilidade da rede de creches diretas, torna-se urgente rever uma série de aspectos herdados do modelo adotado na administração anterior.

A polarização de posições precisa ser superada, pois no momento ela só tem fornecido munição àqueles que não aceitam que o Estado tem o dever e possui a capacidade de atender decentemente às necessidades das crianças e suas mães.



## Nossa tia da Inglaterra

Outro livro de Sheila Rowbotham foi traduzido e editado no Brasil: *A Conscientização da Mulher no Mundo do Homem*, da Editora Globo, de Porto Alegre. Para muitas mulheres, é o livro que fez nossa cabeça nos idos de 70, que nos falou da “vida de cão” que levávamos, do “trabalho de mulher que não tem fim”, do cotidiano. “Através do espelho” nos descobrimos “bonecas vivas”, prisioneiras de muitos preconceitos. Foi o livro que nos (re)conceitou com um feminismo que não é produto de consumo de luxo mas é a nossa consciência, a nossa revolta “inseparável da criação de uma sociedade na qual ninguém tenha sua vida roubada, e onde as condições da própria produção e reprodução já não sejam distorcidas ou cercadas pela subordinação de sexo, raça e classe”. Mais uma vez, “nossa tia da Inglaterra” (ver *Mulherio* n° 3) merece ser ouvida.

Elizabeth Souza Lobo



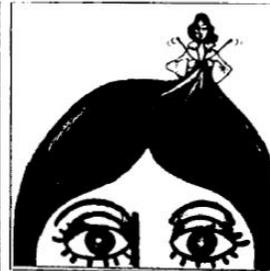
## Lésbicas X Ferro's

Noite de 19 de agosto, uma sexta-feira fria em São Paulo, as mesas do Ferro's, tradicional reduto de lésbicas, começaram a se encher com uma clientela diferente: ativistas dos direitos civis, feministas, homens que militam no movimento homossexual. Eles tinham sido convidados para garantir a venda do boletim *Chanacomchana*, do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (Galf). É que, há meses, as militantes do grupo vinham sofrendo agressões quando tentavam vender seu boletim dentro do bar. Elas culminaram no dia 13 de julho com uma tentativa de expulsão do grupo, promovida por um dos donos do bar, seu segurança e um policial militar. A expulsão só não se concretizou porque parte das lésbicas veio em defesa do grupo. O Galf queria acabar de vez com esses problemas e mostrar às lésbicas não-militantes que também podem lutar por seus direitos e liberdade de expressão. Organizou então a manifestação do dia 19 (ver *Chanacomchana* n° 4, Caixa Postal 62.618, CEP 1.000). Graças ao apoio recebido pelo grupo e à presença da imprensa, ela terminou com a liberação da venda do boletim no Ferro's e com o fortalecimento do Galf entre as lésbicas. Para as integrantes do Galf, essa conquista abriu o espaço para levarem suas idéias: o combate à heterossexualidade institucionalizada, a defesa do lesbianismo enquanto postura política e não simples opção sexual, e a difusão da perspectiva feminista de transformação da sociedade, sobretudo dentro do movimento homossexual masculino.

## Feminismo tem nova agência de notícias

A Unidade de Comunicação Alternativa da Mulher do ILET – Instituto Latino-americano de Estudos Transnacionais, com sede no Chile –, acaba de criar a *Fempres*, agência de notícias feministas que inclui correspondentes em 12 países latino-americanos. Os artigos são publicados mensalmente junto com notícias sobre a mulher publicadas nos vários países, e seu objetivo é dar informação de apoio aos meios feministas de comunicação, assim como aos setores da grande imprensa sensíveis ao assunto.

As pessoas interessadas em receber esse material poderão dirigir-se ao *Mulherio*.



## Tecendo nossas cabeças

Esta ilustração aí em cima está na capa do livro *Mulheres em Movimento*, recém-editado pelo Instituto de Ação Cultural (IDAC), pela Marco Zero. O livro apresenta um panorama do movimento de mulheres no Brasil, muito maior e mais vivo do que se imagina.

## QUEM SOMOS

**Conselho Editorial** — Carmen Barroso, Carmen da Silva, Cristina Bruschini, Elizabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosenberg, Heleith Saffioti, Lélia Gonzales, Maria Carneiro da Cunha, Maria Malta Campos, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Pena, Marília de Andrade, Mariza Correa e Ruth Cardoso.

**Equipe** — Adélia Borges, Inês Castilho e Fúlvia Rosenberg (editoras) Lilita Figueiredo e Micheline Lagnado (edição de arte), Miriam Tanus (secretaria).

**Assessoria** — Flórisia Verucci (jurídica) e Fátima Jordão (publicitária).

**Jornalista Responsável** — Adélia Borges, Registro no MTB n° 10.680, SJESP 4549.

**Redação**: Fundação Carlos Chagas, Av. Prof. Francisco Morato, 1565, CEP 05513, São Paulo, fone: 211.4511, ramal 247.

MULHERIO 7

## Anexo 32 – “O Feminismo é uma cachaça. Relato pessoal e parcial de uma viciada”, reflexão (auto)crítica.

# RUMOS

Elizabeth Souza Lobo

*Nos dias 7 e 8 de julho, durante o congresso da SBPC, quase 150 representantes de grupos feministas de todo o país se reuniram em São Paulo. Contar o que aconteceu no encontro é também tentar responder a uma pergunta: afinal, a quantas anda o movimento feminista no Brasil?*



Feministas de todo o país, reunidas em São Paulo

## “O FEMINISMO É UMA CACHAÇA”

*Relato pessoal e parcial de uma viciada*

“Os melhores ganhos devem passar pelo teste da perda para que sejam ganhos”.  
(Emily Dickinson)

**T**odo encontro de mulheres feministas começa num sábado. À tarde. Com café, cartazes, jornais, abraços. Todas falam muito e chegam à conclusão de que no dia seguinte é preciso continuar falando. E no final — suspense — perde-se a lista de presença.

Nesses já quase dez anos de movimento, formamos, reformamos e dissolvemos grupos, fomos e voltamos, entramos e saímos, seguindo o modelo da trajetória feminina na vida profissional onde recebemos a solene classificação de “ativas descontinuas”: alternamos a atividade profissional com dedicação exclusiva às atividades domésticas, conforme o ciclo vital, os (des) casamentos, os filhos que nascem e crescem. Muitas abandonam definitivamente o mercado de trabalho. Algumas (talvez muitas) deixam o movimento. Mas a maioria vai e vem. Porque afinal, segundo a fórmula brilhante de Rosalina Santa Cruz, de São Paulo, o feminismo é como cachaça. Vicia.

Assim nos reencontramos entre viciadas novatas ou reincentadas na SBPC de 84. No ar um certo sabor amargo de desencanto. Afinal fala-se por toda parte na “segunda etapa”, na volta ao lar das mulheres transviadas dos anos 70, em

vestir um penhoar de rendas vermelho e reconquistar o marido. Quem sabe até deve-se deslizar graciosamente do leito no domingo de manhã e preparar-lhe o café da manhã, servido na cama, em bandejinha de madeira ou prata, como aconselhava a revista *Ciência nos Idos* de 60.

Sente-se que os grupos feministas estão pequenos, não há mais grandes Congressos. E mesmo se aqui e ali as novas parlamentares agitam e muito, o *Mulherio* ressurgiu e há trabalhos francamente exitosos e espaços que se abrem a nível institucional, há quem diga que o feminismo está morto e que se trata agora de ver quem vai carregar o caixão. Teremos pendurado não as chuteiras mas os suíças, antes queimados em praça pública para escândalo de uma sociedade bem comportada que prefere as coelhinhas de *Playboy* a bruxas desordeiras? De onde vem o “cansaço”, o “desgaste”, apontados em muitos depoimentos? A pergunta ficou no ar.

### O balanço: é hora de pensar

**G**astamos a primeira tarde na melhor tradição de ouvir e dar informes. Havia mulheres de nove estados. Em Curitiba e Goiás grupos estão surgindo. Em São Paulo grupos desaparecem, outros se criam. Brasília se propõe passar do ativismo à reflexão. Minas está onde sempre esteve (no bom sentido...) O Conse-

lho da Condição Feminina em São Paulo “é um ser em busca de identidade”. O SOS — Corpo do Repte uma realidade. O balanço é ainda e apenas descritivo, às vezes descambiando ligeiramente para o “merchandising”. Mesmo assim algumas questões se colocam:

1 — A questão fundamental para a prática política liga-se hoje ao enfrentamento do Programa de Saúde da Mulher do Governo Federal. Alguns dos grupos mais ativos que trabalham este tema: “SOS — Corpo (Recife), Sexualidade/Saúde (São Paulo) e Sexo Explícito (Rio).”

2 — Os SOS violência enfrentam impasses na sua prática, “dilacerados entre um quase assistencialismo e a propaganda do feminismo”. É preciso recuperar suas propostas.

3 — A questão partidária dividiu profundamente o movimento e o feminismo divide hoje, por sua vez, os partidos. O tema provocou tanto as mais belas falas da tarde — a de Rosalina Santa Cruz, de São Paulo, a de Hildete Pereira, do Rio e a de Ângela Borba, também do Rio — como os mais pesados silêncios.

Colocadas as questões, é hora de pensar, planejar, concretizar.

O dia seguinte era um belo domingo e até começou bem. A reflexão sobre feminismo / política / partidos nos permitiu relatar os caminhos percorridos. Começar o balanço da década.

**A emergência das mulheres como sujeitos políticos na sociedade brasileira dos anos 70 se fez em níveis diversos e**

com temas e reivindicações diferentes, como já se repetiu exaustivamente. Desde as lutas cotidianas contra a carência, por creches, saúde, transporte ou habitação (não esquecendo a incrível experiência dos saques em São Paulo e no Nordeste) até as reivindicações democráticas ou propriamente feministas (contra a violência, pelo acesso à contracepção e pelo aborto; contra a esterilização e o controle de natalidade).

A heterogeneidade temática é social deste amplo movimento — não estruturada, nem hierarquizada, mas muitas vezes bem organizado — foi talvez a sua contribuição política mais importante ainda que muitas vezes incompreendida, ou mal compreendida. Nem nós mesmas aceitávamos ou valorizávamos esta aquisição de heterogeneidade como instrumento e condição para uma política democrática, como prática que permite enfrentar um dos fantasmas mais caros das feministas: o poder.

“Porque o poder — diz Barthes — está presente nos mecanismos mais finos das relações sociais: não só no Estado, nas classes, nos grupos, mas também nas modas, nas opiniões correntes, nos espetáculos, nos jogos, nos esportes, nas informações, nas relações familiares e privadas, e até mesmo nas investidas libertadoras que tentam contestá-lo.” (1)

# Rumos SOS

Investimos contra as várias formas de poder em lutas na divisão sexual do trabalho que desqualifica o trabalho feminino, no "amor" que mata mulheres culpadas de serem pobres.

E também nos investimos de poder. Pretendeu-se definir se as mulheres da periferia preferem "pão ou sexualidade", como se ambos não fossem direitos inalienáveis de qualquer ser humano. Pretendeu-se falar em nome das que nunca tem voz sem nunca consultá-las. Escutamos quem não era do mesmo partido ou da mesma tendência, omitimos fatos e textos que tinham de mulheres de outros partidos, desconfiou-se sempre de inconfessáveis propositos partidários quando alguém fazia uma crítica ou pensava de outro modo.

Algumas defenderam a autonomia do movimento e criaram organismos partidários para dirigi-lo ou representá-lo. Outras sucumbiram à velha tentação de atrelar as mulheres a todas as palavras de ordem "justas" ou ambíguas: contra o arrocho, contra o desemprego, diretas-já e até Tancredo-já. O problema não estava só na justeza da palavra mas na forma de utilizar o movimento e de fazer política utilizando os movimentos sem que eles possam decidir.

Com tantos acertos e desacertos conseguimos provar, pelo menos, que não há uma política feminista "pura", "justa e limpa", por definição, porque somos mulheres e porque todo o poder é masculino. O poder feminino também pode ser autoritário e injusto, apesar de nossas belas intenções e discursos.

Mas, entre mortas e feridas, há peemedebistas e petistas que podem dizer — como Hildete, Ângela e Rosalina — que é possível trabalhar de forma aberta, democrática em torno de lutas comuns, guardadas as diferenças que são às vezes profundas e difíceis de aceitar, sobretudo quando ditadas sob um discurso acurrado de falsa unidade. Mais do que isto, a Rosalina pode dizer, por muitas de nós, que estar num partido não é sinônimo de antifeminismo (é apenas nossa segunda cachaca), e que o feminismo coloca para os partidos, e para a sociedade, questões fundamentais.

É pois possível uma política feminista que não seja exclusiva do grupo das iniciadas. Uma política que, partindo de uma reflexão particular sobre as relações entre os sexos, como apontou Moema Viezzer, questione a sociedade sobre suas práticas de igualdade e seus objetivos autoritários de homogeneizar e normalizar. E recupere antigas noções de liberdade, de "pluralidade de desejos", de "pluralidade de discursos" (2) e de democracia. Uma política que articule as formas de denominação de classe, de sexo, de raça, de cultura, a partir desta compreensão tão simples de que mulheres e homens sentem, pensam e vivem de forma diferente e inter-relacionada e que a diferença não pode servir de base para uma relação de dominação nem no espaço público, nem no espaço privado.

## Perdemos o bonde andando

Chegar até aí justificaria todo o cansaço, o desgaste acumulado, as ilusões que ficaram perdidas nestes quase dez anos em que fomos "pelas estradas". E seria



suficiente para fazer planos realistas, "pe no chão", como queriam as meninas de Brasília, e que nos permitissem continuar sonhando e desejando.

Mas, não entendo por qual sortilégio malféfico, em vez de discutir o programa do Governo sobre Saúde da mulher, que permitiria traçar novos caminhos, embarcamos numa estéril discussão sobre a organização de um encontro de mulheres latino-americanas no Brasil, sem avaliar se temos condições concretas de realizá-lo, por que realizá-lo e para que realizá-lo. Enfim, discutimos sem que nem porque. Alguém sonhou já com sambódromos, uma ou outra deve ter pensado em lista de entidades que apoiem, discursos etc. Mal começávamos a exorcisar os fantasmas dos partidos, do poder e da política e nos deixamos embalar pelo canto de serestas dos grandes rituais. E a decisão votada e re-

vogada terminou nas mãos de uma comissão.

Enquanto isso as propostas dos SOS — Corpo e do Sexualidade / Saúde, os impasses dos SOS — Violência ficaram para a ressaca, ou para depois do velório, como quiserem.

Acho que desta vez perdemos o bonde andando. Mas não importa.

"Os verdadeiros processos de dissidência não são recuperáveis, nem podem ser dados de presente aos adversários. De fato a revolução continua", dizem Guattari e Negri. (3)

Outras mulheres estão nas ruas. Por sorte. Vou tratar de partilhar novas cachacas.

1 - Leyla Perrone Moisés; Roland Barthes. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 61  
2 - idem, p. 62  
3 - Félix Guattari, Toni Negri: Les nouvelles Lignes d'Alliance, mimeo, s/ data.

## PESQUISA: AINDA NUM GUETO

de vários Estados brasileiros; debates com jovens estudantes sobre "Sexualidade e Reprodução" e "Políticas Públicas e Movimentos de Mulheres"; uma tarde de projeção de vídeos e filmes produzidos pelas fundações Carlos Chagas e Ford; o momento do balanço de nossas deficiências e vazios teóricos; momento de problematizar a relação "natural" entre pesquisa e militância feminista; momento de questionamentos radicais: e a cor? as tradições étnicas? Vamos finalmente assumir que os indivíduos são sexuados, têm cor, idades diferentes, determinada aparência física (qualificada como bonita, feia, elegante, pesada) e pertencem a culturas, camadas sociais e classes sociais diferentes? Falamos da diversidade.

"Nós mesmas — prossegue Maria — "espelhávamos nossa diversidade como mulheres: jovens, senhoras, casadas, divorciadas, solteiras, brancas, na maioria, mas também negras e mulatas. Universitárias todas, com domínio do discurso. Heterossexuais, homossexuais, ricas, remediadas, ternas, competitivas... Diferentes. Unidas por nosso papel na reprodução biológica. Mas vivendo de maneira muito diversa a experiência da relação com os homens, com a maternidade, com as outras mulheres, com o trabalho."

Essa diversidade se refletiu também

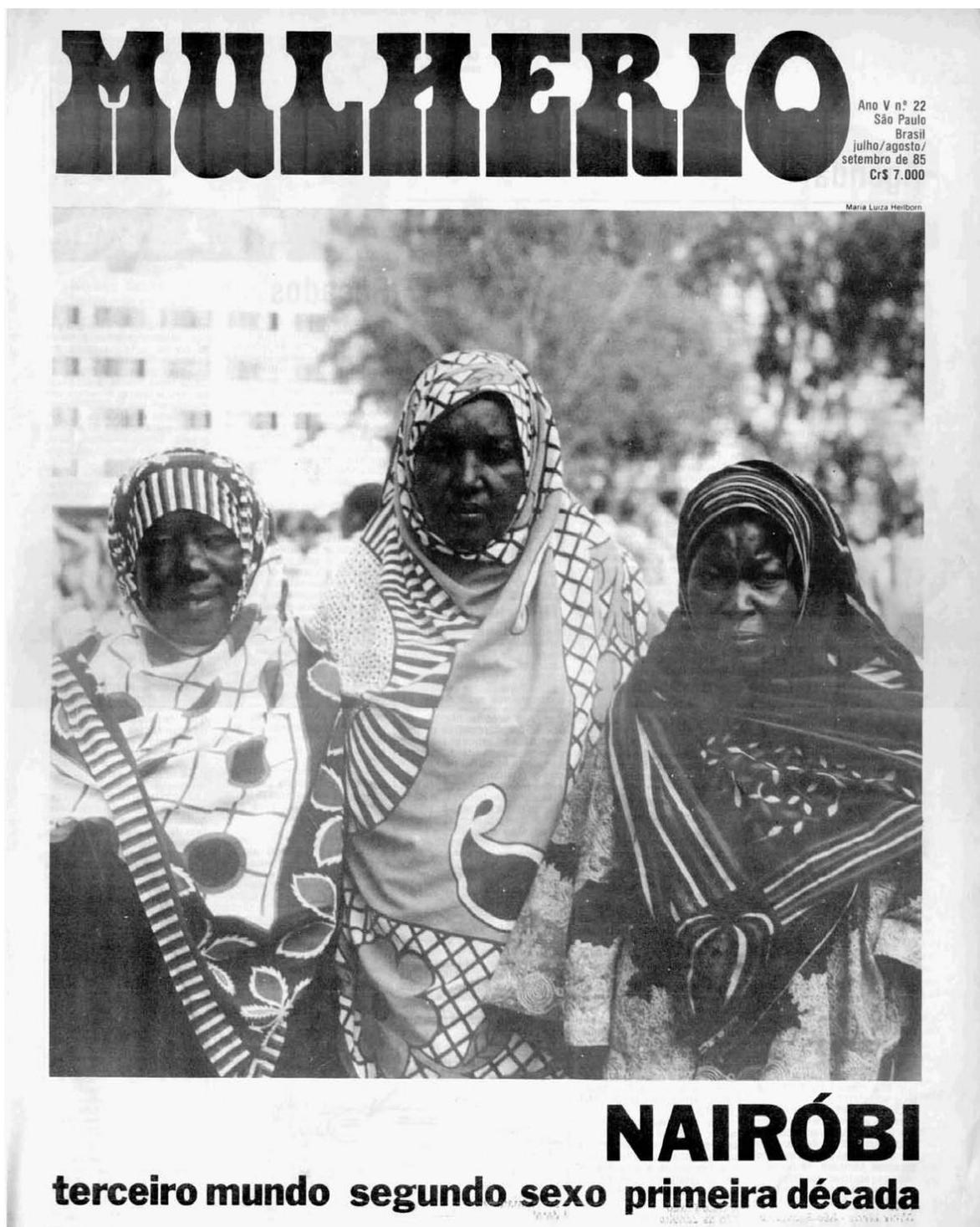
Uma reflexão a respeito da pesquisa sobre a mulher no Brasil, nesta primeira década do feminismo. Esse foi o objetivo geral do Seminário Zahidê Machado Neto, realizado em maio em Salvador, numa promoção da Fundação Carlos Chagas (São Paulo) e do NEIM — Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher (Salvador).

Uma das organizadoras, Maria Moraes, assim descreve o encontro: "O Seminário Zahidê Machado Neto foi muita coisa junta: um lugar de encontro de cerca de 40 pesquisadoras do tema mulher,

nos trabalhos apresentados durante o encontro. Eis trechos de três exposições de pesquisadoras:

- "O principal problema que percebo nos estudos sobre a mulher no Brasil é que eles, inclusive os meus, são excessivamente reiterativos. Em outras palavras, são protocolos da subordinação feminina." (Maria Valéria Junho Pena)
- "Os estudos sobre mulher não foram incorporados à corrente principal das ciências humanas. Sobrevivemos nas margens, nas franjas. Um indicador seguro do menor prestígio da área é o fato de que a maioria dos pesquisadores sobre mulheres são mulheres. A crescente especialização nas ciências sociais por si só não explica essa espécie de apartheid onde nos instalamos. Temos nos movido num espaço auto-referido e segregado". (Albertina de Oliveira Costa)
- "Não se trata mais de reivindicar o estatuto de estudos "específicos", mas sim integrar às ciências sociais como um todo as contribuições de nossos estudos. Até agora, o que se estudou sobre o homem referia-se à condição humana e o que se estudou sobre a mulher é visto como feminino. É preciso dar à mulher o estatuto de humanidade. Quando se estuda a mulher não é apenas a sua condição "específica" que está em jogo, mas é a condição humana que está sendo vista com novos olhos" (Cynthia Sartti).

Anexo 33 – “Mulherio” n. 22 (1985), páginas que antecedem o “Sob o signo de cinderela”.





Vítimas especiais da repressão argentina, as mulheres também foram as primeiras no protesto aberto à ditadura. *Madres e avóelias* ainda exigem apuração dos "desaparecimentos".

**N**a Argentina tudo foi clandestino: os seqüestros, as prisões, a tortura e o extermínio. Deliberadamente, as juntas militares "desapareciam" com as pessoas para apagar as marcas do genocídio. Mas a maioria dos que sobreviveram nos campos de detenção denunciaram o general Videla e os outros oito ex-comandantes: são as testemunhas que dia após dia, desde o 20 de abril e até o começo de agosto, passaram pelo estrado da Câmara Criminal dos Tribunais de Buenos Aires, onde são julgadas as juntas militares argentinas. Uma sala forrada de fina madeira na qual cinco juizes, um promotor solitário e uma dezena de advogados de defesa, jornalistas, público e convidados, configuramos, durante quatro meses, uma comunidade particular onde as lágrimas são reprimidas e os olhares perguntam o que os gestos e as palavras ocultam.

As testemunhas chegam, juram, se sentam e começam a falar: um desfile de crueldades atenuado apenas pela coragem dos que revivem seus sofrimentos para ajudar a reconstruir a vida dos campos de concentração e o destino final dos "desaparecidos" — essa tenebrosa invenção argentina.

#### Os testemunhos das mulheres comovem

Homens e mulheres foram torturados igualmente com o bastão elétrico, os golpes e o "submarino", uma sevilcia que consistia em introduzir a cabeça do preso em tachos imensos de água suja. Numerados, às vezes sem celas, todos acorrentados, tinham os olhos tapados por uma venda de borracha ou pano. Na hora da morte, homens e mulheres foram fuzilados ou lançados ao mar de aviões ou helicópteros, com cimento nos pés. Sem dúvida,

## O terror sexual da ditadura argentina

Vinte e cinco por cento dos desaparecidos argentinos eram mulheres. Boa parte delas estavam grávidas na hora do seqüestro. É certo que não foram presas por serem mulheres mas, sem dúvida, na hora da tortura seus tormentos foram duplos: as violências, perversões sexuais e humilhações foram o pão de cada dia nas prisões e centros de detenção clandestinos da Argentina nos anos governados pelas juntas militares. Por esses nove ex-chefes militares que agora, e pela primeira vez nesse continente, estão sentados no banco dos réus.

Norma Morandini

as mulheres foram duplamente torturadas. Muitas foram obrigadas a testemunhar a agonia de seus filhos e maridos. Outras, forçadas a tornarem-se amantes de seus verdugos. As que foram seqüestradas grávidas, deram a luz a seus filhos em lugares infectos, sem nenhuma assistência, algemadas. Logo, tiravam-lhe os bebês recém-nascidos. (São mais de 200 as crianças desaparecidas.)

Os testemunhos das mulheres são os que mais comovem. Algumas falam horas e um silêncio monástico acentua ainda mais a dor, o esforço para evocar o inferno dos campos de detenção clandestinos.

Carmen Graciela Fiorani tem agora 30 anos. Delegada sindical, ela foi seqüestrada quando tinha 22 anos e era uma humilde empregada. Desquitada e com um filho de um ano. Sua voz é triste quando lembra:

"Me agarraram pelo braço e me jogaram num carro. Me vendaram os olhos. Me apalparam com armas e começou o manuseio. Me interrogaram num catre diante de meu filho para que eu 'falasse'."

"Me introduziram um pau na vagina e ameaçaram enfiar o mesmo pau no ânus. Eu chorava muito".

Cansada, como se seu relato pertencesse a outra pessoa, ela continua:

"Me puseram noutra sala onde havia três mulheres. Quando entrei achei que estavam me matando, era como se estivesse morta. Muitas vezes me levaram ao catre. Aí me despiam e passavam o bastão por todo o corpo. À noite me acordavam para lavar os pratos. Todas as noites vinha o grupo dos torturadores e nos exploravam o corpo com as armas. Uma noite, um deles me chamou. Tirou-me a venda e me disse: tens que esquecer tanto sofrimento. Vem, eu te farei gozar".

"No dia seguinte, um homem me jogou num carro. Eu tinha de novo os olhos vendados. Demos várias voltas. Com as mãos me fez tocar as armas que carregava no porta-luvas. Disse que tinha ordem de me matar, mas que podia trocar minha vida por um orgasmo oral no carro... Se eu preferisse me levaria a um motel".

"Bern, ele teve seu orgasmo, apontando-me sempre com a arma".

"Saímos. Me levou perto da casa onde estava meu filho e ali me deixou. Meu filho é tudo que tenho".

Carmen Fiorani esteve alojada na "Mansão Seré", velho casarão de fazenda usado pela Aeronáutica como centro de detenção clandestino.

#### O pudor masculino as violências sexuais

Elena Alfaro, outra sobrevivente, atualmente exilada na França, leve o mesmo destino. Alojada no campo "El Vesúvio", ela fora seqüestrada com seu marido quando tinha dois meses de gravidez. Elena foi obrigada a manter relações sexuais com o diretor dessa prisão clandestina. Um coronel que não se limitava à tortura e ao assassinato. Ele estuprava suas prisioneiras. Elena cita três casos concretos, além do seu. Lembra o caso de uma companheira, "Silvia, uma morena" que o militar obrigou a viver com ele e mais tarde entregou à "patota" (seus subalternos torturadores) para que a estupassem. "Na noite em que a mataram, entraram aos gritos: 'Você é a noiva do Chefe, agora vai conosco'. No dia seguinte, os torturadores se gabavam de ter tido relações com ela", narrou Elena. A jovem Silva nunca apareceu.

A própria Elena deu à luz a sua filha durante o cativeiro e foi forçada a aceitar a "mórbida paternidade" de um dos militares que se ofereceu para padrinho de seu filho. O marido de Elena foi assassinado.

É provável que o pudor masculino tenha ocultado diante do Tribunal as violências sexuais padecidas pelos homens, como demonstrou o corpo destroçado do quase menino Floreal Avellaneda. Com 14 anos, ele foi seqüestrado junto com sua mãe, no dia em que procuravam seu pai, um militante comunista que conseguira fugir. O menino apareceu morto nas mar-

gens uruguaias do Rio da Prata, na direção de Buenos Aires.

Iris, a mãe do adolescente, relatou com choro na voz diante do Tribunal: "A sessão de torturas durou muito tempo. Acabaram por me desamarrar e me levaram até um pátio. Imediatamente ouvi a voz de meu filho que me suplicou desesperadamente: 'mamãe, por favor diz pra eles que papai escapou...' Depois voltou o silêncio, até que comecei a ouvir música e os gritos de meu filho submetido à tortura. Comecei a gritar e me fizeram calar com uma espécie de gase na boca, fortemente amarrada atrás com um cordão. Durante muito tempo fiquei escutando a música e os gritos de dor de meu filho. Depois, o silêncio aterradorador..."

Ela própria, Iris, sofreu torturas físicas. "Me amarraram os braços sobre a cabeça e antes me abaixavam as calças e me subiam as roupas, jogando-me água e passando-me o bastão elétrico..."

Quando foi libertada, Iris decidiu ter outro filho que não pôde amamentar em função das seqüelas deixadas pelo bastão elétrico nos seios.

#### Em julgamento, os preconceitos da sociedade argentina

As mulheres não inibem o choro, por isso seus relatos são os que mais comovem. Com a voz firme e trêmula, dia após dia, elas foram reconstruindo como um quebra-cabeças mórbido a vida nos porões das prisões argentinas. Por pudor, algumas relatam nas calçadas o que silenciaram no estrado. "Ah, esqueci de dizer que me violentaram", me disse uma jovem que esteve detida em "La Perla" (A Pérola), o mais terrível dos campos de concentração da província de Córdoba, a segunda do país.

Formalmente estão sendo julgados o general Videla e os outros oito ex-comandantes que governaram a Argentina entre 1976 e 1983. Sem dúvida, é a sociedade argentina que se estende nua, com todos os seus preconceitos à vista.

"Todas as psicólogas são putas", dizem os policiais a uma presa desta profissão.

"Você mantém relações sociais com o militar?" pergunta um dos advogados que defende os ex-chefes militares a uma testemunha que foi forçada a manter relações sexuais com o coronel que comandava o campo de concentração. (Como se fossem possíveis os vínculos sociais entre vítimas e verdugos.)

No próprio tribunal, as frases jurídicas, elípticas, as palavras com outras conotações, escondem o que as testemunhas mulheres nomearam com todas as letras. Os jornais reproduzem as denúncias das sobreviventes femininas, mas censuram o relato nu e cru dos vexames e das torturas sexuais.



Antes do fim do ano os nove ex-comandantes serão condenados. Como na Argentina não existe nenhuma figura jurídica que condene o genocídio e o extermínio massivo, eles serão castigados como se houvessem cometido delitos comuns. E esta foi a forma com que o presidente Alfonsín simplificou o julgamento do passado de violência na Argentina, em que as forças armadas combateram a subversão com os mesmos métodos que condenavam. Um julgamento jurídico para evitar um julgamento político, e a punição tão somente das cúpulas militares para evitar uma condenação generalizada das forças armadas.

#### O terror difícil de esquecer

De toda maneira, ainda cue com o julgamento das juntas militares o governo pretenda colocar um ponto final na revisão daquele passado de horror e temor, quando as pessoas desapareciam na Argentina, será muito difícil esquecer o relato emocionado de Adriana Calvo de Laborde, uma física da Universidade de La Plata, sequestrada junto com seu marido, que deu à luz a seu filho no acostamento de uma estrada com as mãos algemadas e os olhos vendados. Ela contou ao tribunal:

"Eu ia deitada no carro, os olhos vendados e as mãos amarradas atrás. Os policiais me diziam o tempo todo que estavam me levando a um hospital. Me insultavam. Eu lhes dizia: 'Meu filho vai nascer'. Eles riam muito, me diziam que tanto fazia, iam me matar. Matariam a criança".

"Eu não sei como consegui tirar a roupa de dentro para que nascesse. Iamos a toda velocidade. Eu lhes gritei: Já nasce... não agüento mais... De fato nasceu meu bebê. Pararam no acostamento. Meu bebê nasceu bem. Era muito pequeninha, ficou pendurada no cordão umbilical. Caiu do assento, estava no chão. Eu lhes suplicava que a deixassem comigo. Com um pano sujo amarraram o cordão e continuamos a viagem".

"Havia passado três minutos. Meu bebê chorava. Eu continuava com as mãos atrás, com os olhos vendados. Não queriam me dar a neném. Eu estava nua, com meu bebê pendurado, cheia de sangue. Fazia muito frio, era de madrugada. Me mantiveram duas, três horas ali, com a minha neném chorando no chão e eu não podia fazer nada para recolhê-la. Nesse dia, senhor Juiz, prometi que, se meu bebê vivesse, iria lutar toda a vida para que se fizesse justiça".



## Ditadura brasileira não fica atrás no sadismo

"(...) que foi presa no dia 21.10.73, juntamente com seu filho menor Eduardo, de quatro anos de idade; que o motivo da prisão era que a interroganda desse o paradeiro de seu esposo; que, durante três dias, em Belo Horizonte, foi pressionada (para dizer) onde estava José Carlos, da seguinte maneira: que, se não falasse, seu filho seria jogado do segundo andar, e isso durou três dias, (...); que na última noite que seu filho passou consigo, já estava bastante traumatizado, já estava bastante entendido porque estava preso e pedia para ela, interroganda, para não dormir, para ver a hora que o soldado viria buscá-lo; (...) ele não consegue entender o motivo do desaparecimento meu e de José Carlos; que o menino está traumatizado, com sentimento de abandono; (...)".

"(...) que a altas horas da noite foi levada à sua residência; que a porta foi arrombada e a depoente entrou acompanhada desses homens e, lá, foi novamente espancada; (...) que prenderam e espancaram o filho da depoente; (...)".

"(...) que, um dia, irromperam na 'geladeira', ela supõe que cinco homens, que a obrigaram a deitar-se, cada um deles a segurando de braços e pernas abertas; que, enquanto isso, um outro tentava introduzir um objeto de madeira em seu órgão genital; (...)".

Estes e muitos outros depoimentos publicados no livro **Brasil: Nunca Mais** deixam claro que a repressão política nos países do Cone Sul teve uma única matriz e que, entre outros horrores, expõem o sistema social misógeno em que é fundado.

Feitiço contra o feitiço: se a maternidade foi elemento de coação dos torturadores, dela também surgiram movimentos políticos contra a repressão, pela anistia, pela vida. Brasil, Argentina, Chile. Nunca mais!

**Brasil Nunca Mais**, prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns, Vozes, Petrópolis, 1985.



Depois do Encontro, cerca de 400 mulheres manifestaram-se na Praça da Sé, levando a público algumas das palavras mais pronunciadas em Bertioiga: solidariedade a Nicarágua, prazer, direitos, fim da violência sexual. Todas as nacionalidades latino-americanas foram citadas, inclusive a cubana, impedida de se fazer presente ao III Encontro porque não obteve a tempo do governo brasileiro o visto de entrada no país.



TERCEIRO

# ENCONTRO

## FEMINISTA LATINO-AMERICANO E DO CARIBE

Bertioiga não foi um Encontro a mais, foi uma vivência, escreve Adriana Santa Cruz (Mujer-ILET nº 50). Foram quatro dias de intensa convivência e uma multiplicidade de fatos. Mais de mil mulheres de quase toda a América Latina, cada uma percorrendo uma trajetória própria, inigualável, escolhendo dentre discussões, apresentação de trabalhos dos mais variados temas, oficinas, filmes, vídeos, áudio-visuais, além de papos, reuniões informais.

A maioria das brasileiras presentes demonstravam sua sacção de "latinidade", esboçando um portunhol com gostoso sotaque sulista, pernambucano, maranhense, Clair Castilhos, vereadora de Florianópolis, comparou o Encontro a "uma piacentona onde se adquirem nutrientes".

Nomes foram lembrados, ausências. No meu melhor momento do Encontro — uma reunião de fósseis, todas aquelas com mais de dez anos de feminismo — as brasileiras lembramos Carmen da Silva, Julieta Kirkwood do Chile era também uma ausência com marcas.

Nessa reunião de fósseis lembrei de como foi difícil dizer-se feminista, como depois foi ficando fácil como depois foi ficando estrito, como depois os **ismos** foram postos em questão, mesmo esse o fêmeo, até o pacífico. Foram dez anos com histórias muito particulares, mas com pontos de identidade. (A uma certa altura, quando Lurdes da Nicarágua falava, muito positiva, comecei a chorar copiosamente, sem saber porquê. Do outro lado do grupo, uma baixinha morena também chorava. Nossos olhos se encontraram e eu entendi. Era um choro emocionado de alegria, da nossa capacidade de termos nos colocado como sujeitos históricos nesta década, de

termos certeza ali, naquele momento, sem baluartismos, que o movimento feminista cumpriu um papel que, se na Nicarágua hoje existe a rebeldia contra a subordinação feminina, isso se deve também ao movimento, feito por nós ali, por tantas outras.

### CONFLITOS NÃO DEBATIDOS

Nessa reunião expressaram-se conflitos entre militantes partidárias e as que consideram que a luta das mulheres não passa por instituições mistas, muito menos os partidos patriarcais e misógenos por natureza.

Foram muitos os conflitos do Encontro. Os contrastes, as diferenças (uma das palavras mais repetidas) foram muito mencionadas, mas não nomeadas e debatidas. Ficou claro que, como propunha o temário, há muitos feminismos, com percursos e formulações próprias, com linguagens específicas. O Encontro só justapôs, mas não debateu.

Pareceu, em muitos momentos, que tratar das questões sociais e do modo particular que as mulheres se inserem nelas, em cada contexto, era abdicar do feminismo. Isso por vezes dava um cansaço enorme, o de ver literalmente reproduzidas discussões que já aconteceram centenas de vezes e cujas protagonistas eram as feministas e as anti-feministas.

Seguramente um dos conflitos se expressou na proibição de acesso da imprensa ao Encontro. Em 1983, durante o II Encontro realizado no Peru a imprensa cobriu o evento como uma reunião libertina de "sapatões" ociosas e por aí afora. Querendo evitar o risco de uma repetição, a Comissão Organizadora fechou o Encontro à imprensa, sem levar em conta que hoje —

e isso é seguramente uma conquista do feminismo — há muitos órgãos de imprensa que tratam com seriedade os fatos das mulheres. Além do que, quando nos encontros de mulheres de todo o mundo, só se aceitam profissionais de imprensa mulheres, realiza-se a denúncia da discriminação feminina em certas atividades profissionais, tipo cinegrafistas. Aqui a proibição nem à denúncia serviu.

Esse fechamento à imprensa expressa, de alguma maneira, uma concepção de feminismo "puro", isolado, que atua dentro de si, que não se relaciona com outras instâncias sociais e que, portanto, não influencia, e nem se "contamina". Ingênua e defensiva, ela também não trabalha certos temas, tidos como tabus e que percorrem os bastidores.

Assim, se a imprensa nos chama de sapatões, não será o momento de assumirmos uma discussão — tão pertinente aliás, nesse momento de Aids-caça-às-bruxas — sobre as práticas sexuais, suas escolhas. De tratarmos, inclusive, de interesses diferenciados de mulheres com práticas heterossexuais e com práticas homossexuais? Se a imprensa diz que ficamos de papo para o ar, não é uma ótima oportunidade de reivindicarmos o direito ao ócio e metermos bronca nessa ética do trabalho?

### A NOVELA DO ÔNIBUS

O ônibus com 30 mulheres que permaneceu estacionado do lado de fora da colônia de férias onde se realizava o Encontro acabou sendo o único fato noticiado pela imprensa. Tratava-se de faveladas cariocas que, sabendo das regras do Encontro e da necessidade que havia de pagar a taxa de inscrição

para cobrir as despesas, conseguiram que o Lion's Clube lhes cedesse um ônibus e praticando uma política do fato consumado, chegaram à porta do Encontro e reivindicaram entrar sem pagar.

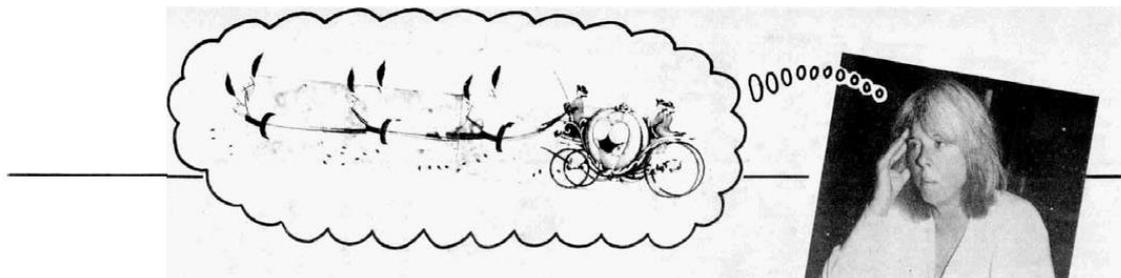
A Comissão Organizadora não deixou. E aí começou uma polémica que se estendeu durante todo o Encontro. Informações e contra-informações circularam em todos os grupos, para desespero da maioria das de língua espanhola que não conseguiam entender o debate acalorado das brasileiras.

Se houve claramente manobra política na atitude das lideranças do ônibus que trataram de se comportar frente ao Encontro como se a Comissão Organizadora fosse um gabinete de prefeito, que o movimento popular pressiona com caravanas por parte da Comissão houve uma rigidez Incuebrantável que dificultou uma resolução do problema.

Muitas participantes do Encontro, sobretudo as negras, identificaram nessa atitude intransigente um viés de racismo. Muitas participantes foram até as faveladas fazer oficinas prestar solidariedade e o Encontro acabou pontuado pelo fantasma do ônibus, metáfora dessa sociedade, das manobras políticas, da pobreza, dos desencontros.

Ethel Leon

PS: Este é um relato reduzido e, assim como minha trajetória no Encontro, provavelmente único, apesar de pontos de identidade com outras mulheres. Infelizmente, a Comissão Organizadora não quis escrever sobre o Encontro no Mulherio. E matérias pedidas para pessoas que discordaram com veemência da orientação do Encontro não nos chegaram até o fechamento desta edição. O debate também não aconteceu aqui.



## As abóboras de Colette Dowling

Cumprindo programação da Editora Melhoramentos, Colette Dowling, autora do best-seller *O Complexo de Cinderela*, debateu, deu entrevistas e fez reuniões em São Paulo e no Rio no começo de setembro.

Depois de ter lido e ouvido tanto sobre ela (se você própria já não leu o livro), você acha que suas idéias merecem mais do que esse verbo todo aí de baixo?

Fulvia Rosemberg

**E** m que países o livro foi editado?

Foi traduzido em 18 línguas. Publicado nos EUA, França, Itália, Israel, Japão, Holanda, Brasil (o único país subdesenvolvido). Editado pela primeira vez em 1981.

**A** que atribui seu sucesso?

Movimento feminista americano muito político. Depois de quase 20 anos pouca coisa mudou na vida das mulheres. O movimento pressionava as mulheres a trabalharem fora, e as irritava. Considera o primeiro livro que trata de fatores psicológicos, internos à própria mulher (o que não é verdade). Daí o sucesso. O movimento feminista americano foi muito crítico a respeito do livro, afirmando que ela,

Colette Dowling, culpabilizava a vítima (No que concordo).

**À crise econômica tem algo a ver com o sucesso? (isto porque acho que o livro propõe uma doce ilusão: um modelo de "self made woman")**

Acha que sim. As mulheres "abandonadas" (descasadas, divorciadas e mais velhas) não têm condição nos EUA de enfrentar o mercado de trabalho e sobreviver (no livro ela fala muito em money, dinheiro).

**Você conhece uma mulher liberada?**

Não. Processos de liberação/sujeição muito interiorizados. Outro dia viu a Marília Gabriela na televi-

são e, sem conhecê-la, achou que pelo deslocamento e presença poderia ser uma.

**A Margareth Thatcher seria liberada?**

"Acho que não." Liberada para ela não quer dizer agressiva. Acha que "a Margareth Thatcher não resolveu questões internas de relacionamento com o homem. É contralógica" (ri da tirada).

**Homem americano é feliz?**

Não. Muita responsabilidade para trazer dinheiro para casa. Acha, "por mais superficial que tenha sido o conhecimento, que o homem brasileiro é mais livre: o contato através do olhar é mais expressivo".

**E a mulher brasileira?**

(Muita dificuldade em responder). Acha que é mais preocupada que a americana com as questões da mulher.

**Qual o lugar que atribui ao amor?**

Desenvolve sua resposta sempre em função da relação conjugal e formal. Acha que é difícil compreendê-lo por causa da armadilha que tem sido para a mulher.

**Por que não pôs os filhos na creche?**

Porque não tinha naquela época. Acha que a educação de filhos pequenos é um problema sério. Que é uma luta imprescindível.

**E como coloca no livro que a guarda do filho pequeno é uma questão pessoal?**

Já saíram livros sobre questões estruturais. Acha que um livro não precisa dar conta de tudo. Simone de Beauvoir também tratou das questões psicológicas.

**Mas ela também tratou das questões estruturais, digo eu.**

"Ela é um gênio. Eu não."

**O que acha da política de Reagan com respeito à mulher?**

Muito ruim. É muito parecido com outros presidentes americanos. O melhorzinho foi Kennedy.

**E a guerra nas estrelas?**

Péssimo. A mulher tem atuado em movimentos pela paz. Apóia. Por causa da maternidade a mulher é mais sensível a guerra.

**Que solução propõe para as mulheres se liberarem?**

Fazer mais terapia. Mais auto-análise e voltar aos grupos de reflexão.

**Não acha que esta ênfase na responsabilidade individual culpabiliza as mulheres, numa tradição judaico-cristã?**

Não. É mais responsabilidade individual, em sentido existencial.

**Você não acha que o sucesso do seu livro se deve a um entre jogo entre manipulação da culpa e de identificação?**

(Ficou meio irritada). Não tenho a menor responsabilidade pelo uso que as leitoras e as editoras fazem desse livro. Fui honesta escrevendo-o em meu escritório. Se as japonesas caíram em cima dele por devorarem tudo que é americano, o problema é delas. Não aceito a culpa pela infantildade de certas leitoras.

**Quanto você ganhou com a edição do livro?**

1 milhão de dólares.

Minha opinião sobre o *Complexo de Cinderela* é curta e grossa, culpabilizante e escabrosa. Lembra-me o horóscopo de jornal criado durante a grande depressão econômica americana: uma mensagem de otimismo, uma mensagem de pessimismo. Se as coisas vão mal, o problema é dos astros e de você mesma. Nada a ver com as estruturas. Assim penso o livro, uma boa história para a gente se identificar, depois uma péssima análise pra você se culpabilizar. Azar seu, se não consegue ter sucesso. Da próxima vez leia com mais atenção o diagnóstico e as instruções de uso. Talvez assim você consiga ser mais uma self made woman! (F.R.)

## Desencantador da Cinderela

Aparecida Izilda Neves

Se Colette Dowling rebate as críticas a seu livro jogando a responsabilidade na expectativa das leitoras, seu marido é bem mais enfático: as pessoas que criticam o livro são "enfuzadas". "São pessoas que estão sempre procurando encontrar problemas em tudo. Enfim, parecem estar bravas desde pequenas. Essas pessoas dizem que devemos mudar a sociedade. Claro que a sociedade precisa mudar, mas vivemos aqui e agora e as mulheres precisam aprender a viver melhor e serem mais felizes".

Lowell Miller, 37 anos, não gosta de ser chamado de marido porque ele e Colette não são casados oficialmente, mas pode ser conside-

rado o desencantador da Cinderela. Enquanto ela ia desenvolvendo a idéia de que "a dependência psicológica e a força motriz que ainda mantém as mulheres agrilhoadas", Lowell ia pagando as contas do casal e o aluguel da ampla e aconchegante casa, com jardins e árvores frutíferas, que alugaram numa comunidade rural, próxima a Manhattan.

Poeta nas horas vagas — "ninguém vive de poesia nos Estados Unidos" — com poemas publicados na revista Rolling Stone, Lowell se dedica 20 horas por semana às atividades de corretor de investimentos na área financeira e se define como "medíocre".

Quanto às gordas quantias que Colette vem recebendo, não gosta de opinar, provavelmente esquecido dos tempos em que cobrava de Colette uma contribuição financeira em casa: "prefiro que o dinheiro não interfira nas nossas relações."



## ANEXO 35 – “A escondida estrela vermelha”, dossiê “Olga Benário Prestes”.

Olga, o novo livro de Fernando Morais, estará nas livrarias ainda este mês, editado pela Alfa-Omega. São 400 páginas com mais de cem fotos que reconstituem a vida de Olga Benário Prestes, judia alemã, militante da Internacional Comunista, que se tornou mulher de Luís Carlos Prestes e foi entregue grávida a Gestapo, pelo governo de Getúlio Vargas. O autor, jornalista e deputado estadual pelo PMDB de São Paulo, define Olga como uma reportagem, assim como A Ilha, seu livro ante-

rior, agora em 23ª edição. O novo livro já tem traduções encaminhadas na Argentina, Estados Unidos e Alemanha Ocidental e será argumento para uma produção cinematográfica teuto-franco-brasileira, com direção de Silvano Tendler e roteiro de Eduardo Coutinho.

Nas páginas seguintes, comentários de Elisabeth Souza Lobo, Marco Aurélio Garcia, Eric Nepomuceno, três extratos do livro e uma pequena mostra das fotos e documentos que o compõem.

# OLGA BENÁRIO PRESTES

## A Escondida Estrela Vermelha

Elisabeth Souza Lobo

**M**as o que eu gostaria era de poder viver um dia feliz, os três juntos, como milhares de vezes imaginei... De ti aprendi querido o quanto significa a força de vontade, especialmente se emana de fontes como as nossas... Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo. Até o último momento mantive-me firme e com vontade de viver. Agora vou dormir para ser mais forte amanhã.”

A última carta de Olga Benário, judia alemã, comunista e companheira de um comunista é coerente com a sua história. A dilacerada história das mulheres vermelhas. Entre a vida e o dever militante.

Olga deixara a vida confortável e refinada de uma família burguesa de Munique, apaixonada pela revolução e por um revolucionário, Otto Braun. Juntos foram viver na Berlim dos bairros proletários como militantes do Partido Comunista alemão. Foram presos e Olga, posta em liberdade, comandou a ação militar que livrou Otto Braun. Escapando da repressão, fugiram para Moscou. Lá, a Olga revolucionária fez carreira fulminante na Juventude Comunista, aperfeiçoou sua formação militar e preparou-se para missões heróicas. Os deveres de revolucionária e os ciúmes parecem ter separado os dois apaixonados. Olga recebeu então a sua grande missão de combatente: proteger Luís Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperan-

ça na sua volta ao Brasil. Missão de revolucionária: proteger o guerreiro. De protetora se torna sua companheira. Prestes vê nela a coragem de sua mãe.

Novamente a revolução e o amor parecem coincidir. Mas a missão no Brasil exige pouco da Olga militante. Assiste ao fracasso da insurreição comunista, parecendo ter intuído as debilidades do plano, a fragilidade dos quadros partidários. Mas quem teria ouvido a bela estrangeira cuja função era proteger o marido?

Preso, descobre-se grávida. A Olga militante cede lugar a esposa grávida. Mas por ser comunista e esposa de comunista, o governo brasileiro lhe reserva o castigo e a judia Olga é entregue aos nazistas.

Militante e mulher, foi mãe na prisão. Mas a uma comunista não era concedida a maternidade. A filha lhe foi arrancada e salva pela intervenção de outra mulher, a mãe de Prestes.

Dilacerada trajetória das mulheres vermelhas: nas guerras, nas revoluções, nas prisões, no dia-a-dia, organizam a sobrevivência, tecem as redes de resistência. Da grande política decidem os homens, enquanto as mulheres preparam, protegem, cuidam da segurança, lutam pela vida de seus homens, de seus filhos, de seus netos. Tratam de preservar o que resta de vida, de humano.

Dilacerada história das mulheres vermelhas. Olga preparou-se para ser uma combatente. A história oficial fez dela uma esposa. A revolucionária ousada que dizia que jamais seria “propriedade de alguém” e que pensava que, para uma militante dos bairros operários de

Berlim vermelha “ser mulher era uma chateação” ficou esquecida. A militante disciplinada certamente teria aprovado a versão bem comportada que fizeram de sua vida. Talvez estivesse de acordo que junto ao mito do Cavaleiro da Esperança não houvesse outro espaço senão para uma esposa admirável e sacrificada. Talvez tenha recuperado sua identidade como a prisioneira corajosa em Ravensbrück. Era de novo uma combatente comunista, a companheira e a mãe permaneciam sufocadas. Como Rosa, outra mulher vermelha, sacrificava sua vida a “esta cruel paródia de nossa vida política que como adoração de Baal conduz as pessoas — vítimas de sua própria obsessão, de raiva mental — a sacrificarem toda sua existência.”

Olga foi também sacrificada pela política. Morreu em 1942. Em 1945, Prestes e o PC apoiavam o governo de Vargas “em defesa da ordem” contra “as provocações fascistas”. O deus Baal exigia sacrifícios que a militante disciplinada provavelmente teria feito, assim como a bela Olga que amara o mar de Ipanema, os cabelos da pequena filha Anita e os olhos do Garoto Carlos, aceitara seu sacrifício de mulher vermelha. Mas a Olga revolucionária também desaparecera ofuscada pela esposa Olga Prestes. Obscura e ambígua identidade das mulheres vermelhas.

Elisabeth Souza Lobo é professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, autora de *Emma Goldman* (Coleção Encanto Radical, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1985).

G.K.P. TAT. 417, p. 17



Olga aos 16 anos em Munique quando era militante do grupo comunista Schwabing

Passaporte falso emitido em Rouen, na França, com o qual Olga e Prestes entrariam no Brasil em 1935. Ele era o comerciante português Antonio Villar e ela sua mulher Maria Berguer Villar



A embaixada dos EUA no Brasil informa ao Departamento de Estado que Gruber — agente duplo — recebeu 40 mil dólares de Nova York para financiar suas atividades no Brasil.

Ribeirão Preto Brasil. Em 1960, o sapateiro de vareador, Moacir Alves Paulino, assumiu o cargo apenas por um dia, mas conseguiu aprovar projeto de lei de sua autoria que batizou esta rua.

# RUA OLGA BENÁRIO PRESTES

Solitária na fortaleza de Lichtenburg, perto de Berlim onde Olga foi mantida presa por vários meses entre 1937 e 1938

EMBASSY OF THE UNITED STATES OF AMERICA  
 Rio de Janeiro, December 15, 1938  
 No. 2206  
 Subject: Communist Activities  
 ORIGINAL & THESE COPIES BY AIR MAIL --- CONFIDENTIAL  
 STRICTLY CONFIDENTIAL

The Honorable  
 The Secretary of State,  
 Washington, D.C.

... in June 1938 from the United States. Captain Baptista claims he has evidence showing that since his arrival in Brazil, Gruber had received from sources in the United States about \$40,000.00 to

Respectfully yours,  
 For the Ambassador:  
 William C. Burdett  
 William C. Burdett,  
 Counselor of Embassy.





**NÃO PERCA ESTE ROMANCE-SHOW**



**ESTA NOITE OU NUNCA**

NOVO LIVRO DE  
**Marcos Rey**

O Autor de *Malditos paulistas*,  
*A arca dos Marechais*,  
*Café na cama*,  
*O enterro da cafetina* e  
*Memórias de um gigolô*.

**A certeza de uma grande história**

Um lançamento

**editora ática**

JÁ A VENDA EM TODAS AS LIVRARIAS DO PAÍS

**global editora**

**O CASTELO MAL ASSOMBRADO**  
Hoffmann  
Nesses contos vocês poderão observar as suas principais qualidades: a autêntica e senso de humor, do grotesco, do fantástico, do sobrenatural, do morbido, do psicológico, bem como sua inconfundível intuição do precuroso. CR\$ 33.000

**ATÉ SEMPRE**  
Edla van Steen  
Edla van Steen viveu por uma vida inteira, penetrando nos seus mais íntimos segredos, na sua essência, para torná-los passados vivos, de carne e osso. CR\$ 42.000

**FENG-SHUI**  
Ernest J. Eitel  
"O livro que o leitor tem em mãos foi o primeiro livro ocidental a tratar deste assunto. Se na China há poucos livros sobre Feng-shui, o que não dizer do Ocidente?" CR\$ 22.000

GLOBAL EDITORA E DISTRIBUIDORA  
LTD.A.  
R. Franca Pinto, 836 - 04016  
Tel.: (011) 372-4413  
Caixa Postal 45329 - 01000 -  
São Paulo - SP

32 ♦ LEIA, outubro de 1985

**OLGA BENÁRIO PRESTES**

## Fernando e Olga: um suave "caso de amor"

**Eric Nepomuceno**

**T**em vezes — coisas de idade? — em que a memória monta sutis armadilhas. Por exemplo: não consigo lembrar se foi em fins de 80 ou primeiro semestre de 81. Mas, do resto, lembro bem.

Falávamos, rapidamente, da vida de cada um ao longo daqueles tempos em que mal tínhamos podido conversar. E, então, Fernando disse que estava partindo para uma opção difícil. Tinha de escolher entre Carlos Mari-guella e Olga Benário. Não sugeri nada.

Meses depois, nos encontramos outra vez. Já não na cidade do México, mas em La Habana. E a decisão tinha sido tomada: Olga.

A partir de então, e já lá se vão quatro anos bem rodados e sacudidos, convivi com Olga, com esse suave caso de amor entre meu bom amigo e essa mulher fascinante. Por esses estranhos caminhos da vida, voltamos a nos encontrar com a mesma e velha intimidade de sempre, enquanto esse caso de amor sentava bases, percorria raízes profundas. Há pouco tempo, Fernando contou, numa noite de São Paulo, que a figura de Olga era uma curiosidade antiga, que se astartava desde que ele tinha 14 ou 15 anos. O pai de Fernando, que a gente chama de comendador, falou de Olga — uma judia comunista entregue à Gestapo por Filinto Müller — e o nome ficou. Na verdade, ficou torto: Olga Benares. Muitos anos e muita vida se passaram até que ele decidisse desvendar o mistério daquele nome. Um nome que, até para os comunistas brasileiros, era apenas o da "mulher de Prestes". E aí começou a lenta peregrinação atrás das pegadas, dos passos e marcas de Olga Benário. E, a cada descoberta, um novo fascínio.

Foram viagens à Itália e Argentina, aos Estados Unidos e às duas Alemanhas, viagens percorrendo qualquer migalha que servisse de pista para reconstruir a figura daquela mulher. Nesses países, ao contrário do que ocorreu no Brasil, ele localizou montanhas de papéis, documentos e testemunhos vivos sobre ela. Na Alemanha Oriental, Fernando contou 90 fábricas, escolas e ruas chamadas "Olga Benário Prestes". De volta ao Brasil, novas conversas com os contemporâneos de Olga, conversas com Luis Carlos Prestes, reicente às memórias mais pessoais, cuidando cada palavra como quem caminha com delicadeza pelos meandros da memória mais profunda e mais pessoal. E, a



**Fernando Morais: a difícil opção entre Marighella e Olga**

cada descoberta, sempre e sempre, surgia modelada a figura de uma mulher inacreditável.

No meio de tudo isso, um ano de demanda com o Itamarati, para desentranhar documentos que só seriam liberados depois da intervenção pessoal do chanceler Saraiva Guerreiro.

Quando o livro ficou pronto, pude conversar com a história redonda, pronta. E aos amigos com quem ele conversou sobre Olga, amigos escritores, Fernando passou uma certeza: ninguém conseguiria criar uma personagem tão rica, tão acabada. Se não tivesse existido e vivido o que viveu, Olga ainda estaria esperando ser inventada.

Foi um trabalho penoso, longo, lento. Mais de uma vez, Fernando ameaçou vir para o Rio, enfurnar-se e escrever. Não, nunca veio. Mais de uma vez, anunciou que estava buscando refúgio em algum canto do interior para escrever. Não nunca se refugiu.

Contou rindo, uma vez, que chegou a levar uma mesa, além da filha Rita e de uma babá, para uma praia. Durou pouco. Sinto que foi como se conviver com a história de Olga impedisse qualquer isolamento, pedisse um outro mundo, concreto e palpável, ao redor. Porque, senão, Olga saltaria do passado e da memória. E, em se tratando dessa mulher, sinto, a distância e por tabela, que o risco seria enorme.

Dia-a-dia, durante esses dias todos, destes últimos três ou quatro anos, Fernando conviveu com ela, descobrindo seus jeitos e segredos, se asombrando com suas histórias. Caso de amor, claro.

Era uma judia, alemã e comunista. É verdade que a história registrou a figura de uma militante bem acabada,

de uma revolucionária até o último fio de cabelo. Mas o que Fernando quis descobrir e descobriu é que ela era também uma mulher, com as contradições e as dúvidas, as esperanças e os sonhos, as alegrias e as tristezas, os deslumbramentos e os temores, as aventuras e as desventuras de todo ser humano, e justamente por ter sido tudo isso, por ter sido assim. E que pôde até o fim sonhar com um mundo novo e justo, onde a alegria fosse um compromisso e não uma conquista.

O que às vezes me espanta é que, durante estes tempos todos, Fernando enfrentou a cada dia o corpo a corpo com o cotidiano. Enfrentou viagens, enfrentou uma campanha eleitoral, uma reeleição, e uma tragédia pessoal sem remédio. As vezes, lendo discursos dele no plenário, ou acompanhando suas brigas perenes, aquilo que a gente chama, sorrindo, de "conspiração a favor", e lá vem aqueles telefonemas urgentes de "tem missão para você" ou "liga para o Chico que a gente precisa de", no meio desse correr-corre todo, então, às vezes, eu ficava pensando onde tinha ido parar o repórter. Pergunta bobalheira: o repórter, mineiro no caso, estava onde está e onde sempre esteve. Escarafunchando, buscando, procurando, revelando.

E este livro, esta história, foi escrita por um repórter. Das divergências que tenho com Fernando, essa é das mais graves: ele acha que literatura é ficção. Eu acho que não. Acho que o jornalismo pode e deve ser um gênero literário. Olga mostra que tenho razão. Do mesmo jeito que algumas das obras mais definitivas de escritores como o argentino Rodolfo Walsh ou o cubano José Martí foram trabalhos jornalísticos, Olga é literatura no melhor sentido da palavra. Uma história escrita com cuidado de artesão, com precisão de ourives, com imaginação criativa, sem inventar nada. Era falar de Fernando Morais, acabei falando na primeira pessoa. Tem uma explicação: o trabalho dele, a trajetória dele ao longo desses nossos quase 20 anos de convívio, fazem parte de minha melhor memória, deixaram algumas de minhas melhores lições. Para quem vive do que escreve, o que Fernando escreve é uma ponte sadia de inveja e alegria, de renovação da fé no ofício. Para quem busca, no dia-a-dia material para inventar histórias, Olga é outra lição: é a prova exata de que a melhor invenção é a vida. A história desta mulher foi recuperada por Fernando. Agora, vamos conhecer não um momento, uma estátua distante. Vamos conhecer a moça chamada Olga e, conhecendo a história dela, vamos conhecer um pouco mais da história de cada um de nós.

ANEXO 36 – “O livre-pensar de Hannah Arendt”, artigo biográfico.

SÁBADO, 17 DE SETEMBRO DE 1988

CADERNO 2 LEITURA

ESTADO DE S. PAULO PÁGINA 5

Biografia

O livre-pensar de Hannah Arendt

A vida agitada da autora de Homens em Tempos Sombrios é investigada por Derwent May, em um livro que fala do amor de Hannah por Heidegger e dos amigos

Elisabeth Souza-Lobo

A biografia de Hannah Arendt escrita por Derwent May propõe um roteiro sóbrio e contido para recuperar o itinerário de Johanna Arendt...

Da infância feliz em Königsberg, numa família judia cultivada, ligada ao Partido Social Democrata e profundamente integrada à cultura alemã...

A estudante audaz e inteligente que desde pequena a vida política teve sua vida invadida pela política quando a ascensão inevitável do nazismo tornou claro que para os judeus não restava mais a alternativa de serem párias nem parvenus na Alemanha...

Quando os franceses recolheram os refugiados vindos da Alemanha em campos "de trabalho", Hannah e Heinrich Blücher também foram internados, mas pouco depois fugiram e em 1941 emigraram para Nova York.

La o roteiro de Derwent May segue Hannah Arendt desde a pensão pobre da 95th West Street. A participação em várias revistas e a publicação das Origens do totalitarismo e A condição humana...

O itinerário reconstrói as idéias de Hannah Arendt sobre o caos e a massificação que estão na



Hannah Arendt em 1924, aos 18 anos



SERVICO Hannah Arendt, Uma Biografia, de Derwent May. Tradução de Roy Jungmann. Casa Moris Editorial e LTC. 112 páginas. Cof. 1.700,00

deus frente ao absurdo e à destruição.

As indagações de Hannah Arendt, instigantes e polémicas, se instauram na biografia. Cada livro é o repensar de uma experiência: o judeu como pária, as origens dos "tempos sombrios", a democracia e a revolução.

Um diálogo íntimo que torna possível atrever-se sem sucumbir à dominação mas construindo o que Hannah Arendt chamava de uma moralidade autêntica daqueles que se recusaram a obedecer as leis do fascismo...

Elisabeth Souza-Lobo é professora do Departamento de Sociologia da USP

História

Presos, mulheres e operários no século passado

Em Os Excluídos da História, a historiadora Michelle Perrot investiga as instituições repressivas e a delinquência na França do início da indústria

Cláudio Batalha

A pesar de sempre ser recebido uma boa acolhida entre editores e leitores no Brasil, a historiografia francesa permanece ainda em parte desconhecida entre nós. Durante muito tempo vigorou nos meios acadêmicos (e editoriais) a idéia de que os franceses eram imbatíveis em se tratando de teoria...

Nesse contexto é especialmente feliz a iniciativa da Editora Paz e Terra de publicar na coleção Oficinas da História uma coleção de textos de Michelle Perrot, selecionados pela historiadora Maria Stella Bresciani, que se encarregou também da apresentação do volume. O lançamento de Os Excluídos da História tem a dupla vantagem de tornar conhecida do leitor brasileiro uma das mais férteis historiadoras francesas do pós-guerra...

Os 11 artigos que compõem Os Excluídos da História — originalmente publicados entre 1975 e 1984 — foram agrupados em três partes, segundo o tema de que tratam: operários, mulheres e prisioneiros. Michelle Perrot, desde a publicação de sua tese de doutoramento Les Ouvriers en Grève (Os Operários em Greve) em 1971, figura entre as historiadoras especialistas da História do Trabalho. Os artigos sobre o operariado francês publicados no presente livro — ao tratar de temas como a reação dos operários às máquinas no século XIX, o processo de implantação da disciplina fabril, ou o ritual operário do 1º de Maio — nos fazem lembrar, pela riqueza das abordagens, os estudos de historiadores como Edward P. Thompson ou Eric Hobsbawm.

Mas Michelle Perrot demonstrou na prática a inexistência de fronteiras intransponíveis entre os campos da pesquisa histórica, ao estender suas pesquisas para outros temas "marginais" da História, através de seus textos sobre a História da Mulher e dos estudos em que, partindo de reflexões de Michel Foucault — sem contudo fazer desse pensador um modelo —, tratou da História das Instituições repressivas e da delinquência.

Os Excluídos da História é, antes de tudo, uma demonstração da virtude com que a autora domina a História Social da França desses últimos dois séculos.

Cláudio Batalha é Doutor em História Social pela Universidade de Paris I, Penitenciar, Sorbonne, e professor do UFRJcamp.

Perfil

Uma pesquisadora membro da geração de maio de 68

Professora da Universidade de Paris VII (Jussieu), Michelle Perrot faz parte de uma geração que renovou consideravelmente a vida universitária francesa e conferiu aos estudos sociais a classe operária status de uma disciplina acadêmica.

Nascida em 1928 em Paris, ingressou em 1946 no curso de História da Sorbonne. Como outros historiadores que acabaram por escolher a História contemporânea com seu terreno de atuação (Maurice Agulhon e Claude Willard, entre outros), Michelle Perrot foi aluna de Ernest Labrousse — o nome mais importante da História Econômica francesa —, influência decisiva na sua formação intelectual, por seu uso de técnicas quantitativas e por seu rigor metodológico. Foi sob a orientação de Labrousse que fez sua primeira incursão no campo da História Operária, através de sua monografia de final de curso (Mémoire de Maîtrise) sobre as organizações operárias do início do século XIX.

Em fins dos anos 50 — depois de uma rápida passagem pelo PCF, como muitos de sua geração — optou definitivamente pela História Operária, como

C R Í T I C A

Exemplos do bom nível da poesia

Livros comprovam que João Cabral de Melo Neto é, hoje, o grande poeta brasileiro, e Tite de Lemos e Armando Freitas Filho atestam o rigor e o artesanato do verso

Mocicir Amâncio

A poesia é no momento a área mais interessante da literatura no Brasil. Enquanto a prosa parece não mear no marasmo, com três ou quatro autores realmente dignos de serem lidos pelo que têm de inventivo e revivido...

João Cabral é um autor que conta com a predileção dos estudiosos, mas, como acontece com todo grande poeta, sempre há possibilidade de se encontrarem novos textos para análise, reflexão e fruição. Um deles poderia ser uma interessante comparação entre a técnica em João Cabral e a técnica na ótica parnasiana. Lendo João Cabral, às vezes se pode pensar sobre o que seria uma máquina de fazer poemas, em que está o limite entre o poema produzido com o aparato técnico e sua realização plena como tal.

Entre os autores que contribuem para agitar a produção literária no momento, estão sem dúvida Armando Freitas Filho e Tite de Lemos. De Cor, de Armando,



João Cabral é o mestre...



Tite e Armando unem experimentalismo e artesanato

nam os melhores, como Na Mesa Morta, Matéria, com a pergunta inevitável: se o escritor sabe chegar ao ponto, por que insiste em falar demais, até mesmo repetindo certo tema sem nada acrescentar? O último poema, Fim-de-século, no entanto, surge como uma síntese bem realizada da oscilação de Armando entre o derramado (responsável pelo kitsch da pág. 56 "e o algum azul/rasgado de pombos") e o contido.

Dos três poetas desta resenha, o mais irrequieto e lídico é Tite de Lemos, que passa do surrealismo e experimentação de A Marca do Zorro para o caleidoscópio de Corcovado Park e fica, por enquanto,

neste Caderno de Sonetos. No livro anterior, destacava-se um poema de 14 sílabas inteligente, provocador e bem-humorado, A Primavera. O soneto, que já foi hostilizado, permanece como forma fixa válida e à disposição de quem se habilitar. Cada época tem o seu próprio soneto. E é nesse aspecto, na contribuição de Tite de Lemos, que se centraliza o interesse maior do seu último livro, resultado de apuro estilístico, erudição e ousadia. Tite de Lemos tem coragem de enfrentar o diálogo com o passado para tentar o novo, num livro para ser lido sem preconceitos. E, sobretudo, com prazer.



SERVICO Museu de Tudo e Depois, segundo volume da Obra Completa de João Cabral de Melo Neto. Editora Nova Fronteira. 330 páginas. Cof